



**ANAIS**



# **Simpósio Nacional em Socioeducação**

**Desafios da prática socioeducativa na atualidade**

**20 a 22 novembro, Brasília-DF**

Realização



Secretaria de  
Justiça e Cidadania



Apoio



Cynthia Bisinoto  
Dayane Silva Rodrigues  
Elessandra da Silva Cruz  
(Organizadoras)

## **ANAIS**

**II SIMPÓSIO NACIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO:  
desafios da prática socioeducativa na atualidade**

**20, 21 e 22 de novembro de 2019  
Conselho Nacional de Justiça – CNJ  
Brasília - DF**

Brasília, maio de 2020.  
Faculdade UnB Planaltina - Universidade de Brasília.

## FICHA TÉCNICA

### Título

Anais do II Simpósio Nacional em Socioeducação: desafios da prática socioeducativa na atualidade

### Organizadoras

Cynthia Bisinoto

Dayane Silva Rodrigues

Elessandra da Silva Cruz

### Edição

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília

### Realização

Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS/UnB)

Universidade de Brasília (UnB)

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF)

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA/DF)

### Apoio

Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF)

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

### Informações

<https://socioeducacao.unb.br/>

[socioeducacaodf@gmail.com](mailto:socioeducacaodf@gmail.com)

[@simposionacionalsocioeducacao](#)

### ISBN

978-65-87267-00-5

S612 Simpósio Nacional em Socioeducação (2. : 2019 : Brasília).  
II Simpósio Nacional em Socioeducação : desafios da prática  
socioeducativa na atualidade : anais / Cynthia Bisinoto, Dayane  
Silva Rodrigues, Elessandra da Silva Cruz, [organização]. - Brasília  
: Universidade de Brasília, 2020.

240 p.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-65-87267-00-5.

1. Socioeducação – Simpósios. I. Bisinoto, Cynthia, (org.). II.  
Rodrigues, Dayane Silva, (org.). III. Cruz, Elessandra da Silva. IV.  
Título.

CDU 37:316

## **EQUIPE ORGANIZADORA**

### **Coordenação Geral**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cynthia Bisinoto (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

### **Comissão Organizadora**

Coordenadora: Ana Clara Manhães Mendes (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Aedra Sarah de Andrade (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Alinne Carvalho Porto (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Ana Paula da Silva Ávila (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Andreia dos Reis Elias (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Beatriz Leão Yamada (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Danielle de Souza Pessanha Pimentel (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Demontiê Alves Batista Filho (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Elessandra da Silva Cruz (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Fábia Regina Pietschmann (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Fabiano Gomes Costa (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Gustavo Galli Amorim (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Heloisa Luna Dantas de Souza (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Juliana Duarte Arraes (Universidade de São Paulo e Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Laís Martins Guedes (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Lígia Carvalho Libâneo (Universidade de Brasília)

Lucilene Ribeiro Reis Barros (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Márcia Maria Pereira Santos (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Monica Daniele Maciel Ferreira (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Natália Pereira Gonçalves Vilarins (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Pedro Murilo Souza Hott (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Rafaela Ventura Gomes (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Rosana de Cássia Alves da Silva (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

Suhelem Brasil Santos (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)

### **Comissão Técnico-Científica**

Coordenadora: Dayane Silva Rodrigues (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)  
Aedra Sarah de Andrade (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)  
Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN)  
Gleicimar Gonçalves Cunha (Instituto de Educação Superior de Brasília/IESB)  
Gloria Christina de Souza Cardozo (Faculdade Pitágoras de Londrina e Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná)  
Gustavo Galli Amorim (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)  
Ilana Lemos de Paiva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN)  
Judith Zuquim (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo/SMDHC)  
Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá (Universidade de Brasília/UnB)  
Ligia Rocha Cavalcante Feitosa (Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC)  
Luiz Roberto Alves (Universidade de São Paulo/USP)  
Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira (Universidade de Brasília/UnB)  
Maria Nilvane Fernandes (Universidade Federal do Amazonas/UFAM)  
Monica Daniele Maciel Ferreira (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)  
Natália de Souza Duarte (Secretaria de Estado de Educação do DF)  
Natália Pereira Gonçalves Vilarins (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF)  
Ricardo Peres da Costa (Universidade Estadual de Londrina/UEL)  
Tatiana Yokoy de Souza (Universidade de Brasília/UnB)

### **Monitores**

Eduardo Roger Duarte Paiva (Universidade de Brasília/UnB)  
Gustavo Borba Abreu (Universidade de Brasília/UnB)  
Higor Felipi Suter Lopes (Universidade de Brasília/UnB)  
Lorrany Pinto Viana da Silva (Universidade de Brasília/UnB)  
Luisa Paula Fernandes e Silva (Universidade de Brasília/UnB)  
Quézia de Sousa Sabino (Universidade de Brasília/UnB)  
Silvia Ferreira dos Reis (Universidade de Brasília/UnB)  
Thiago dos Santos Rodrigues (Universidade de Brasília/UnB)  
Victoria Moura Galeno (Universidade de Brasília/UnB)  
Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Distrito Federal (nomes não informados para preservar a identificação)

## APRESENTAÇÃO

O reconhecimento da força da diversidade e do protagonismo juvenil foram guias do II Simpósio Nacional em Socioeducação realizado em Brasília em novembro de 2019. Os anais com os resumos dos trabalhos apresentados à ocasião são ferramentas concretas que evidenciam a riqueza do conhecimento, das pesquisas, das produções e das vivências que circularam e se comunicaram durante os dias do evento.

O tema central do II Simpósio - desafios da prática socioeducativa na atualidade - buscou representar a complexidade que envolve o cenário da Socioeducação e dos diversos atores sociais envolvidos. O leitor terá a oportunidade de navegar por dezenas de trabalhos, categorizados em 14 linhas temáticas, que discutem desde desafios cotidianos das unidades de execução de medidas socioeducativas, passando por limites e potencialidades vivenciadas pela comunidade socioeducativa, até questões macrossociais que impactam diretamente no cotidiano da Socioeducação. As temáticas abordam, por exemplo, sobre o acompanhamento de egressos; conceitos, práticas e metodologias de atendimento socioeducativo; saúde mental e políticas sobre drogas na comunidade socioeducativa; identidade profissional no contexto socioeducativo; participação familiar no acompanhamento dos adolescentes, questões raciais e interseccionalidade; segurança pública e socioeducação entre outras.

A diversidade tão presente e exaltada no II Simpósio não se refere apenas ao leque de temáticas contempladas, mas também aos autores envolvidos. Constam nesses anais trabalhos produzidos em mais de vinte estados da federação, de todas as regiões do país, desenvolvidos por operadores do direito, professores universitários, estudantes, adolescentes egressos e em cumprimento de medidas socioeducativas, pesquisadores e profissionais de diferentes funções do sistema socioeducativo. Tantas e diferentes vozes potencializam e engrandecem o diálogo, agraciando e aproximando o leitor da complexidade e da diversidade constituintes do contexto socioeducativo.

É, então, com muita satisfação e entusiasmo que nós, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS) da Universidade de Brasília, convidamos você, leitor, a se deixar encantar, surpreender, inquietar e desenvolver com as experiências e conhecimentos compilados através da série de trabalhos que foram debatidos no II Simpósio Nacional em Socioeducação.

Aedra Sarah de Andrade  
Membro da Comissão Organizadora

## Sumário

<b>Comunicações coordenadas .....</b>	<b>14</b>
Segurança socioeducativa e privação de liberdade de adolescentes: uma análise do relato de práticas de contenção .....	15
Sentidos sobre o processo de ensino-aprendizagem: um estudo na unidade de semiliberdade feminina do DF .....	16
A agenda do adolescente egresso .....	17
Transição entre o menor e a criança e o adolescente sujeito de direitos .....	18
O acolhimento da população LGBT em unidades socioeducativas .....	19
Centros socioeducativos em Manaus: políticas de atendimento aos adolescentes indígenas no Amazonas .....	20
O papel da pedagogia e a experiência como possibilidade .....	21
Práticas docentes em artes: possibilidades para a socioeducação .....	22
(Dis)sabores da síndrome de burnout – qualidade de vida dos gestores do sistema socioeducativo do Distrito Federal .....	23
Reflexões sobre questões de gênero aliadas à prática musical no sistema socioeducativo do Distrito Federal .....	24
Ficcionando: uma proposta de oficina sobre violência com jovens em conflito com a lei fundamentada na psicologia analítica .....	25
A importância do debate sobre gênero e raça no sistema socioeducativo: analisando experiências em grupo no meio aberto .....	26
Jovens egressos do sistema socioeducativo: no radar das relações interpessoais .....	27
Análise sócio-histórica da política pública de atendimento socioeducativo em meio fechado no estado do Mato Grosso: perspectivas e desafios .....	28
Possibilidades de atuação do pedagogo na Fundação Casa/SP para além do trabalho burocrático .....	29
A atuação do serviço social na implementação dos princípios do Sinase na privação de liberdade de adolescentes no estado do Mato Grosso: desafios e possibilidades .....	30
Gênero, adolescência e educação: um diálogo entre a teoria queer e a teoria do self dialógico .....	31
Vulnerabilidades sociais, violações de direitos e trajetórias institucionais das adolescentes em uma unidade de semiliberdade feminina .....	32
“Homem na estrada”: trajetórias de jovens que saíram da medida socioeducativa de internação do Distrito Federal .....	33
Protagonismo juvenil e práticas restaurativas nos tribunais de justiça do Ceará e do Mato Grosso .....	34
O centro integrado de justiça juvenil como espaço privilegiado de operacionalização do ECA .....	35
A prevenção do suicídio nos centros socioeducativos no estado do Ceará: um cuidado com a saúde mental dos adolescentes em conflito com a lei .....	36
Socioeducação: nas entrelinhas da ressocialização .....	37

Arte e emancipação sensível na socioeducação .....	38
Medidas socioeducativas: as vozes de jovens autores de ato infracional.....	39
Circularidade de saberes: as potencialidades formativas para a socioeducação a partir do documento curricular do estado do Pará – educação infantil e ensino fundamental.....	40
A desistência da conduta infracional na perspectiva da família, do adolescente e das instituições de atendimento socioeducativo .....	41
Reflexões acerca da masculinidade e heterossexualização hegemônica: notas acerca da diversidade socioeducativas no acompanhamento de jovens da unidade de internação de saída sistemática – UNISS .....	42
Considerações sobre a constituição da identidade profissional de psicólogas/os no sistema socioeducativo do DF .....	44
Reciclando papéis e vidas & Meu papel: as parcerias de pesquisa e extensão da UnB com a gerência de atendimento em meio aberto – Paranoá.....	45
A gíria de grupo na privação de liberdade feminina do sistema socioeducativo no estado do Tocantins: um olhar lexicográfico.....	47
Trajetórias erráticas: evasão, abandono e reprovação na vida escolar de adolescentes atendidos com escolarização em unidades de internação .....	48
O adolescente e a mediação: limites e potencialidades no percurso socioeducativo .....	50
Ofensa sexual cometida por adolescentes entre 16 e 18 anos .....	51
Identidade, cultura visual e mudança social: potenciais da arte no socioeducativo.....	52
Prevenção à aplicação de medidas socioeducativas: a importância da produção de diagnósticos territoriais sobre socioeducação.....	53
Trabalho, escola e criminalização da infância no Brasil .....	54
Desafios da participação familiar no cumprimento de medida socioeducativa: um relato de intervenção da unidade socioeducativa de semiliberdade feminina de Palmas/TO .....	55
Percorrendo caminhos: projeto escola itinerante.....	57
A dinamização do sistema de justiça juvenil: uma experiência das audiências de execução em meio aberto em São Luís-MA .....	58
A reprodução da lógica punitiva no âmbito do sistema escolar: uma análise sobre a consolidação da identidade desviante e seu reflexo sobre o imobilismo social .....	59
Construindo um estado da arte: análises dos discursos parlamentares sobre a redução da maioria penal no Brasil.....	60
Gestão em saúde no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro .....	61
O critério de separação por facções criminosas dos adolescentes em medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional.....	62
Desafios do apoio técnico da gestão estadual para o fortalecimento do serviço de medida socioeducativa em meio aberto ofertado nos centros de referências especializados de assistência social nos municípios do Amazonas .....	63
Projeto Riscando o Risco .....	65

Medidas socioeducativas em meio aberto: um relato de experiência do município de Natal-RN.....	66
Falando sobre socioeducação – rodas de conversa entre o sistema de justiça e as unidades de cumprimento de medida socioeducativa de Londrina/PR.....	67
“Vivenciando a justiça restaurativa”: experiências que transformam paradigmas .....	68
Consolidando as práticas restaurativas na socioeducação do RS.....	69
Experiência pedagógica do projeto “Comunica menina!” .....	70
UNISS – propostas e desafios.....	71
A política de gestão de vagas das unidades socioeducativas do estado do Paraná.....	72
O estudo de caso como estratégia de intervenção no atendimento socioeducativo .....	73
Promovendo relações de ajuda: uma experiência de promoção de saúde mental no contexto de internação socioeducativa.....	75
Protocolo de prevenção e atenção ao suicídio das unidades de atendimento inicial, internação e internação provisória do Distrito Federal .....	76
Círculos de cuidado: um programa de práticas restaurativas como forma de cuidado com o servidor do sistema de atendimento socioeducativo do estado do Paraná .....	77
Práxis na construção do trabalho pedagógico com docentes em socioeducação .....	79
Informação em socioeducação: a atuação da biblioteca do DEGASE.....	80
Oficinas de arte com adolescentes como dispositivo de formação de agentes socioeducativos .....	82
“Caderno de Socioeducação: socioeducação e diversidade”: um protocolo de atendimento ao público LGBT na socioeducação .....	83
Processo colaborativo e a busca pela horizontalidade das relações entre as gerências no atendimento inicial do núcleo de atendimento integrado NAI/UAI .....	84
Teatro na socioeducação: o sujeito entre as narrativas e as cenas.....	85
<b>Rodas de conversa.....</b>	<b>86</b>
A potencialidade do encontro na internação socioeducativa: práticas profissionais perpassadas pelo vínculo.....	87
Práticas restaurativas e socioeducação: a dialogicidade na construção do fazer socioeducativo .....	90
Guerreiros da periferia – arte, cultura e lazer no atendimento socioeducativo em meio aberto .....	93
Artistas: quem são, onde vivem, de que se alimentam e o que fazem no sistema socioeducativo do Distrito Federal?.....	96
Socioeducação no DF: pesquisa, política de escolarização e extensão .....	98
Política de atendimento socioeducativo baseada em evidências .....	100
A promoção do desenvolvimento humano por meio de projetos esportivos e culturais fundamentados na educação popular nas medidas socioeducativas em meio aberto.....	103
As políticas de escolarização destinadas a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas: incompletude institucional, intersetorialidade e a primazia da dimensão pedagógica.....	106
A potência dos encontros mediados pela arte na internação socioeducativa: práticas profissionais perpassadas pelo fazer estético.....	108

Socioeducação e segurança: uma relação a ser equilibrada.....	110
Agente socioeducativo: um profissional em construção.....	113
RAP como ferramenta pedagógica de ressocialização.....	116
A intersectorialidade no processo de formação e produção de conhecimento: a dimensão da segurança socioeducativa.....	119
Gestão do sistema socioeducativo do Amazonas:.....	122
Perspectivas de gênero no sistema socioeducativo - costurando olhares genderados com trabalhadoras, adolescentes e familiares.....	125
Estágio curricular e pesquisa em socioeducação .....	128
Passa a bola! O futebol como linguagem no acompanhamento socioeducativo .....	131
Agora é com elxs: direitos e participação política de adolescentes.....	134
<b>Mesas redondas.....</b>	<b>135</b>
Juvenicídio, ato infracional e seletividade penal: as faces da violência estrutural.....	136
A assistência social e os dados sobre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.....	137
“A ocasião faz o ladrão”? O sistema penal juvenil e os “novos” sujeitos de direito a luz da teoria geral do direito e marxismo de Pachukanis .....	138
Trabalho, escola e criminalização da infância no Brasil .....	139
O “cerco” do tráfico de drogas à infância e juventude .....	140
Construindo o Travessias: diálogos e práticas com as juventudes.....	141
Adolescentes e juventudes em risco: experiências de articulação e ação política na prevenção e enfrentamento da violência no estado do Ceará.....	142
Medidas socioeducativas: a institucionalização e punição como política de enfrentamento ao trabalho infantil nas piores formas .....	143
A segurança no contexto institucional da socioeducação .....	144
Socioeducação em tempos de neoliberalismo hiperautoritário: desafios à prática profissional.....	145
A oferta da escolarização e a gestão pedagógica para o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Distrito Federal.....	146
Práticas e sentidos, afetos e articulações: cotidianos profissionais se fortalecem e se (re)inventam – (conferência de encerramento) .....	147
<b>Painéis.....</b>	<b>148</b>
A arte como dispositivo socioeducativo com adolescentes em regime de internação .....	149
A consolidação da coletânea dos cadernos de socioeducação do estado do Paraná .....	150
A responsabilização do adolescente em medida socioeducativa como resistência ao seu lugar precarizado no laço social .....	152
Alfabetizar: uma ação coletiva .....	153
"Um passo a frente": diálogo com a socioeducação, inclusão e (re)inserção social.....	154

Sendo o tempo o principal elemento da punição, pode ficar a mercê da imprecisão? .....	156
Programa de acompanhamento ao egresso - uma experiência a ser compartilhada.....	157
Promoção da leitura na socioeducação: revitalização e implantação de salas de leitura no departamento geral de ações socioeducativas - DEGASE.....	158
Deficiência e o sistema socioeducativo .....	160
Rompendo fronteiras institucionais: NAETCA um relato de experiência .....	161
Entrevista terapêutica: contribuição e diferencial no trabalho com adolescentes em conflito com a lei.	163
Encontros e vozes: um relato de experiência que provoca reflexões sobre os sujeitos que compõem o sistema socioeducativo.....	164
Contexto de trabalho vivenciado por gestores na organização socioeducativa do Distrito Federal, à luz de uma análise estatística descritiva em saúde mental .....	166
Grupo de culinária como método de intervenção com adolescentes em conflito com a lei .....	167
A importância do trabalho em grupo: um relato sobre a execução do projeto iris na unidade de internação de saída sistemática do Distrito Federal .....	168
O trabalho social com famílias de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado como um fator potencializador no processo de ressocialização: um relato de experiência a partir das vivências no centro socioeducativo José Bezerra de Menezes.....	169
Grupo como um dispositivo de fortalecimento do atendimento familiar .....	171
Despacho: o informativo de serviços aos jovens e adolescentes do sistema socioeducativo .....	173
A gestão do trabalho socioeducativo no centro socioeducativo José Bezerra de Menezes: tecendo reflexões a partir de um relato de experiência .....	174
Educação digital na socioeducação: experiência em forma de painel.....	176
O judiciário e as medidas socioeducativas em meio aberto em São Luís - MA.....	178
Desafios da escolarização no contexto da medida socioeducativa de semiliberdade .....	179
Considerações sobre uma perspectiva crítica do desenvolvimento humano na formação inicial e atuação de psicólogos/os no sistema socioeducativo.....	180
Mudanças psicossociais em adolescentes e jovens autores de atos infracionais inseridos no programa jovens aprendiz .....	182
No campo da liberdade.....	183
Adolescente em conflito com a lei e os desafios da inclusão escolar: uma revisão da literatura .....	184
Jogo da Maconha: estratégia metodológica lúdica para dialogar sobre o uso da maconha e seu contexto social.....	185
Convivendo na mesma medida socioeducativa: socioeducação no contexto da nova direita .....	186
Práticas metodológicas socioeducativas na unidade mista de socioeducação José Bezerra de Menezes: um relato de experiência .....	187
Contribuições da aula prática no ensino de ciências no contexto da medida socioeducativa de internação .....	189

Educação formal e não formal: análise das práticas educativas na unidade de atendimento de semiliberdade do Recanto das Emas .....	190
Uma breve análise do processo socioeducativo da população em cumprimento de medida de internação no centro de atendimento socioeducativo da capital e no centro de internação feminina.....	191
Educação física escolar na socioeducação: primeiras aproximações .....	192
Medidas socioeducativas em meio fechado na região do Cariri cearense e a importância do trabalho em equipe para a efetivação dos direitos sociais dos socioeducandos e de seus familiares .....	193
Ações de enfrentamento ao uso abusivo de substâncias psicoativas: uma análise a partir das vivências em um centro socioeducativo na região do Cariri cearense.....	195
Desconstruir para reconstruir: a formação de socioeducadores .....	197
Espaço meninas – atendimento socioeducativo de adolescentes em liberdade assistida.....	198
Saúde no trabalho - cuidando do cuidador.....	200
O papel da escolarização no processo de ressocialização dos alunos em medida socioeducativa .....	201
Plano de execução do projeto de planejamento de vida.....	202
<b>Como eu faço?.....</b>	<b>204</b>
“A casa tá aberta!”: nossas reflexões sobre o espaço de convivência do serviço de medida socioeducativa em meio aberto do Jaçanã/SP .....	205
“Porque contigo não termino em mim mesmo”. A coletividade como princípio educativo e de gestão à socioeducação em meio aberto .....	207
Contribuições da psicanálise para o atendimento socioeducativo: relatos da prática .....	208
Moiô, minha mina tá grávida! Experiência de grupo de pais em um SMSE/MA.....	209
Projeto Conexão Adolescente – coaching em grupo execução direta PSC GEAMA de Planaltina – DF ....	210
Encontro de famílias da socioeducação de Londrina.....	211
Meu papel: gerando renda, rendendo vínculos .....	213
Educação musical como metodologia de atendimento socioeducativo .....	214
A prestação de serviços à comunidade como prática coletiva: experiências e disputas político-ideológicas .....	216
Trabalhando projeto de vida com jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: grupo “Quem eu sou” .....	217
O processo ensino-aprendizagem no núcleo de ensino da unidade de internação: uma metodologia para a transformação de uma instituição fechada em um espaço de liberdade.....	218
Projeto Trampolim: uma tecnologia social de inserção profissional e inclusão produtiva de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Belo Horizonte.....	219
Construção das diretrizes estaduais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa .....	220
Ressignificando valores além da sala de aula: uma prática de cidadania e de transformação do ambiente escolar.....	222

O uso de cursos profissionalizantes e de inserção no mercado de trabalho como ferramenta de minimização da reincidência dos jovens no cometimento de atos infracionais.....	223
Projeto de vida.....	224
Meu canto nosso canto! Metodologia de trabalho coletivo em prestação de serviços à comunidade ....	225
Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade em São Luís – um olhar para o orientador setorial .....	226
Educomunicação e as possibilidades de desenvolvimento integral do sujeito em restrição de liberdade .....	227
Práticas de escuta e construção nos processos socioeducativos: pensando dispositivos potencializadores da participação e autonomia de adolescentes.....	228
Projetos de futuro nos caminhos da socioeducação de meio aberto.....	230
Dentro e fora, fora e dentro: movimentos de integração, famílias e comunidades com jovens internos e internas .....	231
Saberes docentes mobilizados em espaços socioeducativos: pipas para além das grades.....	233
Escolarização e adolescentes privados de liberdade: formas de adaptação e enfrentamento das regras institucionais.....	234
Criando e recriando o fazer socioeducativo: uma reflexão metodológica.....	235
Escola e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida: em busca da garantia do direito humano à educação .....	236
<b>Oficinas e Minicursos.....</b>	<b>237</b>
Minicurso: O papel do vínculo no trabalho do agente socioeducativo.....	238
Minicurso: Privação de liberdade e mortificação subjetiva: apontamentos para o sistema socioeducativo .....	238
Minicurso: Juventude, racismo e violência: subsídios para a prática socioeducativa .....	238
Oficina: Metodologias de trabalho com adolescentes internos: uma experiência de educação emancipadora.....	239
Oficina: Meu papel.....	239
Oficina: Escrita criativa para adolescentes.....	239

# COMUNICAÇÕES COORDENADAS

## **SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DE ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DO RELATO DE PRÁTICAS DE CONTENÇÃO**

Vinício Luis Silva Oliveira  
Universidade de Brasília - UnB  
vinicioluis.oliveira@gmail.com

A segurança, no âmbito do sistema socioeducativo, deve ser pensada fora da perspectiva repressiva e punitiva do sistema prisional. O caráter pedagógico e restaurativo das medidas socioeducativas exige que a segurança seja estruturada e organizada para dar condições adequadas ao atendimento socioeducativo. É nesse contexto em que se estabelece a necessidade de diálogo entre os aspectos relacionados à segurança e à educação e, em um ambiente de privação de liberdade, esses dois aspectos tornam-se fundamentais para a organização e o funcionamento da comunidade socioeducativa. O compromisso da segurança com a dimensão pedagógica do sistema socioeducativo é manifestado pela segurança socioeducativa. O trabalho objeto da presente submissão é resultado de um projeto de pesquisa qualitativa sobre segurança socioeducativa, que se vincula a um projeto mais amplo que analisa denúncias de tortura contra adolescentes em privação de liberdade no país. Foram realizadas 16 entrevistas realizadas com gestores de unidades socioeducativas de internação de seis estados brasileiros. O objetivo geral do trabalho é analisar os relatos de gestores de unidades socioeducativas de internação sobre medidas de segurança e contenção de adolescentes em privação de liberdade. Os objetivos específicos do trabalho foram identificar menções a medidas de segurança e contenção de adolescentes em privação de liberdade e categorizar as medidas de segurança e contenção identificadas quanto a seu propósito na segurança socioeducativa. A partir da análise exploratória das menções a medidas de segurança e contenção dos gestores das unidades de internação, é possível constatar que a cultura prisional ainda se faz presente no ambiente socioeducativo. Os procedimentos de contenção são importados do sistema prisional; técnicas e medidas que se aplicam em um ambiente prisional para adultos são adotadas nas unidades de internação para menores. Não há menções a técnicas específicas de prevenção e gestão de crises voltada para unidades de internação socioeducativa. Além disso, há uma forte interferência de forças policiais na gestão da segurança e das crises nas unidades, o que acaba retirando a autonomia dos gestores para a solução de crises dentro da própria unidade. A proximidade com o sistema prisional dificulta o desenvolvimento do debate para se pensar uma segurança efetivamente socioeducativa. Percebe-se que, nas menções dos gestores das unidades de internação, a segurança é limitada aos procedimentos práticos de contenção e segurança e que grande parte expõe situações em que se exige uma resposta imediata dos servidores para repelir alguma situação de crise. Reduzir a segurança socioeducativa a procedimentos práticos de contenção e segurança não viabiliza o processo de responsabilização e ressocialização do adolescente infrator. A segurança socioeducativa deve ser pensada de forma ampla, considerando as particularidades do sistema socioeducativo. Ela tem função de garantir a preservação do patrimônio e a integridade física, psicológica e moral dos adolescentes e dos servidores envolvidos no processo de ressocialização, a fim de que o adolescente infrator possa findar sua trajetória infracional e desenvolver sua autonomia.

**Palavras-chave:** Segurança socioeducativa; Contenção; Internação.

## **SENTIDOS SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM ESTUDO NA UNIDADE DE SEMILIBERDADE FEMININA DO DF**

Quezia de Sousa Sabino

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília - UnB  
sabino.quezia@gmail.com

Cynthia Bisinoto

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília - UnB  
cynthia@unb.br

Considerando as potencialidades do processo de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento humano e a importância da experiência escolar no cenário socioeducativo, a qual tem a possibilidade de contribuir para o caráter pedagógico atribuído às medidas socioeducativas, a presente pesquisa objetivou explorar os sentidos construídos por adolescentes e servidoras de uma Unidade de Atendimento em Semiliberdade Feminina do Distrito Federal sobre o processo de ensino-aprendizagem e sobre a escola. Participaram quatro adolescentes de 13 a 17 anos de idade, além de cinco servidoras que trabalham na unidade. A pesquisa se estruturou na abordagem qualitativa e as informações foram construídas a partir de observação participante, entrevista semiestruturada com as servidoras e atividades mediadoras de modelagem em ciências naturais realizadas com as adolescentes da semiliberdade. Estas últimas ocorreram no formato de roda de conversa com apoio de imagens e modelos didáticos de ciências que possibilitavam explorar os fundamentos celulares da reprodução humana, a anatomia geral do sistema genital masculino e feminino, e os processos básicos da fecundação e a fase fetal. Foram realizadas três rodas de conversa: 1) Sexualidade e o sistema genital feminino; 2) Diferenças entre o sistema genital feminino e o masculino; 3) O ciclo menstrual e as etapas da gravidez. Os dados foram registrados em diário de campo e submetidos à análise de conteúdo temática. Os resultados apontam que as adolescentes tiveram uma trajetória escolar atravessada por evasão, defasagem escolar, conflitos na relação professor(a)-aluna e dificuldades no processo de aprendizagem, os quais parecem intensificar estigmas de “problema” que essas adolescentes recebem em muitos contextos sociais e que acabam por contribuir para o surgimento e a manutenção da conduta infracional. Os resultados evidenciaram ainda que as adolescentes não frequentavam a escola no momento da sua apreensão e que o retorno à escola, durante o cumprimento da medida socioeducativa, é vivenciado de forma pouco transformadora das experiências anteriores. É importante destacar que as adolescentes relatam vivenciar dificuldades de aprendizagem, entretanto, durante os encontros foi possível constatar que elas trouxeram seus conhecimentos prévios e através do espaço de mediação proposto envolveram-se ativamente no diálogo e articulação do conhecimento científico com aspectos do dia a dia. O estudo permitiu reiterar a importância da escola na trajetória de vida das adolescentes, influenciando o modo subjetivo como se veem e sendo, portanto, um caminho para pensar novos projetos de vida.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Semiliberdade; Escola; Ciências; Desenvolvimento.

## A AGENDA DO ADOLESCENTE EGRESSO

Beatriz Elena Barud Silva  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP  
beatrizbarud@gmail.com

A preocupação com a situação do adolescente em conflito com a lei ocupou um espaço importante desde os primeiros passos da República, momento em que essa temática adquiriu contornos políticos. Com o passar dos anos, percebemos um aumento da preocupação e da disputa acerca de como enfrentar a prática de atos infracionais. De um lado do debate situa-se o antigo discurso da necessidade e dos “benefícios” da redução da maioridade penal e, em contrapartida, encontramos atores verdadeiramente preocupados com a causa da infância e do adolescente, que se manifestam em prol da manutenção dos direitos e da cidadania. Nesse sentido, utilizando-se da metodologia qualitativa de levantamento bibliográfico e análise documental, este trabalho teve como objetivo responder a seguinte questão “Por que não temos uma política nacional de ressocialização?”. A Lei que instituiu o SINASE (12.594/12) menciona em um único artigo a gestão de atividades de inclusão social, não obstante, em espaços participativos em que há reunião de atores e potencial de promover demandas que – via de regra – influenciem a agenda de ações do governo, como é o caso das Conferências Nacionais, há uma preocupação com a efetiva implementação do SINASE, de modo que os objetivos ali dispostos sejam alcançados. A formação da agenda de políticas públicas representa uma das etapas do processo de políticas públicas, responsável por possibilitar uma alteração da situação social percorrendo a justiça social. Assim como a questão do adolescente em conflito com a lei, os assuntos que irão compor a agenda governamental são impactados por interesses políticos distintos. A mídia é um dos participantes desse jogo e exerce forte influência na formação da opinião pública, no que tange a adolescentes que cometem atos infracionais, persiste, ainda na atualidade, o *marketing* que fomenta a mentalidade do Código de Menores, segundo o qual os adolescentes são uma *doença social* que precisa ser eliminada da esfera pública. Sendo assim, até que se consiga alcançar a consciência coletiva de toda a sociedade a respeito da importância da ressocialização e de que ela é uma medida possível, estaremos a mercê de conjunturas políticas e de soluções paliativas, que, por vezes podem se afastar da Doutrina da Proteção Integral, dos princípios do ECA e do SINASE, ou seja, dos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Ressocialização; Agenda; Mídia; Vontade Política.

## **TRANSIÇÃO ENTRE O MENOR E A CRIANÇA E O ADOLESCENTE SUJEITO DE DIREITOS**

Aline Daise Teixeira da Silva  
Universidade Católica do Salvador – UCSal/BA  
alineteixeira03@gmail.com

Gilca Oliveira Carrera  
Universidade Católica do Salvador – UCSal/BA  
gilca.carrera@ucsal.br

O Estatuto da Criança e do Adolescente buscou promover uma verdadeira ruptura, com a tradição do “menor” que estabelece uma distância, e principalmente uma discriminação entre os considerados menores e as crianças e adolescentes. Em divergência com antigo Código de Menores, o ECA prevê que toda criança ou adolescente brasileiro, independentemente de cor, orientação sexual, credo ou classe social, seja considerado sujeito de direitos e com absoluta prioridade. Em relação aos adolescentes em conflito com a lei, essa legislação prevê a aplicação das medidas socioeducativas, primando pela educação, mas sem desconsiderar a responsabilização pelo ato cometido. São notáveis os avanços que se apresentam entre a vigência do Código de Menores e a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Notadamente, os adolescentes são considerados detentores de direitos e, mais especificamente no caso dos atos infracionais, é atribuída a responsabilização. Porém entre a lei e a realidade apresenta-se uma lacuna, relacionada à efetiva implementação da lei. É demandado uma adequação entre o que está escrito na lei e o que é implementado por todos os segmentos da sociedade envolvidos na socioeducação. A infância e juventude brasileiras, historicamente sacrificadas, expostas a violação de direitos, ainda necessita de acentuada atenção e real implementação das leis em vigência, objetivando a garantia dos direitos previstos. E considerando, as especificidades constantes e necessárias ao atendimento socioeducativo, os princípios e diretrizes que compõem o seu ordenamento, ainda são demandantes de inúmeras intervenções e ações, para cumprimento do que está previsto. O Brasil ao adotar a doutrina da proteção integral para o adolescente, assume o compromisso de reconhecer um novo sujeito político e social, detentor de direitos e garantias, previstas em lei, porém o hiato existente entre o que está previsto nos documentos legais e a realidade vivenciada por esses sujeitos, também não deve ser desconsiderada. Os desafios apresentados na implementação das leis que assistem o adolescente autor do ato infracional, estão presentes no contexto do Estado, da família assim como da parcela da sociedade civil envolvida no sistema socioeducativo. Embora o processo educativo seja a espinha dorsal do atendimento ao adolescente autor do ato infracional, a sociedade e em alguns casos os próprios segmentos responsáveis pelo atendimento, priorizam ou implementam ações punitivas em detrimento de ações socioeducativas.

**Palavras-chave:** Criança; Adolescente; Socioeducação; ECA; SINASE.

## **O ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO LGBT EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS**

Henrique Bezerra Perminio

Fiocruz (consultor da PNAISARI no Ministério da Saúde)

henrique.perminio@saude.gov.br / agaperminio@gmail.com

Ana Ligia Braguetto Costa

A população LGBT experimenta um conjunto expressivo de violações de direitos na sociedade. Em unidades socioeducativas a condição de privação de liberdade parece ser potencializadora do cerceamento de direitos como fatores que perpassam pela transição histórica sobre o lugar dado aos adolescentes no Brasil, incluindo a percepção sobre a construção social da sexualidade. Face a esse cenário, esse artigo busca fazer uma análise entre as leis e normativas para essa população com a realidade identificada nas unidades socioeducativas, tendo como objetivo central, contribuir para o debate sobre diversidade sexual e identidade de gênero no âmbito das unidades socioeducativas de privação de liberdade. Trata-se de um estudo de abordagem analítica, utilizando análise documental e de dados quantitativos do processo de monitoramento e avaliação da PNAISARI. A partir da análise documental o estudo identificou que muitos avanços normativos foram realizados no últimos, mas que apesar do processo de mudança na perspectiva de adolescentes enquanto sujeitos, e mais especificamente, na afirmação dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, há carência de ordenamento específico para o acolhimento de adolescentes LGBT, em unidades de privação de liberdade, que respeitem os princípios da incompletude institucional, da individualização da medida, da equidade e da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A partir dos dados de monitoramento do acolhimento de adolescentes, foi possível observar uma proporção superior de autodeclaração de homoafetividade em unidades exclusivamente femininas. No caso do acolhimento de adolescentes travestis e transexuais, a não identificação de um modelo de acolhimento nas unidades analisadas, corrobora com a falta de orientações e normativas para essa população. Na discussão dos resultados, foi utilizado um estudo de caso sobre a experiência no Paraná que reforça que na escassez de documento orientador e de clareza da equipe sobre a melhor forma de condução das ações, foi necessário desenvolver uma série de estratégias para lidar com os desafios que surgiram na unidade. Em suma, os resultados sugerem que apesar do processo de mudança paradigmática na perspectiva de adolescentes enquanto sujeito de direitos, e mais especificamente, na afirmação dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, há carência de ordenamento específico para o acolhimento de adolescentes LGBT, em unidades de privação de liberdade, que respeitem os princípios da incompletude institucional, da individualização da medida, da equidade e da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Como limitações desse estudo, podemos apontar para a escassez de informações, e análise mais aprofundada sobre como anda sendo implementada a política socioeducativa para a população LGBT. Nessa perspectiva, recomenda-se o fomento a ampliação e publicação de estudos nessa área.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Socioeducação; Políticas Públicas; LGBT.

## **CENTROS SOCIOEDUCATIVOS EM MANAUS: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES INDÍGENAS NO AMAZONAS**

Liliane Lacerda Fleuri  
Instituto Federal do Amazonas – IFAM  
hfleuri53@gmail.com

Claudina Azevedo Maximiano  
Instituto Federal do Amazonas – IFAM  
claudina.maximiano@ifam.edu.br

A pesquisa à qual este trabalho está associado surge no contexto das discussões e reflexões realizadas ao longo do curso de Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia (DEPPA). Os objetivos se pautam em analisar as políticas institucionais da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) quanto ao atendimento do adolescente indígena nas unidades socioeducativas. Busca: "investigar os programas e projetos de atendimento ao adolescentes indígenas nas unidades Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente e Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa", "problematizar as questões relacionadas a diversidade étnica dos internos nos centros socioeducativo de internação em Manaus", "fazer o levantamento de 2009 a 2019 do atendimento ao adolescente indígena nos centros socioeducativos de internação em Manaus". A proposta metodológica utilizada se pauta na pesquisa de campo, seguindo a perspectiva qualitativa nas ciências sociais. Como o processo de internação está centralizado na capital, os adolescentes do interior que cometem ato infracional, são conduzidos para a delegacia do município. Devido à precarização do sistema de segurança pública no Amazonas, existem exemplos de violações no processo de internação dos adolescentes. É nesse processo que se insere a questão dos adolescentes indígenas em conflito com a lei no estado do Amazonas. De acordo com a pesquisa, há exemplo de inúmeras violações de direitos: o caso de um adolescente indígena Mura, da terra indígena de Lago do Pantaleão, passou trinta e cinco (35) dias na Delegacia de Autazes/AM, junto a adultos. A centralização dos órgãos, agravando-se para os indígenas. A questão do pertencimento étnico, com reconhecimento legal do estado, passa a ser um critério que deve ser considerado em todos os processos que envolvam indígenas. Ao que se refere à demanda, os Centros Socioeducativos receberam sete (7) adolescentes indígenas em 2018, dos seguintes povos: Baniwa, Mura, Ticuna, Sateré -mawé e Apurinã. Sendo que um (1) no Senador Raimundo Parente e seis (6) no Dagmar Feitosa. Atualmente, há somente três (3) adolescentes indígenas no Dagmar Feitosa, pertencentes aos povos: Ticuna e Apurinã. A pesquisa aponta, além da centralização dos órgãos de atendimento em Manaus, a internação provisória em delegacias no interior do estado. Outro dado é a questão da identificação étnica dos adolescentes nos prontuários, na maioria dos casos, os prontuários não apontam identificação. E nem há por parte das equipes, informação sobre a importância desse dado. Quanto ao registro da presença indígena nas unidades socioeducativas do período de "2009 a 2019", foi apontado o desaparecimento dos prontuários. As unidades de internação não possuem programas ou projetos que atendam a especificidade do adolescente indígena. Ressaltamos a relevância do trabalho em rede, a presença da FUNAI durante todo processo, pois a mesma integra o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). E presença de um intérprete quando necessário, sobretudo um antropólogo nos processos e planejamento das ações socioeducativas.

**Palavras-chave:** Privação de Liberdade; Políticas Públicas; Garantias de Direitos; Indígenas.

## **O PAPEL DA PEDAGOGIA E A EXPERIÊNCIA COMO POSSIBILIDADE**

Diego Frederico da Silva Carvalho  
Fundação CASA/SP  
prof.filosofia.diego@gmail.com

Este estudo foi desenvolvido como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação, promovido pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de um relato de experiência e a sua relação com as definições legais da política pública socioeducativa. A pesquisa pautou-se nas angústias vivenciadas pelo educador no ambiente socioeducativo do estado de São Paulo. Um dos pontos para análise foi a relação conceitual entre as normas legais e a prática educativa vivenciada no dia-a-dia da unidade, onde faltam definições e articulações de política pública na construção do trabalho socioeducativo. Algumas destas angústias profissionais referem-se à definição de equipe técnica em contradição à prática institucional histórica. Institucionalmente os educadores da Fundação CASA não são considerados por sua formação em Educação, ao contrário, são orientados e direcionados nas unidades para serem apoios ou algo similar ao agente de organização escolar, contradizendo novamente as diretrizes legais e a sua formação acadêmica, e foram estas angústias que motivaram esta pesquisa. Buscamos leituras em educadores, pedagogos e pesquisadores, tais como: Larrosa (2016), Freire (1996) Saliba (2006), Makarenko (2006), Gohn (2010). Estas leituras auxiliaram na compreensão do trabalho de educador social, e ampliaram o entendimento da medida socioeducativa e suas contradições institucionais. Outro ponto motivacional da pesquisa foram as atribuições construídas historicamente na instituição em relação às equipes que atendem e executam a política in loco. A equipe psicossocial é conhecida historicamente como equipe “técnica” e “salvadora”, e a equipe de segurança (agentes de apoio socioeducativo) como “quem segura a casa”, enquanto os educadores são “apontadores de lápis, oficinairos”. Estas construções estruturais acerca da identidade dos profissionais dificultam o trabalho e dificulta a compreensão do conceito de equipe de referência definida pela Fundação CASA. Esta definição é similar à definição de equipe técnica legal. Estudamos a definição legal de equipe técnica e posteriormente avaliamos, a partir das experiências pedagógicas, as possibilidades de trabalho na medida com o intuito de atingir o objetivo socioeducativo, relacionamos os conceitos legais com as teorias educativas, como diria Freire (1996): Ação-reflexão-ação. Refletimos práticas educativas como atendimento técnico-pedagógico, construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), construção do relatório de desenvolvimento do Plano Individual de Atendimento e relacionamos com ações que possibilitam desenvolver o PIA do adolescente fora dos eixos educativos formais da Fundação CASA, ações como projeto de vida, cine filosófico, oficina de desenho, círculo da cultura e outras práticas.

**Palavras-chave:** Equipe técnica; Socioeducação; Educação; Experiência.

## **PRÁTICAS DOCENTES EM ARTES: POSSIBILIDADES PARA A SOCIOEDUCAÇÃO**

Paulo Bareicha

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
paulo.bareicha@gmail.com

Luanna Emanuelle Rodrigues Duarte

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
luannamanurd@gmail.com

A prática pedagógica em grupos socioeducativos é realizada por profissional cuja formação contempla os cursos de Pedagogia, Serviço Social ou Psicologia. O Especialista socioeducativo, entretanto, utiliza em sua didática, além de dinâmicas de grupo, rodas de conversa e aulas, muitas práticas artísticas, cuja formação universitária é insuficiente para habilitá-lo a essa tarefa. Isso torna sua atividade intuitiva e improvisada. O objetivo deste trabalho é discutir a possibilidade de utilização de práticas artísticas pelo socioeducador, propondo uma capacitação em serviço. Para tanto foram selecionadas 12 dissertações do Mestrado Profissional em Artes – Profartes, na linha de pesquisa “propostas pedagógicas”, defendidas entre 2016 e 2018, nas áreas de teatro, dança, artes visuais e música, em um universo de 210 dissertações. As selecionadas podem ser adaptadas a trabalhos com jovens em regime de internação, semiliberdade e meio aberto. Classificamos os trabalhos a partir do conceito de “implicação”, oriundo da sociologia clínica, a fim de caracterizar uma Pedagogia da Presença, na qual educadores e educandos possuem relações pedagógicas de reciprocidade. Do mesmo modo o interesse pelo conhecimento valoriza os saberes de cada participante. As oficinas de artes apresentam-se assim como intervenções sociais de cunho educativo, utilizando linguagens artísticas e com repercussão na pessoa, no grupo e no social. O primeiro enfoque é na percepção de si e privilegia “como me vejo no mundo”: a cena-selfie que traz o meu discurso, a minha voz à cena; em seguida, minha narrativa posta visualmente em movimento pelo grupo para que eu a perceba; modificações nas quais introduzo adaptações rítmicas com percussão corporal; no conjunto, oferecem uma percepção com visualidade afro-indígena-brasileira. O segundo enfoque é na percepção do outro, “como o outro me percebe diverso”: um teatro negro que me implica todo: corpo e política; a dança que promove a emancipação; cordel sem cordão; mas que me permite realizar construções visuais. O último enfoque é na percepção social, a leitura e a compreensão do seu espaço / território; dança narrativa da história do cotidiano; improviso cênico musical; e proposta curricular que identifica e transpõe as muralhas de cada um. A participação implicada de educandos e educadores pode oferecer condições suficientes para rupturas epistemológicas. Ou seja, para que se descubra juntos novos significados para a realidade. A capacitação dos Especialistas socioeducativos na área de artes pode proporcionar a utilização de linguagens expressivas que facilitam a comunicação e a interação grupal, favorecendo o aprendizado, a socialização e a emancipação.

**Palavras-chave:** Práticas docentes; Propostas pedagógicas; Artes; Socioeducação.

## (DIS)SABORES DA SÍNDROME DE BURNOUT – QUALIDADE DE VIDA DOS GESTORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL

Tatiana de Paula Soares  
Université Toulouse Jean Jaures  
tatiana.de-paula-soares@etu.univ-tlse2.fr  
tatiana.soares@gmail.com

Este estudo se propôs a identificar e discutir as relações entre a qualidade de vida dos gestores e os fatores preponderantes ao desenvolvimento da síndrome de burnout relacionados ao contexto de trabalho no sistema socioeducativo do Distrito Federal. Pesquisas demonstram que a sobrecarga, o desgaste emocional, as precárias condições de trabalho e a falta de realização profissional afetam a qualidade de vida dos trabalhadores. Com base nesse entendimento, utilizou-se a análise estatística descritiva; análise fatorial; análise fatorial confirmatória; testes de hipóteses (*Wilcoxon-Mann-Whitney e Kruskal-Wallis*) e de regressão múltipla para análise dos dados. Dos participantes, 48 finalizaram todos os três questionários (sob a escala *likert*) que avaliaram além do perfil sociodemográfico relacionado à posição hierárquica dos gestores; exaustão emocional, despersonalização e realização pessoal correlacionados ao nível de burnout; saúde física e mental ligada à qualidade de vida; e, níveis de demanda, controle e apoio vinculados ao contexto de trabalho. De início, objetivou-se identificar o perfil gestor do atendimento socioeducativo do Distrito Federal; verificar e descrever a frequência dos graus de esgotamento emocional, despersonalização e realização pessoal, além de identificar a ocorrência da síndrome na equipe gestora, por meio da aplicação do questionário *Maslach Burnout Inventory (MBI)*. A partir disso, concluiu-se que 29,17% dos participantes apresentaram a síndrome, destacando-se que, dos 48 participantes, 70,83% apresentaram alto grau de esgotamento emocional. O objetivo seguinte foi de identificar os componentes de saúde e seus impactos na qualidade de vida da equipe gestora socioeducativa, apontando os domínios sobressalentes das subescalas de saúde física e de saúde mental. Através do instrumental *Medical Outcomes Study SF-36 Health Survey*, identificou-se a frequência destes domínios e verificou-se se as escalas que demonstravam maiores limitações à saúde estavam correlacionadas àquelas que evidenciaram a síndrome de burnout ou os graus de esgotamento emocional e/ou despersonalização elevados e/ou ainda a baixa realização pessoal dos gestores. Com isso, pôde-se retratar a qualidade de vida sob o ponto de vista dos gestores da socioeducação do Distrito Federal. Na mesma direção dos primeiros objetivos, o último buscou identificar o contexto de trabalho da gestão da socioeducação do Distrito Federal, através dos componentes 'demanda', 'controle' e 'suporte' institucionais do *Job Content Questionnaire*. Avaliou-se a correlação de seus componentes nas relações socioprofissionais, suas implicações na realização profissional e na qualidade de vida dos gestores. Sucedeu-se a análise, se as escalas que apresentaram maiores evidências de precarização no contexto de trabalho correlacionavam-se àquelas que mostraram processos de adoecimento ligados ao burnout e/ou níveis que mais se aproximavam da síndrome; e, aos aspectos limitantes da saúde. Ao final, nas categorias levantadas, os resultados sugeriram a urgência do planejamento de uma política pública de prevenção e atenção à saúde mental, considerando os fatores que conduzem ao esgotamento emocional e à insatisfação na realização pessoal aos trabalhadores que gerenciam o sistema socioeducativo brasileiro, especialmente nesta pesquisa, no Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Burnout; Qualidade de vida; Saúde; Contexto de trabalho; Sistema socioeducativo.

## **REFLEXÕES SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO ALIADAS À PRÁTICA MUSICAL NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL**

Walter de Sousa Silva

Unidade de Internação do Recanto das Emas,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
waltssilva@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre uma atividade pedagógica que buscou discutir de tópicos relacionados a questões de gênero aliadas à prática musical de repertório de interesse dos estudantes das oficinas de Música, na Unidade de Internação do Recanto das Emas. Dentre as atividades oferecidas especificamente nesta Unidade, existem as oficinas de Música. São atendidos atualmente cerca de 20 socioeducandos nas aulas de piano, cordas friccionadas, violão, teoria, produção musical e gravação. Considerado o contexto sócio-econômico-cultural dos estudantes e suas preferências musicais, bem como a postura sexista e homofóbica que integra o perfil da maioria dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, foi proposta uma atividade de prática de conjunto cujo repertório partisse do interesse dos estudantes (Funk “Agora Vai Sentar” - MC Jhowzinho e MC Kadinho) e permitisse discussões sobre questões de gênero, fundadas no teor de letras que objetificam as mulheres. Houve a apreciação da gravação do gênero funk “Agora Vai Sentar”. Em seguida foi apresentado um vídeo (“Resposta ao funk ‘Agora Vai Sentar’”, elaborada por Mariana Nolasco). Após a reprodução do vídeo, os estudantes foram instigados a refletir sobre as letras da versão original e da “Resposta”, com relatos individuais sobre as impressões que as obras lhes causaram. Em relação aos aspectos teórico-musicais, observaram-se princípios da educação musical da prática coletiva de instrumentos, tais como: ensino de música com música; utilização de contexto harmônico; partir do básico da prática musical; consideração do ambiente sócio-econômico-cultural do estudante; abordagem dialógica e prática; estímulo da autonomia do estudante e, por fim, uma apresentação da canção em recital. Evidenciou-se como a maioria dos participantes se mostrou concordante com o teor objetificante de mulheres e com os papéis sociais assumidos pelos gêneros feminino e masculino que são descritos nessa letra de orientação machista, com a mulher erotizada. Mulher que poderia ser tratada dessa maneira por eles e pelos demais. Exceto se essa mulher fosse sua irmã, filha ou familiar, por exemplo. Essa contradição na percepção de realidade, pudemos perceber, causou desconforto em alguns dos envolvidos na atividade.

**Palavras-chave:** Educação musical; Gênero; Socioeducação.

## **FICCIONANDO: UMA PROPOSTA DE OFICINA SOBRE VIOLÊNCIA COM JOVENS EM CONFLITO COM A LEI FUNDAMENTADA NA PSICOLOGIA ANALÍTICA**

Ezequiel Nogueira Braga  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
ezenbraga@gmail.com

Liliana Liviano Wahba  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP  
lilwah@uol.com.br

Acerca do problema da violência de jovens no Brasil, a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) prevê a atuação do psicólogo individualmente, com grupos e com a família dos jovens, de modo a possibilitar a reflexão moral e a autonomia. O presente trabalho propõe uma intervenção em grupo, no formato de oficina, desenvolvida a partir de pressupostos teóricos da psicologia analítica sobre moralidade e agressividade e de revisão da literatura sobre o tema. A oficina é construída a partir de histórias de violência contadas pelos jovens, histórias essas que não aconteceram diretamente com eles, mas que os marcaram de alguma forma. Com base nas narrativas, o coordenador oferece estímulos que ajudam o grupo a tecer reflexões e a propor acréscimos imaginários que visam ao processamento da consciência moral e o reconhecimento de fantasias agressivas. Foi realizado estudo de caso, com enfoque qualitativo, tendo como objeto de estudo oficina da qual participaram quatro jovens de 18 a 20 anos que cumpriam medida socioeducativa de semiliberdade, dois dos quais completaram todo o processo de intervenção. A unidade de análise principal foi a iniciativa de implementação da oficina, e as unidades de análise subordinadas compreenderam a análise dos relatos do grupo – que abarcou a identificação, categorização e nomeação de padrões – das narrativas individuais e dos escores obtidos pelos participantes na aplicação pré e pós-teste da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (ECAD). Na análise temática dos relatos do grupo emergiram doze temas que articulam as situações de violência relatadas, suas consequências, os códigos morais que as sustentam, os conflitos morais e as ponderações dos participantes, bem como quatro eixos temáticos – “Naturalização da violência”, “Possessão pela loucura”, “Condicionamento dos vínculos” e “Liminaridade da violência” – entrelaçados pela noção de determinismo. Individualmente, foi possível identificar mecanismos defensivos, códigos de pertença e impulsividade que dificultam processos reflexivos, assim como tensões entre os códigos morais coletivos e o determinismo da violência, com sentimentos pessoais de medo, apego e empatia conduzindo a ponderações incipientes com o reconhecimento de potenciais destrutivos. A oficina demonstra potencial como estimuladora de consciência moral e configura um espaço de confiança e de amparo possível para jovens envolvidos em situações de violência. Considera-se válida como estudo piloto a ser implementado.

**Palavras-chave:** Jovens em conflito com a lei; Violência; Intervenção psicológica; Consciência moral; Psicologia analítica.

**A IMPORTÂNCIA DO DEBATE SOBRE GÊNERO E RAÇA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO:  
ANALISANDO EXPERIÊNCIAS EM GRUPO NO MEIO ABERTO**

Giovanna Hyamonna Gomes de França  
Universidade de Brasília - UnB  
gyovanna32@gmail.com

Júlia Lopes Vieira  
Universidade de Brasília - UnB  
julopesv19@gmail.com

Isabella Santana Lopes  
Universidade de Brasília - UnB  
isabellasanlopes@gmail.com

Na execução das medidas socioeducativas, sabe-se que, de acordo com as legislações que as regem, fortalecer as relações do adolescente com a família e a comunidade é um dos princípios estabelecidos para a atuação dos profissionais, além da necessidade de proposição de atividades de integração. Uma das formas práticas de se trabalhar e fortalecer esse convívio e vínculo é a partir de atividades em grupo. Assim, compreendendo que as leis que conduzem esse sistema ressaltam o caráter pedagógico que deve perpassar a execução das medidas, este trabalho discute as atividades em grupo enquanto um espaço prático para realização deste convívio e também enquanto local de debate sobre diversos temas que fazem parte do cotidiano dos/as adolescentes e influenciam em suas trajetórias. A realidade brasileira possui como pilares o racismo e o patriarcado, sendo assim, refletir sobre as questões de gênero e raça se tornam essencial para pensar nas propostas assinaladas no âmbito legal para atingir os objetivos do cumprimento da medida, de maneira a observar a relevância do que é abordado dentro dos procedimentos aplicados. O objetivo principal deste trabalho consiste em demonstrar a importância do debate sobre gênero e raça no sistema socioeducativo por meio da análise de projetos de oficinas em grupo que foram aplicados nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Gama e de Taguatinga, durante o período de estágio obrigatório de estudantes de Serviço Social. Na oficina aplicada na UAMA do Gama foram trabalhados temas como: modelos de gênero, expressões machistas reproduzidas no cotidiano, violência contra a mulher como expressão do machismo e mudanças na sociedade para relações mais igualitárias. Na unidade de Taguatinga, foi possível trabalhar a questão de gênero associada aos papéis que são considerados tradicionalmente femininos e até mesmo em relação a construção do que seria o feminino e o masculino. Já sobre a temática racial, questões do dia a dia dos socioeducandos foram levantadas e abordadas a partir da perspectiva sobre como o racismo impacta as vivências das pessoas negras. Durante a realização das oficinas, foi possível perceber um crescente interesse nas temáticas e na participação, levando a um repensar sobre os temas. Isso foi possível também porque as associações construídas por eles com fatos cotidianos e o sentimento de pertencimento aquelas questões propiciaram um olhar mais atento diante das desigualdades de gênero e do racismo. Portanto, as atividades em grupo se concretizaram enquanto espaço pedagógico e enriquecedor de debate, sendo relevante a socialização da pluralidade de práticas e da sistematização delas, para que seja possível o aperfeiçoamento dos modos de intervenção dentro de um sistema em que é fundamental buscar estratégias diante dos percalços.

**Palavras-chave:** Gênero; Raça; Meio aberto; Trabalho com grupos.

## **JOVENS EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: NO RADAR DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS**

Kelita Rejanne Machado

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, UnB  
kelita.rejanne@unb.br / mac.kelita@gmail.com

Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, UnB  
mcsoliveira@gmail.com / claudia@unb.br

Diante de um flagrante insucesso das medidas socioeducativas em relação ao seu papel ressocializador e no preparo do jovem à participação cidadã, as autoras empreenderam esforços de pesquisa nos últimos anos para compreender as dinâmicas envolvidas nos processos intra e interpessoais dos adolescentes e jovens, mediadas pela lei e seu aparato de justiça juvenil. Para tanto, foi realizado um estudo longitudinal realizado com imersão etnográfica em uma unidade socioeducativa, com jovens em fim de cumprimento da medida privativa de liberdade. A lente interpretativa escolhida para buscar dar conta do fenômeno citado foi a psicologia cultural, com ênfase em seus aspectos históricos, sociais e institucionais. Os resultados que darão sustentação às discussões foram produzidos a partir de um dos instrumentos utilizados no referido estudo, o Radar de Relações Interpessoais (RRI). O instrumento revelou o seu valor heurístico para reconstruir graficamente os possíveis vínculos interpessoais significativos preservados ao término da medida. Os resultados revelaram que, mesmo em se tratando de trajetórias de vidas únicas e irrepetíveis, é possível encontrar nos diferentes RRIs certos padrões de regularidade, como a percepção da diminuição das alteridades que representam um empobrecimento da rede de apoio do jovem egresso. Os resultados demonstram ainda o movimento no qual algumas esferas de experiência vão se perdendo progressivamente, e com ela as alteridades relacionadas, enquanto outras vão emergindo como fonte de forças semióticas importantes. O estudo permitiu identificar algumas marcas que o sistema socioeducativo deixa nas trajetórias dos jovens que são submetidos a longos períodos de privação de liberdade. De forma particular, os RRIs possibilitaram uma visualização dos impactos subjetivos e sociais da experiência de saída sistemática, que se dá permeada de ambivalências em relação à liberdade e à sua privação. Analisa-se ainda o papel de atores de dentro do sistema percebidos como potencial rede de proteção, que deixam de existir imediatamente após a extinção da medida. Discute-se ao final possíveis caminhos para auxiliar a reinserção social do jovem ao contexto comunitário, familiar e laboral, que necessariamente passa por um programa de acompanhamento ao egresso, e uma substituição progressiva dos vínculos associados a práticas delitivas por relacionamentos potencialmente mais saudáveis e produtivos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento humano; Justiça juvenil; Psicologia semiótico-cultural; Radar de Relações Interpessoais; Trajetórias juvenis.

## ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO FECHADO NO ESTADO DO MATO GROSSO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Érica Maia Campelo Arruda  
Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS), PPGD,  
Universidade Estácio de Sá – RJ  
ericamaiaarruda@yahoo.com.br

Adriana Edna Ferreira Duarte  
Centro Socioeducativo de Cuiabá/MT - CASE/SUASE/SAJU/SESP/MT  
adrianaedna@hotmail.com

O resumo apresentado é parte das conclusões do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no 1º Curso de Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação promovido pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS), tendo as autoras figurado na qualidade de orientadora e discente, respectivamente. O objetivo deste trabalho é dar continuidade às pesquisas realizadas, com vistas à análise da Política Pública Estadual de Atendimento Socioeducativo em meio fechado no estado do Mato Grosso, através da contextualização histórica que possibilite compreender a implantação e implementação do Plano Decenal Estadual de Atendimento Socioeducativo (2015-2024), publicado em novembro de 2014. Os dados até agora coletados apontam para uma tendência em privilegiar as ações de punição e repressão em detrimento dos aspectos e possibilidades sociopedagógicas. Por isso, defende-se a importância no cotejamento da evolução sócio-histórica da política no estado, fornecendo subsídios para a construção do atendimento socioeducativo em Mato Grosso mais próximo dos parâmetros do SINASE. Destaca-se também a importância dos processos formativos para que o atual modelo de gestão e condução política governamental de Mato Grosso caminhe na direção da proteção integral ao adolescente em conflito com a lei, sendo certo que os profissionais e operadores do SINASE possuem papel fundamental nessa tarefa, pois os mesmos acumularam em suas vivências profissionais *expertise* que provocarão mudanças quando agregadas ao saber teórico decorrente dos processos formativos. A política pública de atendimento socioeducativo é indissociável da prática profissional, e que não deve se desenvolver de forma autônoma e/ou altruísta e nem estar direcionada exclusivamente pelas “vontades do profissional”, pois ele tem um importante papel como ator da política pública de atendimento socioeducativo, daí a necessidade em compreender o desenvolvimento sócio-histórico da política no estado, possibilitando a identificação das condicionantes sociais e institucionais que rebatem na intervenção profissional. Desta forma, entendemos que conhecer a realidade sócio-histórica das práticas profissionais nos mais diferentes âmbitos da política pública de socioeducação no Mato Grosso é uma importante estratégia para que o atendimento socioeducativo mato-grossense esteja em consonância com os princípios e valores expressos nos documentos e legislações de âmbito nacional normatizadoras do SINASE.

**Palavras-chave:** Política Pública; Atendimento Socioeducativo; SINASE.

## **POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA FUNDAÇÃO CASA/SP PARA ALÉM DO TRABALHO BUROCRÁTICO**

Valéria Regina Valério de Carvalho Frederico

Fundação CASA/SP

valeria250485@gmail.com

Este estudo foi desenvolvido como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação, promovido pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de um relato de experiência, que teve como objetivo discutir acerca das possibilidades de atuação dos pedagogos nas unidades de internação da Fundação CASA/SP e apresentar resultados de uma experiência desenvolvida pela própria pesquisadora, que é pedagoga da referida instituição. Parte-se da hipótese de que o pedagogo é um profissional cuja formação em Educação, lhe permite ir além do fazer burocrático ou do simples acompanhamento no ambiente socioeducativo, pois pode ter uma atuação direta com os adolescentes, possibilitando que sejam protagonistas de próprias histórias de vida. O trabalho direcionou o olhar à prática dos pedagogos no ambiente socioeducativo paulista. De acordo com o Caderno da Superintendência Pedagógica (SÃO PAULO, 2010), documento que estabelece e implementa as diretrizes e políticas de atendimento técnico-pedagógico para a Fundação CASA, existe a necessidade de suporte de ao menos dois pedagogos em cada unidade de internação, dada a grande demanda de atividades, que se configura em duas frentes de trabalho, uma relacionada às funções de estrutura e funcionamento do setor pedagógico e outra, voltada à organização de práticas educativas e rotinas de atividades pedagógicas diárias. Tanto em uma como em outra frente, a atuação dos pedagogos nas unidades de internação da Fundação CASA está restrita à realização do trabalho burocrático ou ao acompanhamento das rotinas, em detrimento da realização de atividades diretamente com os adolescentes. O ingresso de pedagogos se dá mediante aprovação em concurso público. E há uma contradição entre as atribuições do edital e do Caderno. No edital há abertura para a realização de um trabalho diretamente com os adolescentes, para além do caráter burocrático e de suporte ao coordenador pedagógico, e é nesta realidade de atribuições contraditórias que os pedagogos paulistas estão inseridos. A oficina Projeto de Vida, proposta e executada por uma pedagoga, possibilitou transcender o trabalho burocrático e/ou de acompanhamento pedagógico na instituição, tornando-se uma experiência exitosa, pois surgiu num momento de instabilidade na unidade, de vínculos fragilizados entre as equipes e os educandos, e tal como afirma Larrosa (2016) nos fez pensar, vibrar, sofrer, gozar e atravessar o tempo e os espaços da unidade de internação em que foi executado. De dois pequenos grupos iniciais formaram-se outros, a cada três meses, duas novas turmas se iniciavam, sendo que em uma ficavam aqueles do ciclo anterior, que queriam continuar, e em outra, aqueles que queriam viver a experiência do projeto pela primeira vez. Eram os adolescentes participantes que indicavam o projeto aos demais e assim, faziam com que este canto, ressoasse aos outros, assim como passou a ressoar nos atendimentos individuais realizados pela equipe psicossocial, ou seja, pelas psicólogas e assistentes sociais da unidade, e foi mais longe, ressoou no Juizado da Vara da Infância e Juventude de São Paulo. Esta experiência, tal como nos disse Larrosa (2016) atravessou tempo e espaço.

**Palavras-chave:** Pedagogo; Experiência; Socioeducação; Projeto de vida

## **A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO SINASE NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DE ADOLESCENTES NO ESTADO DO MATO GROSSO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Adriana Edna Ferreira Duarte  
Centro Socioeducativo de Cuiabá - CASE/SUASE/SAJU/SESP/MT  
adrianaedna@hotmail.com

Érica Maia Campelo Arruda  
PPGD/UNESA/RIO  
ericamaiaarruda@yahoo.com.br

A implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE na execução das medidas de privação de liberdade é um desafio complexo e constante. As dificuldades estão postas no cotidiano para todos os atores sociais e institucionais envolvidos no processo de trabalho com os adolescentes autores de atos infracionais. Neste contexto, a intervenção do/a profissional do Serviço Social no que se refere à política pública de socioeducação conforme os princípios do SINASE, é desafiadora, quando se pensa o projeto ético-político do/a assistente social como pressuposto para as ações. A indagação central posta pela pesquisa é: tais princípios estão sendo observados no atendimento socioeducativo privativo de liberdade em Mato Grosso? Para responder a esse questionamento foi desenvolvida pesquisa exploratória, semiestruturada, para produção quantitativa e qualitativa de conhecimento sobre a atuação profissional no atendimento socioeducativo. No Estado existem 06 (seis) Centros de Atendimentos Socioeducativos - CASE localizados nos municípios de Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres, Sinop, Barra do Garças e Lucas do Rio Verde, com o total de dezoito profissionais Analista do Sistema Socioeducativo, do perfil assistente social, sendo esse o universo de 100% da amostra pesquisada. São apresentados os resultados da pesquisa exploratória realizada nos CASEs, na qual os profissionais de Serviço Social apontam os desafios e possibilidades no espaço sociocupacional em que estão lotados. A análise é realizada em torno de 02 (dois) eixos, sendo o primeiro: adequação aos Princípios do SINASE e o segundo: respeito ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. No que tange à perspectiva de direitos humanos, os/as assistentes sociais têm a clareza de que suas ações buscam alinhar-se à previsão legal da área da socioeducação, tanto em relação às políticas sociais, e dentre elas a política da criança e do adolescente, quanto às normativas que regem a profissão. É reveladora a percepção das entrevistadas de que a cultura institucional, além de não estar alinhada à perspectiva de direitos, por vezes é também violadora desses. A estrutura física das unidades e as condições de trabalho foram citadas como complicadores para o atendimento por violarem não apenas o direito do adolescente, das famílias e do próprio profissional, não dispendo de espaço adequado para o atendimento. Dentre os desafios postos para a implementação dos princípios da Lei do SINASE, corroboram os objetivos e diretrizes previstos na normativa para o atendimento socioeducativo, especialmente na medida de privação de liberdade e considerando a intervenção profissional. Afirma-se a necessidade de investimentos em recursos humanos e materiais para o desenvolvimento dos programas de atendimento socioeducativo e suas equipes técnicas multidisciplinares; a garantia de recursos orçamentários para o financiamento dos programas e serviços.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Atendimento Socioeducativo; SINASE; Direitos Humanos.

## **GÊNERO, ADOLESCÊNCIA E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA QUEER E A TEORIA DO SELF DIALÓGICO**

Carina Borgatti Moura

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, UnB  
carina.borgatti@gmail.com

Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, UnB  
mcsloliveira@gmail.com

Embora os estudos de gênero tenham ganhado força nos últimos anos, continuamos enfrentando no Brasil um cenário de extrema violência ao público LGBTQI+, assim como grande desigualdade de gênero nas instituições e práticas sociais. Por esse motivo, ainda se faz urgente investigar os mecanismos que sustentam essa realidade, como ela reverbera nas subjetividades e quais as formas possíveis de transformação. Segundo a perspectiva dialógica, o desenvolvimento do self se dá na relação com a cultura – ou seja, a subjetividade é constituída por fatores internos e também fatores externos, que atuam de forma dinâmica e são passíveis de transformação pela ação dos sujeitos. Entre os fatores externos que consideramos de grande impacto na subjetividade estão exatamente as concepções de gênero e orientação sexual ainda dominantes em nossa sociedade. Antes mesmo do nascimento, essas noções recaem sobre o sujeito por meio de um emaranhado de expectativas que se diferenciam conforme o sexo da criança – é essa informação que parece tornar inteligível a materialidade daquele corpo. Essas expectativas são depois materializadas em brinquedos, cores, roupas, projetos para o futuro etc. Assim, em pesquisa ainda em construção, buscamos compreender como esses valores sociais dominantes sobre como um sujeito deve ser e se comportar – segundo o gênero que lhe foi atribuído no nascimento – atuam no desenvolvimento do self de sujeitos considerados desviantes e na sua relação com a cultura. Para isso, propomos uma aproximação entre a Teoria Queer e a Teoria do Self Dialógico como base para refletir sobre a relação entre gênero e educação. Como pano de fundo da discussão, utilizamos dados de pesquisa de mestrado realizada em uma escola pública do Rio de Janeiro. Seus resultados demonstram como adolescentes, meninas e homossexuais, percebem discursos e práticas cotidianas de educadores, que contribuem para a normatização e o controle dos corpos e da sexualidade, ênfase que pode sobressair ao próprio projeto pedagógico da instituição. Os relatos demonstram ainda estratégias que as adolescentes encontram para se adequar a essas demandas ou para rejeitá-las, mantendo a integridade do sistema de self.

**Palavras-chave:** Gênero; Adolescência; Educação; Desenvolvimento humano e cultura.

## **VULNERABILIDADES SOCIAIS, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DAS ADOLESCENTES EM UMA UNIDADE DE SEMILIBERDADE FEMININA**

Paula Guimarães Gratão  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM, Universidade de Brasília - UnB  
paulaggratao@gmail.com

Tatiana Yokoy  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
yokoy@unb.br

De acordo com o panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade de 2019, existem no Brasil 2071 adolescentes e jovens em cumprimento de medida de semiliberdade, em 123 unidades. Atualmente, o Distrito Federal é a unidade federativa com maior custo para a medida de semiliberdade, existindo seis unidades que atendem 136 socioeducandos, com tempo médio de seis meses de duração da restrição de liberdade. No DF existe uma unidade de semiliberdade específica para o atendimento das adolescentes autoras de ato infracional, fundada em 2014. Neste trabalho, apresentamos as análises de uma pesquisa a respeito da inserção das adolescentes no regime de semiliberdade, realizada para fins de trabalho de conclusão de curso de Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade da UnB. Objetivamos delinear o perfil destas adolescentes; analisar sua trajetória institucional; e identificar as principais vulnerabilidades sociais e violações de direitos enfrentadas por elas e suas famílias. Foi realizada pesquisa documental em processos finalizados das adolescentes que cumpriram a medida de semiliberdade no DF. Foi identificado um total de 43 processos no banco de dados da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Selecionou-se uma amostra aleatória de oito processos para análise, com aprofundamento nos documentos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), bem como dos relatórios avaliativos e circunstanciados das unidades de execução de medidas socioeducativas pelas quais as adolescentes transitaram. Sobre as trajetórias de vida destas adolescentes, destacamos as seguintes regularidades: situação de pobreza e/ou extrema pobreza; baixa escolarização; conflitos familiares; violência doméstica; uso indevido/abuso de drogas; e institucionalização de outros membros familiares, em penitenciárias, em unidades de saúde ou em serviços de acolhimento institucional. Nos casos das adolescentes que engravidaram durante o cumprimento da medida de semiliberdade, identificamos que esta costuma ser substituída por medidas socioeducativas em meio aberto, a fim de garantir a convivência familiar. Muitas adolescentes experienciaram institucionalizações prévias e posteriores ao período em que estiveram na Unidade de Semiliberdade Feminina. Antes, muitas vivenciaram a internação provisória e/ou a internação estrita. Sua desvinculação da medida de semiliberdade frequentemente se relacionou ao cometimento de novo ato infracional; nestes casos, elas receberam sentença para cumprir medida de internação ou, após sua maioridade penal, se vincularam à justiça criminal dos adultos. Mesmo com uma crescente atenção às adolescentes que cometem ato infracional e/ou cumprem medidas socioeducativas, ainda existem poucas informações sistematizadas sobre esta população, sendo necessário investir em mais estudos, a fim de garantir os seus direitos e apoiar as equipes de atendimento socioeducativo na direção da qualificação do serviço ofertado a estas adolescentes, suas famílias e comunidades.

**Palavras-chave:** Semiliberdade feminina; Trajetórias de desenvolvimento; Institucionalização; Vulnerabilidade social; Violação de direitos.

## **“HOMEM NA ESTRADA”: TRAJETÓRIAS DE JOVENS QUE SAÍRAM DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

Thaywane do Nascimento Gomes  
Universidade de Brasília - UnB  
thaywanegomes@gmail.com

Leonardo Ortegal  
Universidade de Brasília - UnB  
ensejo@gmail.com

Buscou-se analisar as trajetórias de jovens egressos da medida socioeducativa de internação do Distrito Federal. Os objetivos específicos foram: conhecer as histórias de vida; levantar informações acerca das trajetórias pós-cumprimento de medida socioeducativa de internação no DF; conhecer as percepções de jovens egressos da medida socioeducativa de internação acerca da saída e do acesso às políticas públicas; compreender como vem sendo feito o acompanhamento ao egresso da medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Ser egresso do sistema socioeducativo traz consigo diversos desafios e questões. Apesar dos atos infracionais não virem na ficha criminal, o jovem egresso carrega diversos estigmas; a sensação de estranhamento com a realidade; a necessidade de construir sua própria rotina, após um período de controle e organização a partir das regras institucionais; as desvantagens quanto à escolarização e a profissionalização; além disso, socialmente coloca-se a responsabilidade pela mudança de trajetória de vida somente no jovem, como se o envolvimento com a ilicitude fosse linear e se restringisse ao desejo individual. Pondera-se que o itinerário de vida dos egressos é permeado por complexidades nas dimensões micro, meso e macrosocial. Esta pesquisa nasce da experiência desta pesquisadora no sistema socioeducativo do DF, como educadora social, em que a vinculação aproximada e fora das engrenagens institucionais permitiram o contato com a história de vida, os anseios, as dúvidas, a agressividade e a sensibilidade desses jovens. Realizou-se um levantamento bibliográfico acerca das iniciativas estatais e/ou da sociedade civil direcionadas ao jovem egresso da medida socioeducativa de internação. Ademais, por meio de diálogos mediados pela música de RAP “Homem na estrada”, dos Racionais MC’s vislumbrou-se compreender as trajetórias de cinco jovens egressos, de que modo houve ou não o acompanhamento, bem como quais políticas e estratégias esses jovens vêm utilizando para sobreviver na engrenagem social. Em termos teóricos, parte-se de uma compreensão crítica acerca do encarceramento juvenil, da necropolítica e do Estado Punitivo. Além disso, utiliza-se o Rap como ferramenta metodológica, mas também como referência para compreender as especificidades da juventude periférica. No que concerne ao acompanhamento institucional do egresso, enfatiza-se a previsão desse serviço nas legislações brasileiras, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), contudo não há a efetivação. Na experiência como trabalhadora do sistema socioeducativo, percebeu-se que o itinerário de vida dos jovens egressos do sistema socioeducativo do DF é atravessado pela falta de acesso às políticas públicas. A descontinuidade abrupta do acompanhamento ao jovem lança-o para uma teia social marcada pelo trabalho informal e precário, e pela dificuldade em acessar a escolarização. Nessas trajetórias, o rompimento com a ilicitude acaba ligado aos fatores familiares, pessoais e até religiosos, mas não com a efetividade de uma política de direitos pós-medida socioeducativa de internação.

**Palavras-chave:** Egressos; Trajetórias; Histórias de vida.

## **PROTAGONISMO JUVENIL E PRÁTICAS RESTAURATIVAS NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO CEARÁ E DO MATO GROSSO**

Jéssica Araújo da Silva  
Núcleo de Estudos Aplicados Direitos, Infância e Justiça (NUDIJUS), Faculdade de Direito,  
Universidade Federal do Ceará - UFC  
jessica-araujosilva2010@hotmail.com

Roseli Barreto Coelho Saldanha  
Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa, Tribunal de Justiça do Mato Grosso  
roselibarretocoelho@hotmail.com

Vanessa de Lima Marques Santiago Sousa  
Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará - UFC  
vlms.santiago@gmail.com

Esta pesquisa objetiva descrever as experiências das práticas restaurativas juvenis realizadas no Núcleo Judicial de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Ceará e do Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Para tanto, faz uso dos métodos explicativo, observacional e descritivo, além de técnicas bibliográficas. Constata-se que a justiça restaurativa é tida como um conjunto sistêmico de técnicas, princípios e atividades que visam à promoção da responsabilidade a partir da conscientização dos envolvidos sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais que conduzem a conflitos e atos violentos, tipificados como crime. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, estabelecido com base na doutrina da proteção integral, assim como a Lei do Sinase 12.594/12 apresentam-se como fundamentos normativos nacionais para a realização das práticas restaurativas dirigidas a adolescentes em conflito com a lei e foram também fundamentos, por exemplo, para a publicação da Resolução 01/2017/TJCE que criou o Núcleo Judicial de Justiça Restaurativa-NUJUR- no âmbito das Varas da Infância de Fortaleza, e para a experiência do Projeto Garotos do Futuro, desenvolvido pela 2ª Vara da Infância e Juventude de Cuiabá.

**Palavras-chave:** Protagonismo juvenil; Práticas Restaurativas; Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.

## **O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA**

Ana Margarida Barbosa Santos  
Ministério Público Maranhão  
anamargarida@mpma.mp.br

Maria Betânia Silva Magalhães  
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão  
mbsmagalhaes@tjma.jus.br

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu artigo 88, inciso V, a integração operacional de órgãos destinados ao atendimento inicial ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional. Em conformidade com esse artigo, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA do Maranhão baixou a resolução 05/98, que orienta quanto a instalação de um Centro Integrado de atendimento ao adolescente. Ao longo de muitos anos, o município de São Luís cumpria com essa determinação, entretanto, em razão de falta de infraestrutura, o Centro Integrado foi desativado e somente em abril de 2017 foi inaugurada sua nova sede. A Lei Ordinária Estadual nº 10.579, de 10 de abril de 2017, cria o Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV), composto pela Delegacia de Atendimento ao Adolescente Infrator (DAI), Núcleo de Atendimento Inicial da Fundação da Criança e do Adolescente (NAI-FUNAC), 39ª, 40ª e 43ª Promotorias de Justiça Especializadas, 2ª Vara da Infância e Juventude e Defensoria Pública do Estado (DPE) e o Núcleo de Justiça Restaurativa (NJR). O CIJJUV destina-se exclusivamente ao atendimento de adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional e é composto por equipe interinstitucional que atua respeitando a autonomia das atribuições de cada órgão que o compõe. O presente estudo tem por objetivo apresentar os resultados alcançados após a implantação do CIJJUV, com base nos relatórios anuais de 2017 e de 2018 e dados parciais de 2019. Ao longo de mais de dois anos foram distribuídos 3.815 procedimentos judiciais, 3.767 audiências realizadas, 86 inspeções judiciais, 1.335 procedimentos com representação do MP, 78 inspeções ministeriais, 480 audiências de apresentação no MP, 418 flagrantes analisados e 2.481 atendimentos a adolescentes e suas famílias pela DPE, 3.441 atendimentos e audiências na DAI, 1.072 adolescentes atendidos no NAI-FUNAC. Destaca-se o NJR que tem por objetivo ofertar práticas restaurativas em qualquer fase do processo socioeducativo como alternativa para resolução de conflitos, conforme prevê o artigo 35 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que no segundo ano de funcionamento dobrou os casos atendidos, passando de 22 para 43 casos em 2018, com 18 casos exitosos, demonstrando adesão dos órgãos que compõem o CIJJUV. Além disso, contabiliza-se como avanços aspectos que vão desde a localização estratégica no centro da cidade, facilitando o acesso dos adolescentes, suas famílias e população em geral, a retomada da integração dos órgãos, o que garante celeridade no atendimento, instauração e conclusão dos procedimentos, até a implantação de audiências preliminares que também reduz o tempo entre apreciação dos casos e a adoção da providência mais adequada. Recentemente como mais uma conquista do atendimento socioeducativo, foi instalado o Núcleo Intersectorial de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, regulamentado pela Resolução nº 001/2019-CIJUV, de 20/09/2019, cujo objetivo é o acolhimento de adolescente e seus familiares para cumprimento de medidas em meio aberto para agilizar o atendimento necessário nas áreas da assistência social, educação e saúde.

**Palavras Chave:** Centro Integrado; Justiça Juvenil; Ato infracional.

## **A PREVENÇÃO DO SUICÍDIO NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS NO ESTADO DO CEARÁ: UM CUIDADO COM A SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Anna Gabriella Pinto da Costa  
Universidade Federal do Ceará - UFC  
gabi.costa@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo apresentar a atuação da Superintendência do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará (SEAS-CE) na prevenção do suicídio de adolescentes em conflito com a lei nos centros de internação e semiliberdade. Para tanto, utiliza-se uma metodologia qualitativa, bibliográfica e normativa, com a utilização e a disposição crítica de doutrina e de diplomas normativos sobre o assunto e de natureza quantitativa, com relação aos dados referentes à prevenção do suicídio. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 90% dos casos de suicídio são evitáveis por estarem associados a transtornos mentais, como a depressão e o transtorno bipolar. Ademais, o suicídio é a 2ª causa de morte de jovens com idade entre 15 e 29 anos de idade. Diante da abordagem do fenômeno do suicídio como um problema de saúde pública mundial, em 2018, a partir de uma iniciativa do Ministério Público do Estado do Ceará, foi desenvolvido um Projeto denominado “Vidas Preservadas: O MP e a sociedade pela prevenção do suicídio”. O objetivo deste projeto é promover, em parceria com órgãos públicos e organizações não governamentais, uma abordagem intersetorial da temática, de modo a fomentar o debate, sensibilizar gestores e a sociedade e fortalecer políticas públicas para a promoção da saúde e para o surgimento de estratégias de cuidado integral da população. A SEAS-CE aderiu ao projeto e iniciou um ordenamento das ações de Saúde Mental e Prevenção do Suicídio no sistema socioeducativo do Estado, tendo como base a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), que contempla a saúde mental na organização da saúde integral. Foi elaborado um Plano de Prevenção de Suicídio, levando-se em consideração as especificidades do sistema socioeducativo em meio fechado e em semiliberdade, o qual é regulamentado pela Portaria nº 023/2019. As equipes de referência dos centros socioeducativos, após capacitações promovidas pelo Ministério Público e por parceiros especialistas na área, passaram a observar a prevalência de fatores de risco para o suicídio durante os atendimentos. Foi possível identificar e notificar 22 tentativas de suicídio e 9 automutilações no período compreendido entre março e setembro de 2019. E, a partir destas notificações, as equipes foram capazes de realizar a correta abordagem com escuta qualificada, além de adotar providências que permitissem o fortalecimento dos fatores de proteção, como encaminhamento para tratamento junto à rede de saúde mental, envolvimento do adolescente em atividades pedagógicas, fortalecimento de vínculos familiares, acompanhamento continuado do adolescente, além de possíveis esclarecimentos dos casos ao Sistema de Justiça, articulando, inclusive as condições do adolescente para permanecer em cumprimento de medida. Conclui-se, portanto, que as práticas adotadas nos atendimentos permitiram prevenir suicídios nos centros socioeducativos efetivando, mediante nova abordagem, a política que garante o direito à saúde mental dos adolescentes em conflito com a lei.

**Palavras-chave:** Sistema socioeducativo; Saúde mental; Prevenção do suicídio.

## **SOCIOEDUCAÇÃO: NAS ENTRELINHAS DA RESSOCIALIZAÇÃO**

Vanessa Petermann Bonatto  
UNESP - Campus de Rio Claro  
vanessapbonatto@hotmail.com

Juliana Cavicchioli de Souza  
UNESP – Campus de Rio Claro  
juliana.cavicchioli@uol.com.br

Debora Cristina Fonseca  
UNESP – Campus de Rio Claro  
debora.fonseca@unesp.br

O conceito de socioeducação tem se configurado como um dos grandes problemas epistemológicos criados pelos juristas, um eufemismo, constituído para aperfeiçoar, reordenar e fortalecer um dispositivo de controle inaugurado pelas legislações minoristas anteriores, considerando sua ambiguidade inerente – sanção e educação. Nesse contexto, a execução das medidas socioeducativas, especialmente as em meio aberto, espaço potente para ressocialização e resgate da relação cidadã entre adolescentes/jovens infratores e sociedade, passa por dificuldades de materialização nos moldes da lei. Diante deste cenário, desenvolveu-se pesquisa qualitativa que objetivou compreender a socioeducação na prática do orientador de medida no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Embasada no Materialismo Histórico e Dialético e Análise de Conteúdo, buscou-se refletir sobre os aspectos de proximidade e de distanciamento entre os pressupostos da socioeducação no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e as práticas dos orientadores no CREAS. Metodologicamente foi realizada pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com oito profissionais dos CREAS de cinco municípios do interior do estado de São Paulo, responsáveis pela execução da medida socioeducativa em meio aberto. Conforme indicado na literatura se faz presente nos atendimentos socioeducativos o discurso assistencialista e confusão entre ações socioeducativas e protetivas. Pela análise, percebe-se que os participantes apresentam concepções de socioeducação marcadas pelo caráter coercitivo das medidas socioeducativas, relacionadas a lógica da individualização dos problemas sociais, herança da doutrina da situação irregular prescrita nas legislações anteriores ao ECA. Parece haver uma compreensão de socioeducação que desconsidera os múltiplos fatores sociais e históricos que atravessam a vida dos sujeitos, consistindo em práticas isoladas, com dificuldade de articulação do trabalho em rede, o que se constitui como um dos limites para a concretização da socioeducação. Apesar das limitações estruturais, evidencia-se o papel fundamental do socioeducador como mediador do processo de ressocialização nas medidas socioeducativas em meio aberto, na relação deste adolescente/jovem com a sociedade desigual e marcada por estratégias de controle e punição da adolescência e juventude pobre, negra e periférica. Assim, faz-se necessário a (re)construção coletiva de uma proposta de ação socioeducativa que promova o desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei, abarcando a medida protetiva concomitante à responsabilização pelo ato e contribuindo para que coletivamente se superem os desafios de uma sociedade segregativa.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Atendimento Socioeducativo; Medidas Socioeducativas; Políticas Públicas.

## **ARTE E EMANCIPAÇÃO SENSÍVEL NA SOCIOEDUCAÇÃO**

Paulo Cesar Duarte Paes  
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMS  
paulo.paes@ufms.br

A arte é uma forma particular que amplia significativamente o desenvolvimento do sentimento de pertencimento de um sujeito singular a sua comunidade ou sociedade. Na medida em que sentimentos profundos são significados na expressão artística e são objeto de fruição de espectadores ocorre uma emancipação sensível, uma elevação catártica e dialética entre o ser singular e a genericidade humana. No caso dos adolescentes que cometeram algum crime e cumprem medida socioeducativa, esta qualidade da fruição e criação estética tem ainda uma relevância mais efetiva para a educação e para a humanização. Na medida em que o/a adolescente amplia suas referências artísticas e consegue utilizá-las internamente como instrumento de criação de algo verdadeiro para si mesmo, sua expressão sintetiza sentimentos, gosto e gozo estético que vão muito além de uma proposta cognitiva de interação do adolescente ao seu meio social. O presente trabalho objetiva estudar algumas atividades de educação pela arte já em curso no sistema socioeducativo buscando aprofundar a compreensão teórica de como se dá a emancipação sensível e qual a sua relevância para a socioeducação. A utilização da arte como recurso pedagógico no sistema socioeducativo é comum em todo o país tanto nas medidas privativas quanto nas não privativas de liberdade. As atividades artísticas estudadas foram escolhidas por três dimensões específicas do ensino de artes. A primeira é o caráter intencional de ampliação as referências estéticas mediante o ensino da história da arte, da arte popular e da arte contemporânea. A segunda é a condução dos/as adolescentes para atividades livres de criação com materiais e técnicas diversificadas e a terceira é o empenho e dedicação dos educadores no sentido de que esta produção artística seja apreciada pelo maior e mais significativo número de pessoas do círculo de convivência dos/as adolescentes e de outros públicos de forma geral. Trata-se de um processo de completude que vai da apropriação de obras clássicas, inserindo-se como fundamento de criação e voltando para a sociedade em geral, os profissionais do atendimento socioeducativo e as famílias/comunidades dos/as adolescentes. Deste modo os/as adolescentes irão atingir livremente a sociedade a sua volta transformando intencionalmente o sentimento do mundo a sua volta e ao mesmo tempo o seu próprio sentimento. Muitas vezes desenvolvem-se atividades ditas artísticas em unidades socioeducativas, mas sem que haja de fato o processo completo da apropriação, livre criação e vivência estética, gerando mais uma atividade parcialmente alienada e que não contribui para a emancipação sensível dos envolvidos.

**Palavras-chave:** Fruição estética; Criação artística; Vivência estética; Sociedade.

## **MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: AS VOZES DE JOVENS AUTORES DE ATO INFRACIONAL**

Juliana Cavicchioli de Souza  
IB – UNESP, Campus de Rio Claro  
juliana.cavicchioli@uol.com.br

Debora Cristina Fonseca  
IB – UNESP, Campus de Rio Claro  
debora.fonseca@unesp.br

Com base na dissertação de mestrado “Medidas socioeducativas em meio aberto: a compreensão de jovens autores de ato infracional”, o presente trabalho pretende refletir sobre o campo da socioeducação considerando a perspectiva da juventude em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), bem como através do ECA (BRASIL, 1990) e do SINASE (BRASIL, 2012), a participação ativa da população brasileira na construção das políticas públicas e sociais é tida como primordial. Desta forma, destacamos como fundamental a participação dos(das) jovens envolvidos com o meio infracional na construção e ressignificação da política de atendimento socioeducativo. A apresentação da compreensão dessa juventude pode contribuir para (re)pensarmos o campo da socioeducação, especialmente no que diz respeito aos caminhos que têm sido – ou não – percorridos visando a garantia dos direitos da juventude; especialmente daquela que vivencia processos de inclusão social perversa (MARTINS, 1997). Através de entrevistas semiestruturadas com sete jovens entre 15 e 20 anos de idade, em cumprimento de medidas LA e/ou PSC, obtivemos dados que foram analisados à luz do materialismo histórico dialético. Os resultados obtidos por meio das falas dos participantes desvelam contradições presentes nas medidas socioeducativas em meio aberto. Revelam que a política de socioeducação não tem considerado as necessidades reais da(s) juventude(s) atendidas pelo sistema socioeducativo. A educação e o trabalho não são concebidos em sua dimensão formativa, essencial para a constituição do humano emancipado e livre, mas estão submetidas a lógica capitalista, que determina que o lugar destes(as) jovens é às margens da sociedade. As atividades realizadas nas medidas socioeducativas em meio aberto, da forma como têm acontecido, não são suficientes para possibilitar que os(as) atendidos(as) escolham romper com o meio infracional, já que os jovens continuam vivendo sob condições objetivas e concretas atravessadas pela violação de direitos e pela violência. Assim, identificamos que, a legislação e as políticas responsáveis pela proteção integral dos(as) jovens autores(as) de ato infracional, devem ser repensadas a partir de suas potencialidades e limitações. Pois, embora os avanços em relação à legislação – ECA (BRASIL, 1990) e SINASE (BRASIL, 2012) sejam inquestionáveis, o que os dados da pesquisa nos revelam é que a juventude que infraciona, eleita pela sociedade capitalista como perigosa, continua em risco.

**Palavras-chave:** Juventude; Medidas socioeducativas; Materialismo histórico e dialético.

**CIRCULARIDADE DE SABERES: AS POTENCIALIDADES FORMATIVAS PARA A SOCIOEDUCAÇÃO A PARTIR DO DOCUMENTO CURRICULAR DO ESTADO DO PARÁ – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

Audrey Cers de Oliveira Silva Ferreira  
Secretaria de Estado de Educação do Pará  
audrey.silva@escola.seduc.pa.gov.br

Manoel Expedito de Sousa Ferreira.  
Secretaria de Estado de Educação do Pará  
manoel.eferreira@escola.seduc.pa.gov.br

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017, definiu o conjunto de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da educação infantil e do ensino fundamental, estabelecendo-se como referência para a (re)formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares, bem como das propostas pedagógicas, além de contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, como por exemplo, a formação de professores. Em abril de 2018, o Ministério da Educação instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC, com vistas a apoiar a Unidade da Federação no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC, em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios. O Pará aderiu ao Programa e iniciou seu processo de (re)elaboração curricular, e em dezembro de 2018 seu Documento foi homologado. A Comissão ProBNCC Pará, dada sua concepção de currículo, organizou a etapa do Ensino Fundamental em Eixos Estruturantes - que perpassam todos os componentes curriculares -, assentados em três princípios: respeito às diversas culturas amazônicas e suas inter-relações no espaço e no tempo, educação para a sustentabilidade ambiental, social e econômica e interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem. Tem-se, então, um Documento fundamentado na consciência política e histórica da diversidade, no fortalecimento de identidades e de direitos e nas ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Nas jornadas de formação docente optou-se pela adoção da mandala como ferramenta metodológica, auxiliando e orientando a construção de estratégias pedagógicas, a partir de uma abordagem sistêmica de integração dos saberes. Ao propor a mandala como metodologia, deslocamos a centralidade do processo para o(a) adolescente privado(a) de liberdade, na perspectiva de garantir o seu desenvolvimento em diversas dimensões. É possibilitado ao docente, vislumbrar e propor conexões entre as diversas áreas do conhecimento e os saberes oriundos das vivências deste(a) adolescente, bem como são estimulados os processos de autoria e autonomia sobre os saberes, respeitando as diferentes formas de aprender, garantindo a articulação e combinação de saberes e práticas. Ao se considerar a formação continuada na socioeducação, em consonância com os documentos normativos vigentes, urge reconstruir antigas concepções da formação docente, tantas vezes arraigadas à ação pedagógica, centrada no professor e nos objetos de conhecimento. Há de se pensar em um currículo que atenda as especificidades da socioeducação, que favoreça a interação e o protagonismo entre quem ensina e quem aprende, significando que a escolarização contribui para que o(a) adolescente estabeleça um encontro, muitas vezes novo, entre a sua biografia (vida) e a história.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Formação de Professores; BNCC; Interdisciplinaridade; Metodologia Ativa.

## **A DESISTÊNCIA DA CONDUTA INFRACIONAL NA PERSPECTIVA DA FAMÍLIA, DO ADOLESCENTE E DAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

Andrea Lagares Neiva  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
andrea.lagares@gmail.com

Liana Fortunato Costa  
Universidade de Brasília - UnB  
lianaf@terra.com.br

Discute-se o conceito de desistência da conduta infracional - DCI por adolescentes, a sua relação com os fatores de risco e proteção, sob a perspectiva do adolescente, da família e das instituições de atendimento socioeducativo. A fundamentação teórica utilizada foi a Perspectiva do Pensamento Sistêmico e a Teoria da Criminologia Crítica na construção do conceito de DCI. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com o objetivo de estabelecer a relação entre a DCI com os fatores de proteção e com os fatores de risco presentes na realidade de adolescentes apreendidos em flagrante delito após atendimento no Núcleo de Atendimento Integral. O objeto de estudo desta pesquisa foi o adolescente autor de ato infracional apreendido em flagrante delito ao cometer seu primeiro ato criminal. A pesquisa teve duas fases. A primeira consistiu na realização de um estudo piloto com o intuito de verificar de avaliar a viabilidade da pesquisa. A segunda fase foi composta por três etapas: entrevista, instrumento de coleta das informações institucionais e acompanhamento: o encontro mensal com adolescente e sua família. A ferramenta metodológica utilizada para análise foi a Hermenêutica de Profundidade. Foi delimitado como amostra dez adolescentes apreendidos em flagrante delito que estejam em sua primeira entrada no Sistema Socioeducativo e no Sistema de Segurança Pública. O acesso aos adolescentes ocorreu por meio dos encaminhamentos dos sujeitos ao Núcleo de Atendimento Integrado realizado pela Polícia Civil. Também participaram da pesquisa os responsáveis pelos adolescentes apreendidos e os profissionais que os acompanharam no cumprimento de alguma medida. A técnica utilizada nessa pesquisa foi a entrevista semiestruturada. O projeto foi submetido e aprovado pelo CEP FS/UnB, MPDFT e Vara Regional de Atos Infracionais da Infância e da Juventude do DF. Dentre os resultados desta pesquisa, se destacou a ausência de reflexão sobre a DCI pelas famílias, pelos adolescentes e pelos profissionais. Outro resultado importante foi o abandono do Estado às famílias, aos adolescentes e aos profissionais no Sistema Socioeducativo, o que dificulta o processo de DCI. Para os profissionais, o resultado mais marcante foi a perspectiva de um atendimento sem grandes possibilidades devido à ausência do Sistema de Garantia de Direitos, ausência de alternativas de intervenção e de esperança. A violência e o desânimo paralisam os profissionais. A pesquisa demonstrou que além dos fatores de proteção o que pode contribuir para o abandono da trajetória infracional é a mudança cognitiva de identidade para os adolescentes. Abandonam o rótulo de infrator e reassumem a identidade de adolescentes. A ausência de pensamento sobre o processo de DCI provoca a pensar em ações de prevenção que sejam direcionados para: a retirada do passado do presente; novas situações para fornecer supervisão e monitoramento, bem como novas oportunidades de apoio social e crescimento; e novas situações que fornecem a oportunidade de transformar a identidade. Acredita-se que prevenção deva ser uma política presente nos momentos da vida dos adolescentes, das suas famílias e dos profissionais.

**Palavras-chave:** Adolescente Autor de Ato Infracional; Família; Fatores de proteção e Fatores de risco.

**REFLEXÕES ACERCA DA MASCULINIDADE E HETEROSSEXUALIZAÇÃO HEGEMÔNICA: NOTAS ACERCA DA DIVERSIDADE SOCIOEDUCATIVAS NO ACOMPANHAMENTO DE JOVENS DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SAÍDA SISTEMÁTICA – UNISS**

Douglas Aparecido da Silva Gomes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
dgomesbsb@gmail.com

Elyane Marques  
estagiária em Serviço Social da Unidade de Internação de Saída Sistemática  
elyanemarques2009@gmail.com

Letícia Gabrielle Corrêa Borges  
estagiária em Serviço Social da Unidade de Internação de Saída Sistemática  
leticia.gabriellec@gmail.com

A Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS compõem uma das 07 unidades socioeducativas de internação do Distrito Federal, atendendo atualmente cerca de 68 adolescentes e jovens em usufrutos de saídas sistemáticas – isto é, na finalização da medida socioeducativa de internação imposta – ao longo de um tempo médio de três meses, sendo realizadas saídas quinzenais aos finais de semana durante dois meses e semanais também aos sábados e domingos ao longo de um mês. No desenvolvimento do processo de trabalho conduzido na UNISS, uma das etapas que integram a ação do acolhimento e/ou do desenvolvimento do atendimento sociopsicopedagógico é a coleta dos dados pessoais dos socioeducandos acompanhados. Entre os itens que compõem a base de dados do Cadastro do Interno – CADIN tem-se especialmente três marcadores identitários como a raça/cor, orientação sexual e composição familiar. Ao longo do caminho de aproximação com os referidos dados identitários e sociais, o item orientação sexual necessita de atenção devido as respostas obtidas durante os atendimentos realizados. Por vezes, os adolescentes e jovens não compreendem a distinção ou significado entre as palavras homossexual e heterossexual, verbalizando termos como “*eu sou homem*”, “*sou normal*”, “*não sou viado*”, “*gosto de mulher*” o que, posteriormente, cria um espaço propício para intervenção socioeducativa onde, a partir do diálogo, explica-se os termos e amplia-se o debate acerca da sexualidade, afetividade, construção da identidade e o ensino do respeito a diversidade. Porém, entende-se que a verbalização de adjetivos é utilizada como forma de demarcação da masculinização heterossexista necessária, do afastamento com qualquer perspectiva de afirmação gay ou bissexual. Tamanha necessidade envolve a importância de não se notar como participante de uma população ora discriminada, oprimida e porque não dizer de uma população que pluraliza e questiona a singularidade da masculinidade e da heteronormatização. Ressalta-se que no imaginário hegemônico desta juventude, de antemão envolvida com atos infracionais, guia-se pelo afastamento de costumes e características que desviam, desfoam, afastam da masculinidade hegemônica regada pelos valores do patriarcado promovido pelo sistema capitalista contemporâneo. De forma ampla, na sociedade brasileira, o estereótipo da masculinidade rígida e singular decorre da afirmação da binariedade de gênero construída desde a socialização na infância, a partir de papéis sociais binários e opostos que se estendem como paradigmas ao longo da vida dos sujeitos, perpassando, inclusive, a adolescência e juventude. Desta forma, o “ser homem” se coliga a uma figura de poder viril vinculada à violência, agravando o *ethos* que reforça a violência como forma de afirmação continua desta masculinidade. Há, portanto, uma baixa reflexão acerca da construção identitária do gênero masculino

em seus mais diversos tons. Essa cultura desencadeia alguns comportamentos que merecem destaque, como os comentários ofensivos e as piadas em ocasiões em que são abordados temas que dizem respeito à violência doméstica, ao feminicídio e às plurais orientações sexuais. Outrossim, a título de exemplo, é corriqueiro que os jovens apresentem, no contexto da internação, uma necessidade de se tornarem pais, dado que esse processo implica uma vida sexual heterossexual ativa e que, por vezes, fortalece sua identidade masculina. Tal atitude, no entanto, vem isenta da responsabilidade que envolve a paternidade, da demonstração do afeto e cuidado que ora é associada à figura feminina ou a quem se aproxima desta.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa; Internação; Gênero; Masculinidade; Violência

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PSICÓLOGAS/OS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DF**

Soraya Souza de Andrade  
Universidade de Brasília - UnB  
sorayasouza.psi@gmail.com

Pedro Henrique Antunes da Costa  
Universidade de Brasília - UnB  
phantunes.costa@gmail.com

O sistema socioeducativo (SINASE) é a estratégia brasileira de atenção a adolescentes autores de infração à lei e conta com psicólogas/os nas equipes multidisciplinares que a efetivam cotidianamente. Neste trabalho, são apresentadas algumas considerações a respeito da constituição da identidade de profissionais dessa categoria, as quais são parte dos resultados de um projeto de cooperação acadêmica, cujo tema principal é a atuação de psicólogas/os em políticas públicas, sendo a socioeducação um dos eixos estudados. As transcrições de oito entrevistas semiestruturadas realizadas com psicólogos atuantes em equipes multidisciplinares e cargos de gestão no sistema socioeducativo do Distrito Federal foram submetidas a análise de conteúdo temática, levando em consideração aspectos sobre formação, público atendido e perspectivas sobre a atuação. Quanto à formação, o contato com a socioeducação (e fatores que a compõem, tais como a adolescência, condições privatizadas e pauperizadas de vida e as próprias políticas públicas) ainda na graduação surge como uma excepcionalidade, que resulta da convergência entre interesse pessoal pela temática e disponibilidade de docentes e/ou disciplinas/projetos na estrutura do curso voltados a políticas públicas e grupos em situação de vulnerabilidade. Este fator emerge como crucial para os discursos das/os profissionais sobre os adolescentes atendidos pelo SINASE, tendo em vista que quem dispôs de estudos e contatos prévios à entrada no sistema dá indícios de melhor compreensão das relações existentes entre as condições materiais concretas de vida dos jovens e o cometimento do ato infracional. Não obstante, alcança elaborações mais consistentes sobre os limites da proposta do SINASE, pontuando as discrepâncias observáveis entre teoria e prática, e suas conexões com os limites da atuação da psicologia, em específico. A respeito deste último item, é importante destacar ser comum ao conjunto das entrevistas o relato de que as demandas do sistema perpassam atividades e produtos que escapam ao que tradicionalmente se reconhece como típico da psicologia, fazendo com que a formação complementar mais eficiente pareça ser a que se dá no curso da prática. Por fim, um dilema que aparece para alguns, enquanto para outros nem chega a ser uma "questão" - o que não retira sua relevância - diz respeito a uma práxis que enseja ser diferente da própria tradição ajustadora e adaptativa da Psicologia, e que se volta para um público e contexto diferentes dos que centrou em sua gênese e desenvolvimento, mas num sistema como o SINASE que, a despeito das intencionalidades formais, ainda pauta-se pela lógica do controle, sem romper com os grilhões físicos e subjetivos do sistema carcerário.

**Palavras-chave:** Psicologia; Socioeducação; Identidade profissional.

**RECICLANDO PAPÉIS E VIDAS & MEU PAPEL: AS PARCERIAS DE PESQUISA E EXTENSÃO DA UNB  
COM A GERÊNCIA DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO – PARANOÁ**

Thérèse Hofmann Gatti  
Departamento de Artes Visuais, Instituto de Artes, Universidade de Brasília - UnB  
therese.hofmann@gmail.com

Luara Presotti  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
luapresotti@gmail.com

Patrícia Braz Finageiv  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
patifin@gmail.com

Gabriel Moura Lima  
GEAMA Paranoá

A pesquisa e produção artesanal de papel na Universidade de Brasília remonta ao início da década de 1980 do século passado. Ao longo destes quase quarenta anos de atividades de pesquisa e extensão muitas parcerias e capacitações foram realizadas. Destacamos as ações de capacitação feitas ainda na década de 1990 no presídio da Papuda com as mulheres internas no sistema, quando o presídio feminino ainda era naquela edificação. Esta experiência se desdobrou em 2003 no projeto Reciclando Papéis e Vidas em parceria com o DEPEN do Ministério da Justiça que viabilizou a capacitação de homens e mulheres egressos do sistema prisional na produção artesanal de papel, encadernação artesanal, restauração de livros e documentos, e empreendedorismo. A proposta foi muito exitosa e deu continuidade a outras ações com o DEPEN e também com as unidades de atendimento em meio aberto. Atendendo a uma demanda da GEAMA – Gerência de Atendimento em Meio Aberto - Paranoá retomamos as conversas há uns três anos e em 2019 realizamos duas oficinas de capacitação para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Para além do objetivo de executar as medidas socioeducativas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de serviços à comunidade) a participação dos adolescentes nas atividades propostas estimulou a criação do projeto “Meu Papel” na GEAMA - Paranoá e tem despertado nos participantes o interesse na continuidade das atividades desenvolvidas nas oficinas na perspectiva de geração de renda com a confecção dos papeis e das encadernações artesanais. Esta ação em rede entre a UnB e a GEAMA possibilitou a oferta de uma segunda turma no segundo semestre de 2019 para as oficinas de papel artesanal e encadernação onde além dos adolescentes atendidos pela GEAMA Paranoá, abrimos oportunidade para algumas jovens do semiliberdade do Guará e também do Centro de Juventude de Samambaia do GDF. As ações desenvolvidas ao longo do ano de 2019 reforçam a importância da oportunidade de reinserção social dos adolescentes e da relevância das parcerias na realização destas atividades. Para a Universidade de Brasília a oportunidade de disponibilizar ações de extensão respondendo às demandas da sociedade é de extrema relevância no cumprimento da missão da instituição. A atuação de nossos alunos de graduação como monitores nas oficinas oportuniza a complementação da formação destes que serão futuros professores de Artes Visuais. Para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa o fato de estarem nas salas da Universidade de Brasília integrados e acolhidos pelos alunos universitários, docentes e servidores técnicos já promove um estímulo ao aumento da autoestima dos

mesmos e desmistifica o espaço da UnB como algo inatingível para eles. Acreditamos que a experiência foi exitosa para as instituições parceiras e para os adolescentes atendidos mostrando a possibilidade de continuidade das oficinas e da replicação para outras unidades da federação.

**Palavras-chave:** Reinserção social; Educação em artes visuais; Papel artesanal; Encadernação.

## **A GÍRIA DE GRUPO NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE FEMININA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DO TOCANTINS: UM OLHAR LEXICOGRÁFICO**

Marlene Barros Sandes  
Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Feminina de Palmas,  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins  
vip.aulas@hotmail.com

Valéria da Silva Medeiros  
Universidade Federal do Tocantins - UFT  
medeiros.vs@hotmail.com

Esta proposta de pesquisa é fruto de inquietação da pesquisadora que em atendimentos técnicos pedagógicos e no convívio com adolescentes do sexo feminino, em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, suscitou seu olhar para a linguagem “quase” proibida, denominada gíria de grupo, muito utilizada nas interações entre as adolescentes. Um vocabulário singular, rico em significados, que no espaço da socioeducação é caracterizado como um universo comunicacional que apresenta múltiplas potencialidades e possibilidades interativas e que por isso carece de investigação, vindo ao encontro da carência de estudos voltados à temática e à comunidade socioeducativa do sexo feminino. Sob um olhar etnográfico e descritivo, a proposta da pesquisa traz uma abordagem qualitativa, utilizando-se da observação participante como técnica de investigação e do diário de campo para coletar os dados. Sob a perspectiva da Lexicografia, tem o objetivo de evidenciar o repertório linguístico utilizado pelas adolescentes em privação de liberdade por intermédio da identificação e descrição do léxico do vocabulário gírio por elas usado, analisando-se a representatividade dessa linguagem na identidade de grupo mediante as relações discursivas e/ou interativas estabelecidas. Neste aspecto, parte-se do entendimento de que o estudo da linguagem, como produção discursivamente orientada, jamais deve se restringir ao plano das regularidades da língua, antes, precisa contemplar as condições de comunicação/produção de sentidos dos sujeitos, as condições subjetivo-discursivas que podem se chocar com as convenções linguísticas valorizadas na escola. Nesta perspectiva, os vocábulos gírios poderiam representar códigos linguísticos que reforçariam a identidade de grupo, trazendo sentido aos objetos sociais compartilhados e categorias analíticas e neologismos ganhariam novas nuances e sofreriam transformações conceituais. O estudo parte do princípio de que a linguagem é constitutiva da condição de sujeito e que este se constitui por intermédio de suas relações com o mundo e com o outro. E neste caminhar, a adolescência tem muito a dizer, mas poucos espaços para se dizer. É uma fase da vida que está em um entrelugar e esta condição oferece risco maior de transgressão por seu caráter transitivo. Neste aspecto, a gíria de grupo poderia evidenciar a incompletude, a contradição e a dispersão constitutiva desse sujeito privado de liberdade.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Privação de liberdade; Gíria de grupo; Lexicografia.

**TRAJETÓRIAS ERRÁTICAS: EVASÃO, ABANDONO E REPROVAÇÃO NA VIDA ESCOLAR DE ADOLESCENTES ATENDIDOS COM ESCOLARIZAÇÃO EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO**

João Gomes Tavares Neto  
Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA  
adergoes@bol.com.br

Mychelli Pereira Tavares  
Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA  
mychellieisa28@gmail.com

Aderli Goes Tavares  
Universidade do Estado do Pará – UEPA  
aderlitavares40@gmail.com

O trabalho apresenta resultados parciais de um estudo que está sendo realizado com alunos matriculados em uma escola pública estadual de ensino fundamental e médio, na Região Metropolitana de Belém - Pará. Objetiva-se identificar as trajetórias escolares vivenciadas por um grupo de 10 alunos da EEFM. Antônio Carlos Gomes da Costa – unidade escolar estadual, responsável pela escolarização de adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A pesquisa é de caráter quantitativo, subsidiada por dados primários, coletados do sítio da SEDUC/PA, particularmente do Módulo Aluno – Consulta de Matrícula. A coleta desses dados, obedeceu a um recorte temporal, situado entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2019. Elegeram-se para estudo, seis categorias, que referenciam a coleta das informações: quantidade de escolas pelas quais os alunos passaram, quantidade de reprovações, quantidade de desistências, quantidade de evasões, quantidade de transferências e quantidade de cancelamentos. Em caráter preliminar, os dados demonstraram que os adolescentes em processo de escolarização em duas Unidade de Internação no município de Ananindeua, ao ingressarem na escola da socioeducação, já haviam acumulado um conjunto de experiências escolares negativas, representadas por reprovações, evasões, desistências, transferências e cancelamentos de matrículas, o que evidencia, a irregularidade das trajetórias escolares desses alunos. Não são alunos que foram excluídos do acesso à escola, mas em suas trajetórias escolares, tiveram a permanência no ambiente escolar marcada por descontinuidades e fragmentações frequentes. Dos dez alunos elencados, todos vivenciaram a experiência de reprovação escolar, pelo menos uma vez, ao longo de sua trajetória escolar; embora, cinco deles tenham vivenciado esse fato por duas vezes ou mais. Também, verificou-se que, desse conjunto, nove entre os dez, estudaram em mais de uma escola, sendo que quatro deles estudaram entre 3 e 7 escolas. Percebe-se, que nos casos estudados, não há uma ausência da escola na vida desses alunos, o que há é um afastamento progressivo entre aluno e escola, evidenciado pelas transferências, reprovações, cancelamentos de matrícula e evasões. A investigação ainda se encontra em estágio incipiente, onde as quantidades de trajetórias visíveis na “ficha de consulta ao aluno” precisam ser ampliadas, quantitativamente, e aprofundadas qualitativamente. Apesar do caráter preliminar do estudo, é possível tecer algumas considerações acerca da trajetória escolar desses alunos que ingressam na escolarização, em unidades de internação no município de Ananindeua. A descontinuidade e fragmentação de suas vidas escolares, possibilita qualificar como errática as suas trajetórias escolares, que antecedem ao seu ingresso na medida socioeducativa de internação. São adolescentes que estiveram na escola, não lograram sucesso contínuo, e não tiveram oportunidades reais de

desenvolver habilidades tais como a leitura, interpretação, e a escrita, além disso, imergiram em um processo de atraso escolar, em relação a idade, ingressando na internação com um considerável grau de distorção idade/série.

**Palavras-chave:** Adolescentes internados; Socioeducação; Trajetórias escolares.

## O ADOLESCENTE E A MEDIAÇÃO: LIMITES E POTENCIALIDADES NO PERCURSO SOCIOEDUCATIVO

Rosilene Maria de Oliveira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
rosimariamo2306@gmail.com

Helena Almeida Neves  
Universidade de Coimbra, Portugal  
helena.almeida03@gmail.com

O Brasil estabeleceu, na década de 1990, uma regulação democrática para garantia dos direitos da criança e do adolescente, isto é, um ordenamento jurídico projetado para a proteção integral destes sujeitos. Neste, instituiu um sistema de gerenciamento da infração praticada por adolescentes, nomeadamente as medidas socioeducativas. Em tais medidas, busca-se equilibrar uma dimensão coercitiva sancionatória com processos educativos. Contudo, a realidade resultante deste hibridismo é intensamente questionada. Outro aspecto identificado na literatura é o funcionamento da medida de privação de liberdade na lógica das “instituições totais”. O presente trabalho trata-se de resultado de pesquisa realizada no mestrado em “Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, pela Universidade de Coimbra/PT. O objetivo foi analisar a mediação como modo alternativo de resolução de conflitos, a partir do estudo dos limites e das potencialidades percebidas no contexto institucional da medida socioeducativa de privação de liberdade, tendo como *lócus* uma instituição no Distrito Federal. As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram: a entrevista semiestruturada e o grupo focal. Realizou-se 13 entrevistas (09 com profissionais e 04 com adolescentes); e 02 grupos focais com as adolescentes. A tipologia dos conflitos foi identificada a partir da pesquisa documental. Os dados foram interpretados por meio da análise de conteúdo e sua validação alicerçou-se na triangulação das fontes. Num período de quatro meses a instituição teve 42 situações de conflito. Agredir fisicamente, o tipo mais recorrente, ocorreu em 85% dos casos com os adolescentes do sexo masculino; em 54% os litigantes tinham conflitos precedentes ao ingresso institucional; e em 15% os conflitos foram motivados por intolerância quanto à orientação sexual. Destaca-se o conflito de “ameaça”, neste sobrepõe-se o envolvimento das adolescentes com 84% das situações, tendo como parte os funcionários da instituição. As respostas institucionais aos conflitos estão estabelecidas num Regimento Disciplinar. Percebeu-se neste, e na sua execução, um sistema de “micropenalidade”, atualizador dos ritos da delegacia de polícia e do tribunal. Para os adolescentes o elemento preponderante deste gerenciamento não é o castigo, que se traduz no isolamento, mas o registro. Este religa-se ao processo mais amplo de avaliação da medida socioeducativa e exerce um poder simbólico, criando uma espécie de tensão viabilizadora do controle. A mediação mostra-se incipiente. Os adolescentes apontam como entraves para processos de mediação: a neutralidade do mediador; verem na mediação uma resposta satisfatória; e a estratégia de implantação. Os trabalhadores identificam: escassez de recursos humanos; baixo empenho dos profissionais; falta de formação específica; pouco interesse dos gestores; e o risco do empoderamento dos adolescentes ser empecilho para os procedimentos de controle. As potencialidades da mediação no contexto estudado requerem atentar-se para as dimensões da mediação para além de uma técnica estrita de resolução de conflito. Deve-se considerar seu impacto nos litigantes e no contexto da conflitualidade e, ainda, da possibilidade de influenciar na construção de alternativas, e quanto à diminuição da escalabilidade dos conflitos.

**Palavras-chave:** Conflito; Mediação; Adolescente; Medida socioeducativa; Privação de liberdade.

## **OFENSA SEXUAL COMETIDA POR ADOLESCENTES ENTRE 16 E 18 ANOS**

Andrea Schettino Tavares  
Universidade de Brasília - UnB  
andrea9tavares@gmail.com

Liana Fortunato Costa  
Universidade de Brasília - UnB  
lianaf@terra.com.br

Os adolescentes de 16 a 18 anos de idade que cometeram ofensa sexual estão situados em uma condição ambígua e complexa do ponto de vista jurídico e de seu desenvolvimento. É uma fase que implica na decisão de vê-los como sujeitos de direito, pois ainda há uma certa ambiguidade em compreender se os adolescentes dessa faixa etária devem ser considerados como sujeitos de proteção ou devem ser preferencialmente responsabilizados. O objetivo deste estudo é discutir a ofensa sexual cometida por adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos e as implicações sociais e jurídicas decorrentes. A adolescência é um período do desenvolvimento humano em que ocorrem mudanças significativas para cada adolescente, considerando seu contexto social, histórico e cultural. O adolescente passa por um processo de formação da identidade que inclui o desenvolvimento de individuação e de diferenciação. A ofensa sexual (termo similar ao estupro) é uma questão de saúde pública, complexa e multideterminada. Entende-se que o adolescente que comete uma ofensa sexual precisa ser considerado em seu processo de desenvolvimento, como um ser integral inserido em um contexto constituído por diversos fatores que possibilitaram a ocorrência do ato. Ao cometer a ofensa, o adolescente deve ser responsabilizado, podendo receber medidas socioeducativas e medidas de proteção. O estudo foi realizado mediante pesquisa documental com os registros dos prontuários de cinco adolescentes que foram encaminhados para atendimento em uma unidade de saúde pública devido ao cometimento de ato infracional de natureza sexual. Os dados foram analisados a partir de categorias de vitimizações. Os resultados apresentaram a polivitimização na história de vida deles, o cometimento do ato infracional como resposta a um sofrimento e problematizar o limbo em que se encontram na garantia de direitos, em especial da proteção, devido à faixa etária desses adolescentes. Observa-se que estão em transição jurídica, final da adolescência e início da maioridade penal. Entre 16 a 18 anos, a responsabilização não pode ser a única forma de resposta para os adolescentes que cometeram ofensa sexual. O trabalho deve ser em conjunto: responsabilização adequada, atendimento psicossocial especializado e apoio familiar. Entende-se que o estudo apontou um impasse na situação de ofensa sexual cometida ao final da adolescência. Esse fato precisa ser observado e valorizado pelos profissionais da Psicologia, do Serviço Social e da Justiça, pois esses adolescentes estão em uma faixa limite de ser responsabilizado e protegido ou somente responsabilizado e punido. Estratégias precisam ser construídas para garantir os direitos dos adolescentes que cometeram a ofensa. Deve-se reconhecer que o contexto de não atendimento de seus direitos fundamentais aumenta a probabilidade do cometimento de atos infracionais graves. A faixa etária apontada neste texto indica possibilidade de que o adolescente possa ser tratado por outro sistema de justiça criminal, o que agravaria ainda mais sua condição de polivitimização. O texto busca apresentar um alerta para um fenômeno que ocorre em idade limítrofe, sobretudo em tempos de discussão sobre diminuição da idade penal.

**Palavras-chave:** Adolescente; Ofensa sexual; Responsabilização; Atendimento.

## **IDENTIDADE, CULTURA VISUAL E MUDANÇA SOCIAL: POTENCIAIS DA ARTE NO SOCIOEDUCATIVO**

Thais Perim Khouri

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Universidade de Brasília - UnB  
thaiskuri@gmail.com

Marcella Souza Paes

Estudante de Bacharelado em Artes Visuais na Universidade de Brasília e Estagiária em Artes  
Plásticas na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga  
marcellasouza.msp@gmail.com

Na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga 2, são oferecidas aulas regulares de desenho e outras práticas criativas. Neste convívio, o contato mediado pelo olhar artístico permite o surgimento de falas que demonstram a identidade construída socialmente com a qual os adolescentes se identificam: “sou bandido mesmo”, “a mente é criminosa”, “quem tem medo de polícia?”. Agregando a isto os elementos visuais que surgem reiteradamente nas produções criativas dos adolescentes, ligados ao contexto infracional (armas, cenas de assassinato, cigarros e folhas da maconha) temos um panorama que diz muito sobre a forma como opera a socialização destes jovens. A produção visual que simula e exalta o mundo do crime é entendida como processo de autoafirmação, uma vez que o comportamento agressivo e impositivo é visto como um sinal de poder em círculos sociais dos quais os adolescentes participam. Compreende-se que estes comportamentos são transmitidos através de gerações, marcadas pela exclusão social e pelo preconceito. Através da prática educativa pautada pela observação e pela intervenção dialógica, pontuando essas falas com questões que fazem o aluno refletir, sem subjugar ou desclassificar a identidade atual, encontramos caminhos para desvendar os gatilhos sociais e individuais que podem estar na raiz da formação do comportamento violento. A partir de referenciais teóricos que versam sobre a cultura visual conceituada por Hernandez, das teorias de desenvolvimento psicológico cunhadas por Wallon e Vygotsky, e as práticas pedagógicas de Paulo Freire e Ana Mae Barbosa, evidenciaremos os potenciais que se apresentam na prática educativa artística para a desconstrução e reconstrução de identidades, a formação de novos horizontes e o reconhecimento do contexto histórico e social que gerou os resultados hoje vivenciados por nós. Iremos apresentar práticas que atuam no sentido de ampliar o autoconhecimento, promover o empoderamento e a autonomia através da informação, contribuindo para o surgimento da vontade de viver e atuar no mundo como um ser que se desenvolve e questiona sem prejudicar outrem. Com esta metodologia em construção, buscamos, através da arte, descobrir juntos como “ser alguém na vida”, nas palavras dos próprios jovens, visando inclusive a possibilidade de geração de renda através de atividades criativas e da inserção no mercado cultural.

**Palavras-chave:** Arte-educação; Identidade; Empoderamento; Autoconhecimento; Cultura visual.

## **PREVENÇÃO À APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS TERRITORIAIS SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO**

Francisco Coullanges Xavier

Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania

francisco.xavier@cidadnaia.gov.br

A prevenção à aplicação de medidas socioeducativas é pouco debatida no Brasil, todavia é de suma importância para o debate socioeducativo no país. A produção de diagnósticos territoriais é parte (ou deveria ser) fundamental do planejamento do SINASE nos estados e municípios. Partindo da premissa de que atos infracionais e medidas socioeducativas não são dados “naturais”, mas sim produções históricas, culturais, econômicas e políticas instamos refletir sobre a responsabilidade das políticas públicas – portanto do Estado – na produção de dados e informações que permitam evitar que o adolescente cumpra medidas socioeducativas (sem descuidar da dimensão da responsabilização dos adolescentes pelas consequências de suas ações), especialmente as de privação de liberdade, conforme prevê o artigo 35 da lei 12.594/2012. Menos do que uma preocupação com a prevenção à criminalidade, o que se busca nessa discussão é a produção qualificada e utilização de dados para identificar as principais dinâmicas que envolvem os adolescentes na prática do ato infracional e na judicialização dos conflitos. Os dados quantitativos já existentes podem abrir um flanco de trabalho para leituras mais qualitativas que identifiquem os locais de origem dos adolescentes, o perfil dos mesmos e de suas famílias, as políticas públicas presentes no território (lazer, cultura, esporte, aprendizagem, saúde, educação...), os processos de criminalização da juventude periférica, a incidência do racismo e do trabalho infantil, os impactos da política de repressão às drogas nos territórios e as indicações de possíveis estratégias de atuação de políticas públicas para proteger os adolescentes dos processos de criminalização vigentes. A prevenção ora colocada nessa discussão está para além da oferta de justiça restaurativa ou mediação pacífica de conflitos, que são fundamentais para a superação do modelo punitivo, mas entender a prevenção por meio de produção de dados como uma política pública e de responsabilidade do Estado, sendo vetor fundamental para o planejamento do SINASE. Especificamente no meio aberto, o Ministério da Cidadania realizou uma pesquisa censitária que apontou os principais atos infracionais, as idades mais prevalentes e outros indicadores que podem apontar quais as principais vulnerabilidades municipais que confluem para a criminalização dos adolescentes. O material pode servir como base para leituras locais mais qualitativas de modo a refletir estratégias pré-judiciais por parte das políticas públicas. Pensar a prevenção é necessariamente qualificar a gestão socioeducativa do município e do estado, não apenas a reboque das decisões judiciais, mas entendendo a história dos territórios e seu fortalecimento como diretriz do SINASE.

**Palavras-chave:** Prevenção; Diagnóstico; Planejamento socioeducativo; Gestão.

## **TRABALHO, ESCOLA E CRIMINALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL**

Hannah Zuquim Aidar Prado  
Universidade de Brasília - UnB  
hannah.zuquim@gmail.com

O debate proposto faz parte de um estudo preliminar da pesquisa de doutorado que tem como objeto os/as adolescentes que entram para o comércio de drogas e são criminalizados. Parte-se da concepção de que esta atividade é um trabalho infantil, que faz parte do mercado da droga. Ou seja, é sobre os sentidos do trabalho infantil no Brasil hoje, partindo de estudos acerca da história da política para a infância no país nos séculos XIX e XX, mais especificamente a que se ocupa da classe trabalhadora: os trabalhadores infantis, os considerados potencialmente criminosos, os abandonados e os desordeiros, em linguagem da época. O trabalho infantil faz parte da história das crianças e adolescentes no Brasil, e quando olhamos para trás podemos perceber que as formas de controle sobre este público têm uma lógica que atravessa o tempo histórico e nos permite entender como ainda hoje operam as políticas sociais para a infância da classe trabalhadora. O debate foca no período da redemocratização do Brasil e no momento atual, investigando como estão organizadas hoje as políticas para a criança e o adolescente no que se refere mais especificamente a escola e ao sistema socioeducativo. Verifica-se que há uma disputa entre a proteção e a criminalização quando abordamos os processos de escolarização desigual, inserção no mercado da droga e no sistema socioeducativo. Contraditoriamente aos avanços institucionais de garantia de direitos das crianças e adolescentes, é esse grupo que mais está sendo encarcerado e assassinado. O crescente encarceramento dos adolescentes e o aumento da pressão social e política para que ocorra a redução da maioria penal apresenta um cenário de aumento do punitivismo, no qual a juventude pobre e negra é quem mais sofre as consequências. O enfrentamento do Estado no que se refere ao envolvimento de jovens com o comércio de drogas continua sendo respondido principalmente por meio das políticas de segurança, a partir da seletividade penal expressa no alcance do seu braço armado – a polícia, e executada pelo sistema de justiça, que os insere em unidades de internação socioeducativa. O trabalho infantil, a ausência da escola e uma série de outras violências fazem parte da trajetória de adolescentes da classe trabalhadora. O sistema socioeducativo, historicamente, não é e ainda não está sendo uma resposta do Estado para o trabalho infantil no comércio de drogas, situação que envolve diversos riscos: em relação ao mercado de trabalho, ao envolvimento em situações de violência, e também diante da justiça criminal. A parcela da juventude criminalizada é selecionada pelo sistema de justiça e encaminhada para o sistema socioeducativo, historicamente delimitado e descrito anteriormente para controlar as crianças e adolescentes da classe trabalhadora. O afastamento da escola faz parte de um processo de contínua negação da educação como um direito, que permite que algumas trajetórias sejam ainda marcadas pelo trabalho infantil, o que faz parte da série de violações de direitos que vivem as crianças e adolescentes pobres.

**Palavras-chave:** Educação; Trabalho Infantil; Sistema Socioeducativo; Narcotráfico.

**DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NO CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: UM RELATO DE INTERVENÇÃO DA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE FEMININA DE PALMAS/TO**

Marlene Barros Sandes  
Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Feminina,  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins  
marlenesandes2018@gmail.com

Maria das Dôres Turíbio Costa Sousa  
Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Feminina de Palmas,  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins  
mariadturibio@hotmail.com

Ana Flávia Campeiz  
Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Feminina,  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins  
fafacampeiz@hotmail.com

O apoio familiar à adolescente em cumprimento de medida socioeducativa é fundamental para que haja êxito na ressocialização, isso requer presença e envolvimento. A medida não possui um fim em si mesma, ela visa abarcar o presente e o futuro da adolescente e, neste aspecto, a família precisa estar incluída no processo para que se efetive sua contribuição e apoio no acompanhamento da adolescente. Ainda que após a medida a rede de proteção ofereça continuidade de atendimento, haverá pouca efetividade se a família não compreender sua importância e não disponibilizar apoio, inclusive, este é um aspecto a ser trabalhado pela equipe técnica com a família e rede de apoio na preparação para o desligamento da adolescente, desde o início do atendimento. Entretanto, não é normalmente o que ocorre, constituindo-se a não responsabilização pela família durante todo esse processo um dos grandes desafios enfrentados pela socioeducação. Com foco neste aspecto, o estudo problematiza os fatores que sustentam o processo de ausência familiar e que leva a família a eximir-se de sua responsabilidade no acompanhamento da medida, avaliando-se o impacto que esse apoio familiar poderia promover no processo de ressocialização da adolescente. Construído mediante referencial teórico e relato de experiência, o estudo parte da prerrogativa que avalia os aspectos socioculturais imbricados, considerando a emblemática: como a família vai reconhecer os avanços da adolescente no processo de cumprimento da medida socioeducativa se ela se mantém ausente e se ela própria demonstra dificuldade na conscientização das violações de direito enfrentadas por ela e pela adolescente ao longo da vida? Na tentativa de avançar sobre este desafio, a equipe técnica da Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Feminina de Palmas/TO, apresenta um estratégia, um projeto de intervenção denominado “Diálogo com Sabores”, na tentativa de driblar a ausência da família no acompanhamento da medida da adolescente, normalmente incerto, não efetivo, com algum ou nenhum comprometimento e que impacta nas relações e nos resultados dos encaminhamentos assistenciais à adolescente, realizados pela equipe. “Diálogo com Sabores” é um projeto que ocorre durante o cumprimento de medida da adolescente, realizado pela oferta de café da manhã ou almoço à família da adolescente na Unidade. Objetiva-se o acolhimento familiar e o fortalecimento de vínculos entre a adolescente, sua família e os profissionais, caracterizando momentos de troca e compartilhamento. Nestes encontros, a família participa da construção e revisão do PIA, firma pactuações e tem acolhidas

suas demandas, necessidades, possibilidades e seus interesses. Tem-se como resultado, deste projeto, maior abertura na comunicação, de maneira que a família se sinta inserida e co-responsabilizada, não culpabilizada. Ainda neste compartilhar, a equipe realiza orientações à família e encaminhamentos para sua inserção em programas e/ou projetos sociais, acompanhamento à saúde e outras articulações por intermédio da rede intersetorial em âmbito municipal e estadual, como preconiza a lei do SINASE nos artigos 4º e 5º, e aciona outros dispositivos comunitários de assistência, visando ao aumento de acesso da família a bens e serviços.

**Palavras-chave:** Adolescente; Participação familiar; Semiliberdade.

## PERCORRENDO CAMINHOS: PROJETO ESCOLA ITINERANTE

Ana Flávia Campeiz

Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Feminina,  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins  
fafacampeiz@hotmail.com

Rute Andrade dos Santos

Escola Superior de Formação e Qualificação Profissional,  
Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins  
ruter1@gmail.com

Embasados pelos pilares metodológicos da Escola Nacional de Socioeducação, que visa oferta da formação continuada para os servidores do Sistema Socioeducativo e considerando o contexto político, econômico e cultural que com a ausência de recursos financeiros, entre outros fatores, fomentam a invisibilidade de uma socioeducação efetiva, o projeto Escola Itinerante faz parte de umas das ações da Gerência da Escola Superior de Formação e Qualificação Profissional que visa formar os servidores que atuam na Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Tocantins (SASPDCA). O objetivo geral é construir rotina de reflexões *in loco* sobre a temática da Socioeducação para os servidores da SASPDCA, com a finalidade de desenvolver a capacidade crítica quanto aos fatos sócio-histórico do adolescente que comete ato infracional, promover discussões em grupo sobre a temática da Socioeducação e possibilitar novas formas de atuação buscando um bem-estar para o servidor e para o adolescente. Realizou-se o convite a todos servidores a participarem em encontros mensais nas Unidades Socioeducativas de privação e restrição de liberdade em que trabalham. Utilizou-se como metodologia uma adaptação do método da Cumbuca, o qual prevê que os servidores leiam um capítulo do livro e, durante o encontro, em uma cumbuca é sorteado um dos nomes dos participantes, o qual é a pessoa responsável por apresentar o capítulo ao grupo, seguido de discussão e participação dos demais integrantes. Se, por acaso, o sorteado não leu o capítulo, a reunião é cancelada. O livro Desafios da Socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais, organizado pelo Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte (2015), foi utilizado como embasamento para discussões e seguiu o cronograma temático: violência institucional; participação familiar; escolarização; esporte e lazer; saúde integral ao adolescente e, qualificação profissional. Identificou-se, entre outros, o princípio superior do abandono, materializada pela falta de condições básicas para desenvolverem a medida socioeducativa em cada temática discutida, implicando na desmotivação do servidor, descrença na política a ser desenvolvida e insegurança na saúde e segurança do trabalhador. Averiguou-se a desconstrução de concepções de ações punitivas e os primeiros passos para construção de uma identidade de política socioeducativa humanizada e pedagógica. Percorrer esse trajeto com a Escola Itinerante possibilitou acessar o profissional em seu ambiente de trabalho, além de romper com a tradicional capacitação de falar “para” o servidor, mas proporcionar a fala “com” o servidor, implicando em discussões que façam sentido para aquela vivência. Nessa perspectiva, construir espaços e proporcionar voz e escuta qualificada ao servidor para que possam aparecer por meio da fala, diante do cenário, onde tempo e espaço provocam um assujeitamento das pessoas.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Formação continuada; Saúde do trabalhador.

## **A DINAMIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL: UMA EXPERIÊNCIA DAS AUDIÊNCIAS DE EXECUÇÃO EM MEIO ABERTO EM SÃO LUÍS-MA**

Maria Betânia Silva Magalhães  
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão  
mbsmagalhaes@tjma.jus.br

José dos Santos Costa  
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão  
jscosta@tjma.jus.br

A 2ª Vara da Infância e da Juventude (2ªVIJ) do município de São Luís tem como atribuições apurar a prática de atos infracionais e fiscalizar a execução das medidas socioeducativas (MSE) com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Dados do relatório de inspeções judiciais em meio aberto da 2ªVIJ, realizadas em março de 2018, identificou 343 socioeducandos acompanhados pelos cinco Centros de Referência Especializadas da Assistência Social (CREAS). Nas inspeções, os CREAS destacavam como ponto desfavorável no acompanhamento a morosidade na obtenção das informações oficiais quanto ao andamento dos processos de execução. Com o intuito de otimizar os procedimentos judiciais e priorizar a oralidade e eficiência das ações, foi instituída a realização de audiência de execução de medida socioeducativa em meio aberto, conforme a Portaria nº 05/2018 – 2ªVIJ. As audiências concentradas por CREAS ocorreram semanalmente na sala de audiência da 2ªVIJ, com a presença do juiz, promotor de justiça, defensor, equipe técnica da 2ªVIJ e do CREAS respectivo. A pauta das audiências era definida entre as equipes técnicas da 2ªVIJ e do CREAS, bem como as preposições do Ministério Público e da defesa podiam ser incluídas. O presente trabalho apresenta os resultados alcançados nas audiências de execução de medidas socioeducativas em meio aberto, no período de setembro de 2018 a agosto de 2019. Os dados foram coletados a partir das decisões tomadas em audiência por processo judicial. Foram identificadas 38 audiências, com apreciação de 798 processos. As decisões tomadas em audiência foram: extinções de MSE (43,8%); homologação do plano individual de atendimento (25,3%); designada audiência de justificação (15,1%); determinada a retomada da MSE (7,1%); unificação de MSE (5,1%); determinada a expedição de Mandado de Busca e Apreensão - MBA (5,1%); substituição de MSE (1,8%); suspensão do processo (0,6%) e transferência do atendimento do socioeducando para outro CREAS (0,1%). Os principais motivos para extinção das MSE estão relacionadas a: realização de sua finalidade socioeducativa (57,3%); perda da finalidade pedagógica (16,5%); retomada do processo de apuração (conhecimento) com 13,7%; inviabilidade do cumprimento (5,1%); decretação da internação sanção (4,6%); óbito do socioeducando (2,5%) e prescrição da execução com 0,3% dos processos. As expedições de MBA tiveram por finalidade: apreensão dos socioeducandos para audiência de justificação (36,6%); cumprimento de internação sanção (34,1%) e renovação do MBA (29,3%). As suspensões dos processos estão relacionadas a aguardar o desfecho de novo processo de conhecimento em tramitação (80%) e aguardando o tratamento de drogas (20%). Evidenciou-se que as audiências concentradas possibilitaram uma dinamização no sistema socioeducativo em meio aberto, na medida em que ocorreu uma maior celeridade e otimização nos procedimentos judiciais, bem como acompanhamento mais próximo com as equipes dos CREAS e com os socioeducandos e melhor compreensão dos casos apreciados.

**Palavras-chave:** Audiências de execução; Medida socioeducativa; Justiça juvenil.

## A REPRODUÇÃO DA LÓGICA PUNITIVA NO ÂMBITO DO SISTEMA ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DESVIANTE E SEU REFLEXO SOBRE O IMOBILISMO SOCIAL

Eduardo Roger Duarte Paiva  
Universidade de Brasília – UnB  
erdpaiva@gmail.com

Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá  
Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília - UnB  
ensejo@gmail.com

O sistema educacional, na perspectiva de Baratta (2002), opera, assim como o sistema penal, funções relativas à marginalização e à consolidação da carreira criminosa a partir da dinâmica de socialização institucional que nele se engendra. Dessa forma, a escola passa a responder às demandas pela manutenção das relações sociais existentes, assim como o faz a Dogmática Penal no campo jurídico, na medida em que distribui desigualmente sanções mais gravosas aos grupos desfavorecidos, os quais sofrem com maior rigor o efeito das sanções aplicadas. Nesse sentido, se realça a noção do mito da mobilidade social a partir do sistema escolar, visto que este, em vez de se tornar uma possibilidade de ascensão social, ou, ainda, de ruptura com o contexto infracional, concorre para que tal fenômeno se torne uma exceção. Baratta assevera que a aplicação de testes não é capaz de comprovar a naturalidade desse sistema excludente, antes, ressalta os desníveis no tocante à inadaptação de grupos historicamente subalternizados ao padrão comportamental das classes dominantes, não considerando suas idiosincrasias, tampouco os integrando socialmente. Também observa que os mecanismos de marginalização, ou autodefesa, acionados pelo sistema escolar, têm relação com o receio de diminuição de *status*, visto que o infortúnio do estudante proveniente de realidades subalternizadas pode conturbar a ordem moral da cultura dominante da instituição educacional. O tratamento de caráter discriminatório corrobora processos de estabilidade da carreira desviante a partir da negação da possibilidade de desenvolver uma rotina semelhante à vivida pela camada social considerada “honesta”, o que, por conseguinte, impele o indivíduo considerado desviante a uma conduta ilegítima crescente. Ademais, a consolidação da identidade desviante, segundo Becker, de modo algum corresponde a uma característica imanente ou biológica do indivíduo, como criminólogos positivistas supunham, mas de uma reação social. Nessa esteira, estratégias de imobilismo social, de acordo com Moura (2019), compõem a história do racismo estrutural no Brasil. Historicamente, a classe proprietária e senhorial brasileira lançou mão de diversas estratégias para conter o negro na condição que fosse conveniente à estrutura escravista. Mesmo após a Abolição, a engrenagem escravocrata continuou operante, no sentido de perpetuar o negro como possuidor de uma força de trabalho desqualificada, inferior e estigmatizada, com o intuito de mantê-lo fora dos postos de trabalho. Assim, os mecanismos de regulação e marginalização no pós-abolição se racionalizaram, se sofisticaram e, ao mesmo tempo, estratificaram a sociedade brasileira de modo a não permitir o trânsito social, isto é, a mobilidade entre classes. A igualdade entre brancos e negros, embora tenha sido formalizada com a abolição da escravatura, não se concretizou substantivamente, ao ponto de negros passarem a ser chamados pejorativamente de “treze de maio”. A pesquisa a ser realizada busca evidenciar as conexões existentes entre o estigma dos tempos coloniais e sua reatualização, por meio dos mecanismos de etiquetamento e segregação observáveis em ambientes como a própria instituição escolar.

**Palavras-chave:** Sistema escolar; Sistema penal; Imobilismo; Estigma.

## **CONSTRUINDO UM ESTADO DA ARTE: ANÁLISES DOS DISCURSOS PARLAMENTARES SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL**

João Victor Barbosa Ferreira  
Universidade de Brasília - UnB  
joao.bf.victor@gmail.com

Este estudo examina o discurso parlamentar sobre o tema da redução da maioridade penal impresso nas PECs propostas ao Congresso Nacional entre os anos de 1993 e 2019, a partir da metodologia da teoria fundamentada nos dados. Foram analisados, ao todo, 36 (trinta e seis) documentos legislativos apresentados pelos Parlamentares ao longo da história da “nova democracia”, todos com a pretensão de relativizar a idade penal impressa na Constituição. O processo de codificação próprio da metodologia da teoria fundamentada nos dados permitiu delinear 4 (quatro) categorias centrais presentes nos documentos legislativos: (i) caos social; (ii) ineficácia da legislação vigente; (iii) sensação de impunidade dos jovens; (iv) influência dos “exércitos do tráfico de drogas” na vida dos jovens. As categorias centrais valoram os discursos punitivistas para, de alguma forma, tentar refinar os argumentos favoráveis à relativização da idade penal. Após todo o processo de codificação, foram identificados dois “discursos-tipo” presentes nas PECs analisados: (i) o discurso da punição absoluta; e (ii) o discurso da punição garantista. O primeiro, parte da ideia de tentar dramatizar a delinquência juvenil, que utiliza premissas sensacionalistas, sobretudo das manchetes de jornais que noticiam casos ímpares de extremo apelo social para mobilizar o sentimento do imaginário popular. O segundo discurso-tipo apresenta o mesmo objetivo de reduzir a idade penal, mas a diferença central é que, aqui, há o reconhecimento mínimo da responsabilidade do Estado para com a implementação de políticas públicas que combatam as desigualdades sociais. De toda forma, a premissa final dos discursos converge: é necessário punir o adolescente em conflito com a lei penal no Brasil, imputando-lhe responsabilidade, independentemente dos fatores intrínsecos aos níveis de precarização da vida, para que a paz social possa ser preservada. Propomos discutir duas balizas centrais identificadas nos documentos analisados e, voluntariamente, transformadas em perguntas de pesquisa: há punição para os adolescentes em conflito com a lei penal no Brasil? A punição e a consequente redução da maioridade penal são as soluções para o caos social da insegurança pública? Para as respostas, selecionamos na literatura nacional estudos empíricos realizados na última década e que identifiquem os padrões do desenvolvimento da segurança socioeducativa no território nacional. A partir das histórias empíricas, o estudo lança um contraponto ao senso comum que insiste em reafirmar que a punição é a solução, a partir do olhar científico dos dados que demonstram que, no Brasil, os parâmetros práticos da socioeducação destoam dos marcos normativos legais de proteção tanto nacionais, quanto internacionais. A conclusão científica constata que a redução da maioridade penal não teria o impacto esperado pelos parlamentares punitivistas na remediação do dito “caos” na segurança pública. Mas para além: relativizar a idade penal é pressuposto agravante para os bens jurídicos que devem ser protegidos.

**Palavras-chave:** Redução da maioridade penal; Discurso parlamentar; Medida socioeducativa; Adolescente em conflito com a lei.

## **GESTÃO EM SAÚDE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Christiane da Mota Zeitoune  
Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro  
christianezeitoune@gmail.com

A socioeducação tem interfaces com diferentes sistemas e políticas. A formação de uma rede integrada de atendimento é tarefa essencial para a efetivação das garantias dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, rompendo uma política de segregação. Este trabalho apresenta as ações realizadas pela Coordenação de Saúde do Departamento Geral de Ações Socioeducativas para a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) e a consolidação de um modelo de gestão participativa pautada no planejamento, monitoramento e avaliação.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei; Vulnerabilidade social; Atenção Psicossocial; Desinstitucionalização; PNAISARI.

## **O CRITÉRIO DE SEPARAÇÃO POR FACÇÕES CRIMINOSAS DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM ESTABELECIMENTO EDUCACIONAL**

Fernanda Helena Nunes Ferreira  
Ministério Público Maranhão  
fernandahelena@mpma.mp.br

Ana Margarida Barbosa Santos  
Ministério Público Maranhão  
anamargarida@mpma.mp.br

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada nos locais de cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, onde foi evidenciada a adoção de um novo critério de separação dos adolescentes. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 123, a internação deverá ser feita em local distinto daquele destinado ao adulto e a separação deve obedecer, rigorosamente, os critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Embora essa regra não seja suficiente para dar conta da complexidade das realidades vivenciadas no interior das unidades, bem como das subjetividades dos socioeducandos, ela é um direito estatutário e tem a função preliminar de contribuir para garantir a integridade das comunidades socioeducativas. A pesquisa foi realizada junto aos seis Centros Socioeducativos da Região Metropolitana de São Luís/MA, tomando como referência as Inspeções Semestrais realizadas pela 43ª Promotoria de Justiça Especializada da São Luís, no período de 2016 a 2018. As inspeções produzem os formulários que possibilitam a obtenção de dados diversos, que vão desde aspectos da gestão das unidades até o perfil de sua população. No bojo dessas informações, os critérios de separação dos socioeducandos chamou atenção, em razão da sua frequente referência e por revelar a influência da presença de facções criminosas na internação de adolescentes, fenômeno em expansão no Brasil. Esse novo critério dificulta o processo de garantia de direitos dos adolescentes nos Centros Socioeducativos, sobretudo no que tange a escolarização e a sociabilidade com toda a comunidade socioeducativa, visto que, a rotina de saída dos alojamentos para as atividades coletivas obedece aos agrupamentos por facção. Ou seja, pela manhã, saem adolescentes que se autodeterminam pertencentes a determinada facção; à tarde, os de outra; e, no dia seguinte, as demais, havendo a possibilidade de que determinado grupo de adolescentes passe todo o dia no interior do alojamento. Apenas durante as visitas das famílias, que acontece aos sábados, a convivência coletiva entre os grupos faccionados é respeitada. O ingresso dos adolescentes nas facções fragiliza os vínculos familiares e comunitários e, quando esse vínculo é levado para as unidades de internação, a sociabilização é comprometida e se reforça a rivalidade entre os grupos, levando a um estado de permanente de tensão. Essa condição suscita a necessidade de construção coletiva de estratégias para o seu enfrentamento, sendo indispensável ouvir e considerar os pontos de vista, as subjetividades e os saberes dos socioeducandos, dos socioeducadores e da equipe técnica dos Centros Socioeducativos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Facções; Critério de separação.

**DESAFIOS DO APOIO TÉCNICO DA GESTÃO ESTADUAL PARA O FORTALECIMENTO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO OFERTADO NOS CENTROS DE REFERÊNCIAS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS**

Leticia Priscila de Almeida Borel  
Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS  
leticia.borel@gmail.com

Maria Alcione Pereira Teles  
Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS  
alcione.teles007@gmail.com

Maria Joseilda da Silva Pinheiro  
Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS/  
brannnnca@gmail.com

Thalyta de Souza Campos-  
Secretaria de Estado de Assistência Social SEAS/  
thalyta.campos15@gmail.com

Este trabalho expressa a experiência vivenciada pela gestão da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS no ano de 2019, referente ao Apoio Técnico realizado junto aos operadores da Política de Assistência Social nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social nos municípios do Amazonas, para a implementação e execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, sendo estas: Liberdade assistida (LA) e Prestação de serviços à Comunidade (PSC). O objetivo foi o fortalecimento do Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto no município, bem como saber dos desafios enfrentados pela equipe na execução desse serviço. A metodologia utilizada para o alcance dos resultados foi a participativa que envolveu: Planejamento das atividades; produção dos instrumentais que foram utilizados na visita; levantamento de dados sobre o município com a equipe da SEAS que realizou o Apoio Técnico *in loco*, e, por fim a análise e tabulação dos dados utilizados para este trabalho. Cabe destacar que a realização de Apoio Técnico está ancorado nas diretrizes e ações ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para cumprimento da NOB/SUAS e da NOBRH/SUAS, pactuadas por meio da Resolução nº 3, de 19 de fevereiro de 2019, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que estabelece como uma das responsabilidades da União o planejamento e a oferta de ações de apoio técnico, afirmando no Art. 4º como sendo uma das estratégias de Apoio Técnico: I – apoio técnico presencial, podendo ser no formato de visitas técnicas *in loco*. Além disso, falar sobre Medida Socioeducativa em tempos hodiernos é um desafio, pois é escasso de materiais, sobretudo no Amazonas, por isso entende-se que a qualificação da oferta do Serviço de MSE em Meio Aberto é fundamental e falar sobre isso se faz necessário para todos os envolvidos em sua execução, devendo ser observado as particularidades, tanto dos usuários, quanto do local onde estão inseridos, fato este que é essencial no contexto Amazônico que é diferenciado de todos os Estados Brasileiros. Nesse sentido, no período de abril a setembro a equipe da SEAS realizou 17 visitas aos municípios, dos quais foram identificadas as seguintes fragilidade no serviço de Medida Socioeducativa: um total de 14 municípios não possuíam plano municipal de Medida Socioeducativa, 1 informou não ter demanda para o serviço e apenas 3 estavam em processo de construção; dos municípios visitados 10 responderam quanto a elaboração

do PIA e desses apenas 5 estavam conseguindo elaborar e encaminhar para o judiciário. Quanto ao acompanhamento as equipes relataram realizar atendimento individual e em grupo, mas disseram ter dificuldade de articulação com a rede intersetorial e a rotatividade no judiciário. A partir dessa análise preliminar da realidade dos municípios, coloca-se como desafio para Gestão Estadual apoio para efetivação da Lei do SINASE, especificamente na elaboração do Plano e do PIA e na articulação da rede para que a Política de Assistência Social não permaneça atuando isoladamente no processo de responsabilização e socioeducação para a garantia de direitos dos adolescentes no território.

**Palavras-chave:** Assistência Social; Apoio Técnico; Medida Socioeducativa.

## **PROJETO RISCANDO O RISCO**

Leonel Castro Cabral

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC

leonelcabral@gmail.com

Bruno Peron Saturnino

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC

psi.brunoperon@gmail.com

Larissa Mazzotti Santamaria

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC

larissa.mazzotti@gmail.com

Nas medidas socioeducativas executadas no Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC, o tema tatuagem é um significante importante para compreensão social das histórias de vida, pois simboliza alegrias, conflitos e situações de riscos. Parte dos adolescentes relatam situações de arrependimento, agressões e preconceito para com estas marcas no corpo que, em sua maioria, foram realizadas sem a autorização de seus responsáveis, o que representa conflito familiar e com a lei. Alguns destes desenhos, segundo relatos, simbolizam um momento de identificação com o universo infracional e esta forma de representar no corpo apresenta características que são reconhecidas facilmente pelo social. Este reconhecimento acontece tanto pela escolha do desenho, como pela técnica empregada, geralmente realizada por um tatuador não profissional e executada com materiais e procedimentos pouco higiênicos e seguros. Alguns exemplos são a imagem do palhaço ou coringa que é associado ao roubo e a morte de policiais e o Yin-Yang que é um símbolo relacionado ao Primeiro Comando da Capital (PCC), uma organização criminosa do Brasil. O uso destes símbolos tatuados modifica a maneira como são identificados pela comunidade, polícia, escola ou seus pares, reforçando os preconceitos e estigmas já vivenciados cotidianamente relacionados à criminalidade. O desenho na pele é uma “marca” profunda, capaz de expor o adolescente a novas violações de direitos, como por exemplo, a violência institucional. Neste trabalho pretendemos apresentar atividades que têm por objetivo usar este importante significante como uma ferramenta de diálogo, construção de vínculo e possibilidade de transformação. Acreditamos que falar sobre o tema, e até mesmo ressignificar a imagem tatuada, pode ser uma forma de transformar o sujeito. Transformar uma identidade infracional é propiciar um futuro pautado em novos patamares de interação social e cívica ao usuário. A proposta de trabalho compreende atividades socioeducativas, as quais podemos didaticamente dividir em três etapas: A primeira consiste em grupos, realizar diálogo e aprendizado sobre a história da tatuagem, simbologia, preconceito, leis e levantamento de histórias pessoais. Esta etapa prevê a triagem dos adolescentes que apresentam algum arrependimento das imagens realizadas no corpo. A segunda é um trabalho conjunto com o jovem, a família, o orientador de medida e o artista tatuador sobre qual imagem poderia ser substituída. Haverá sempre o consentimento e autorização dos pais/responsáveis. A terceira, etapa final, é a cobertura da tatuagem antiga com um novo símbolo, que será realizado por profissional qualificado, respeitando às leis, aos padrões de segurança e higiene da tatuagem. Em todo este processo esperamos contar com adesão do jovem, de seus pais/responsável o que constará em seu Plano Individual de Atendimento (PIA).

**Palavras-chave:** Tatuagem; Ressignificar; Símbolo; Preconceito; Criminalização.

## **MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NATAL-RN**

Mara Kátia de Oliveira Nascimento  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
marakatia02@gmail.com

Quando se fala em medida socioeducativa, Estatuto da Criança e do Adolescente, e adolescente autor de ato infracional, emergem na sociedade um grande alvoroço e milhares de críticas, reflexo muitas vezes da forma de como se vê o adolescente desde os primórdios da sociedade, do medo causado pela instabilidade da segurança pública em todo Brasil, e geralmente, por preconceito e falta de informações verídicas. Vivemos numa era tecnológica, em que informações são lançadas em diferentes meios de comunicação e atinge a massa populacional de forma rápida e inconseqüente. Há uma distorção principalmente sobre quem são esses adolescentes e em que contexto socioeconômico vivem, bem como a responsabilização desses adolescentes perante o ECA. A temática que envolve adolescentes autores de ato infracional, bem como a responsabilização destes através de medidas socioeducativas, é cercada por inúmeros conflitos e interesses de classes antagônicas. Diante disso, o presente trabalho trata-se de um relato de experiência no município de Natal-RN de como se dá o processo de medidas socioeducativas em meio aberto, as técnicas e metodologias utilizadas, e dos avanços e dificuldades que o serviço encontra na atualidade. Além disso, contará também com uma revisão bibliográfica acerca da temática abordada, tendo por objetivos, falar sobre a execução das medidas socioeducativas no âmbito municipal, dando foco a Política de Assistência Social. Logo, este trabalho tem por objetivo principal trazer um relato de como se faz a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade, no município de Natal-RN, sob a ótica do Serviço Social. Será dado um enfoque na região administrativa Oeste, em que atua o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS Oeste, equipamento que executa o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto, e local de atuação profissional da autora. Pode-se constatar que o público alvo dessas medidas são adolescentes e jovens oriundos principalmente dos bairros periféricos de Natal, e que vivem em situação de pobreza, e a mercê de um Estado mínimo para as políticas sociais, e máximo em coerção, seja pela força ou pela negação de direitos. Dentre as dificuldades encontradas destacam-se: o preconceito que o adolescente autor de ato infracional encontra tanto no dia-a-dia na comunidade em que reside como em espaços de garantia de direitos; fragilidade da rede intersetorial, dificultando o acesso a direitos; estado penal em detrimento do estado de Direito; cortes na política de Assistência Social; entre outros.

**Palavras-chave:** Medidas socioeducativas; Ato infracional; Assistência Social.

## **FALANDO SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO – RODAS DE CONVERSA ENTRE O SISTEMA DE JUSTIÇA E AS UNIDADES DE CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LONDRINA/PR**

Claudia Catafesta

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná  
ccatafesta@hotmail.com / clac@tjpr.jus.br

Aline Pedrosa Fioravante

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná  
apef@tjpr.jus.br

O projeto surgiu da importância da articulação interinstitucional entre o Sistema de Justiça e as unidades de internação da Comarca de Londrina, num formato de diálogo sistematizado, com vistas à formação continuada dos atores participantes em temas pertinentes à socioeducação, e, em especial à Justiça Restaurativa. Buscou fortalecer a abertura institucional e o diálogo com a rede, clarificando papéis dentro do sistema socioeducativo e potencializando elos necessários para a atuação interdisciplinar e interinstitucional. Ainda, almejou-se que o investimento na qualificação e no entrosamento entre as equipes alcançassem e produzissem efeitos positivos no atendimento aos adolescentes que cumprem medidas nas unidades socioeducativas de Londrina. Pretendeu contribuir, por fim e principalmente, para romper com uma cultura de naturalização de práticas violadoras de direitos dentro das instituições, buscando pela abertura, transparência e diálogo interinstitucional, evoluir em conceitos e estratégias metodológicas humanizadas e efetivamente socioeducadoras. Deste modo, em uma primeira etapa, o projeto propôs que o estabelecimento de um diálogo sistematizado fosse uma proposta favorecedora para a emergência de visibilidade positiva dos servidores das unidades, para o crescimento coletivo de seus trabalhadores, para o questionamento de práticas cristalizadas dentro das unidades e para o estabelecimento de articulações preventivas ao movimento de fechamento institucional, tão prejudicial à socioeducação. Buscando avançar ainda mais, e implementar mudanças na cultura institucional dos ambientes socioeducativos, este projeto também buscou, em uma segunda etapa, pautar questões da Justiça Restaurativa nos debates das rodas de conversas. A Justiça Restaurativa, como um referencial conceitual e prático reconhecido nos marcos legais da socioeducação, foi apresentada em suas possíveis contribuições metodológicas para o cotidiano das unidades e para a disseminação e manutenção de valores institucionais como a horizontalidade das relações, a corresponsabilidade, a dialogicidade, a gestão democrática, o fortalecimento dos relacionamentos e a convivência mais harmoniosa. O projeto iniciou em 2015, primeiramente com as unidades socioeducativas de privação de liberdade, e, posteriormente, foi ampliado para contemplar, também, os executores das medidas socioeducativas de semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Neste ano de 2019, a integração entre a rede socioeducativa de Londrina/PR ocorreu de forma significativa e eficiente, havendo encontros mensais entre o Sistema de Justiça e a rede socioeducativa, com estabelecimento de parcerias e integrações entre todos os executores das medidas, que culminou na realização de vários eventos conjuntos e projetos que trazem inúmeros benefícios para os adolescentes atendidos. O sucesso do projeto é medido pelo número cada vez menor de adolescentes envolvidos na prática de ato infracional no Município.

**Palavras-chave:** Diálogo; Justiça Restaurativa; Horizontalidade das Relações; Direitos.

## **“VIVENCIANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA”: EXPERIÊNCIAS QUE TRANSFORMAM PARADIGMAS**

Tathiana Reche Santa Rosa

Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminino, Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativo de Santa Catarina  
santarosapsic@yahoo.com.br

A partir dos valores e princípios da Justiça Restaurativa, entende-se que trabalhar resolução de conflitos nesta perspectiva significa incluir a todos para participarem como sujeitos de direito, os quais podem e devem expressar suas opiniões nos temas que lhes afetam e, portanto, se responsabilizar por acordos que restaurem as relações rompidas. A JR é, sobretudo, uma forma de pensar, refletir e investigar sobre a construção das relações. É uma maneira de agir diante dos desafios da convivência, a partir da concepção da responsabilidade individual e coletiva. Assim, é iniciada a trajetória de implementação da JR no Case da Capital e no CIF, contando com a realização de quatro práticas restaurativas de diferentes tipos: dois círculos de convivência com os agentes de segurança socioeducativos do CASE; um círculo de apoio a uma adolescente do CIF – Centro de Internação Feminino e um de progressão de medida de um adolescente do CASE. Os círculos com os agentes de segurança socioeducativos objetivou aproximar os profissionais da temática, levantar quais eram suas experiências e conhecimentos acerca da JR, a fim de desmistificar e desconstruir alguns estereótipos e pensamentos que não condizem com os princípios e valores da JR. Houve um pré-círculo com cada um deles, nos quais foram convidados a participar e explicado do que se trataria, o tempo de duração, o dia e o horário em que iria ocorrer. O círculo de apoio objetivou reforçar o relacionamento saudável da adolescente com ela mesma, visando o fortalecimento de sua autoestima. O círculo foi proposto à adolescente que aceitou e indicou as pessoas as quais ela gostaria que estivessem presentes, tendo em vista o objetivo do processo. Já o círculo de progressão de medida contou com profissionais da rede da comarca do adolescente e a sua família. Objetivou-se estabelecer vínculos do adolescente com os profissionais da rede que dariam continuidade na atenção dada a ele durante a internação e a reconstrução de vínculos com a comunidade e, sobretudo com a sua família, visando oferecer subsídios para que o adolescente se sentisse minimamente seguro e com suportes ao sair da instituição. Estavam presentes profissionais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), profissionais responsáveis pela profissionalização e pela escolarização (CEJA), Conselheiros Tutelares, a madrastra e o adolescente. Para que o círculo de progressão fosse possível, foi pré-agendada uma reunião a fim de convidar os profissionais do município que atenderiam o adolescente assim que retornasse ao convívio familiar. Faz-se relevante destacar que essa oportunidade foi extremamente importante para o acolhimento do adolescente e contato com a rede de atendimento, que unanimemente se mostrou disponível para que este tivesse suas demandas atendidas e seus direitos garantidos. Durante o círculo o adolescente teve vez e voz, tendo liberdade para se expressar com a certeza de estar sendo ouvido e reconhecido. Ademais, o processo de implementação da Justiça Restaurativa é constante e sempre será reavaliado em prol do benefício dos funcionários da instituição e dos adolescentes, atentando-se para os valores e princípios da JR.

**Palavras-chave:** Participação; Autonomia; Respeito.

## **CONSOLIDANDO AS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA SOCIOEDUCAÇÃO DO RS**

Lúcia Cristina Delgado Capitão  
Fundação de Atendimento Socioeducativo /RS  
luciacapitao@gmail.com

Rosane da Silva Marques  
SJCDH/RS  
rosanear@hotmail.com

Denisse de Moura Ugalde Fagundes  
denisse-fagundes@yahoo.com.br

As práticas restaurativas, no âmbito da socioeducação, representam o desafio de um novo olhar e abrem possibilidades de qualificação da execução das medidas socioeducativas, numa aproximação com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Neste texto, trazemos a incessante busca de consolidação das práticas restaurativas nos espaços de atendimento aos jovens em cumprimento de medida restritiva e privativa de liberdade no estado do Rio Grande do Sul. A aproximação da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/RS) com os pressupostos e valores restaurativos teve início no ano de 2005. Os anos de investimento no atendimento, na perspectiva da Justiça Restaurativa, permitiram reconhecer a necessidade de primar pela visão da socioeducação como um todo, envolvendo meio aberto e meio fechado, além de manter a formação dos servidores para facilitação de círculos com adolescentes, familiares e servidores oferecendo espaços coletivos de escuta e diálogo. Assim, apresentamos o projeto “Consolidando Práticas da Justiça Restaurativa na Socioeducação” (CPJRS), desenvolvido desde julho de 2018 sob a responsabilidade da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS, cujos recursos advêm do convênio firmado com a Coordenação do SINASE. O objetivo do CPJRS é implantar e consolidar a prática de círculos de construção de paz em três polos regionais do Juizado da Infância e Juventude, a saber Passo Fundo, Porto Alegre e Santa Maria, nas quais participaram respectivamente, 07, 09 e 05 municípios. O alcance do referido objetivo passa pela capacitação de 150 profissionais vinculados ao atendimento das medidas restritivas de liberdade de municípios integrantes das regionais, além de servidores da FASE. Conta com as etapas: 1. Planejamento compartilhado, 2. Formação (círculos de construção de paz, teoria da Justiça Restaurativa, círculos complexos e instrutores), 3. Implantação e 4. Monitoramento. A proposta contempla a implantação de práticas restaurativas com os adolescentes em cumprimento de medida na FASE ou nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Busca-se disseminar a habilitação de técnicos na realização de círculos de planejamento, círculos de conflito de convivência, círculos de superação, círculos de reintegração, entre outros. As ações implantadas vislumbram mudanças significativas na socioeducação, configurando metodologias mais horizontalizadas, participativas e respeitadas com os atores que compõem o universo do cumprimento das medidas. O projeto trouxe diferenciais significativos: a integração entre os profissionais responsáveis pela aplicação das distintas medidas; a qualificação das relações com os adolescentes, familiares e servidores de forma mais humanizada e democrática; e a convicção de que formação e implantação monitorada são etapas fundamentais para a consolidação de novas estratégias metodológicas no processo de trabalho na socioeducação.

**Palavras chave:** Socioeducação; Justiça restaurativa; Formação; Círculo.

## **EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DO PROJETO “COMUNICA MENINA!”**

Alex Ferreira da Silva  
Projeto Comunica Menina  
alexferreira10@gmail.com

Beatriz Oliveira de Sousa  
Projeto Comunica Menina  
annabea.oliveira@gmail.com

O projeto “Comunica Menina!” realizado pelo Serviço Franciscano de Solidariedade tem como foco realizar trabalho educativo com meninas em cumprimento de regime de semiliberdade. O relato a ser apresentado incidirá prioritariamente sobre a experiência pedagógica realizada na Fundação Casa Semiliberdade Azaleia. O regime de semiliberdade integra o rol das seis medidas socioeducativas estipuladas pelo artigo 112 do ECA para jovens autores de atos infracionais. No estado de São Paulo há apenas uma unidade feminina da Fundação Casa com essa finalidade. Durante o período de privação de liberdade as adolescentes cumprem uma série de atividades previstas no Plano Individual de Atendimento-PIA; as atividades versam, principalmente, sobre escola, trabalho, curso profissionalizantes, esporte, lazer e saúde. A dinâmica cotidiana da semiliberdade muito se assemelha ao regime penal adulto: durante a semana as meninas cumprem os afazeres determinados no PIA e aos finais de semana podem retornar às suas respectivas casas. O projeto “Comunica menina!” surge no ano de 2012 com o intuito de contribuir com atividades pedagógicas que incentivem no processo de ampliação de repertório das adolescentes, contribuir de maneira lúdica com reflexões críticas sobre temas estruturais da sociedade, promover processos de autorreflexão, e incentivo a construção de momentos coletivos. As atividades ocorrem durante as férias escolares das adolescentes; priorizamos realizar atividades fora da unidade da semiliberdade. Os eixos condutores das atividades são experiências que provoquem reflexões sobre questão de gênero, racismo, construção das desigualdades de classe; sobre acesso à cidade, cultura, lazer e sobre autonomia. O foco do “Comunica menina!” é a possibilitar que as meninas em cumprimento de semiliberdade possam ter contato com algo novo a partir da experiência. Dessa forma, já realizamos visitas em ocupações urbanas, terreiros de religião de matriz africana, aldeias indígenas, cozinhas comunitárias, Centro de Defesa e Convivência para pessoas LGBT’s, espaços de coletivos feministas, Fanfarra popular etc. O grupo de meninas (que costuma ter em média quinze adolescentes) são acompanhadas por educadores, e todos os dias, após as atividades, são realizadas as avaliações diárias. A experiência de utilizar o lazer, a cultura, e a educação não formal como mediação pedagógica com as adolescentes nos possibilita contribuir a partir de uma perspectiva crítica com o processo de consciência das adolescentes, e consequentemente com uma visão de mundo com valores éticos que têm como centralidade a liberdade, o respeito às diferenças, a solidariedade, a responsabilidade e o mais importante: a defesa intransigente da vida da juventude na contramão de projetos punitivistas e autoritários. O “comunica menina!” é o experimento de práticas educativas possíveis de serem empreendidos nos espaços de medidas socioeducativas como forma de dar sentido ao processo responsabilização; considerando como fator principal as contradições e violações estruturais dos quais estão expostos os adolescentes em cumprimento de medidas, e entendendo que todas/os trabalhadoras/es do sistema socioeducativo são educadores, e precisam se apropriar desse papel de modo qualitativo.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa; Experiência educativa; Gênero.

## **UNISS – PROPOSTAS E DESAFIOS**

Ana Paula do Nascimento Souza  
Unidade de Internação de Saída Sistemática, Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal  
anapaulasouza1000@hotmail.com

Karolline Vieira Abraham  
Unidade de Internação Recanto das Emas, Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal  
karol.abraham@yahoo.com.br

Marisa de Sá Bueno Costa  
Núcleo de Atendimento Integrado, Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal  
marisa.sabueno@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo apresentar a Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS), por se tratar de um projeto piloto dentro do âmbito socioeducativo. Antes de adentrarmos especificamente no trabalho realizado na UNISS, vale ressaltar como foram iniciadas as saídas sistemáticas, por meio de relatos de antigos servidores do sistema socioeducativo, aferiu-se que em meados dos anos noventa, na extinta Unidade do Plano Piloto - UIPP/CAJE, o Juiz de Direito à época, instituiu saídas especiais e posteriormente sistemáticas, para que os socioeducandos não tivessem uma liberação automática. Cumpre salientar, que somente no Distrito Federal são realizadas as referidas saídas, nas outras Unidades da federação a liberação para a família ocorre de forma automática. A Saída sistemática é um benefício concedido aos adolescentes e jovens pela Vara de Execução das Medidas Socioeducativas (VEMSE), apesar de não estarem previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entende-se que é parte do processo de avaliação e preparação para desvinculação da medida de internação, possibilitando uma convivência comunitária e familiar a fim de preparar tanto a família, como o socioeducando na fase final de sua medida, conforme proposto pelo SINASE. Apesar do benefício de saída sistemática ter iniciado na década de 1990 já com uma visão vanguardista da Vara da Infância do Distrito Federal. A UNISS foi pensada a partir de situações críticas vividas dentro das unidades de internação, e sua criação foi concretizada em dezembro de 2013, a abertura desta Unidade foi um marco para o sistema socioeducativo, porém não houve a criação de uma proposta de atendimento para esse novo modelo, por isso os servidores tiveram um grande desafio de assumir uma Unidade de Internação, mas que acatularia somente aqueles que estivessem usufruindo de saídas sistemáticas. Foram muitos questionamentos do tipo de trabalho a ser realizado, também não havia modelos a seguir, por isso a UNISS reuniu seus servidores em um encontro para que fosse criada uma proposta de atendimento que para o período em que os socioeducandos estivessem usufruindo de benefício de saída. Desde então, a referida proposta é aplicada, esta é essencialmente pautada em um trabalho pedagógico que visa a preparação e inserção no mercado de trabalho; o compartilhamento de responsabilidades com a família e no protagonismo juvenil. Com cinco anos de existência hoje o desafio principal é a elaboração de um projeto político pedagógico que possibilite maiores articulações com a rede externa, uma estrutura física adequada, além da designação de servidores em conformidade com o trabalho realizado.

**Palavras-chave:** Saída Sistemática; Medida Socioeducativa; SINASE; UNISS.

## **A POLÍTICA DE GESTÃO DE VAGAS DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Alison Adalberto Batista  
Departamento de Atendimento Socioeducativo,  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
alisonbatista@sejuf.pr.gov.br

A superlotação em unidades de privação de liberdade consiste na principal causa de violação de direitos e motivo de responsabilização com pedido de providências ao Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A legislação que regulamenta o atendimento socioeducativo disciplinou como direito individual do adolescente “ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa” (art. 49, inciso II, da Lei nº 12.594/2012). O SINASE, em seu art. 40, deixa claro a competência do gestor do atendimento socioeducativo, quanto a definição do programa para qual o adolescente deverá ser encaminhado. O CNJ, através do Art. 6º, § 2º, da Resolução nº 165 de 2012, seguindo o mesmo entendimento, reforçou que cabe ao órgão gestor do sistema socioeducativo definir o local onde o adolescente dará cumprimento à medida imposta. Posteriormente, em 2015, o CNJ publicou a Resolução nº214 definindo em seu artigo 6º, X, a atribuição de fiscalizar e monitorar a condição de cumprimento de medidas de internação por adolescentes em conflito com a lei, adotando providências necessárias para assegurar que o número de internados não exceda a capacidade de ocupação dos estabelecimentos. Ainda a Lei nº12.594/2012, no artigo 4º, III, estabelece que é competência do Estado criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. Para tanto, tem como prerrogativa a edição de normas complementares para a organização e funcionamento do seu sistema de atendimento, a fim de garantir sua qualidade. Nesse sentido, a Central de Vagas do Sistema Socioeducativo, atualmente regulamentada pela Resolução nº169/2018 – GS/SEJU, cadastra no Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas (SMS) os pedidos de implantação de adolescentes em conflito com a lei nas Unidades Socioeducativas e disponibiliza as vagas, conforme disponibilidade e critérios estabelecidos no anexo I da referida Resolução, quais sejam: o ato infracional cometido, reiteração de ato infracional, certidão de antecedentes infracionais e estar o adolescente apreendido. O procedimento da Central de Vagas tem por finalidade atender os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a partir de ferramenta tecnológica para pontuação de critérios e diminuição da discricionariedade existente para oferta de vagas. Desde a instituição dessa política de controle de vagas, seus resultados têm sido bastante efetivos. Isso pode ser observado por meio do levantamento realizado junto ao banco de dados do SMS, o qual observa-se uma diminuição da demanda reprimida para obtenção de vagas para internação e internação provisória: em 2015 havia 1125 adolescentes em fila de espera para obtenção de vagas, em 2016 haviam 701, 2017 eram 543, em 2018 haviam 379 adolescentes e em 2019, até a presente data, 165 adolescentes. Não há como se pensar o avanço e aprofundamento de discussões teórico-metodológicas da socioeducação sem garantir a primeira não violação de direitos dos adolescentes em unidades socioeducativas do Brasil: a não superlotação.

**Palavras-chave:** Superlotação; Adolescente em conflito com a lei; Gestão de vagas.

## **O ESTUDO DE CASO COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

Rosilene Maria de Oliveira

Unidade de Internação do Recanto das Emas, Distrito Federal  
rosimariamo2306@gmail.com

Sarah Lis de Rezende Dias

Unidade de Internação do Recanto das Emas, Distrito Federal  
sarahpsicologia@gmail.com

Francistalmo Rocha Dias

Unidade de Internação do Recanto das Emas, Distrito Federal  
francistalmo@hotmail.com

Isabella Severo Fernandes

Unidade de Internação do Recanto das Emas, Distrito Federal  
isabellasevero@gmail.com

Luana Aline Afonso

Unidade de Internação do Recanto das Emas, Distrito Federal  
luana-afonso@hotmail.com

A proposta enunciada neste trabalho destaca a importância do Estudo de Caso como uma estratégia interventiva, que possibilita a criação de espaços integrativos entre as equipes, compartilhamento de percepções, modos de ação e informações. De tal maneira que o campo decisório sobre determinada questão é ampliado, bem como a elaboração de uma dada intervenção torna-se também mais abrangente. Relata-se a experiência executada no âmbito da UNIRE - Unidade de Internação do Recanto das Emas, na qual a metodologia vem sendo utilizada desde abril do ano de 2017, impulsionada pela necessidade de ampliar a participação nos momentos decisórios e troca de saberes. A referida Unidade trata-se de um estabelecimento socioeducativo que executa a medida socioeducativa de internação, voltada para o atendimento de jovens na faixa etária acima de 18 anos. No contexto desta Unidade, lança-se mão da metodologia do Estudo de Caso no momento de elaboração do PIA-Plano Individual de Atendimento, para a confecção dos relatórios de avaliação semestral de cada socioeducando e para decisões importantes sobre o processo socioeducativo do jovem na Unidade, como: mudanças de módulo ou transferência da Unidade. Como será apresentado, o fluxo e a estrutura de cada Estudo de Caso sofre alterações a depender do objetivo da reunião, sendo constante, porém, a presença de representantes da equipe de especialistas (os profissionais mais comuns são: Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos) e representantes da equipe dos Agentes Socioeducativos. Além disso, nos estudos para a elaboração de PIAs e relatórios tem-se a presença da gestão da Unidade, que coordena a reunião e valida as pactuações advindas desta. Para os demais objetivos, a coordenação das reuniões fica ao encargo das gerências. No cotidiano da Unidade, a execução desta metodologia, com a multiplicidade de visões, confere ao método notável potencial aplicativo, apontando para a materialização de uma viabilidade da construção interdisciplinar do atendimento socioeducativo. Outrossim, ao criar espaços decisórios entre as equipes, alcança-se, também, o compartilhamento de responsabilidades. O quantitativo dos estudos realizados aponta para a solidez desta experiência no contexto abordado, sendo esta uma conquista avaliada como importante

pelos diversos atores da comunidade socioeducativa. Sobretudo, quando se localiza o desafio da interdisciplinaridade. Os limites ainda identificados sinalizam para a necessidade constante que tal metodologia requer de democratização dos saberes interventivos, no sentido supressão de disputas, e sua compreensão enquanto estratégia de apreensão da complexidade. Além do que, nota-se como importante avançar quanto à participação dos socioeducandos e de suas famílias.

**Palavras-chaves:** Estudos de Casos; Interdisciplinaridade; Atendimento Socioeducativo; Socioeducação; Medida de Internação.

## **PROMOVENDO RELAÇÕES DE AJUDA: UMA EXPERIÊNCIA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA**

William Gualberto Gonçalves de Souza  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Universidade de Brasília - UnB  
william.psi.88@gmail.com

Monique Dias Martins  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
monique.dias.martins@gmail.com

Raicley Alves da Silva  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
raicleyk@gmail.com

Entre setembro e outubro de 2018, 7 jovens relataram ideação suicida ou passaram ao ato autodestrutivo no período de um mês. Em reunião de estudo de caso, foi possível perceber a fragilização dos vínculos familiares, processos de segregação decorrentes da vida no Módulo de Convivência Protetora (“seguro”) e a vivência de violência nos relacionamentos cotidianos como aspectos comuns da vida dos jovens. A Equipe de Referência desenvolveu uma intervenção breve, de natureza grupal, na perspectiva de promoção de saúde mental, com metodologia psicoeducativa e embasada nos pressupostos da Teoria do Apego. A intervenção considerou o significativo sofrimento psicológico inerente à condição de restrição de liberdade. O risco para cometimento de suicídio em Unidades de Internação é aumentado, sendo que a violência institucional, o distanciamento de figuras de apego, o histórico de saúde mental sintomática, o desenvolvimento sob condição de iniquidades em saúde e violência são fatores que se relacionam com o fenômeno. Geralmente, dentro do atendimento socioeducativo do Distrito Federal, a abordagem para o suicídio tem caráter individual, desconsiderando aspectos sociais e institucionais que o contextualizam. A proposta se contrapôs a esse delineamento, considerando que o relacionamento entre pares tem potencial para fortalecer a rede de cuidado, promovendo a saúde mental. O objetivo norteador foi: criar espaço de fortalecimento do senso de grupalidade e comunidade entre os socioeducandos, estimulando a reflexão a respeito de estratégias para o estabelecimento de relações mais harmoniosas, bem como para a estruturação de mecanismos coletivos de suporte emocional. Foram realizados quatro encontros com vistas a: prestar informações a respeito de algum fenômeno em saúde, promover a reflexão de estratégias pessoais e grupais quanto à adesão a comportamentos saudáveis e valorização do suporte propiciado pelo momento coletivo. A intervenção oportunizou reflexão a respeito dos modelos representacionais de si e do outro que embasam os padrões relacionais e sua consequência em saúde emocional; apresentou formas menos violentas de interação; e sensibilizou para o cuidado mútuo. Os socioeducandos demonstraram adesão à proposta e a avaliaram positivamente. Avalia-se que a promoção de saúde foi um importante referencial para a abordagem, pois trouxe à tona a possibilidade de desvelar a potência de cada um dos jovens no papel de cuidador do próximo e proporcionar a compreensão da força existente em estratégias coletivas e grupais. Ainda há de se avançar institucionalmente com vistas a garantir sua execução pedagógica, fato fundamental para que se reduzam as ocorrências de sofrimento psicológico agudo no contexto da Internação.

**Palavras-chave:** Suicídio; Promoção em Saúde Mental; Teoria do Apego; Intervenção Grupal.

**PROTOCOLO DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO AO SUICÍDIO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INICIAL, INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Elaine Medida do Nascimento  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
disau.subsis@gmail.com

Iara Flor Richwin Ferreira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
iararaflor@gmail.com

Abordar os conceitos, refletir sobre identificação e diagnóstico das situações de risco de suicídio e sobre as possibilidades de prevenção e intervenção são inquietações constantes trazidas por profissionais do atendimento socioeducativo, especialmente aqueles que atuam na execução da medida socioeducativa de internação. No âmbito do Distrito Federal, considerando ser o suicídio um problema social e de saúde pública recorrente entre os adolescentes que se encontram em privação de liberdade, a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS), e a Secretaria de Estado de Saúde (SES) elaboraram conjuntamente o Protocolo de Prevenção e Atenção ao Suicídio de adolescentes nas unidades socioeducativas de atendimento inicial, internação e internação provisória. O Protocolo é um instrumento que fornece informações sobre o suicídio para os profissionais do sistema socioeducativo de forma a instrumentalizá-los na identificação de adolescentes em risco e a orientá-los em relação à conduta e ao manejo dessas situações, oferecendo subsídios, procedimentos e estratégias que poderão ser utilizados, tanto em relação à prevenção quanto aos encaminhamentos após tentativas ou consumação do suicídio. As informações e fluxos propostos no Protocolo têm agregado conhecimento, qualificado a atuação dos profissionais e possibilitado a articulação e corresponsabilização de todos os setores envolvidos no acompanhamento dos/as adolescentes, uma vez que esse fenômeno complexo impacta de maneira sensível a socioeducação. Diante disso, entende-se que o compartilhamento da experiência e da prática de elaboração do referido instrumento é de grande relevância para o conhecimento e qualificação dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo de todo o Brasil.

**Palavras-chave:** Suicídio; Protocolo; Adolescentes; Sistema socioeducativo.

## **CÍRCULOS DE CUIDADO: UM PROGRAMA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO FORMA DE CUIDADO COM O SERVIDOR DO SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO PARANÁ**

Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
flaviapalmieri@sejuf.pr.gov.br

Solimar de Gouveia  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
solimarg@sejuf.pr.gov.br

A Lei Federal nº 12.594/2012, que institui o SINASE e regulamenta a execução das medidas socioeducativas, prevê a Justiça Restaurativa como uma possibilidade no seu cumprimento. Também o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013) elegeu “estabelecer práticas restaurativas e criar mecanismos que previnam e meciem situações de conflitos” como uma das diretrizes referenciais da Socioeducação nacional. O estado do Paraná, por sua vez, alinhou-se à política nacional quando firmou compromisso com a valorização da Justiça Restaurativa no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2015), estabelecendo como uma de suas metas “incentivar e divulgar metodologias de atendimento com base em práticas restaurativas”. Desta forma, desde 2015 o DEASE vem disseminando conceitos e práticas vinculados à Justiça Restaurativa junto à comunidade socioeducativa do estado do Paraná. Nesse sentido, deu-se início em 2019 ao projeto “Círculos de Cuidado”, que tem como objetivo promover círculos nas unidades socioeducativas do Estado para trabalhar as relações interpessoais dos servidores que nelas atuam, como forma de cuidado, escuta ativa e acolhida de suas demandas. Para tanto, realizou-se um chamamento via edital para todos os servidores das unidades socioeducativas com formação de facilitador em Justiça Restaurativa para se cadastrarem num banco de dados. O cadastro contém informações como a carga horária da formação, instituição formadora, quantidade de círculos já facilitados e suas temáticas. Após o cadastro passou-se a organizar círculos em unidades socioeducativas, facilitados pelos servidores cadastrados de unidades distintas daquela em que o círculo ocorrerá. As unidades socioeducativas, por sua vez, abrem inscrição para os interessados em participar, não ultrapassando o total de 20 servidores por círculo. Os círculos têm carga horária de 16 horas e ocorrem em local distinto da unidade socioeducativa. A prática adotada sempre é pensada de acordo com dinâmicas específicas e conforme demanda, envolvendo complexidades variadas, sempre em articulação entre: facilitadores – diretor(a) da unidade socioeducativa - DEASE. Os facilitadores e os participantes recebem certificação, ambos expedidos pela Escola de Educação em Direitos Humanos do Estado do Paraná. Os custos do projeto consistem no custeio de passagens de ônibus, táxi e diárias para os facilitadores. Com isso, os círculos propostos têm servido como estratégia de ação para proporcionar uma conexão mais autêntica e profunda entre os indivíduos, partindo, preliminarmente, da solução de possíveis conflitos advindos das relações interpessoais, envolvendo a comunidade socioeducativa. A adesão tanto para atuar como facilitador, como para participar dos círculos é voluntária, sempre com a participação ativa das partes e restauração de vínculos conforme as possibilidades do caso concreto. O fato de não apresentar um formato rígido e específico torna a prática restaurativa flexível à realidade e à necessidade trazidas em cada caso concreto; porém, obrigatoriamente, ela deve estar calcada em princípios e valores que, de modo universal, a norteiam, já instituídas no Caderno de Socioeducação: Práticas Restaurativas. Por fim, os facilitadores, respeitado o sigilo do círculo, confeccionam um relatório para o DEASE relatando

quais foram os objetivos do círculo, qual a metodologia utilizada, relato de execução, resultados alcançados, dificuldades e demandas identificadas e o parecer final da prática.

**Palavras-chave:** Práticas restaurativas; Círculos de relacionamento; Práticas circulares.

## **PRÁXIS NA CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM DOCENTES EM SOCIOEDUCAÇÃO**

Denise Bruno Lombardi Fonseca  
Fundação CASA – SP, Divisão Regional Litoral  
profdeniselombardi@gmail.com / pedagdl@fundacaocasa.sp.gov.br

O presente artigo é um compilado de práticas em formação pedagógica, que tem intencionalidade em compartilhar os diferentes estudos na ATPC (Atividade Técnico Pedagógica Coletiva) e avaliação docente com professores da Rede Estadual, dentro do trabalho escolar, desenvolvido nos Centros de Atendimento Socioeducativo, numa parceria com Diretorias de Ensino de Santos e São Vicente com as Escolas Vinculadoras e Fundação CASA. A priori, o mais importante, quando se começou a estruturar o trabalho foi estabelecer a conexão entre os diferentes segmentos que abarcam a Socioeducação, compreendendo conceito, concepção, aparato legal, dentro da proposta pedagógica, com base no Currículo Oficial do Estado (SP), Sinase, e, que o manejo fosse, ou estivesse voltado para o modus operandi no dia a dia docente, com salas multisseriadas em modalidade de Internação (cf; Lei 8069/90, artigo 122), e salas disseriadas para modalidade Internação Provisória (cf; Lei 8069, artigos 108 e 122 inciso III). Dentro dessa interlocução, a propositura metodológica estava, e está ainda, na direção de alinhar as dificuldades encontradas pelos professores no aspecto da docência, à medida que em ambientes multi e disseriados, a proposta pedagógica necessita o despertar pelo espírito curioso dos alunos que apresentam trajetória escolar rompida e histórico de fracasso. Contudo é sabido que, esses mesmos alunos, já tendo desfrutado do processo de escolarização em ambientes de escolas regulares, a perspectiva estaria sendo parida em grande desafio. Então, as perguntas disparadoras e fomento para o nascer desse projeto foram: que compreensão sobre competências e habilidades tangenciaria a leitura de mundo do adolescente autor de ato infracional? Considerando o Currículo Estadual, como aperfeiçoar as sequências didáticas, num movimento espiral, que possibilitasse protagonismo e empoderamento no projeto de vida do adolescente (aluno) e do docente? Uma questão estava clara ao início do trabalho, a teoria era conhecida, a concepção havia chegado até a docência, mas como torná-la práxis? De posse dessa hipótese diagnóstica, teve início o trabalho de formação na ATPC (Atividade Técnica Pedagógica) e Formação Específica trimestral, sempre preambulando a Avaliação Docente. Nesse sentido, o desenvolvimento do artigo despretensiosamente, apresenta o trabalho em suas dimensões política, humana e administrativa, além de compartilhar experiências num universo ainda tênue na divulgação de modelos pedagógicos em socioeducação, mas que impulsiona a creditar esperanças.

**Palavras-chave:** Planejamento; Formação; Socioeducação.

## **INFORMAÇÃO EM SOCIOEDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA DO DEGASE**

Lilian Cristina da Silva Ramos Casimiro  
Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase/RJ  
lilian.casimiro@gmail.com

Danielle Torres de Souza Alves  
Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase/RJ  
danielletorres.uff@gmail.com

Viviane Ferreira Santos Pinto  
Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase/RJ  
bib.vivianepinto@novodegase.rj.gov.br

Relata a atuação de profissionais bibliotecárias dentro do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), órgão responsável pela execução de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade dos adolescentes e jovens em conflito com a lei, no Estado do Rio de Janeiro. A atuação ocorre na Biblioteca Pública Especializada em Socioeducação, Cláudio Tourinho Saraiva, vinculada à Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, onde atende funcionários e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. A missão da Biblioteca do Degase é promover acesso à informação na área de Socioeducação, necessária às atividades desenvolvidas no âmbito do Degase, atendendo também a sociedade em geral. Sua visão é ser uma referência nacional na gestão e disseminação da informação na área Socioeducativa. Suas atividades baseiam-se nos valores que norteiam os processos de decisão - ação do Departamento, citados no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), sobretudo o de Aprimoramento Constante e da Contínua Qualificação do Corpo Funcional. Cabe ainda à Biblioteca o apoio à sistematização, publicação e disseminação do conhecimento Socioeducativo produzido no Estado do Rio de Janeiro. A biblioteca possui um caráter pioneiro, ao reunir a informação em Socioeducação em um só lugar, contribuindo na salvaguarda da memória da área e incentivando à produção de conhecimento. Desenvolvemos diversas atividades de incentivo à produção e promoção do conhecimento, entre eles: acervo especializado em Socioeducação, com informação histórica, científica, de referência, atual e estratégica para apoio à tomada de decisão. Perpassando por diversas áreas do conhecimento que se relacionam diretamente com a prática socioeducativa, tais como, jurídica, saúde, educação, Ciências Sociais, literatura, entre outras. Semanalmente é enviado ao grupo de whatsapp um clipping com as principais notícias, eventos, boas práticas nacionais, cursos e editais da área. A cada dois meses realizamos o Café com autor, em que convidamos um escritor que tenha alguma relação com a área, para um bate papo informal sobre sua produção intelectual. Alguns minutos antes da exposição do autor, servimos um delicioso café para todos os participantes. Esse evento tem sido muito importante para aproximar os servidores à biblioteca, e da mesma forma tem servido de inspiração para produção de conhecimentos e troca de informações entre seus pares. Mensalmente convidamos um especialista da área socioeducativa para indicar 3 livros que possam contribuir para o autodesenvolvimento dos servidores. É elaborada uma arte com a foto da pessoa, seu currículo e as indicações. Essa prática tem valorizado o profissional, divulgado seu conhecimento e formação acadêmica, assim como tem sido um importante instrumento de seleção do acervo para a biblioteca. Anualmente convidamos um professor pesquisador da FIOCRUZ para ministrar aulas de competência informacional, O curso visa capacitar os servidores e colaboradores a desenvolverem habilidades de pesquisas e de avaliação da informação. As redes sociais da Biblioteca (facebook,

instagram e whatsapp) são atualizadas diariamente com todo tipo de informação relativa à Socioeducação.

**Palavras-chave:** Biblioteca; Biblioteconomia; Departamento Geral de Ações Socioeducativas; Socioeducação; Informação.

## **OFICINAS DE ARTE COM ADOLESCENTES COMO DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIOEDUCATIVOS**

Renan De Vita Alves de Brito

Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminina; Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
renanbrito4@gmail.com

Tathiana Reche Santa Rosa

Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminina  
santarosapsic@yahoo.com.br / santarosapsic@dease.sc.gov.br

Laura Cristina Caipa Cadena

Graduanda da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e estagiária do Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminina  
lauracaipa861@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo apresentar as oficinas de formação de agentes de segurança socioeducativos desenvolvidas em uma Unidade de Privação de Liberdade de Adolescentes em Conflito com a Lei na cidade de Florianópolis-SC, localizada no bairro da Agrônômica. O processo de formação foi possibilitado a partir de diferentes frentes e incluíram desde encontros semanais, realizados sistematicamente com os/as agentes de segurança socioeducativos da instituição, até encontros informais que surgiam nos momentos em que questões mais urgentes precisavam ser decididas. As demandas que possibilitaram que a formação fosse arquitetada, surgiram durante o início das oficinas de grafite realizadas com os adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital - CASE e o Centro de Internação Feminina - CIF em março de 2018. As oficinas de grafite visavam problematizar a responsabilização dos adolescentes diante de suas escolhas e pretenderam não focar nos discursos morais sobre “certo” ou “errado”; ao contrário, priorizaram apontar que, à possibilidade de infringir a lei, deveriam ser acrescentadas a importância da responsabilização diante de tais atos e as possibilidades de participação nas decisões dos espaços por nós circulados. O modo como o oficinairo abordou tais questões e o fato do tema apresentar uma atividade por vezes polêmica – o grafite – produziram inquietações nos agentes de segurança socioeducativos das duas instituições, que decidiram intervir no andamento das oficinas, questionando o modo como seriam realizadas e seus objetivos. Foi agendada uma reunião com todos/as os/as agentes das duas alas, a equipe técnica da instituição, as duas estagiárias de Psicologia da época e o oficinairo. A partir dos tensionamentos produzidos na reunião foram levantadas demandas a serem trabalhadas em processos de formação com os/as agentes para que a socioeducação pudesse ser ali pensada a partir de atributos éticos e criativos, em substituição à afirmação de morais e verdades pré-determinadas, problematizando os posicionamentos que afirmavam um dever-ser aos adolescentes. A formação se desdobrou em diferentes modelos de abordagem e diversas temáticas puderam ser trabalhadas com os/as agentes. A adesão e a implicação aos encontros de formação, quando foram realizados sistematicamente, uma vez por semana, se mostrou oscilante e permitiu com que fossem alavancados diversos desafios a serem superados em trabalhos futuros com os/as agentes, assim como enfatizou a importância de que outros trabalhos direcionados a esse público sejam desenvolvidos na instituição.

**Palavras-chave:** Formação de agentes socioeducativos; Socioeducação; Ética; Moral.

## **“CADERNO DE SOCIOEDUCAÇÃO: SOCIOEDUCAÇÃO E DIVERSIDADE”: UM PROTOCOLO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO LGBT NA SOCIOEDUCAÇÃO**

Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto  
Departamento de Atendimento Socioeducativo,  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
flaviapalmieri@sejuf.pr.gov.br

Alison Adalberto Batista  
Departamento de Atendimento Socioeducativo,  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
alisonbatista@sejuf.pr.gov.br

Ana Zaiczuk Raggio  
Departamento de Direitos Fundamentais,  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
anaraggio@sejuf.pr.gov.br

A socioeducação envolve, entre outras questões, enfrentar a restrição de direitos. Quando se pensa nos espaços de restrição ou privação de liberdade a partir da realidade das pessoas LGBT o cenário fica ainda mais complexo. É preciso considerar a necessidade de se reinterpretar e adaptar todo o sistema de segurança e normas a fim de garantir os direitos fundamentais das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Em maio de 2017 o Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE, em parceria com o Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, ambos da então Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, assinaram uma Orientação Técnica que visava garantir os direitos humanos dos e das adolescentes LGBT. Desde então, o DEASE dedica esforços para adequar o atendimento socioeducativo aos adolescentes LGBT, engajando-se na elaboração de um Caderno informativo e educativo que tem por objetivo orientar a comunidade socioeducativa do Paraná em suas práticas diárias nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade, bem como promover a discussão da temática LGBT e a consequente promoção de direitos desta população. Nesse cenário consolidou-se uma normativa estadual intitulada “Caderno de Socioeducação: Socioeducação e Diversidade”, o qual instituiu um protocolo de atendimento LGBT. Referida normativa foi elaborada juntamente com o Departamento de Direitos Fundamentais, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, sendo que se consultou todas as unidades socioeducativas e, por fim, foi submetida e aprovada pelo Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná. A iniciativa da consolidação de uma política formal de atendimento ao público LGBT na socioeducação foi pioneira em âmbito nacional. O Caderno estrutura-se em marcos legais e políticas LGBT; conceituações; adolescência, sexualidade e diversidade sexual; violência contra LGBT no contexto de privação/restrrição de liberdade; saúde mental e prevenção ao suicídio; protocolo de atendimento; convivência protegida como medida protetiva; órgãos de defesa de direitos e rede de proteção ao(à) adolescente LGBT; perguntas e respostas; sugestão de filmes e documentários sobre o tema. Na sequência, deu-se início ao processo de formação sobre a temática. Com isso, estrutura-se o adequado atendimento à população LGBT no sistema de atendimento socioeducativo do Paraná.

**Palavras-chave:** Identidade de gênero; Atendimento LGBT; Adolescente em conflito com a lei.

**PROCESSO COLABORATIVO E A BUSCA PELA HORIZONTALIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE AS GERÊNCIAS NO ATENDIMENTO INICIAL DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO NAI/UAI**

Juliana Rodrigues Pereira  
Núcleo de Atendimento Integrado/Unidade de Atendimento Inicial,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
uai.sejus@gmail.com

Juliana Otoni  
Núcleo de Atendimento Integrado/Unidade de Atendimento Inicial,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
equipeespecialistas@gmail.com

Wesdarley Ferre  
Núcleo de Atendimento Integrado/Unidade de Atendimento Inicial,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
geseg.uai@gmail.com

Ciro Camilo Santos Leal  
Núcleo de Atendimento Integrado/Unidade de Atendimento Inicial,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
ccamilosantos.ccs@gmail.com

O atendimento inicial dos/as adolescentes em processo de apuração de ato infracional ou cumprimento de mandado de busca e apreensão é sempre permeado por fatos imprevisíveis, alguns decorrentes do funcionamento da instituição, outros próprios do contexto de vida do/a apreendido/a ou de sua família, e todos esses fatores se entrelaçam nas 24h em que permanecem nas dependências da Unidade de Atendimento Inicial. Diante de casos extremos e complexos, a equipe da Unidade precisa estar alinhada em relação aos objetivos do atendimento inicial, a garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normativas legais, sem, no entanto, deixar de cumprir os fluxos institucionais previstos para cada situação. É nesta perspectiva que alguns setores que compõem a Unidade de Atendimento Inicial e são essenciais para que o/a adolescente receba o atendimento adequado: Gerência de Segurança, Núcleo de Documentação da Gerência Administrativa e Gerência Sociopsicopedagógica apresentam proposta de um trabalho conjunto e integrado. A apresentação trata de um caso atendido pela UAI que exemplifica as considerações acima.

**Palavras-chave:** Atendimento Inicial, Horizontalidade, Fluxos Institucionais.

## **TEATRO NA SOCIOEDUCAÇÃO: O SUJEITO ENTRE AS NARRATIVAS E AS CENAS**

José Nildo de Souza  
Unidade de Internação de Santa Maria, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
nileduarte@gmail.com

Paulo Sérgio de Andrade Bareicha  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
paulo.bareicha@gmail.com

Criação cênica na Unidade de Internação de Santa Maria/DF. Dissertação de mestrado em andamento com resultados expressivos - interpretação e leitura de imagens cênicas. Relato de experiência/prática artística de um professor-pesquisador e socioeducandos sobre processo de criação em teatro a partir de uma oficina de artes cênicas em contexto de restrição de liberdade. Metodologia socioeducativa, procedimentos em linguagem dramática/narrativas que relacionam condições de produção/recepção de imagens e identificação de valores humanos. Da narrativa para a cena, os socioeducandos apropriam-se de um texto vivo em quadros cenográficos documentados: aprisionamento, acusação, rejeição, julgamento e cenas de liberdade (superação, aceitação e acolhimento) - temas presentes na criação artística de jovens em conflito com a lei. Quando o socioeducando (sujeito) se coloca entre suas narrativas e cenas problematizam-se situações, lugares de origem e personagens. A cena é enriquecida porque o texto é reinventado. Propõe-se, assim, um lugar no mundo e no teatro para o socioeducando: colocar-se entre o que narra (o contador) e o que encena (o protagonista). O objetivo é desenvolver vínculos entre narrativas e construção de cenas em um teatro socioeducativo. Como sentem temas que lhes inquietam? Arte de rua, vulnerabilidades e geracionalidade. Jovens que não vivem sua humanidade não alcançam a dimensão humana do outro. Narrativas que aparecem nas cenas dos socioeducandos revelam uma busca pela liberdade através da humanização. Quebrar este círculo de dor com as artes cênicas. Vínculos entre narrativas e teatralidades rompem esta recorrência angustiante. As artes cênicas no espaço cotidiano socioeducativo representam momentos de ruptura com os ciclos das infrações porque os socioeducandos expressam na linguagem teatral trajetórias que percorreram até a internação construindo cenas de liberdade na formação de papéis sociais. A oficina constitui espaço não-formal de aprendizagem. Agrega modos de pensar e sentir a liberdade no contexto da internação, aspirações dos socioeducandos e seus conflitos. O procedimento de coesão teatral de jovens em conflito com a lei não se limita à estética da encenação. Mas se encontra com os modos de vida na experiência sociodramática do grupo. Na constância de se refazer a cena, surge o ator-narrador e a reflexão de papéis sociogeracionais. Imagens sobre a liberdade são suscitadas por meio de quadros da história da arte sensibilizando os socioeducandos para suas biografias de vida - memórias da internação, a compulsão/acomodação frente o abandono dos familiares, tabus e preconceitos, laços rompidos com o isolamento. Instrumentos para coleta de dados: diário de campo, fotografias, dinâmicas, termo de livre consentimento, autorização/VEMSE/direção da unidade de internação.

**Palavras-chave:** Teatro; Socioeducação; Narrativas; Liberdade; Humanização.

# **RODAS DE CONVERSA**

## **A POTENCIALIDADE DO ENCONTRO NA INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA: PRÁTICAS PROFISSIONAIS PERPASSADAS PELO VÍNCULO**

O encontro pressupõe que dois indivíduos se deslocam de posição e acabam por ter suas trajetórias interseccionadas, sendo marcado pela a estranheza mútua ocasionada pela diferença que pode ser mobilizador para o diálogo para a negação da experiência do outro. Existe potencialidade nesse momento para a acolhida, momento perpassado pelo reconhecimento do outro, explicitação de si e diálogo a respeito do lugar que ocupam e para onde vão. Porém, a medida socioeducativa de Internação no Distrito Federal ainda se caracteriza por procedimentos punitivos, baseados em concepções disciplinares antagônicas ao caráter garantista do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, a segurança socioeducativa e o enfoque disciplinar acabam por estruturar estratégias para a redução de atitudes e não na formação de competências psicossociais, fato que tem impacto na engenharia das relações e estrutura modos de não-expressão, os quais afetam a saúde mental de todos os integrantes da comunidade socioeducativa. Seria possível uma socioeducação embasada em outros parâmetros? A proposta da Roda de Conversa é trazer formas de atuação em diversos espaços (atendimento técnico, intervenções grupais e escolarização) em que o encontro entre profissional e socioeducando seja promotor de vínculo, objetive o acolhimento, a expressão e o diálogo. Compreendendo-se o vínculo como característica básica de todo o ser humano e fundamental para seu desenvolvimento, estruturado a partir de uma representação de si e do outro, o qual é fundamental para a experiência de segurança emocional. A discussão perpassará pelas iniquidades em saúde sob as quais a população inserida em Medidas Socioeducativas viveu e seu impacto no modo vincular atual, em especial, a dimensão das relações de gênero e violência, analisará como o espaço escolar pode contribuir com a garantia de práticas que respeitem a pluralidade e a multiculturalidade, e refletirá sobre dispositivos que propiciariam processos reflexivos a respeito da própria história e formas de alterar trajetórias de vida. A proposta buscará compreender como os espaços de Oficina, Atendimento Técnico e Escola podem modificar padrões relacionais por meio da potência do encontro e da grupalidade, se propondo a analisar quais os riscos inerentes à abordagem individualizadora no que tange ao desenvolvimento de competências sociais, vínculo e saúde mental.

**Palavras-chave:** Promoção e Prevenção em Saúde Mental; Vínculo; Prática Profissional; Escola.

### **Do que falamos quando propomos promoção e prevenção em saúde mental para o contexto socioeducativo**

William Gualberto Gonçalves de Souza  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Universidade de Brasília - UnB  
william.psi.88@gmail.com

Promoção e Prevenção em saúde mental têm uma grande área de intersecção, porém suas matrizes de desenvolvimento históricas se diferenciam, fazendo com que a partir desses paradigmas se desenvolvam ações em saúde diferenciadas. A prevenção se desenvolverá sob a égide do reconhecimento dos problemas da população atendida, lentes teóricas de análise e estruturação de proposta de atendimento com avaliação de seu impacto. Por outro lado, a promoção de saúde buscará desenvolver a potência do autocuidado, dos processos grupais, coletivos e comunitários e o desenvolvimento de um ambiente saudável. Qual seria o paradigma em saúde vigente na socioeducação? Que implicações ele teria para a forma como estruturamos a ética do cuidado diário

dentro da comunidade socioeducativa? A partir desses questionamentos, a proposta é refletir sobre a dimensão de sofrimento psicológico observado em Unidades de Internação cuja violência, inclusive autoinfringida, seria um sintoma e causa em uma rede complexa que necessita de atenção. A mudança nos padrões relacionais e o enfoque no desenvolvimento comunitário são avaliados como balizadores importantes para uma prática pedagógica que contextualize maior nível de bem-estar, as quais dialogam com maior proximidade da perspectiva de promoção de saúde.

### **Escola na socioeducação – um espaço de convívio**

Visleine Reis Barbosa

Escola da Unidade de Internação do Recanto das Emas, Secretaria de Estado de Educação do DF;  
Universidade de Brasília - UnB  
lenee01@gmail.com

Tornar o espaço escolar atrativo aos estudantes do Sistema Socioeducativo é um desafio necessário. A maioria dos jovens são recebidos em nossa escola com histórico de evasão e de problemas escolares originários pela exclusão. Os estudantes não se sentiam acolhidos ou pertencentes ao convívio escolar na rua. Ao identificar o jovem fora dos padrões esperados pelo corpo docente, as punições aplicadas acabam por afastar esse jovem das dependências da escola. Suspensões e transferências funcionam como combustível para evasão. Em nossa escola, dentro do Sistema, utilizamos o oposto dessa metodologia excludente. Vários são os projetos que distanciam nosso espaço escolar do modelo educacional engessado. No chão da escola da Unire o sujeito é o estudante. Todas as ações são pensadas para inserir o jovem ao convívio escolar. Esbarramos por vezes na padronização institucional, onde o corpo cultural dos estudantes é propositalmente anulado com a finalidade de docilizar e dominar o jovem. Aspectos pensados para garantir a segurança, estão ligados aos padrões sociais tradicionais, onde para a manutenção da ordem anula-se o indivíduo. Dentro dessa perspectiva nossas forças estão em garantir a pluralidade, oportunizando o convívio e vínculo entre profissionais e estudantes, fazendo-os parte essencial do processo de ensino aprendizagem.

### **“Como vai o seu mundo?”**

Thaywane do Nascimento Gomes  
Universidade de Brasília - UnB  
thaywanegomes@gmail.com

Questiona-se como construir espaços (não somente físico) e dispositivos propiciadores de reflexividade e contato com a historicidade dos/as adolescentes que estão na medida socioeducativa de internação. A consolidação de fazeres nessas instituições ainda é perpassada por uma lógica menorista e tuteladora, com ações interventivas fadadas ao término abrupto e superficiais. Observa-se que as unidades de internação são marcadas por um fechamento atrofiante, impactando diretamente nas vicissitudes dos/as adolescentes institucionalizados/as. Destarte, que outros recursos podem ser utilizados para que estes/as adolescentes possam comunicar suas vivências, de modo a ressignificá-las e problematizá-las, utilizando criticidade, criatividade e vivacidade? Seria o vínculo uma ferramenta de trabalho na socioeducação? Acredita-se que o trabalho com esses/as adolescentes requer uma relação dialógica, balizada pelas narrativas de vida, que se volte para o acesso não apenas às informações subsidiadoras de relatórios, mas aos sofrimentos, alegrias, angústias e

afetos. Estar com estes/as adolescentes, focalizando em sua história e narratividades faz emergir reflexões e ressignificações acerca de si, do outro e das relações estabelecidas. Enfatiza-se que a construção de dispositivos e olhares possibilitadores de um espaço de fala, autorreflexão e simbolização junto a esse público pode contribuir para a criação de outros modos de comunicação, que não a violência.

## **PRÁTICAS RESTAURATIVAS E SOCIOEDUCAÇÃO: A DIALOGICIDADE NA CONSTRUÇÃO DO FAZER SOCIOEDUCATIVO**

Compreendemos a socioeducação como política e prática de atendimento aos adolescentes e jovem-adultos responsabilizados pelo sistema de justiça juvenil pela prática de ato infracional. Reconhecemos em sua proposição nas normativas e diretrizes para o fazer socioeducativo, intersecções com a educação social, por considerá-la uma prática educativa que se direciona a atuar naquilo que socialmente se delimita como problema: a prática infracional por adolescentes, e que atuará na perspectiva de instrumentalizá-los para resolução dos desafios de seu contexto, no intuito de minimizar ou mesmo superar seus efeitos segregativos quanto a inclusão cultural, social e econômica (Núñez, 1999). O escopo educativo das ações de responsabilização previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e consubstanciado nas medidas socioeducativas, fundamentado na Doutrina da Proteção Integral e com a compreensão constitucional da corresponsabilidade entre família, Estado e sociedade na garantia de direitos e no atendimento aos meninos e meninas inseridos nas instituições que integram o SINASE convocam a tessitura do fazer socioeducativo à construção de um trabalho articulado. Nesta medida, o princípio da incompletude institucional se converte na prática em necessidade de estruturação da completude interinstitucional para favorecer que os objetivos das ações de responsabilização possam se materializar. A proposta de atendimento socioeducativo no Brasil, do ponto de vista educativo, resgata a dialogicidade freireana que fundamenta a pedagogia da presença de Gomes da Costa que se consolidou como grande referência pedagógica da socioeducação nacional. Apesar desta influência já presente nos referenciais teórico-metodológicos socioeducativos, é com o advento da discussão da Justiça Restaurativa e de suas metodologias que este princípio ganha status de centralidade. Especificamente na rede de atendimento socioeducativo instalada no município de Londrina, interior do Paraná, as práticas restaurativas tiveram acolhimento por meio da constituição de um Comitê Municipal para Implementação da Justiça Restaurativa que agregara à época representantes do Judiciário, das unidades socioeducativas do meio fechado e setores da sociedade civil organizada. Por meio da articulação entre estes atores, em cooperação com o Tribunal de Justiça do Paraná e da AJURIS, foi realizada a primeira formação de facilitadores/as de círculos de paz e transformação de conflitos, marco inicial de fomento das práticas restaurativas na socioeducação local e que se expandiu pelo estado. Na atualidade, as práticas restaurativas seja por meio da realização de círculos com diversas modalidades ou pela prática dialógica de articulação de novas soluções para situações-limite que o fazer socioeducativo apresentam em seu cotidiano, tem constituído meio seja para o atendimento ao adolescente e a seus familiares e responsáveis, seja para o trabalho entre profissionais que integram o sistema socioeducativo, contemplando executores e fiscais da execução e mesmo na relação deste sistema com as demais políticas setoriais e a sociedade. A presente roda de conversa é um convite para, em processo circular, debater sobre limites e possibilidades das práticas restaurativas na consolidação de políticas e práticas socioeducativas contemplando o âmbito da execução socioeducativa; da articulação de rede que a socioeducação preconiza e da gestão do sistema socioeducativo.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Justiça Restaurativa; Práticas Restaurativas; Incompletude Institucional; Atuação em rede.

## **Práticas restaurativas e individualização do atendimento socioeducativo: diálogos possíveis**

Glória Christina de Souza Cardozo  
Faculdade Pitágoras de Londrina; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná  
gloriacardozo@sejuf.pr.gov.br / gloriaccardozo@gmail.com

Thayane Carolina de Almeida Rodrigues  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná  
thayanealmeida@sejuf.pr.gov.br

Cardozo (2015) aponta em trabalho a respeito das políticas e práticas do SINASE uma tensão entre massificação e individualização. Trata-se do desafio de, frente ao conjunto de questões que cada adolescente em seu contexto comunitário e familiar apresenta e do conjunto de condições de atendimento estruturadas por projetos e programas, encontrar e construir possibilidades de ação individualizada. A troca de lentes proposta por Zehr (2008) como alternativa na compreensão do ato infracional e da responsabilização, colocando-a no campo socioeducativo, pôde avivar e expressar o que no fazer do atendimento a adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação ainda carecia nomear. A metodologia dos círculos de paz e transformação de conflitos de Pranis (2010), incorporada como novo instrumento pedagógico da atuação na busca por materializar os objetivos da medida socioeducativa, possibilitou nomear conceitualmente o que ainda era latente no atendimento. Com o novo olhar assumido a partir da apropriação dos processos circulares, a individualização da medida socioeducativa bem como a criação de contextos institucionais para o trabalho educativo com os adolescentes, seus familiares e a comunidade, tem se consolidado progressivamente em práticas restaurativas diversas, envolvendo adolescentes e socioeducadores/as na perspectiva de favorecer a responsabilização e o pertencimento comunitário.

## **Práticas restaurativas e articulação de rede: tecendo a completude interinstitucional**

Claudia Catafesta  
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná  
ccatafesta@hotmail.com / clac@tjpr.jus.br

A Socioeducação compartilha da corresponsabilidade constitucional Estado-família-sociedade com o desenvolvimento integral dos adolescentes a ela submetidos. Por pretender garantir (re)inserção nas relações sociais e nos espaços promotores de desenvolvimento, assume a incompletude institucional como princípio. Fazer socioeducação então, é ação que extrapola limites institucionais e convoca a tecer relações com outras instituições, famílias/responsáveis, e com a sociedade por meio de suas organizações. A apropriação da Justiça Restaurativa e dos círculos de paz, trouxe instrumental para avançar na tessitura desta rede com a criação do projeto “Falando sobre Socioeducação”. As ações do projeto implicaram a responsabilização que as práticas restaurativas favorecem, ao transcender seu objetivo inicial: aproximar Judiciário e executores das medidas socioeducativas, consolidando ferramenta para a rede de atendimento socioeducativo do município de Londrina-PR. A discussão circular sobre a ação socioeducativa, em rede, favoreceu o protagonismo para abertura de novas frentes de atuação com maior envolvimento das famílias de maneira articulada; do sistema de segurança pública; dos gestores e profissionais de cada política setorial complementando ações; do

sistema “S” para a criação de estratégias de inclusão nas ações de qualificação; e a mobilização social em favor do atendimento socioeducativo junto a entidades da sociedade civil e da iniciativa privada.

### **Gestão socioeducativa e práticas restaurativas: a experiência dos círculos de cuidado**

Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto

Departamento de Atendimento Socioeducativo, Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho  
do Paraná  
flaviapalmieri@sejuf.pr.gov.br / flaviaziliotto@gmail.com

Solimar de Gouveia

Departamento de Atendimento Socioeducativo, Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho  
do Paraná  
solimarg@sejuf.pr.gov.br

A Lei 12.594/2012 prevê a Justiça Restaurativa como possibilidade no cumprimento das medidas socioeducativas, o que se reitera pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013) incluindo-a como mecanismo de prevenção e mediação de conflitos. O Paraná se alinhou à política nacional em seu Plano de Atendimento Socioeducativo (2015), estabelecendo a meta de “incentivar e divulgar metodologias de atendimento com base em práticas restaurativas”. Desta forma, o DEASE por meio de suas ações de formação continuada e de gestão do meio fechado do sistema estadual de atendimento socioeducativo do Paraná, incorporou-a teórica e metodologicamente. Nesse sentido, e para consolidar as práticas restaurativas já adotadas nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade como instrumento pedagógico junto aos adolescentes, deu-se início em 2019 ao projeto “Círculos de Cuidado”. O projeto tem o objetivo de promover círculos nas unidades socioeducativas para trabalhar as relações interpessoais dos servidores que nelas atuam, como forma de cuidado, escuta ativa e acolhida de demandas. Os círculos são facilitados por profissionais de outras unidades socioeducativas que planejam a intervenção junto à gestão local e estadual para contemplar especificidades daquela comunidade socioeducativa. Os círculos realizados têm servido como estratégia para proporcionar maior conexão e favorecido maior assertividade pela gestão.

## **GUERREIROS DA PERIFERIA – ARTE, CULTURA E LAZER NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO**

A Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá, responsável pela execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade nas regiões do Itapoã e Paranoá, tem priorizado em sua organização institucional a atuação socioeducativa por meio de atendimentos coletivos (acolhimento institucional e oficina de sensibilização para o Plano Individual de Atendimento) e projetos relacionados ao esporte, cultura e lazer. O projeto Guerreiros da Periferia acontece desde 2017 como uma ação socioeducativa que visa promover a inserção de adolescentes e jovens moradores do Paranoá Parque, Paranoá e Itapoã em atividades de arte, cultura e lazer, ocorre semanalmente às quintas-feiras à tarde e sua práxis se dá por meio de: promoção de Tertúlias Literárias Dialógicas (TLD); encontros dialogados com artistas do DF sobre suas histórias de vida; passeios a eventos e diferentes espaços culturais, inserção produtiva profissional em produção cultural, dentre outras possibilidades de se trabalhar os aspectos da arte, cultura e lazer. Para tanto contamos fundamentalmente com o apoio de parceiros da comunidade local, da classe artística do DF e de instituições do setor da economia criativa. Ou seja, este é um projeto que demanda ininterruptamente de articulações de rede e que confere ao fazer socioeducativo um exercício contínuo de construção da comunidade socioeducativa, corresponsabilizando outros setores da sociedade. Por concatenar tais aspectos, outros projetos podem e têm sido realizados dentro do Guerreiros da Periferia, como é o caso do projeto em vigor “Nossas Vozes”, que acontece em parceria com a disciplina de Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília, a Rádio Ralacoco e parceiras da Rádio Cultura FM. Em 2018, o projeto financiado pelo Fundo de Apoio à Cultura (FAC) sobre Cultura Hip Hop (Criar para Vencer – inclusão pela arte) também foi executado na GEAMA Paranoá por meio do Guerreiros da Periferia. Convém mencionar que o nome “Guerreiros da Periferia” é resultado de votação realizada em 2017 pelos primeiros participantes do projeto. Apesar do FAC enquanto principal política pública de fomento à cultura do DF priorizar na pontuação dos editais os projetos que desenvolvem ações no sistema socioeducativo, poucas são as realizações e, estas, quase sempre, não contribuem para desconstruir a imagem estereotipada das experiências de cultura para o público atendido. Por outro lado, as imersões culturais vividas nos últimos dois anos reafirmaram que a riqueza e a diversidade cultural historicamente construídas são um direito inalienável. Portanto, a práxis da equipe tem se pautado na garantia de tal direito.

**Palavras-chave:** Medidas socioeducativas; Arte; Cultura; Lazer; Políticas sociais.

### **Trampo no rolê**

Luana Alves de Souza  
Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
luana.alvessouza@gmail.com

Trampo no Rolê é uma das ações do Guerreiros da Periferia, que oportuniza experiências profissionalizantes aos adolescentes e jovens acompanhados pela GEAMA Paranoá. Em 2018, seis adolescentes participaram do Festival Favela Sounds, uma das expressões do Hip Hop no Distrito Federal. Eles atuaram na oficina de cenografia, na produção cenográfica e participaram como parte da equipe produtora do Festival. Essa experiência motivou as servidoras do projeto a buscar mais ações

produtivas no contexto cultural, pois além do resultado da atividade em si, os participantes foram certificados e a experiência foi determinante em seus processos socioeducativos. Ao longo da caminhada a equipe percebeu que são poucos os Festivais que promovem a inclusão social da periferia do Distrito Federal e muitas são as possibilidades de se viabilizar essa proposta, como a oferta de cursos relacionados às etapas da produção cultural, vagas de trabalho/estágio na produção dos eventos, acesso gratuito à programação cultural. A equipe se mantém na busca ativa por tais espaços e já somam seis participações em festivais/eventos, envolvendo adolescentes e egressos. Há muito que se construir no intento de que essas ações sejam parte de uma política concreta de inclusão produtiva de adolescentes e jovens no contexto cultural.

### **Nossas vozes**

Juliana Arraes  
Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
juliana.arraes@gmail.com

Yan Lucas Oliveira Sales  
GEAMA Paranoá

Yan Eduardo Santos de Souza  
GEAMA Paranoá

Victor Hugo Pacheco  
GEAMA Paranoá

A Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, dispõe acerca da previsão de atividades culturais e capacitação para o trabalho nos programas de atendimento: Art. 8º Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Conforme a determinação legal, o Projeto Nossas Vozes, através da atividade de formação técnica inicial e cultural, fomenta um espaço de promoção do conhecimento, aquisição de novas habilidades, realização de processo de produção de conteúdo autoral, bem como integração entre os adolescentes e jovens participantes, a UnB e atores da comunidade. Por ser uma prática formativa e cultural, o projeto se configura como uma importante metodologia socioeducativa. Parte-se do pressuposto de que as atividades lúdicas se apresentem como contexto privilegiado de mediação de desenvolvimento humano, construção de vínculos pedagógicos significativos; se configurando como metodologia totalmente adequada aos objetivos do atendimento socioeducativo.

### **Experiência do festival coma com a socioeducação**

Hellen Cris de Carvalho Vaz  
Diretora Geral da Associação Traços de Comunicação e Cultura  
hellen@revistatracos.com

O Festival COMA – Convenção de Música e Arte é um festival cultural que acontece uma vez por ano em Brasília e soma três edições. Na última edição foram mais de 10 palestras em conferências, 24 pitc, 15 showcases, 03 workshops e 65 atrações entre sábado e domingo para uma média de 25 mil pessoas. O Festival prisma pela acessibilidade e pela empregabilidade de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade financeira e pessoas com deficiência, gerando mais de 200 empregos diretos e indiretos. Conta, ainda, com o COMA Consciente, que gerencia todos os insumos gerados para serem socialmente responsáveis e garante o destino adequado para todos os descartes. Na edição de 2019 foram contratados dois adolescentes atendidos pela GEAMA Paranoá para trabalharem por uma semana como jovens aprendizes e outros dois egressos da referida GEAMA para trabalharem na montagem e organização do evento, o que resultou em uma experiência sensacional de aprendizado e convivência, onde eles puderam compreender e aprender sobre o funcionamento da produção de um grande evento.

## **ARTISTAS: QUEM SÃO, ONDE VIVEM, DE QUE SE ALIMENTAM E O QUE FAZEM NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL?**

A roda de conversa “Artistas: quem são, onde vivem, de que se alimentam e o que fazem no sistema socioeducativo do Distrito Federal?” busca apresentar relatos e socializar vivências práticas dos especialistas em artes do sistema socioeducativo, falar sobre as metodologias de atendimento adotadas por estes, as dificuldades encontradas na implementação dos trabalhos, além de contextualizar a construção da nossa identidade profissional no socioeducativo e problematizar o trabalho em equipe. O título da roda é provocativo, visando chamar a atenção para estas novas especialidades que fazem parte da carreira do socioeducativo e desmistificar a figura do/a artista, apresentando as atribuições dos cargos com base no anexo II da portaria conjunta SEGAD/SECRIANÇA nº 10, de 02 de julho de 2015. Temos a intenção de socializar com os demais profissionais da área as possibilidades, ferramentas, e benefícios que o trabalho especializado em Artes pode trazer para o Socioeducativo.

**Palavras-chave:** Arte; Propostas; Desafios; Atribuições dos cargos; Novas práticas.

### **Fim do 1º ato**

Reinaldo Pereira da Silva Junior  
Coordenação de Políticas e Atenção à Saúde de Jovens e Adolescentes (COORPSAU),  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
reicenic@gmail.com / nucleoartesporte.coorpsau@gmail.com

O debatedor buscará apresentar os modos de trabalho na área de Artes Cênicas em modos gerais, relatar o formato que foi adotado na Unidade de Internação de Saída Sistemática onde trabalhou, apresentando o que funcionou e o que não foi possível, quais as dificuldades na implementação dos projetos iniciais, sendo eles: “Férias ético-cênicas” e “práticas em teatro do oprimido”. Relatar como se estabeleceu as relações com os profissionais diversos desta instituição e a relação com os socioeducandos. Apresentar o novo formato de trabalho desta especialidade, agora lotado na Coordenação de Políticas e Atenção à Saúde de Jovens e Adolescentes, tendo como base as duas propostas já apresentadas e aplicadas, sendo elas: proposta oferecida pela Coordenação de Políticas e Atenção à Saúde (COORPSAU) da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF dentro das atividades do “Setembro Amarelo” que incluía um cine debate e aplicação da oficina “práticas em teatro do oprimido” e uma proposta interventiva com a temática: respeito e espaço individual, inicialmente formulada para ser aplicada no módulo de proteção à integridade física da Unidade de Internação do Recanto das Emas e que por ser pertinente a outros espaços foi replicada em outras unidades. O objetivo seria, portanto, relatar o trabalho de articulação com outras secretarias e com instituições privadas além de elementos pontuados no resumo integrativo.

### **Artista busca espaço entre ranger de grades e portões**

Thais Perim

Unidade de Semiliberdade de Taguatinga,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
thaiskuri@gmail.com / artesplasticas.semi@gmail.com

Thaís atuou durante um ano na Unidade de Internação de Santa Maria, realizando projetos no âmbito da Gerência Sociopsicopedagógica Feminina. Buscou oferecer oficinas regulares, além de oficinas pontuais, com temáticas transdisciplinares que aproximam artes plásticas de literatura, consciência histórico-social e autoconhecimento. Também acompanhou a realização de projetos realizados por parcerias externas. Hoje atua na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga 2 com os meninos e seus projetos passaram por uma reformulação a partir da nova lógica institucional. Em sua comunicação, a especialista irá apresentar os pontos-chave deste percurso, os resultados alcançados e as correções de trajetória necessárias para o bom andamento do serviço público, tornando evidente as possibilidades de desenvolvimento e ampliação dos efeitos do sistema socioeducativo a partir do trabalho especializado em arte.

### **Atendimento socioeducativo mediante arte educação é atribuição do agente socioeducativo?**

Walter de Sousa Silva

Unidade de Internação do Recanto das Emas,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
waltssilva@yahoo.com.br / musica.unire@gmail.com

Walter de Sousa Silva, agente socioeducativo desde 2010, atuou por cinco anos na medida de semiliberdade até integrar o projeto Orquestra Plena Harmonia, que oferecia aulas de instrumentos de cordas para, inicialmente apenas adolescentes da Unidade de Internação de São Sebastião, e posteriormente, por cerca de um ano, para jovens vinculados às demais medidas. A experiência de três anos nesse projeto, possibilitou que o debatedor buscasse abordagens de educação musical que se adequassem ao contexto do sistema socioeducativo, principalmente com a utilização de métodos ativos e consideração dos conhecimentos prévios dos jovens e de seu contexto sócio-econômico-cultural. Ao final de 2017, novos horizontes se abriram com sua ida para a Unidade de Internação do Recanto das Emas, onde tem a oportunidade de atuar em conjunto com a Especialista Socioeducativa em Música, e propor novas estratégias para tornar a música, reconhecida como metodologia de atendimento socioeducativo, uma linguagem acessível e meio de expressão aos jovens atendidos

## **SOCIOEDUCAÇÃO NO DF: PESQUISA, POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO E EXTENSÃO**

Esta proposta objetiva discutir três campos inter-relacionados no que tange à garantia do direito à educação de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O primeiro campo analisará como a garantia do direito à educação está consignada nos 26 Planos Estaduais de Educação e no Plano Distrital de Educação para jovens e adolescentes da socioeducação, demonstrando os resultados de uma pesquisa exploratória apoiada em fontes primárias. A pesquisa evidenciou que na região Centro-Oeste, o DF, além de ser a única entidade federativa que apresenta uma meta específica para a socioeducação, as estratégias descritas estão alinhadas com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Ao passo que na região Sudeste, apesar de ser a região com maior número de jovens em unidades de internação socioeducativas, os PEEs são frágeis na consonância com os princípios do SINASE. Destaca-se da região Sul o Estado do Paraná com maior número de estratégias vinculadas ao atendimento socioeducativo e à lei do SINASE, incluindo mecanismos de acompanhamento escolar para adolescentes egressos do sistema. A socioeducação, em alguns PEEs, está vinculada ao sistema prisional e a jovens em situação de rua, o que evidencia a perspectiva punitiva cuja herança histórica remonta ao Código de Menores de 1927 e à permanência dos fundamentos da doutrina da situação irregular. O segundo campo problematizará a relação da Política Nacional do Sistema Socioeducativo com a trajetória da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em relação à oferta, acompanhamento e elaboração de marcos regulatórios para a escolarização dos jovens que cumprem medidas socioeducativas e apresentará os dados atuais da política de escolarização no DF. Por fim, o terceiro campo compartilhará experiências do projeto de extensão da educação digital direcionado aos jovens da Unidade de Saída de Sistemática do Recanto das Emas (DF), no âmbito do Edital nº 01/2018, Programa de Extensão em Educação, Trabalho e Integração Social. O projeto de extensão foi aplicado no formato de projeto piloto no primeiro semestre de 2019 e se concretizou por meio de oficinas temáticas de Introdução à Informática, Edição de Imagens e Mídias Sociais. O protagonismo dos jovens foi pressuposto para a produção dos trabalhos realizados e oportunizou o compartilhamento de experiências e vivências singulares entre os socioeducandos e os extensionistas do projeto. Outrossim, por meio da escuta, possibilitou-se a reflexão em torno de temas presentes no cotidiano da juventude em cumprimento de medidas socioeducativas, tais como: o convívio com a iminência da morte, o que é ser jovem no contexto social marcado pela exclusão e na importância do vínculo para a construção do diálogo.

**Palavras-chave:** Direito à educação; Socioeducação; Escolarização; Extensão.

**A positivação do direito à educação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: uma reflexão a partir dos planos estaduais de educação no Brasil**

Livia Silva de Souza  
Universidade de Brasília - UnB  
livia.ssouza12@gmail.com

Considerando o planejamento nacional e local como positivação do direito e objetivação das ações do Estado em matéria educacional este trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa exploratória apoiada em fontes primárias que identifica como a política educacional destinada aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa está consignada nas metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais de Educação (PEE) das 27 unidades federativas. Percebe-se que,

historicamente, estes adolescentes sofrem negligências pelos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) no que se refere à elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas de escolarização. A pesquisa possuiu uma abordagem qualitativa e revelou, entre outros aspectos, que a socioeducação aparece em algumas estratégias vinculada ao sistema prisional e a jovens em situação de rua. Analisamos que a positivação do direito à educação para jovens em cumprimento de medida socioeducativa é um avanço, mas existem fragilidades no que tange ao planejamento e à execução de políticas de escolarização.

### **Educação e medidas socioeducativas no DF**

Daniela Gomes do Nascimento  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
gndaniela02@gmail.com

Reconhecer os sujeitos de direito da socioeducação implica em considerar que a maioria dos jovens incluídos neste sistema possui muitos dos seus direitos negados antes de cometerem ato infracional. Em relação ao direito à educação importa considerar que o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, consigna a educação como o primeiro dos direitos sociais. Com isto, a educação é imprescindível para o desenvolvimento do ser humano, elemento fundamental para a aquisição de outros direitos e para o exercício pleno da cidadania, conforme assevera o artigo 205 da referida Constituição. A educação, neste trabalho, é reconhecida como direito de todos garantida pelo Estado, pela família e pela sociedade, cujas finalidades são o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A partir do reconhecimento da educação como um direito de todos, apresentar-se-ão os dados da política de escolarização no DF e o percurso dos marcos regulatórios instituídos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, que garantem o direito à educação dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

### **Extensão na socioeducação: relato do projeto piloto educação digital**

Andréia Mello Lacé  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
amlace@unb.br

Este trabalho intenciona compartilhar experiências vivenciadas na Unidade de Saída Sistemática do Recanto das Emas a partir do projeto de Extensão Educação Digital. O projeto foi proposto por professora da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília (UnB) e contou com a participação de estudantes extensionistas do curso de Pedagogia, Licenciatura em Ciência da Computação e Artes Visuais. Além disso, obteve parceria da Gerência da Socioeducação, da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Para a realização do projeto foram realizados Grupos Focais e Oficinas Temáticas que versaram sobre Introdução à Informática, Edição de Imagens e Mídias Sociais. As oficinas foram mediadas pelos extensionistas, pela coordenadora do projeto e pelos participantes convidados, considerando sempre o protagonismo dos jovens na parte prática que as oficinas possuíam. Em todos os encontros houve a aplicação de uma ficha de reação, em que os participantes avaliaram as oficinas e deram sugestões de melhoria. Essa experiência inicial possibilitou extrair elementos para se pensar a política de inclusão digital no DF, a fim de tornar as tecnologias digitais de informação e comunicação aliadas na ressignificação dos projetos de vidas dos jovens privados de liberdade.

## **POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO BASEADA EM EVIDÊNCIAS**

A missão do serviço público só está completa quando se fundamenta na utilização de dados e evidências para respaldar o debate público, transparente e efetivo. A política de atendimento socioeducativo, como qualquer política pública, deve estar pautada nos princípios de elaboração destas, a saber, os processos de planejamento, monitoramento e avaliação. Como parte dos processos de monitoramento e avaliação tem-se que a utilização de dados e informações estatísticas no âmbito dos próprios programas de atendimento, sejam eles em meio aberto ou em restrição e privação de liberdade, são capazes de proporcionar maior fidedignidade e ampliar a compreensão de indicadores necessários para a boa execução da política. A utilização de dados estatísticos, que tem tido importância crescente na elaboração de indicadores que possam avaliar a implementação de políticas é fenômeno que vem se consolidando no país, desde a implantação das metodologias gerencialistas e, em especial, com a consolidação dos planos plurianuais e a consolidação de legislações de controle da gestão pública (Januzzi, 2005). As informações produzidas a partir da pesquisa e dos dados estatísticos, no entanto, se apresentam como ferramenta inicial para tal discussão. Farranha (2011) aponta quatro entraves para a implementação de políticas públicas no Brasil, dentre elas, a assimetria das informações, que se refere à forma como a informação circula entre os que pensam a política e aqueles que a implementam. Um outro entrave apontado por Farranha (2011) é o da descontinuidade das políticas implementadas, cujo desenho e o processo de implementação se desencontram sem que haja feedback dos executores, impossibilitando ajustes que produzam maior efetividade. A cultura de coleta, registro e análise de dados nos parece ser ferramenta importante na tentativa de driblar tais impasses e provocar maior comunicação e, por conseguinte, maior efetividade no desenho e implementação de políticas públicas. Instituir cultura institucional de coleta, registro e análise de dados no âmbito do sistema socioeducativo do DF é, portanto, parte fundamental para a compreensão dos fenômenos que perpassam o atendimento a adolescentes em conflito com a lei, e depende precipuamente da ação dos atores envolvidos nesse processo, desde os responsáveis pela tomada de decisão institucional até os agentes executores dos programas de atendimento. A formalização e sedimentação da cultura de dados, espera-se, será capaz de instituir melhores indicadores no planejamento de ações, monitorar e avaliar resultados, de modo a avançar na garantia de direitos e no êxito do atendimento socioeducativo no trabalho com adolescentes em conflito com a lei. Para tanto, a fim de dar continuidade a uma missão da política de atendimento socioeducativo baseado em evidências, apresentamos as discussões a seguir.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Políticas públicas; Indicadores; Estatística; Atendimento socioeducativo.

### **Investigação sobre o contexto infracional dos adolescentes em situação de acolhimento institucional encaminhados ao núcleo de atendimento integrado**

Juliana Otoni

Núcleo de Atendimento Integrado (NAI-UAJ), Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF  
equipeespecialistas@gmail.com

Em 2018, em meio aos atendimentos técnicos realizados pela equipe psicossocial da Unidade de Atendimento Inicial do Núcleo de Atendimento Integrado, percebeu-se, ainda que de forma não sistematizada, que adolescentes vivendo em situação de acolhimento estavam sendo encaminhados

ao NAI/UAI após conflitos nas instituições. Observou-se a necessidade de sistematizar informações não apenas do perfil de adolescentes vivendo em situação de acolhimento e encaminhados ao NAI/UAI, mas, ainda, compreender em que circunstâncias esses adolescentes estavam sendo encaminhados para a porta de entrada do sistema socioeducativo. A partir da elaboração de projeto de pesquisa e captação de informações disponíveis na planilha estatística de acompanhamento dos adolescentes, bem como os dados coletados a partir dos estudos psicossociais preliminares realizados pela equipe técnica, foi desenvolvida esta pesquisa. As informações aqui disponíveis pretendem iniciar uma discussão acerca das possibilidades dentro do sistema socioeducativo do atendimento inicial de adolescentes que vivem em acolhimento institucional, suas peculiaridades e a possibilidade de construção de protocolos de atendimento que reflitam suas necessidades. A interlocução constante com as instituições de acolhimento e suas formas de gerir conflitos, pensando soluções conjuntas, tão necessárias ao melhor andamento das políticas públicas, também podem ser alvo de discussões e apontamentos a partir do estudo aqui apresentado.

### **Estratégia de implementação de política de dados de articulação em rede**

Beatriz Yamada  
Gerência de Estudos Socioeducativo,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
gesocio@gmail.com

O interesse pela formulação de estratégias e mecanismos de monitoramento e avaliação tem crescido nos últimos anos, em especial, após a edição de regulamentos no âmbito nacional e distrital instituindo a política de governança e *compliance* (2017). Em vista desse contexto, no Distrito Federal, foi implementado um instrumento padronizado das unidades executoras de medidas em meio aberto e semiliberdade de forma que fosse possível a elaboração de relatórios estatísticos e planejamento estratégico com base em evidências. Este instrumental, construído com a participação conjunta da gestão das medidas socioeducativas e seus servidores, passou por um período de pré-teste e teste nas unidades e já se encontra em pleno uso em 6 unidades de semiliberdade e 15 unidades em meio aberto. Desde que foi implementado já foram construídas ações estratégicas com foco nas políticas sociais prioritárias, elaboração de banco de talentos visando inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho e instrumento de acompanhamento da gestão das unidades. Ademais, os dados são utilizados como uma importante ferramenta que destaca a iminente necessidade de articulações e intervenções do estado, da família e da sociedade para a garantia de direitos dos adolescentes em conflito com a Lei, conforme preceitua a Carta Magna.

### **Anuário estatístico NAI/UAI 2018**

Julianna B. Rufino  
Juliana Pereira Rodrigues  
Diretoria do Sistema de Informações para Infância e Juventude e Diretoria da Unidade de  
Atendimento Inicial, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
dinfo.sejus@gmail.com

O Anuário Estatístico do NAI/UAI 2017 firmou-se como estratégia inicial para o trabalho de coleta, registro e análise de dados de entrada de adolescentes no sistema socioeducativo, tendo sido lançado

com o propósito de fortalecer a prática de monitoramento e avaliação da política de atendimento socioeducativo. O Anuário Estatístico NAI/UAI 2018 apresenta-se como estratégia de continuidade da avaliação do atendimento socioeducativo inicial e como fonte de dados e informações essenciais para compreensão do processo de entrada e reentrada de adolescentes no contexto infracional, estabelecendo-se assim como estratégia de accountability da movimentação do adolescente nas diversas medidas que compõem o sistema socioeducativo. O Anuário 2018 se propõe a analisar o atendimento técnico socioeducativo, o alcance do atendimento às famílias e das metodologias utilizadas no atendimento inicial. Propõe-se, ainda, a comparar dados de perfil psicossocial dos adolescentes atendidos, em seções específicas sobre ato infracional, recorte de gênero e tomada de decisão judicial, já presentes na edição anterior, a fim de iniciar o processo de análise histórica dos dados compilados até então. A publicação do segundo Anuário Estatístico do NAI/UAI-DF se consolida, assim, como ferramenta de importante análise de dados e de aporte para tomada de decisões e avaliação de políticas públicas.

## **A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO POR MEIO DE PROJETOS ESPORTIVOS E CULTURAIS FUNDAMENTADOS NA EDUCAÇÃO POPULAR NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO**

A presente Roda de Conversa problematiza como projetos de esporte e cultura, fundamentados em preceitos dialógicos e libertadores da Educação Popular, podem promover o desenvolvimento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. A Roda é composta por professora e estudantes pesquisadores da Universidade de Brasília, com formação em Pedagogia, Psicologia e Educação Física, com trajetória de atuação, estágio e pesquisas em Socioeducação no Distrito Federal. A partir do debate dos estudos, a Roda procura possibilitar a troca de experiências sobre projetos de esporte e cultura realizados em parceria com Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMAs) em dois territórios do Distrito Federal, a fim de sinalizar a potencialidade destas práticas para a construção de metodologias de atendimento socioeducativas inovadoras. O primeiro trabalho discute as atividades do Projeto “Futebol das Quebradas”, desenvolvido por meio de uma gestão participativa, construída pela equipe de socioeducadores, adolescentes/ jovens da comunidade e/ou que cumprem/cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto. Como importantes diferenciais deste Projeto, em comparação a outros projetos que também utilizam o futebol como mediador de desenvolvimento, destacam-se a formação de vínculos de confiança, afeto e proteção entre equipe socioeducativa e adolescentes/jovens bem como a construção de experiências coletivas, democráticas e participativas. O segundo trabalho sinaliza como uma alternativa promissora a associação de projetos socioeducativos, de base dialógica e libertadora, a empreendimentos de Economia Solidária e a práxis da Educação Popular, especialmente considerando as estigmatizações e as fragilidades da trajetória de escolarização dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas. Esta articulação pode oferecer aos socioeducandos, bem como às suas famílias e comunidades, novas alternativas de inclusão social e laboral e de sentidos de ser e estar no mundo, que questionem as identidades do crime e do consumo e que incentivem a criação de outras subjetivações, vínculos comunitários, perspectivas de vida e projetos de futuro. Por fim, o terceiro trabalho discute as práticas esportivas de futsal realizadas por uma Organização da Sociedade Civil junto a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Utiliza-se a metodologia do “treino social”, baseada na pedagogia do esporte, como modo de promover o desenvolvimento integral dos adolescentes por meio de experiências de convivência, cooperação, solidariedade, competição saudável, protagonismo social e desenvolvimento de valores e cidadania. O esporte é ressaltado neste trabalho por sua função de inclusão social e facilitadora do processo socioeducativo. Em síntese, a Roda de Conversa apresenta relatos de pesquisa e intervenção em Socioeducação, discutindo potencialidades e desafios que permeiam projetos de esporte e cultura realizados no meio aberto. Procuramos construir reflexões sobre metodologias de atendimento socioeducativo convergentes com a Educação Popular, incentivando práticas de caráter coletivo, criativo, dialógico e emancipador, que posicionem os adolescentes como protagonistas de seus processos de mudança e que fortaleçam uma cultura institucional propriamente educativa no campo da Socioeducação. No entanto, ressaltamos a necessidade de fortalecer parcerias entre diversas políticas públicas, para que estes projetos consigam promover o desenvolvimento dos adolescentes, de suas famílias e comunidades.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Educação Popular; Esporte; Desenvolvimento humano; Medidas socioeducativas em meio aberto.

## **Futebol das quebradas: desenvolvendo práticas coletivas no atendimento socioeducativo**

Ane Caroline Lima  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
aclanelima@gmail.com

Tatiana Yokoy  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
yokoy@unb.br

Este trabalho relata pesquisa que investigou as significações construídas por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, adolescentes da comunidade e socioeducadores envolvidos no Projeto “Futebol das gs”, que é desenvolvido no contexto de uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Distrito Federal (UAMA). A metodologia envolveu observações participantes do Projeto e entrevistas narrativas semiestruturadas realizadas com os adolescentes e jovens do Projeto e com a equipe de atendimento socioeducativo da UAMA. Os resultados indicam que o Projeto tem contribuído para promover o desenvolvimento dos adolescentes atendidos em direção à responsabilização cidadã e à convivência comunitária, por meio de mediações esportivas, educativas e coletivas. Os vínculos de confiança estabelecidos entre os participantes do Projeto contribuía para a construção de um território de paz, para a ressignificação das relações sociais e para a valorização do atendimento socioeducativo realizado. A pesquisa colaborou para o reconhecimento de práticas inovadoras de atendimento socioeducativo, guiadas pela promoção do desenvolvimento dos adolescentes e por uma cultura institucional coletiva e dialógica no campo da Socioeducação.

### **Potencialidades da articulação entre educação popular, economia solidária e socioeducação no meio aberto**

Luciana Vassallo Costa  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
lucianavassallo@gmail.com

Tatiana Yokoy  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
yokoy@unb.br

A práxis da Educação Popular entende que "aprender a ler o mundo" com autonomia envolve a valorização de cada sujeito em desenvolvimento enquanto participante ativo das práticas socioculturais. A Economia Solidária se fundamenta em diversos princípios e práticas da Educação Popular e contempla relações de trabalho e práticas econômicas cooperativas, democráticas e inclusivas que costumam divergir do funcionamento capitalista do mercado de trabalho hegemônico. Este trabalho relata uma pesquisa que explorou saberes e vivências, experiências escolares e de trabalho de adolescentes e jovens que cumpriam medidas socioeducativas em uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Distrito Federal. Foram realizadas entrevistas com três socioeducadores e uma especialista em Economia Solidária. Também se realizou um grupo de reflexão e uma oficina de materiais recicláveis com nove socioeducandos, simulando a construção de empreendimento solidário. Identificou-se que as práticas de atendimento socioeducativo da UAMA

evidenciavam e/ou promoviam diversos saberes, vivências e habilidades que podem favorecer a inclusão profissional e laboral dos socioeducandos. Esta promoção era realizada por meio de projetos em grupos de socioeducandos, que envolviam arte, cultura, lazer e esporte e se aproximavam dos preceitos emancipatórios, coletivos e dialógicos da Educação Popular e da Economia Solidária.

### **Treino social: o futsal como modo de promoção do desenvolvimento na socioeducação**

Ernane Samuel de Souza Leite  
Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília - UnB  
ernanesamueel@gmail.com

Tatiana Yokoy  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
yokoy@unb.br

O treino social é uma metodologia do Instituto Bola pra Frente em parceria com a Confederação Alemã de Futebol. Tem como base a pedagogia do esporte, promovendo educação, desenvolvimento humano e a cultura de paz. A participação de crianças e adolescentes em atividades esportivas é direito garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive para os adolescentes privados de liberdade. Apesar disso, frequentemente as atividades esportivas são ainda hoje significadas como um “luxo” ou como um “privilégio”. No Distrito Federal, a escola de futsal AJAX se destaca na cidade Estrutural pelo trabalho com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, considerando as particularidades deste contexto sociocultural. Na escola AJAX, há uma equipe de coordenação pedagógica e as aulas são ministradas por dois professores. Este trabalho relata experiência de realização de práticas de futsal neste ambiente educativo. O esporte é aqui concebido como uma forma de integração social, de promoção da cidadania, da conscientização e de competição saudável. Além disso, a cooperação através de jogos permite trabalhar valores sociais importantes para o desenvolvimento dos adolescentes, como o comprometimento pessoal, o autocontrole, o respeito, a solidariedade, a responsabilidade e a convivência

## **AS POLÍTICAS DE ESCOLARIZAÇÃO DESTINADAS A ADOLESCENTES E JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL, INTERSETORIALIDADE E A PRIMAZIA DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA**

A presente Roda de Conversa problematiza o direito à educação e as políticas de escolarização orientadas aos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto em meio fechado, ilustrando o contexto do Distrito Federal-DF. A Roda é composta por professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professora da Educação Básica que atua na Gerência de Acompanhamento da Socioeducação da Secretaria de Educação do DF; pedagoga que atua como Especialista Socioeducativa no DF; e por pesquisador e professor de Ensino Médio da rede de ensino público do DF. Como eixos estruturantes dos diálogos a serem estabelecidos ao longo da Roda de Conversa, destacamos: a intersectorialidade; o princípio da incompletude institucional; e a tensão entre a dimensão pedagógica das medidas socioeducativas e a dimensão punitiva enaltecida em muitas culturas institucionais (escolares e socioeducativas). A partir do debate dialógico, a Roda almeja oportunizar a troca de experiências e a construção de conhecimentos sobre práticas educativas, de pesquisa e de gestão sobre a escolarização de adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas. O primeiro trabalho aborda a incompletude institucional e a intersectorialidade, enfatizando-os como princípios de organização do atendimento no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A política de escolarização é problematizada, a partir da discussão sobre as atualizações da cooperação firmada entre política de educação e política socioeducativa no DF e sobre a escolarização de adolescentes privados de liberdade. O segundo trabalho apresenta, em termos de gestão e de organização do trabalho pedagógico, como se organizam a oferta, o acompanhamento e a avaliação da escolarização de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no DF. Abordam-se os desafios de fortificar o desenvolvimento integral e a escolarização dos socioeducandos, considerando as relações pedagógicas, as experiências educativas e a história de vida e os saberes dos adolescentes e jovens. Por fim, o terceiro trabalho alude à disputa histórica de projetos e poderes na intersecção das políticas educacionais e o atendimento socioeducativo. A intersectorialidade e a incompletude institucional são discutidas enquanto importantes elementos a serem considerados, especialmente quando reforçamos a relevância de uma gestão escolar democrática e a necessária preeminência da dimensão pedagógica no atendimento socioeducativo. Em síntese, a Roda de Conversa apresenta os avanços e os desafios identificados ao longo da construção das políticas intersectoriais no campo da socioeducação, com foco na sua articulação com a política de educação. Afirmamos os contextos educativos como espaços de experiências de alteridade, de emancipação e de exercício da cidadania e do protagonismo juvenil. Para tanto, é necessário que se fortaleçam as ações em rede intersectorial e que existam mais investimentos para apoiar as equipes pedagógicas que atuam no campo socioeducativo, bem como aos socioeducandos, suas famílias e suas comunidades escolares.

**Palavras-chave:** política de educação; incompletude institucional; intersectorialidade; escolarização; medidas socioeducativas.

## **A intersectorialidade como princípio de organização do atendimento socioeducativo: a política de escolarização**

Liana Correia Roquete de Albuquerque  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
lianabatera@gmail.com

Este trabalho tem o objetivo de problematizar a intersectorialidade como uma das categorias centrais que estruturam o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em todos os seus níveis, tomando como exemplo a política educacional intersectorial que foi estruturada no Distrito Federal a partir de 2012. Inicialmente, parte-se da compreensão do princípio da Incompletude Institucional, seu significado e sua base legal (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei do SINASE). Tal princípio é tomado como um suposto metodológico, como uma diretriz norteadora para a organização de ações, políticas e programas que compõem o atendimento socioeducativo. Posteriormente, faz-se a análise da intersectorialidade como uma categoria organizacional do sistema socioeducativo: seus princípios, características e elementos que a constituem. Por fim, toma-se a política educacional intersectorial estabelecida no Distrito Federal como um exemplo de análise, examinando sua historicidade, proposta, marcos regulatórios, especialmente a Portaria No 10, de 1o de novembro de 2018, que estabeleceu e atualizou os termos da cooperação firmada entre a Secretaria de Estado de Educação do DF e a Secretaria executora do SINASE para a oferta, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização no contexto da socioeducação, com foco na medida de internação.

## **A intersectorialidade como desafio à governança socioeducativa do distrito federal: gestão democrática e prevalência pedagógica no atendimento socioeducativo**

Reinaldo Vicente da Costa Júnior  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
dacostajr@gmail.com

Diante de quatro décadas de lutas pela proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes brasileiros, verifica-se que ainda é um grande desafio implementar um sistema capaz de articular, de fato, distintos setores governamentais na efetivação de políticas públicas com esse propósito. No Distrito Federal, observa-se um processo histórico de consolidação do direito à educação e sua articulação com o sistema de atendimento socioeducativo. Entretanto, este é um campo de disputa de projetos e poderes que já se estende por duas décadas e segue em andamento. Este trabalho procura acompanhar os distintos desdobramentos da gestão dessas políticas, nos diferentes setores dos quais elas dependem para se implementar. Além disso, visa-se aprofundar o debate de como os princípios da intersectorialidade e da incompletude institucional têm sido desenvolvidos nos distintos governos legitimados a formular e executar as políticas educacionais e de atendimento socioeducativo do Distrito Federal. A meta que guia o horizonte destas reflexões é co-construir formas eficientes e eficazes de se garantir a proteção e garantia dos direitos dos adolescentes à educação bem como um atendimento socioeducativo em que prevaleça a presença pedagógica ante a lógica punitiva e repressora historicamente predominante e preponderante em nosso país.

## **A POTÊNCIA DOS ENCONTROS MEDIADOS PELA ARTE NA INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA: PRÁTICAS PROFISSIONAIS PERPASSADAS PELO FAZER ESTÉTICO**

Iniciaremos nossas apreciações em torno das experiências de trabalho das autoras em unidades de internação do sistema socioeducativo do Distrito Federal. A proposta dessa atividade será provocar uma conversa sobre as ações e intervenções estéticas realizadas com os socioeducandos. Tal abordagem se justifica pela necessidade de se evidenciar processos criativos que emergem na e da situação de restrição de liberdade. A conversa será organizada da seguinte forma: em primeiro plano, abriremos as discussões sobre a educação estética, caracterizada aqui por um reconhecimento da arte como categoria ontológica do ser social, sobretudo. Seria perceber e reconhecer o papel da arte, da imaginação, da criação como potencialidades de desenvolvimento humano. Diante de análises tão profundas, não se podem perder de vista a natureza social, cultural e identitária desse adolescente que de forma cruel passa despercebida aos olhos do Estado de Direito durante muitos anos e que só ganha visibilidade ao adentrar no sistema socioeducativo. No contexto desse estudo, tem-se o espaço escolar e as atividades pedagógicas como um importante aliado na organização e promoção de desses processos. A educação formal se configura no programa de atendimento socioeducativo como sistema de garantia de direitos inalienável. O segundo eixo será privilegiado pela organização de projetos escolares realizados nas aulas de artes no núcleo de ensino de uma Unidade de Internação. Tais ações têm como foco de trabalho a autoestima do estudante, incentivando a ampliação de seu repertório criativo, que reconheça seu potencial intelectual, fazendo parte de um planejamento estratégico que, para além de auxiliar no processo de ressocialização, promoverá cidadania. A arte como meio transformador do jovem interno em estudante sujeito, ocorre pela integração das linguagens artísticas, onde cada sujeito se sinta participante ativo nos processos de criação e execução. O protagonismo ocorre quando o estudante se conecta com as propostas de cada projeto. Tais metodologias de reconhecimento dos estudantes como ser criativo esbarra por vezes na institucionalização do mesmo. O Sistema Socioeducativo com suas práticas disciplinares de controle está na contramão das propostas de liberdade de expressão e criatividade. Restringir a liberdade não deveria aprisionar a alma, podar os sonhos, barrar a criatividade e dominar o corpo. A arte opera numa corrente oposta, tornando o indivíduo sujeito, plural e criativo. Reconhecendo em cada um a diversidade cultural e humana necessárias, a fim de ressignificar sua trajetória dentro do Sistema.

**Palavras-chave:** Intervenção estética; Processos criativos; Comunicação não violenta; Cultura de paz.

### **Torna-se socioeducando: uma questão de arte**

Rejane Matias Gomes da Silva  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; Universidade de Brasília – UnB  
profrejane@yahoo.com.br

Sendo a imaginação parte do sistema de funções psicológicas superiores e de sua importância para o desenvolvimento das possibilidades humanas de autodeterminação e consciência, como os processos criadores que emergem na/da situação de privação de liberdade de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação podem contribuir para o processo de subjetivação do socioeducando como ser social, cidadão, sujeito de direitos? Trataremos dessa questão embaladas pela convicção de que a arte faz a mediação entre o indivíduo e sua totalidade histórica e social. Dessa proposição, surgem questões mais específicas como: observar a atividade imaginária como prática de

sobrevivência, fuga da realidade, como produção de um “drama” para amenizar o sofrimento. A discussão levantada aqui com relação à educação estética é de outra natureza, seria uma busca por um reconhecimento da arte como categoria ontológica do ser social, sobretudo. Seria perceber e reconhecer o papel da arte, da imaginação, da criação como potencialidades do desenvolvimento humano, do desenvolvimento do ser social. Discutir o papel da arte, da estética nas relações humanas. Reconhecer a Arte como processo de humanização.

### **Contribuições do teatro do oprimido para uma cultura de paz – estudo de caso**

Visleine Reis Barbosa

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; Universidade de Brasília – UnB

lenee01@gmail.com

O presente trabalho tem como proposta a reflexão sobre práticas do Teatro do Oprimido em sala de aula, dentro do Sistema Socioeducativo, na Unidade de Internação do Recanto das Emas, com jovens internos de 18 a 20 anos e 11 meses. Partindo da experiência ocorrida, onde o estudante ao pichar a sala é repreendido pela professora e forçado pela segurança a apagar o picho com água e sabão. O acontecimento gerou na turma uma explosão de indignação. Reações que foram dissolvidas pela intervenção teatral, onde os fatos foram narrados, interpretados, e discutidos entre a turma. A problemática foi transformada em cena teatral, os estudantes se tornaram atores e a plateia foi composta por agentes e a professora participante da ocorrência. O teatro dialoga acerca da Cultura de Paz, abordando temáticas como, respeito ao próximo, empatia, compaixão e alteridade. Dar voz aos estudantes, quebrando paradigmas sociais e culturais de invisibilidade institucional, garantindo que ele tenha seu lugar de fala preservado em seu fazer teatral. Almejamos assim, romper com o silêncio dos que necessitam da fala, para a quebra das amarras condicionais e oriundas de uma cultura de ressocialização pautada no controle, no medo, na sentença diária e na opressão.

### **Cultura de paz na escola – todos pela não-violência**

Jaqueline Ornelas de Oliveira

Secretaria de Educação de Educação do Distrito Federal; IESB

jaqueline.unb@gmail

A proposta é debater diversas atividades artísticas trabalhadas com os estudantes da socioeducação, que estimularam bons pensamentos, costumes e perspectivas necessárias para o convívio harmônico dos jovens dentro da Unidade de Internação do Recanto das Emas e fora dela. O projeto tem como foco norteador os trabalhos do artista Eduardo Kobra, que elegeu a cultura de paz como tema de suas obras. O artista veio da periferia pobre de SP, teve conflitos com a lei por aplicar suas atribuições artísticas de forma equivocada, causando danos ao patrimônio. Todavia, ao longo do tempo ele entendeu seu papel na arte e atualmente, desenvolve projetos com temáticas voltadas às mais diversas e urgentes questões sociais. Seu trabalho é permeado por conceitos e valores que buscamos para nossos estudantes, tais como a cultura de paz, o meio ambiente, a valorização dos povos e etnias, mazelas sociais, dentre outros. Por meio do estudo de trabalhos do artista, seus conceitos estéticos e éticos, os estudantes desenvolveram suas obras com temas pertinentes ao projeto elaborado, que tinha por objetivo primordial fazer a proposição de novos olhares ao entendimento social, bem como o incentivo de novas práticas, provocando mudanças no meio em que vive.

## **SOCIOEDUCAÇÃO E SEGURANÇA: UMA RELAÇÃO A SER EQUILIBRADA**

A medida socioeducativa de internação, isto é, em meio fechado, enfrenta um desafio complexo: educar e ressocializar em ambiente de privação de liberdade. Essa medida requer uma gestão em dois eixos: equilibrar aspectos sancionatórios e pedagógicos; e extinguir a segurança repressiva e punitiva e estabelecer a segurança socioeducativa, o que compete essencialmente ao agente socioeducativo. A segurança cria condições para sustentar e garantir o trabalho socioeducativo. Ela deve assumir mais a função de prevenir e manter a ordem do que a de conter e punir, e quem executa essas funções no sistema é o agente socioeducativo. A regulamentação de suas atividades sugere que esse profissional atue com moderação, direta ou indiretamente, no processo socioeducativo dos adolescentes, por meio de diálogo, orientações e mediação de conflitos, sendo utilizada a contenção como último recurso. No Brasil, embora os agentes socioeducativos sejam concebidos como educadores sociais, não é exigida deles nenhuma formação específica. Em muitos estados brasileiros, inclusive, o cargo agente socioeducativo é de nível médio, embora se encontre entre eles um grande percentual de profissionais graduados, com especialização e mesmo mestrado, em uma diversidade de áreas de formação acadêmica. Estes profissionais correspondem ao maior número na estrutura funcional das unidades que, no caso do Distrito Federal, pode chegar a um agente para 2 a 3 adolescentes. Aqui, eles trabalham, quando se trata de medida de internação, em regime de escala por tempo integral, em turnos de 24h de trabalho/78h de descanso remunerado. Durante o seu plantão, o agente socioeducativo mantém permanente contato com o interno, acompanhando-o em seus movimentos e demandas, dentro e fora da unidade, nos horários de refeição, de escola, visitas, banho de sol, atendimento de saúde na enfermaria da unidade ou fora dela, audiências, dentre outras atividades. O número de agentes por adolescente deve ser estabelecido de acordo com a dinâmica institucional. Eventos internos (férias, licenças, afastamento de socioeducadores) e demandas internas e externas (deslocamento de adolescentes para atendimentos técnicos, visitas familiares, audiências, atividades externas dos adolescentes) devem ser considerados pelos gestores para se estabelecer a proporção agente socioeducativo-adolescente. Também interferem nesse delineamento quantitativo, o perfil das necessidades pedagógicas dos internos; situações de custódia hospitalar; risco de fuga, de auto e/ou hetero-agressão e adoecimentos psíquicos acompanhados de risco de suicídio. Essa preocupação com a relação numérica de agentes por adolescente (um socioeducador para cada dois, ou três adolescentes, ou um para cada cinco) evidencia a importância dada à vigilância na medida de internação e confirma o desafio de colaborar com o desenvolvimento da autonomia do adolescente, mantendo-o sob permanente observação. Seja para proteger, ou para punir, o Sistema disponibiliza um profissional cujas atribuições podem, no lugar de colaborar com o vínculo, configurar uma animosidade por parte do adolescente. Nesta mesa redonda, propõe-se um debate sobre a segurança como signo de confiança mútua; como dispositivo a serviço da socioeducação e aspecto que pode ser regulado por um Plano de Gestão.

**Palavras-chave:** Segurança; Agente socioeducativo; Medida de internação; Signo; Vínculo.

## **A semiosfera da segurança e os objetivos educacionais**

Beatriz de Paula Batista El Khouri  
Universidade de Brasília - UnB  
beatrizpbk@gmail.com

Segundo a psicologia cultural, a mente opera por meio de signos, os quais medeiam o processo de construção do mundo interior do sujeito e de suas relações com o mundo exterior. Dicionarizada, a palavra segurança, signo relevante para o contexto da socioeducação, compreende "situação do que está seguro; afastamento de todo perigo; certeza, confiança, firmeza". Apesar da natureza dinâmica do signo e de sua capacidade de transformação, observa-se, na semiosfera socioeducativa, a predominância de uma relação de segurança associada a posicionamentos relativos ao perigo que representam os adolescentes e não à confiança, conforme também compreende o significado da palavra. Os significados são construídos através da interação social e isso exige uma interdependência entre o eu e o outro, o qual adquire importância imprescindível para o desenvolvimento da consciência individual. Assim, a construção de signos também implica na construção de posicionamentos em relação a si e ao mundo. Quando uma relação é mediada por um signo que traduz um posicionamento de um indivíduo que representa a segurança e outro que representa o perigo, as significações de si permanecem rígidas dentro do contexto onde esses signos são propagados, não permitindo o desenvolvimento de relações de segurança enquanto experiência de confiança mútua.

### **Papel da segurança no âmbito da socioeducação**

Sueli Almada  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
suelialmadadf@gmail.com

No sistema socioeducativo, a segurança deve estar a serviço da recuperação do adolescente que delinuiu e não de sua punição. Apesar desse entendimento, entretanto, observa-se um cotidiano, particularmente no âmbito das Unidades de Internação, referendado em práticas e concepções mais próximas de um modelo prisional, que socioeducativo. Embora a medida sentenciada seja em si mesma a punição do adolescente, muitos profissionais do sistema ainda fazem uso de estratégias disciplinares não para preservar o ambiente favorável à socioeducação, mas para punir o adolescente. A falta de conhecimento sobre as habilidades e competências que os adolescentes devem desenvolver durante o período de internação tem culminado com a descaracterização da segurança. No lugar de proteger a integridade física e psíquica do adolescente e dos profissionais que trabalham na socioeducação, a segurança acaba se configurando como sistema de punição e exercício de poder. Considerando que a coerção e o uso da força devem ser adotados tão somente quando as estratégias de diálogo e de mediação tiverem sido esgotadas, propõe-se um debate sobre este assunto, com ênfase no papel do agente socioeducativo e das formas não violentas de prevenção, especialmente do diálogo.

## **Plano de gestão de segurança como dispositivo favorável à socioeducação**

Eduardo Santana Lopes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
eduardosantanalopes@outlook.com

Embora em frequência ínfima, o sistema socioeducativo recebe adolescentes que cometeram atos infracionais análogos a crimes hediondos. Nesses casos, o agente socioeducativo, em particular, pode vir a experimentar emoções, sentimentos e pensamentos atravessados por raiva do adolescente infrator e compaixão pelas vítimas deste. Se não trabalhadas, essas experiências subjetivas podem resultar no endurecimento das ações, na indisponibilidade para o vínculo e na descrença do potencial de transformação do sujeito que delinuiu. Sendo assim, para preservar o compromisso com a socioeducação e superar a cultura prisional/punitiva ainda presente no sistema socioeducativo, compreende-se que os agentes socioeducativos devem participar da elaboração do Plano de Gestão de Segurança. Esse documento, embora não elimine a discricionariedade da atuação profissional do agente socioeducativo, pode, por um lado, colaborar com a proposição de atitudes mais adequadas para o enfrentamento de situações diversas que exijam cuidados adicionais de segurança, por outro, restringir/inibir a adoção de práticas truculentas no tratamento do adolescente em medida socioeducativa

## **AGENTE SOCIOEDUCATIVO: UM PROFISSIONAL EM CONSTRUÇÃO**

O sistema de garantia de direitos preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente rompe com a doutrina da situação irregular e reafirma o paradigma da proteção da infância e juventude brasileiras. Estabelece que sejam aplicadas junto ao adolescente que cometeu ato infracional medidas socioeducativas, visando responsabilizá-lo pelo ato cometido; integrá-lo socialmente como sujeito de direitos individuais e sociais e sancioná-lo pelas consequências lesivas de condutas análogas ao delito. Os dois primeiros compromissos evidenciam o caráter pedagógico do instituto e impõem o acompanhamento do adolescente. No sistema socioeducativo, todos os profissionais que lidam com adolescentes em cumprimento de medida são concebidos como educadores sociais, sejam eles: assistente social, pedagogo, psicólogo, professor, enfermeiro, gestor do sistema, ou agente socioeducativo. Qualquer que seja a medida imposta, compete a esses profissionais colaborar com a promoção da reintegração social do adolescente, conduzindo-o ao reconhecimento do ato cometido e conhecimento dos direitos preconizados pelo sistema. No Distrito Federal, na medida socioeducativa de internação, o agente socioeducativo é o profissional em maior número na estrutura funcional das unidades. Ele trabalha em regime de escala por tempo integral, mantém permanente contato com o interno, acompanhando-o em seus movimentos e demandas, dentro e fora da unidade. A relação estabelecida entre o adolescente e esse profissional sugere que este ensinaria o trabalho de promoção do desenvolvimento pessoal daquele. Nesse caso, a despeito dos desafios e barreiras associados à tarefa socioeducativa, compreende-se que o trabalho do agente socioeducativo, em última instância, deveria contribuir para o fortalecimento e o engajamento do adolescente como protagonista de seu próprio dever e como sujeito crítico e participativo na construção de uma sociedade mais democrática. O perfil profissiográfico necessário para o exercício desta função parece exigir do sujeito não apenas preparo técnico, mas também crítico do ponto de vista teórico-filosófico. É importante que o agente socioeducativo seja capaz de identificar as contradições das atribuições a ele conferidas (tarefas de cunho pedagógico-educativo e outras de segurança e vigilância) e de reconhecer os direitos humanos como a base para as relações sociais, de modo que suas ações transcendam a função sancionatória da medida estabelecida judicialmente. Ademais, faz-se necessário adicionar a essas competências, a capacidade e disponibilidade de estabelecer vínculos afetivos com os adolescentes. Sem estes, o trabalho socioeducativo não ascende ao seu compromisso psicológico. Nesta roda, propõe-se uma reflexão sobre a formação continuada do agente socioeducativo, com ênfase na importância de cursos comprometidos com a revisão do sistema de crenças que têm orientado as práticas e as relações no âmbito do sistema. Este recorte está diretamente associado à biografia das políticas de atendimento a adolescentes em conflito com a Lei no Brasil. O que pensam, falam e fazem os agentes da socioeducação está, sob vários aspectos, associado a um percurso marcado por posições filantrópicas, caritativas, sancionatórias, policiaiscas, psicopatologizantes e de enclausuramento, que precisam ser superadas, o que confirma a necessidade da formação continuada e do trabalho integrado com os demais setores do sistema (intersetorialidade).

**Palavras-chave:** Formação continuada; Agente socioeducativo; Cursos dialógicos; Sistema de crenças; Intersetorialidade.

## **Formação inicial para o trabalho do agente socioeducativo**

Aline Maria Natividade Silva  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
alinemaria.natividade@gmail.com

O último concurso para agente socioeducativo no Distrito Federal foi acompanhado de um Curso de Formação do qual tiveram que participar todos os aprovados, inclusive porque ele tinha caráter eliminatório. Nesta ocasião, foram apresentados os marcos legais; princípios filosóficos e diretrizes da socioeducação; aspectos concernentes ao desenvolvimento humano (infância, adolescência, sexualidade, uso de drogas, dentre outros); papel do agente socioeducativo; segurança protetiva, preventiva, interventiva e socioeducativa e operacionalização das medidas. Do ponto de vista metodológico, o curso assumiu um modelo expositivo de explanação, que configurou ínfima participação dos cursistas. Priorizou a dimensão pedagógica das medidas, o que resultou, após a inserção do agente em seu contexto de trabalho, sobretudo quando este consistia em uma Unidade de Internação, em um forte conflito. As Unidades ainda se encontram referendadas em um modelo prisional, que impõe, para serem transformadas, uma atuação profissional engajada e comprometida com o caráter efetivamente socioeducativo da medida, e não apenas sancionatório, como muito se vê no sistema. Nesse sentido, defende-se um processo de acompanhamento permanente do agente socioeducativo, favorável à revisão de seus sistemas de crenças e campos afetivos experimentados no cotidiano do trabalho.

### **A formação do agente socioeducativo comprometida com a intersetorialidade do trabalho**

Thiago Meneses de Castro Mendes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania Distrito Federal  
thiago.meneses@gmail.com

Compreendida como a articulação entre sujeitos de diversos setores, com diferentes saberes e poderes, voltados para o enfrentamento de problemas complexos, a intersetorialidade pode ser tomada como uma forma articulada de trabalho mais compatível com a complexidade do fenômeno atendido pelo sistema socioeducativo. Reconhece-se, entretanto, que essa forma articulada de trabalho exige formação dos profissionais. Assim, propõe-se uma reflexão sobre a importância de um processo de qualificação profissional comprometido com a revisão das relações hierárquicas estabelecidas no trabalho dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo (agentes, especialistas, gestores). A insuficiência das respostas construídas isoladamente para os desafios representados pelos adolescentes atendidos no sistema socioeducativo confirma a necessidade da adoção de um modelo integrado de atuação profissional. Defende-se a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de políticas, programas e projetos dirigidos aos adolescentes em conflito com a lei, num dado espaço geográfico, com o objetivo de atender as suas necessidades e expectativas de forma sinérgica e integral. Isoladamente, o agente socioeducativo pouco tem a fazer; em parceria com os demais profissionais muito se pode alcançar.

## **Espaço dialógico em contextos de formação do agente socioeducativo**

Beatriz de Paula Batista El Khouri  
Universidade de Brasília - UnB  
beatrizpbk@gmail.com

A construção histórico social da justiça juvenil, segundo uma perspectiva semiótico-cultural, evidencia campos de significados impregnados de preconceitos e violência quanto à cor/raça e classe social das crianças e adolescentes. Ainda não superados, esses campos semióticos perpetuam valores, crenças, concepções e signos sobre o público infante juvenil, em particular daquele que delinuiu, pouco ou nada favoráveis ao estabelecimento de vínculos com eles. Partindo desse pressuposto, estabelecer um espaço de formação continuada para o agente socioeducativo em que tais posicionamentos em relação a todo o contexto da justiça juvenil sejam refletidos e ressignificados constitui uma proposta relevante e necessária na busca de novas práticas profissionais que possam contribuir para o enriquecimento do seu trabalho. A Psicologia Cultural preconiza que a cultura pessoal compreende significados pessoais subjetivamente construídos, enquanto a cultura coletiva é coconstruída por mensagens comunicativas mediadas interpessoalmente pelos signos, considerando isso, busca-se sugerir e salientar a importância de haver um espaço dialógico para um exame crítico e reflexivo a respeito dos valores que perpassam o contexto socioeducativo, permitindo a construção de novos posicionamentos de Self

## **RAP COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE RESSOCIALIZAÇÃO**

Você conhece o RAP? Já teve oportunidade de ouvir alguma música desse gênero musical? A roda de conversa “RAP como ferramenta pedagógica de ressocialização”, em alusão ao gênero musical RAP, que significa Rhythm and Poetry (Ritmo e Poesia) tem o propósito de dar visibilidade a ações socioeducativas que utilizam a musicalidade e a poesia do RAP como ferramenta pedagógica emancipadora e capaz de promover os valores da Cultura de Paz, dos Direitos Humanos, da Diversidade e da Sustentabilidade, que são os eixos transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal. Segundo as Diretrizes “Escolarização na Socioeducação” da Secretaria de Educação do Distrito Federal, 80% dos socioeducandos se autodeclaram negros e, quase 100% são moradores das regiões periféricas do DF e entorno, onde o RAP e a cultura HIP HOP são muito presentes.

**Palavras-chave:** Ressocialização; Autonomia; Protagonismo; Emancipação.

### **Projeto RAP (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo)**

Francisco Celso Leitão Freitas  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
projektorapuis@gmail.com

O Projeto RAP é realizado, desde 2015, na Unidade de Internação de Santa Maria, ofertando, a partir da linguagem poética do RAP, outras linguagens artísticas como ferramentas pedagógicas capazes de dialogar com a realidade de vulnerabilidade social dos socioeducandos, para, a partir de então, transformar conflitos e realidades. Nossa proposta com o projeto é de diminuir as diversas possibilidades de exclusão, tornando-as potencializadoras para a transformação por meio da arte e da cultura. Além do RAP, a meta é promover outras atividades que, a partir dos valores da Cultura Hip Hop, dialoguem com diversas linguagens artísticas como o cinema, o teatro, a poesia, a literatura marginal, dentre outras. A linguagem marginal-periférica do RAP, por fazer parte da cultura de rua e, em especial, da cultura Hip Hop, que é muito presente na vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, mostrou-se bastante atrativa para os educandos que, associados a conteúdos significativos, fomentaram o pensamento crítico a respeito da realidade vivida pelos mesmos e estimulou a criação de estratégias de enfrentamento às dificuldades relativas aos jovens em condição de vulnerabilidade social. Certificamos que as aprendizagens foram alcançadas, de forma exitosa, por meio da participação dos socioeducandos ao longo do processo de ensino-aprendizagem e durante as etapas do projeto. O contato dos educandos com artistas de projeção local, e até nacional, como o escritor Nelson Maca, a atriz, poeta e escritora Eliza Lucinda, a atriz, educadora, poeta e escritora Cristiane Sobral, a atriz, educadora poeta e escritora Meimei Bastos, o maior ícone do RAP Nacional Mano Brown, o poeta do RAP Nacional Genival de Oliveira Gonçalves (G.O.G.), o rapper, escritor e educador paulistano Renan Inquérito, o atleta e rapper Márcio Cipriano, o poeta Leonardo Ortegá e os rapper’s Heitor Valente (Dialeto Sound Crew), Apoena (Dialeto Sound Crew), Dudulino (Dialeto Soud Crew), Cléo Street, Diogo Etnia (Viela 17/Etnia das Ruas), Chely Etnia (Etnia das Ruas), Biro Biro, Neemias MC, Chicão MC, Sanduba, Dejah, Thiago Jamelão (Ataque Beliz), Júlia Nara (É Nós Que Tá), Luana Euzébia, Vera Verônica, Donas da Rima e Atitude Feminina, entre outros, proporcionou uma troca de experiências qualitativa para ambas as partes, promovendo um crescimento pessoal para o coletivo.

## **Sarau dá a voz**

Heitor Valente de Freitas  
Associação Respeito e Atitude – AREA  
heitorvalenteoficial@gmail.com

“A Educação sem a Cultura é esqueleto sem musculatura” (Fernanda Montenegro). Com o objetivo de dar uma musculatura ao fazer Pedagógico, a Associação Respeito e Atitude – AREA, em parceria com o Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria - UISM, promove, desde 2015 o Sarau Dá a Voz. O nome "Dá a Voz" foi inspirado em uma gíria utilizada pelos socioeducandos, que quando querem se expressar, costumam pedir: "Sr. agente, dá a voz aí?". Entendemos que ninguém dá a voz a ninguém, pois já nascemos com ela. Porém precisamos democratizar as relações para que todas as vozes sejam escutadas. E esse é o intuito do Sarau. Em 2018 o Projeto RAP promoveu 8 edições do Sarau. No mês de fevereiro o Sarau contou com a participação do Poeta e Educador Baiano Nelson Maca, com a poetisa Marina Mara, com a rapper Mvis (Socioeducanda que se tornou rapper por meio do Projeto RAP) e com o rapper Heitor Valente; no mês de março (mês das mulheres) tivemos uma edição, exclusivamente, de protagonismo feminino, o line-up contou com as artistas Realleza, Dree. K., Guerreiras de Fé (grupo formado por socioeducandas da UISM que surgiu a partir do Projeto RAP) e SlaMina (batalha de poesias); no mês de abril o sarau contou com a participação da poetisa Eliza Lucinda, do grupo de percussão Patubatê, do Grupo de RAP Dimensão Negra e do grupo de RAP Lincet JL (formado por socioeducandos da UISM a partir do Projeto RAP); no mês de maio o sarau contou com a participação do rapper GOG, do sambista Marcelo Café, com o rapper MC Sapão (socioeducando que se tornou rapper a partir do Projeto RAP) e com as poetisas atrizes e educadoras Cristiane Sobral e Meimei Bastos; no mês de junho o sarau contou com a participação da banda Som de Classe, do rapper Rapadura, e do MC Escobar (socioeducando que se tornou rapper a partir do Projeto RAP); no mês de julho não teve sarau devido ao recesso escolar; no mês de agosto o sarau contou com a participação da Batalha Sagrada (batalha de rima), com o grupo de charme Pegada Black, com a crew de break BSB Girls e com o grupo de RAP Inimigos do Sistema (formado por socioeducandos a partir do Projeto RAP); no mês de setembro o sarau contou a participação da Batalha das Gurias – BDG – (batalha de rima), do músico César de Paula, do rapper Márcio Cipriano e do MC Gordão (socioeducando que se tornou rapper a partir do Projeto RAP); no mês de outubro o sarau recebeu os rappers Sandrox, Markão Aborígene, Heitor Valente e Mc Sézin (socioeducando que se tornou rapper a partir do Projeto RAP); por último, no mês de novembro (mês da consciência negra), a programação do sarau foi toda protagonizada por artistas negros. O line-up contou com o grupo de teatro Elementos Pretos apresentando a esquete “Coisas da Morte: Extermínio do Povo Negro”, com o grupo de RAP Donas da Rima, com a banda Cosmologia Preta e com o grupo de RAP Consciência Corrompida (grupo formado por socioeducandos a partir do Projeto RAP).

## **Papo franco**

Emerson Franco  
Parlamentar de deputado distrital na Câmara Legislativa do DF  
emersoncatharina@gmail.com

O que é o Papo Franco? É um projeto social com a finalidade de educar, conscientizar, prevenir e informar, tendo seu público alvo adolescentes e jovens na faixa etária dos 12 anos em diante,

moradores de periferias e estudantes de escolas públicas de ensino fundamental e médio, cujas temáticas desenvolvidas nos formatos de palestras, aulas, rodas de conversa e interações são: os valores e a importância dos estudos e da educação para nossas vidas, valorização dos nossos professores, arte, cultura, protagonismo, empoderamento, resistência, luta, revolução, violência urbana, criminalidade, sistema penitenciário brasileiro e o socioeducativo, encarceramento em massa, genocídio silenciado da juventude negra e periférica, preconceito racial e social, direitos humanos, desigualdades sociais, oportunidades no mercado de trabalho, população carcerária, superação, conscientização etc. Temáticas desenvolvidas através de segmentos musicais do estilo Hip Hop e Rap Nacional, poesias, textos explicativos, slides, mini-documentários, aulas de Sociologia, debates, filmes etc.

## **A INTERSETORIALIDADE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: A DIMENSÃO DA SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA**

A roda de conversa apresenta os resultados alcançados pela formação continuada dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo do Paraná, com um especial recorte na dimensão da Segurança Socioeducativa. O Programa foi composto por distintos módulos que visam alinhar teoricamente a prática das diversas áreas atuantes no atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade do Estado do Paraná. O público-alvo do Programa de Formação foram os servidores do sistema socioeducativo, que atuam nos 19 Centros de Socioeducação e nas 08 Casas de Semiliberdade do Estado do Paraná, além de servidores do próprio Departamento de Atendimento Socioeducativo, totalizando aproximadamente mil duzentos e cinquenta (1.250) participantes. Os profissionais diretamente envolvidos foram a equipe técnica (psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, pedagogos, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem), equipe dos agentes de segurança socioeducativo, equipe administrativa e diretores das unidades. Esta proposta de Roda de Conversa tem a pretensão de discutir a complexidade do atendimento socioeducativo em seus contextos e o desafio de implementação de práticas preventivas na rotina das unidades para favorecer o percurso pedagógico das atividades direcionadas aos adolescentes. Também expressa uma experiência de trabalho interinstitucional na Socioeducação do Paraná nas dimensões da Formação Continuada e na Produção de Conhecimento materializada em livros, protocolos e procedimentos que foram atualizados e modernizados com o advento da Escola Nacional de Socioeducação (ENS). O órgão gestor foi o Departamento de Atendimento Socioeducativo responsável pela política de atendimento socioeducativo aos adolescentes em internação provisória, definitiva e semiliberdade. Pretende-se desvelar que a experiência formativa desse ciclo de formação sobre Primeira Intervenção e Gerenciamento de Crises na Socioeducação foi primordial ao desenvolvimento e aprimoramento de habilidades dos servidores. Os autores proponentes foram membros partícipes desde a concepção, execução e avaliação da formação. Dessa forma, pretendem socializar a concepção pedagógica, a matriz curricular, os conteúdos, a execução e os resultados para o cotidiano dos adolescentes e servidores, além dos benefícios nas relações interinstitucionais e na produção de conhecimento através da Escola de Socioeducação do Paraná.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Formação Continuada; Gerenciamento de Crises; Produção de Conhecimento.

### **A dimensão da segurança no olhar da gestão**

Alex Sandro da Silva  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
alex\_sandro@sejuf.pr.gov.br

Esta seção apresenta a visão estratégica de um modelo estadual de gestão socioeducativa que definiu um Programa de Formação Continuada aos servidores em acordo aos Parâmetros da Escola Nacional de Socioeducação (ENS). Dentre as temáticas, apresentaremos aqui um recorte sobre os benefícios na Gestão ao promover a qualificação dos profissionais na dimensão das ações de segurança preventiva. Compreendemos a segurança enquanto meio para se alcançar o fim pedagógico das medidas socioeducativas e a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam nas unidades. O Programa

de Formação desenvolvido em 2016/2017, abordou a segurança preventiva focada na Doutrina de Direitos Humanos e teve como instrutores os próprios servidores. Após diagnóstico junto às equipes, percebeu-se a necessidade de abordar em 2018 a temática da Primeira Intervenção e Gerenciamento em Crise. O objetivo era aprimorar a percepção dos profissionais aos sinais e pontos potenciais de crise, suas mediações preventivas utilizando métodos de resolução de conflitos bem como, os passos a serem seguidos durante uma crise. A oferta da capacitação, ainda que se tratando de intervenções em situações de crise, teve seu conteúdo pautado na posição da gestão na premissa socioeducativa pela prevalência da dimensão pedagógica e dos direitos humanos.

### **Docência e relação interinstitucional na socioeducação**

Otávio Lúcio Roncaglio

Equipe de Negociação do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Paraná (BOPE)

Esta seção apresenta uma parceria exitosa entre Equipe de Negociação do BOPE/PMPR e o Departamento de Atendimento Socioeducativo/DEASE e a Escola de Educação em Direitos Humanos/ESEDH – Departamentos estes vinculados à Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Estado do Paraná/SEJU. Através da ESEDH, órgão que coordena a Escola Estadual de Socioeducação, foi promovida uma formação em Primeira Intervenção e Gerenciamento de Crise com o objetivo didático e metodológico de capacitar os servidores nas funções que lhes são atribuídas, tomando como base os princípios do gerenciamento de crises, preparando-os para atuarem de maneira segura em situações de crise, além de contribuir para a padronização e alinhamento de ações e procedimentos nas Unidades de Socioeducação. O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Paraná (BOPE) é o responsável, dentre outras missões, pelo Gerenciamento de Crises em território paranaense, ou seja, atua diretamente em ocorrências que se caracterizam pelo iminente risco à vida das pessoas envolvidas. Neste contexto, a Equipe de Negociação, como subunidade do BOPE/PMPR, trabalha em todas as crises registradas nas unidades socioeducativas e penitenciárias. Os conteúdos da matriz curricular foram Administração de Conflitos; Noções de Gerenciamento de Crises; Primeira Intervenção em Crises e Exercício Prático.

### **Formação continuada e produção de conhecimento**

Ricardo Peres da Costa

Programa Justiça Presente no Amazonas

peresrpc@gmail.com

A seção apresenta os resultados do Programa de Formação Continuada para os servidores, adolescentes e na produção de conhecimento que proporcionou a revisão e atualização de um Caderno de Socioeducação sobre Gerenciamento de Crise. Ele tem como objetivo estabelecer diretrizes e normatizar os procedimentos de Primeira Intervenção e Gerenciamento de Crise nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná. Seu processo de atualização foi inserido na dinâmica de colaboração e parceria entre o Departamento de Atendimento Socioeducativo e Equipe de Negociação da Polícia Militar do Paraná. O Caderno passou a se chamar Primeira Intervenção em Crises, pois estas ações iniciais cabem aos servidores da socioeducação, já o gerenciamento e negociação é uma atividade exclusiva policial e cabe à Equipe de Negociadores. Entende-se que toda a equipe da unidade, independentemente de sua função, deve estar preparada para enfrentar e resolver, satisfatoriamente,

as situações-limite, especialmente com ações preventivas. O Caderno organiza e articula a cooperação dos vários órgãos envolvidos na resolução de uma crise e estabelece procedimentos operacionais multilaterais nos relacionamentos entre a unidade, Órgão Gestor Estadual da Política Socioeducativa, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Defensoria Pública, Ministério Público, Justiça da Infância e Juventude e demais instituições partícipes do evento.

## **GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO AMAZONAS: FORMAÇÃO PARA PROMOVER O ALINHAMENTO INSTITUCIONAL**

A roda de conversa apresenta os resultados alcançados pela formação continuada dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo do Amazonas. O projeto celebrado pelo Convênio nº 821530/2015 – SDH/MDH iniciou em 2015, mas depois de algumas intercorrências e mudanças governamentais, não foi possível concluir a formação naquele ano. Mesmo com a realização de apenas três módulos, as equipes passaram a compreender melhor a dinâmica do atendimento socioeducativo já especificado na Lei nº 12.594/2012, a qual também passou a nortear o Regimento Interno e o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos Centros. Em 2019, o projeto foi reativado e os demais módulos realizados e encontra-se em fase de finalização. No percurso de 2015 a 2019 houve diversas mudanças; dentre elas, a reestruturação do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DASE) que criou uma comissão composta pelos assessores e diretores de Unidades que elaborou a missão, a visão, os valores e as metas de cada Centro Socioeducativo. Além disso, estabeleceu a missão do Departamento Socioeducativo, sendo ela, transformar as Unidades Socioeducativas do estado do Amazonas em referencial nacional. A partir de então, o Departamento passou a trabalhar no fortalecimento do Sistema Socioeducativo e na efetivação de direitos negados e violados socialmente aos adolescentes. A gestão passou a orientar uma estruturação das equipes técnicas para que estas pudessem desenvolver um trabalho coerente e articulado com a rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), visando garantir real oportunidade de educação, trabalho, cidadania, e protagonismo para os socioeducandos e seus familiares. Nesse aporte o DASE sob nova direção vem realizando junto aos centros socioeducativos um trabalho de incentivo à estruturação e a unicidade dos serviços oferecidos. Para isso, reiniciou em junho de 2019 a formação continuada para os servidores com uma nova metodologia de aprendizado, trazendo profissionais especialistas em atendimento socioeducativo que estão ajudando na reformulação dos Regimentos Internos, dando ênfase à unicidade dos serviços e na instrumentalidade operacional pautado na utilização do estudo de caso, do conselho disciplinar e do Plano Individual de Atendimento.

**Palavras-chave:** Sistema Socioeducativo do Amazonas; Formação continuada; Política de atendimento; Adolescente em conflito com a lei.

### **Organização do sistema socioeducativo do Amazonas**

Adriana Maria Pena de Abreu  
Departamento de Atendimento Socioeducativo,  
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Amazonas  
adriana.gease@gmail.com

No Estado do Amazonas, o atendimento socioeducativo até o ano de 2014 era executado pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), órgão que integra a estrutura da administração direta do Governo do Estado e que é responsável pela Coordenação da Política Estadual de Assistência Social. Em 2015, com a nova estrutura governamental, passou a ser da competência da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), órgão que executa a política de Direitos Humanos e Cidadania e, por meio, do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DASE) coordena e executa a medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade. O Estado do Amazonas possui cinco instituições para atendimentos de adolescentes privados ou em restrição de liberdade, todas com sede

na cidade de Manaus, visto que, o Estado não organizou a regionalização das instituições de atendimento. Assim, o Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa possui capacidade para atender 68 adolescentes do sexo masculino na faixa etária entre 16 a 18 anos com excepcionalidade até aos 21 anos; o Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente possui capacidade para atender 36 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária dos 12 aos 15 anos. O Centro Socioeducativo Feminino possui 20 vagas e atende adolescentes do sexo feminino na faixa etária dos 12 aos 18 anos, com excepcionalidade até os 21 anos. Ressaltando que este centro executa também, as medidas de semiliberdade, de Internação Sanção e a Internação Provisória. O Centro Socioeducativo de Semiliberdade possui 20 vagas para adolescentes do sexo masculino, na faixa etária dos 12 aos 18 anos com excepcionalidade até aos 21 anos em restrição de liberdade. A Unidade de Internação Provisória (UIP) executa internação provisória e possui disponibilidade de 48 vagas. No ano de 2015, quando o atendimento passou a fazer parte da SEJUSC, foi elaborado o Plano Decenal Estadual para o Atendimento Socioeducativo do Amazonas, trazendo em suas diretrizes a obrigatoriedade da Formação Continuada para os trabalhadores do Sistema Socioeducativo e do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Nesse mesmo ano, iniciou-se a primeira Formação Continuada para os profissionais que executam as medidas socioeducativas no Estado.

### **Alinhamento do sistema socioeducativo do Amazonas**

Gracilene da Silva Barbosa  
Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente,  
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Amazonas  
gracilene-barbosa@outlook.com

A ausência de orientação teórica e de parâmetros para a atuação dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo do Amazonas, possibilitou a realização de um trabalho empírico realizado pelas equipes técnicas sem uma fundamentação da prática com base em normativas e resoluções orientadoras do trabalho. Embora os órgãos responsáveis pela coordenação e execução da medida socioeducativa em questão, tivessem suas normativas reguladoras do trabalho a ser desenvolvido nos centros socioeducativos com os adolescentes e suas famílias, não era comum o repasse dessas informações às equipes de trabalho, antes da gestão atual. Todavia, os técnicos que ali estavam mesmo sem ter conhecimento metodológico e instrumentais reguladores do trabalho, eram profissionais extremamente comprometidos e sozinhos criaram seus próprios instrumentais, como podem ser identificados nas próprias unidades de atendimento. Esse aspecto, positivo por um lado, trouxe alguns problemas, visto que, não existe uma parametrização única na realização do trabalho, assim cada centro possui instrumentais diferentes, não havendo unicidade do trabalho socioeducativo, ora desenvolvido. O Regimento Interno e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) dos Centros sempre foram os únicos aparatos norteadores que as equipes possuíam. Apesar disso, tais instrumentos não refletem efetivamente a realidade institucional e precisam ser atualizados. O Regimento e o PPP, apesar de serem instrumentos importantíssimos na organização da rotina não possuem uma metodologia específica e orientações específicas para a organização do trabalho deixando uma lacuna teórico-metodológica em aberto, abrindo margem para que as equipes desenvolvam seus trabalhos da forma que achar melhor. Portanto, as escolhas são mais individuais do que coletivas. Mesmo com os avanços nacionalmente alcançados em relação aos direitos dos adolescentes autores de atos infracionais, nada mudou em relação ao trabalho desenvolvido nos centros. Há de se observar que as equipes não eram estimuladas a fazer uso das legislações vigentes como norteadoras para o direcionamento dos

trabalhos, geralmente seguiam o direcionamento dado pelos diretores dos centros, que, de maneira aleatória, determinavam como deveria ser o atendimento. Convém mencionar que, por vezes, os diretores possuem formações diversas, o que nem sempre garante uma orientação teórico-metodológica adequada e alinhada aos parâmetros normativos.

### **Formação continuada dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo do Amazonas**

Maria Nilvane Fernandes  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
nilvane@gmail.com

O público alvo do projeto de formação era constituído por 150 profissionais que integram as equipes de Atendimento Socioeducativo no estado do Amazonas. Os 150 profissionais estavam distribuídos em duas turmas, sendo 75 profissionais no período da manhã e 75 no período da tarde durante sete módulos, assim distribuídos: Módulo 1: A centralidade da ação pedagógica nas instituições socioeducativas; Módulo 2: Dinâmica de Integração Operacional do Sistema Socioeducativo; Módulo 3: Socioeducação e Segurança; Módulo 4: Acompanhamento de egressos; Módulo 5: Sociedade, adolescente e família – conceitos e fundamentação teórica; Módulo 6: princípios e fundamentos legais das políticas públicas para o adolescente; e, Módulo 7: elaboração do livro, sistematização das experiências e vivências em socioeducação. Dentre os principais desafios e limites identificados durante o processo de formação estavam: a) lidar com o fato de que os profissionais não possuem estabilidade no sistema o que gera rompimentos e continuidades periódicas; b) a irregularidade no horário de participação das turmas, visto que, não era possível ter certeza se os profissionais participam no período da manhã ou tarde; c) falta de assertividade na quantidade de técnicos participantes em cada período o que influi na metodologia das atividades realizadas; d) problemas em relação à estrutura física e equipamentos para organização das atividades em grupos; e, e) pouca adesão de alguns diretores das unidades. Apesar dessas questões os profissionais que realizaram da formação foram assíduos e avaliaram positivamente as atividades realizadas, sendo que já observamos à implementação de algumas metodologias na prática cotidiana das unidades. Atualmente, é possível observar que o sistema socioeducativo do Amazonas, encontra-se fortalecido, sobretudo, no que diz respeito a equipe técnica, a qual vem participando ativamente de seminários, simpósios e outros eventos que envolvem o trabalho socioeducativo, a formação continuada tem sido fator importante para o aporte teórico e metodológico, o trabalho vem sendo sistematizado. Além disso, é direcionado aos adolescentes e seus familiares um olhar humanizado em todos os seus aspectos, característica que traduz um atendimento de qualidade.

**PERSPECTIVAS DE GÊNERO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - COSTURANDO OLHARES GENDRADOS  
COM TRABALHADORAS, ADOLESCENTES E FAMILIARES**

**Implantação do protocolo de aleitamento materno na Unidade de Atendimento Inicial**

Juliana Otoni Borges  
Núcleo de Atendimento Integrado (NAI/UAI),  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
equipeespecialistas@gmail.com

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, em julgamento, de 20 de fevereiro de 2018, do Habeas Corpus coletivo nº 143.641, decidiu que adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, que estejam grávidas, amamentando ou tenham filhos com até 12 anos ou com deficiência, devem cumprir prioritariamente medidas não restritivas de liberdade, a Unidade de Atendimento Inicial decidiu implantar um protocolo que busca orientar os servidores sobre os procedimentos a serem adotados em caso de acautelamento, neste local, de adolescentes lactantes, para que sejam acolhidas corretamente enquanto aguardam a decisão judicial da apuração de ato infracional ou mandado de busca e apreensão. Diante da existência da Resolução nº 03, de 15 de julho de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que dispõe sobre a garantia do direito do aleitamento materno, que para além da nutrição da criança, atende também às necessidades emocionais de ambos (mãe e criança) e à manutenção do vínculo mãe e filho no sistema prisional, a Unidade de Atendimento Inicial entende que estabelecer condutas similares é imprescindível para um atendimento digno e em consonância com a legislação vigente. O trabalho irá abordar o início da discussão e construção do protocolo e seus desdobramentos dentro da Unidade.

**Palavras-chave:** Aleitamento materno, direitos humanos das mulheres, socioeducação.

**Percepção da equipe técnica psicossocial sobre as relações familiares de adolescentes em  
acolhimento institucional encaminhados ao NAI – dispositivo materno nas leituras sobre abandono  
de pais e mães**

Julianna Barbosa Rufino  
Diretoria dos Sistemas de Informação para Infância e Juventude,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
dinfo.sejus@gmail.com

Vítor Vieira  
Coordenação da Central de Vagas,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
dinfo.sejus@gmail.com

Nayara Lemos Villar  
Núcleo de Atendimento Integrado (NAI/UAI),  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
equipeespecialistas@gmail.com

As diferenças entre homens e mulheres em um país tradicionalmente sexista como o Brasil perpassam as relações de trabalho, familiares e as relações afetivas, e estão inscritas em nosso imaginário como atores inseridos num contexto cultural misógino e violento. Assim, mesmo olhares treinados e técnicos como o de especialistas socioeducativos acabam por reproduzir, em documentos de análise técnica de adolescentes em conflito com a lei, bem como em suas intervenções, as desigualdades nas relações familiares, em especial a leitura que se faz sobre os papéis desempenhados por pais e mães nessas famílias. Zanello (2018) descreve como dispositivo formativo da subjetividade de mulheres o que chamou de dispositivo materno. Aponta que mulheres são subjetivadas para o cuidado e para a expectativa social de que devem desempenhar o papel, senão exclusivo, prioritário nos cuidados de crianças e adolescentes. Essa expectativa interpela não somente as mães biológicas dessa prole, mas se estendem a outras mulheres, sejam essas madrastas, avós ou tias, no entanto, sem estender aos familiares do sexo masculino a responsabilidade pelos cuidados e acompanhamento dessas crianças e adolescentes. Nesse aspecto, as subjetivações atravessam a sociedade não apenas individualmente, mas também em termos do que se espera e de como se responsabiliza mulheres e seu papel no desenvolvimento da prole. Assim, o presente estudo debate como a equipe psicossocial percebe as relações familiares de adolescentes em situação de acolhimento institucional que são encaminhados ao Núcleo de Atendimento Integrado pela acusação de cometimento de atos infracionais. Foram elencadas palavras-chave que se repetem na descrição das relações familiares para se referir às mães e aos pais desses adolescentes. O estudo demonstra que as palavras utilizadas para descrever mães e pais em situações similares refletem a expectativa da equipe em relação aos papéis familiares, reproduzindo as expectativas de cuidados da mãe, e sua consequente responsabilização exclusiva pelo abandono dos filhos, bem como a descrição da conduta paterna permeada pela invisibilização do abandono. A compreensão dos Dispositivos de subjetivação, em especial do Dispositivo Materno, que nos permeia na percepção que temos dos papéis desempenhados por homens e mulheres, pode ser alvo de capacitação e formação técnica de equipes de atendimento de adolescentes, ampliando suas possibilidades de análise e interpretação das relações familiares e intervenções possíveis.

#### **As vivências das gestoras do sistema socioeducativo: pensando gênero em uma perspectiva ampliada**

Talita Santos de Oliveira  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
gesam.subsis@gmail.com

Julianna Barbosa Rufino  
Diretoria de Sistemas de Informação para Infância e Juventude,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
dinfo.sejus@gmail.com

A discussão de gênero no atendimento socioeducativo ainda deve ser considerada em face das mulheres que trabalham no âmbito da socioeducação, seja nos processos de gestão ou de execução das medidas socioeducativas. Nota-se que essas trabalhadoras são numericamente cada vez mais representativas nos diversos cargos que compõe a Carreira Socioeducativa do Distrito Federal - agente, especialista ou técnica socioeducativa - e, possivelmente, são a maioria quando se leva em conta o somatório de todos esses cargos. Um dos motivos que justificam essa presença significativa de mulheres no contexto da socioeducação é a sua conformação na área do cuidado, definida histórica e

sexualmente a partir da incorporação de atributos tidos como femininos, e nesse sentido, estimulados nos processos de socialização e subjetivação das mulheres, como, por exemplo, por meio do dispositivo materno (ZANELLO, 2018). Apesar de serem a maioria no sistema socioeducativo, estima-se que as mulheres são subrepresentadas nas funções de direção e chefia, tendo em vista que o acúmulo de atribuições nas esferas laborativa e reprodutiva ainda é a realidade da maioria das que são casadas e mães. Com intuito de problematizar os limites e desafios de ser gestora no contexto da socioeducação, realizou-se no mês de setembro do corrente ano uma roda de acolhimento com gestoras do sistema socioeducativo do DF, tendo como pontos de partida a sobrecarga de trabalho, a divisão desigual do trabalho doméstico e a necessidade de comprovação de resultados no contexto laborativo, aspectos ressaltados pelas participantes como caracterizadores da experiência profissional como gestoras. A divulgação dos resultados obtidos dessa roda de conversa com as gestoras é fundamental para se pensar a ampliação do acesso das mulheres aos espaços de gestão dos sistemas socioeducativos brasileiros.

## **ESTÁGIO CURRICULAR E PESQUISA EM SOCIOEDUCAÇÃO**

No Eixo Gestão do Sistema Socioeducativo do I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal (2016- 2025) estão previstas ações específicas relacionadas à constituição e à ampliação do sistema socioeducativo enquanto campo de estágio e campo pesquisa (PDASE, 2016). Além de possibilitarem a reflexão e o aprimoramento da prática aos profissionais das diversas especialidades, essas iniciativas no âmbito da socioeducação tendem a promover o fortalecimento e a qualificação da política de atendimento socioeducativo. Nos últimos anos, o sistema socioeducativo do DF consolidou importantes parcerias com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas e tem se tornando um dos grandes campos de estágio para estudantes de graduação em áreas como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Direito, Comunicação Social e Administração, absorvendo, em média, quase vinte estudantes por semestre. Entende-se que o estágio curricular supervisionado é um importante instrumento pedagógico e político de qualificação profissional, não só do/a estudante de graduação, como também do/a profissional que se dispõe a supervisionar, tendo em vista que envolve um processo dialético de aproximação da realidade social, mediado pela articulação entre a teoria e a prática. No contexto da socioeducação, o estágio se torna ainda mais desafiador já que a prática socioeducativa é complexa e se ampara em uma diversidade de fundamento de cunho jurídico, político, sociológico, ético, pedagógico, filosófico e histórico (Costa, 2006). Em levantamento realizado em meados de 2019, junto a 16 (dezesesseis) profissionais que supervisionaram estágio durante o primeiro semestre do ano, foram apontados como principais fatores motivadores para a adesão ao processo de supervisão de campo: a oportunidade de aperfeiçoamento profissional (81,3%), o compromisso ético político com a formação profissional (93,8%) e a possibilidade de atualização de conhecimentos na área de atuação (56,3%). Isso demonstra a intrínseca relação existente entre o processo de supervisão de estágio e a qualificação da prática profissional, na percepção dos/as supervisores de campo. Ressalta-se ainda que a realização de estágio supervisionado em unidades orgânicas do sistema socioeducativo do DF tem oportunizado a institucionalização de novas ações e serviços, provenientes de projetos de intervenção dos estagiários, e a transformação do campo de estágio em campo de investigação científica, por meio de pesquisas acadêmicas e trabalhos de conclusão de curso. Quanto a isso, destaca-se que o sistema socioeducativo no DF também tem se despontado como um campo atrativo para realização de pesquisas científicas por parte de seus próprios profissionais, estagiários ou mesmo pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. A manifestação desse crescente interesse pela socioeducação possibilitou a implementação de um novo fluxo para autorização em pesquisa, junto à Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE/TJDFT), com intuito de acompanhar os resultados e utilizá-los para a qualificação do atendimento socioeducativo. Nesse sentido, esta proposta de Roda de Conversa tem como objetivo problematizar e discutir a importância do estágio curricular supervisionado e da pesquisa no âmbito do Sistema Socioeducativo, bem como refletir sobre seus desafios e possibilidades na prática socioeducativa contemporânea.

**Palavras-chave:** Estágio curricular; Supervisão; Pesquisa; Socioeducação; Qualificação profissional.

**Notas acerca da supervisão (socio)pedagógica em serviço social no espaço da socioeducação:  
tecendo a dialogia na relação supervisor de campo e estagiário**

Douglas Aparecido da Silva Gomes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
dgomesbsb@gmail.com

Letícia Gabrielle Corrêa Borges  
Estagiária em Serviço Social da Unidade de Internação de Saída Sistemática do DF  
leticia.gabriellec@gmail.com

Na Unidade de Internação de Saída Sistemática, o profissional de serviço social desenvolve as suas atividades de acompanhamento ao socioeducando e seus familiares com a realização de estratégias de trabalho que concentram metodologias importantes para o fazer profissional/socioeducativo, tais como: atendimentos individuais, em grupo, visitas domiciliares, acompanhamento da rede familiar e social do jovem atendido, compreensão das demais políticas públicas, entre outros. Tais metodologias contribuem para o fortalecimento de um espaço formacional promissor aos estudantes em período de estágio. O compartilhamento dessa experiência de supervisão e da vivência do estágio configura-se como um importante instrumento para reflexão e aperfeiçoamento da prática profissional junto a esses adolescentes em processo de desligamento da medida socioeducativa. Sob o ponto de vista do supervisor de campo, o processo de supervisão direta na área da socioeducação é considerado uma atividade de promoção pedagógica e política do aprendizado acerca da *práxis* profissional. Enquanto, na perspectiva da estagiária, a experiência do estágio tem possibilitado a aproximação com a realidade social e sua complexidade, permitindo o confronto entre a teoria e a prática e a construção de possibilidades de intervenção qualificada no que tange às expressões da questão social que delineiam o contexto do campo.

**Pesquisas no sistema socioeducativo do DF: a criação de um fluxo de autorização e de um banco de dados**

Beatriz Leão Yamada  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
beatrizlleao@gmail.com

O Sistema Socioeducativo, além de despontar como um espaço de crescimento profissional por meio da realização e acompanhamento de estágio, tem figurado como um importante campo de estudo acadêmico. Assim, em 2019, foi estabelecido fluxo padronizado para autorização em pesquisa, junto à Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE/TJDFT), visando compilar informações sobre as pesquisas realizadas, acompanhar resultados e estabelecer um banco de pesquisas realizadas no sistema socioeducativo. Esta sistematização possibilitou constatar um significativo interesse de servidores e estagiários do sistema socioeducativo na realização de pesquisas acadêmicas voltadas à socioeducação (29%), o que demonstra uma significativa identificação do servidor deste sistema com o seu próprio trabalho e/ou desejo de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema socioeducativo. Infere-se, portanto, que a inserção no sistema socioeducativo, seja a partir do vínculo de trabalho ou estágio, acaba por fomentar pesquisas para o próprio sistema socioeducativo. Por outro lado, foi possível identificar uma prevalência de pesquisa em apenas duas áreas de conhecimento. Assim,

entende-se a necessidade de construir articulações perenes com instituições de ensino, visando a realização de estágio, pesquisa e extensão, nas demais áreas de conhecimento. Sugere-se ainda a construção de modelo semelhante nos demais estados, para a construção de um banco nacional de pesquisas em socioeducação, de forma consolidada. Dessa forma, entende-se que as pesquisas realizadas neste sistema podem subsidiar o trabalho da gestão e de seus servidores, com base em evidências

## **PASSA A BOLA! O FUTEBOL COMO LINGUAGEM NO ACOMPANHAMENTO SOCIOEDUCATIVO**

A proposta da roda de conversa é partilhar com a comunidade socioeducativa experiências de um novo formato de trabalho no acompanhamento dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Na oportunidade, os proponentes pretendem resgatar o histórico de construção e desenvolvimento do processo de institucionalização e gestão da atividade mediante depoimentos vivenciais de todos os participantes envolvidos, e apresentação de registros fotográficos. Nesse sentido participarão da roda de conversa os coordenadores do projeto “futebol da quebrada”, adolescentes participantes, a assistente social que estagiou e elaborou seu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, versando sobre a atividade, além da apresentação de um vídeo-documentário, de 10 minutos, a ser exposto por um estudante do departamento de educação física da Universidade de Brasília, apresentando o relato dos jovens, educadores e gestores acerca do projeto. Um aspecto relevante é o fato de que os participantes não são apenas socioeducandos, sendo o projeto aberto à comunidade em geral e a participação contínua e espontânea de jovens egressos do sistema socioeducativo do DF. A natureza da atividade responde aos princípios preconizados pela Lei do Sinase / no. 12.594) e conta com a anuência da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do DF - VEMSE. Além disso, trata-se de uma atividade que se diferencia por ocupar um equipamento público da cidade e disponibilizar um espaço tempo seguro, democrático, estruturado e regular. Os coordenadores participam ativamente em todos os momentos da atividade, buscando com intencionalidade uma abordagem interdimensional, que envolve o adolescente em sua plenitude. Assenta-se na importância dada à manifestação das diferentes dimensões coconstitutivas do ser, como a sensibilidade, a corporeidade, a criatividade, a subjetividade, a afetividade, a sociabilidade e a convivibilidade. Por meio da oferta da prática do futebol e de uma presença pedagógica real permeada pelos múltiplos contextos emergidos e identidades que circulam no espaço, o futebol se revela como linguagem estratégica para o alcance dos jovens e socioeducandos do território, proporcionando a inclusão e a garantia do direito ao esporte, cultura e lazer. Por fim, privilegia-se no espaço de fala da roda de conversa a participação dos protagonistas desse percurso coletiva e democraticamente construído. A soma e a troca estabelecida é que indica o sucesso e continuidade do projeto, sem maiores intercorrências. Mais do que disputar partidas e buscar a vitória a atividade proporciona um diálogo autêntico e inclusivo que atende a demandas espontâneas surgidas para o acesso à rede de serviços públicos.

**Palavras-chave:** Protagonismo; Corporeidade; Esporte e lazer; Atividade socioeducativas.

### **Futebol da quebrada**

Gustavo Galli de Amorim  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
gustavogamorim@gmail.com

Camila Rosa Fernandes de Souza  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
milamangarosa@gmail.com

O projeto “Futebol da Quebrada” é uma atividade desportiva recreativa que viabiliza novas formas coletivas de acompanhamento, expressão e interação promovidas pela Gerência de Atendimento em Meio aberto do Paranoá com socioeducandos, egressos e comunidade. Constata-se o potencial educativo da prática esportiva na construção de novas vivências e experiências no atendimento direto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A atividade acontece semanalmente, em quadra coberta do Paranoá, em parceria com a Administração Regional. Destaca-se o compromisso dos jovens com a atividade, como, pontualidade, cumprimento de regras, participação ativa e construção coletiva. As atividades contam com uma média de 20 a 25 participantes e conseguiu mobilizar o senso de equipe para participação em campeonatos, ressaltando-se a realização bi-anual de torneios envolvendo outras equipes, bem como a realização de jogos amistosos e passeios recreativos. Busca-se: promover momentos de lazer, recreação e esportivo, mediados por diálogos e fortalecimento da convivência em grupo; mobilizar espaço de proteção e cuidado que minimize os riscos à situações de vulnerabilidade, substituindo a ociosidade; ampliar a adesão dos adolescentes ao cumprimento da medida, ocupando os espaços da comunidade; estimular o senso de coletividade, resgatando a autoestima, confiança e dignidade; adquirir consciência corporal no conjunto do físico, mental e espiritual.

### **Estágio em serviço social e dinamização da atuação profissional: contribuições do projeto futebol da quebrada**

Giovanna Guarese Borges Gonçalves  
Graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília - UnB  
giovannagbg1@gmail.com

Durante o período de estágio em Serviço Social na UAMA do Paranoá-Itapoã, o acompanhamento do processo de atuação profissional proporcionou uma vivência e participação nas atividades coletivas, entendendo suas potencialidades e contribuições para o cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. Por meio desse acompanhamento, os projetos coletivos e, mais específico, o Futebol das Quebradas, possibilitou o contato com elementos da prática profissional como a autonomia relativa, a interdisciplinaridade, a organização de rede, a articulação entre os direitos sociais, o protagonismo dos socioeducandos, a criatividade na intervenção, a relação entre teoria-prática, a importância da observação atenta, além da construção de um olhar e uma concepção de socioeducação e afirmação do esporte-lazer como direito. Desse modo, as diversas possibilidades de reflexões, intervenções e contribuições para as/os profissionais, para as/os adolescentes e para a comunidade, norteadas por princípios éticos-políticos profissionais, também refletem a importância do Projeto.

**Futebol das quebradas: audiovisual, lazer e socioeducação no Paranoá – DF**

Thaynan de Jesus Correia Bastos  
Universidade de Brasília - UnB  
thaynan.bastos@gmail.com

O presente trabalho é síntese de uma pesquisa-intervenção liderada pelo Projeto MESCLAR, em parceria com o Programa Esporte à Meia Noite – núcleo de São Sebastião e a Unidade de Meio Aberto (UAMA-Paranoá), que consistiu em Oficinas de Audiovisual em Esporte e Lazer para 4 jovens em medidas socioeducativas da UAMA localizada na região administrativa do Paranoá. O projeto MESCLAR: Lazer e Cultura Corporal é um projeto de extensão da Faculdade de Educação Física (UnB), que ocorre em diferentes formatos de atuação e reflexão a cada semestre. Uma dessas ações, ficou denominada Oficina de Pesquisa Audiovisual: Explorando o Projeto Futebol das Quebradas, e internacionalizou ampliar e aprofundar as possibilidades pedagógicas do eixo Cultura, Esporte e Lazer, por meio da linguagem audiovisual, que foi explorada como ferramenta de comunicação e criação estética, bem como, propor a construção de conhecimento, junto aos adolescentes, acerca dos benefícios e desdobramento da prática esportiva, pela pesquisa e produção audiovisual da temática. Ocorreram 10 encontros formativos, sempre às sextas-feiras. O produto originado dessas pesquisas e intervenções foi a realização e produção de um vídeo-documentário, de 10 minutos, do Projeto Futebol das Quebradas da UAMA, apresentando o relato dos jovens, educadores, gestores e políticos acerca do projeto

## **AGORA É COM ELXS: DIREITOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE ADOLESCENTES**

Juliana Duarte Arraes  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Socioeducação – GEPDHS  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
juliana.arraes@gmail.com

Carlos Hiago  
Assessor parlamentar CLDF

Danilo da Cruz Tavares  
Delegado da Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente

Matheus Filipe Mendes do Santos  
Delegado da Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente

Markão Aborígene  
Rapper

A roda de conversa propôs o diálogo com jovens egressos do Sistema Socioeducativo do DF e um artista e militante dos direitos da juventude sobre a importância da participação política em suas trajetórias de vida para o exercício de uma cidadania ativa em defesa de seus direitos. A atividade evidenciou a importância da experiência socioeducativa ser pautada por uma perspectiva crítica e emancipadora, tendo a participação política como um pilar do projeto político-pedagógico socioeducativo. Os convidados apresentaram, como ponto de partida, o incentivo que receberam à exercerem a participação política durante o cumprimento de suas medidas, compartilhando com o público, em especial, suas experiências como delegados do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, representando à época o segmento do Sistema Socioeducativo do DF e também como artista e ativista de direitos humanos. Com isso, foi possível refletir sobre a participação política como uma construção, processo permanente de aprendizagem e de ação, que tanto pôde ser vivenciada cotidianamente de diferentes maneiras entre adolescentes, trabalhadores socioeducativos e comunidade, por meio do fazer socioeducativo e sua práxis, quanto como prática inseparável de uma conduta ética de vida, necessária e possível para além do tempo de cumprimento da medida socioeducativa.

## **MESAS REDONDAS**

## **JUVENICÍDIO, ATO INFRACIONAL E SELETIVIDADE PENAL: AS FACES DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL**

Giovane Antonio Scherer

Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

giovane.scherer@ufrgs.br

O avanço neoconservador, enquanto uma das facetas da racionalidade neoliberal que marcam a realidade brasileira na atual quadra histórica, se manifesta de inúmeras formas, modelando discursos ideológicos, muitas vezes, apresentados por meio de uma falsa neutralidade. Em tais discursos são construídos socialmente figuras “responsáveis” pela violência, sendo que esses sujeitos, em sua maioria, são jovens, negros, moradores de localidades violentadas pela dinâmica espacial do capital. A construção social da juventude pobre e moradora de localidades periféricas como “sujeitos desajustados”, violentos por natureza e que precisam ser controlados pela “mão de ferro do Estado” é difundida amplamente, constituindo um apelo por uma perspectiva retributiva de justiça, propagados pela mídia hegemônica na construção da ideia de juventude pobre como a “vilã” da sociedade. Tal ideia, ao emergir, oculta a intensa violência estrutural vivenciada por essa população, uma vez que essa forma de violência se constitui como resultante da sociabilidade capitalista que, para produção e reprodução do capital, impacta visceralmente nas condições de vida da população, de forma material e simbólica. A violência estrutural, ocultada pelo neoconservadorismo, fundamenta o apoio popular por um Estado Penal, em detrimento a qualquer perspectiva de Estado Social, agudizando a herança histórica de um país escravocrata, de desenvolvimento capitalista tardio e dependente, calcado nos interesses dos grandes proprietários de terra e de uma burguesia subserviente aos interesses internacionais; que constrói a sua história marcada por uma intensa desigualdade social. Ao propagar-se a cultura do medo e o mito das classes perigosas voltadas, especialmente para os jovens pobres, se difunde a perspectiva do uso dos aparelhos de justiça como uma estratégia de controle social voltados para esses segmentos. A criminalização por meio do encarceramento, seja no regime adulto ou socioeducativo, se constitui como um processo de higienização social voltados, fundamentalmente, para a pobreza, uma vez os determinantes sociais de classe social e raça/etnia são decisivos na aplicação das sanções estatais, selecionando determinado segmento social. A mesma perspectiva que fundamenta o processo de seletividade penal/socioeducativo está presente a dinâmica homicida na sociedade brasileira, sendo que o Brasil, segundo os dados oficiais, é um dos países que mais mata jovens no mundo. Para ilustrar a realidade da mortalidade juvenil na América Latina é cunhado o termo “juenicídio”, compreendido como a condição de mortalidade juvenil, provocada pela dinâmica societária contemporânea que ceifam vidas de jovens, especialmente em países de desenvolvimento capitalista tardio e periférico. Ao analisar os dados estáticos percebe-se que os sujeitos selecionados pelo sistema de justiça e vitimados pelo juvenicídio possuem o mesmo perfil, são, em sua maioria jovens, negros e moradores de localidades periféricas; revelando que a seletividade penal/socioeducativa e o juvenicídio são faces da mesma moeda, isto é: resultantes da violência estrutural provocada pela reprodução do modo de produção capitalista. Torna-se um grande desafio tanto o enfrentamento ao discurso neoconservador que naturaliza violações, tanto o direcionamento neoliberal que, além de destruir as poucas conquistas históricas em termos de direitos na sociedade brasileira, impossibilita a construção de políticas públicas mais eficazes na perspectiva da proteção social juvenil.

**Palavras-chave:** Juenicídio; Seletividade Penal; Violência Estrutural.

## **A ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DADOS SOBRE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Danyel Iório de Lima

Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério da Cidadania

danyel.lima@cidadania.gov.br

O Brasil possui 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade. O dado é da Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto realizada em fevereiro/março de 2018 pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Esse quantitativo representa 82% de todas as medidas socioeducativas aplicadas no Brasil, estando as medidas de semiliberdade e internação, compreendidas nos demais 28%. A pesquisa teve como principal objetivo atender à necessidade de conhecer melhor a realidade da execução das medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) na esfera do Sistema Único de Assistência Social em todo o Brasil. A pesquisa revelou dados interessantes sobre a execução das medidas em meio aberto, como os tipos de atos infracionais mais prevalentes, a média etária dos socioeducandos, as formas de organização e atendimento pela rede, entre outros. Foi constatado que a maioria dos adolescentes tem mais de 16 anos, cumprem medida por atos infracionais relacionados ao patrimônio e são do sexo masculino. Outro dado relevante que a pesquisa mostrou é que o Sistema Único de Assistência Social é o grande responsável pela execução do meio aberto no Brasil. Com exceção do DF, todas os municípios da federação utilizam o SUAS para o acompanhamento dos adolescentes, o que demonstra a importância e a necessidade do fortalecimento do SUAS no Brasil. O cenário nacional do SUAS apresenta desafios grandes para a socioeducação, entre eles está a oferta em municípios com menos de 20.000 habitantes, muitos deles sem a unidade CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, local, pela tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, designado para prestar este acompanhamento especializado. Em complemento temos uma distribuição heterogênea das formas de atendimento das medidas em meio aberto no país, sendo a prevalência em CREAS, seguida pelos CRAS, Órgãos Gestores e Organizações da Sociedade Civil. A pesquisa está disponível nas redes sociais e no Blog da Rede Suas: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/relatorios/Medidas\\_Socioeducativas\\_em\\_Meio\\_Aberto.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf). Esses dados nos dão uma dimensão mais precisa do grande desafio a ser enfrentado por toda a sociedade, especialmente no que diz respeito ao Estado e às políticas públicas relacionadas a essa parcela da população, trazendo à tona diversas questões.

**Palavras-chave:** Meio Aberto; Assistência Social; Liberdade Assistida; Prestação de Serviços à Comunidade.

## “A OCASIÃO FAZ O LADRÃO”? O SISTEMA PENAL JUVENIL E OS “NOVOS” SUJEITOS DE DIREITO A LUZ DA TEORIA GERAL DO DIREITO E MARXISMO DE PACHUKANIS

Camila Gibin Melo  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
cagibin@gmail.com

Meninos e meninas das periferias da cidade de São Paulo animavam-se com a letra e a melodia do MC Bob Boladão, e cantavam em alto tom, diariamente, em um serviço de medida socioeducativa em meio aberto. O ditado popular “*A ocasião faz o ladrão*” é o nome da música, verso repetido várias vezes durante os quatro minutos do funk. Insistentemente, devolvia a eles enquanto pergunta: “*A ocasião faz o ladrão?*”, abrindo debates de grande riqueza teórica. Coube então questionarmos a partir da teoria crítica marxista para, conjuntamente, desvelarmos as respostas provocadas. Pachukanis elabora tese sobre a equivalência entre a universalização das mercadorias e a universalização do sujeito de direitos no desenvolvimento do capitalismo maduro. Para que haja esse intercâmbio entre as mercadorias, os homens, que são quem as levam para que a troca se realize, também devem se comportar como sujeitos em “equivalência”, ou seja, partindo da premissa da igualdade entre eles, conformando-os enquanto sujeitos de direito. Sendo assim, a universalização da forma mercadoria é a universalização do sujeito de direito, onde todos relacionam-se mediante contrato que os coloquem como iguais para que haja a troca da mercadoria, inclusive da mercadoria força de trabalho. A juventude, apesar de ideologicamente desvalorizada para que houvesse, no aspecto econômico, o rebaixamento salarial, e no aspecto ideológico, a divisão de classes, compõe também a esfera do contrato capitalista. As transformações ocorridas no Brasil para reconhecimento da adolescência, pela promulgação do ECA, apresentam, em sua aparência, a saída da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral; a saída da adolescência como objeto para a compreensão da adolescência enquanto assujeitada ao direito. O abrandamento das palavras da norma jurídica representou o ocultamento de sua realidade, que a maquiagem do “de menor” para o “infrator” correspondeu a um salto de privações de liberdade, exprimindo o ECA apenas como uma re-formalização de um contrato para este segmento, e não a sua inovação, bem como comprovando que a mudança de conteúdo da norma, como afirma Pachukanis, reforça a sociedade capitalista, pois o fato de se consolidar mais direitos representa a outra face da moeda que corresponde a própria consolidação da forma jurídica, necessária para que o capital se realize. Logo após seis anos após a promulgação do ECA, o número de adolescentes privados de liberdade no país era de 4.245, já em 2002 esse número saltou para 9.555, alcançando os 26.450 no ano de 2016. Da década de 90 para cá, a promulgação da formalidade legal como modo de lidar com a condição das situações-problema vividas pela adolescência brasileira se agravou, aumentando as taxas de judicialização penal juvenil e de extermínio. Certamente que as disputas legais de conteúdo classista são urgentes, mas essas não abalam pilares capitalistas sem disputas radicalizadas e criativas, negando as conciliações. Retomando ao Mc Bob Boladão, quando respondido por este viés, desvelamos que a conjuntura política-economia ocasiona o processo de criminalização dos pobres, mas a própria *forma mercadoria-jurídica* sustenta a perpetuação do encarceramento e aponta à reflexão Pachukanis sobre o Direito Penal.

**Palavras-chave:** Sujeito de direitos; Adolescência; Privação de Liberdade; ECA; Pachukanis.

## **TRABALHO, ESCOLA E CRIMINALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL**

Hannah Zuquim Aidar Prado  
Universidade de Brasília - UnB  
hannah.zuquim@gmail.com

O debate proposto faz parte de um estudo preliminar da pesquisa de doutorado que tem como objeto os/as adolescentes que entram para o comércio de drogas e são criminalizados. Parte-se da concepção de que esta atividade é um trabalho infantil, que faz parte do mercado da droga. Ou seja, é sobre os sentidos do trabalho infantil no Brasil hoje, partindo de estudos acerca da história da política para a infância no país nos séculos XIX e XX, mais especificamente a que se ocupa da classe trabalhadora: os trabalhadores infantis, os considerados potencialmente criminosos, os abandonados e os desordeiros, em linguagem da época. O trabalho infantil faz parte da história das crianças e adolescentes no Brasil, e quando olhamos para trás podemos perceber que as formas de controle sobre este público têm uma lógica que atravessa o tempo histórico e nos permite entender como ainda hoje operam as políticas sociais para a infância da classe trabalhadora. O debate foca no período da redemocratização do Brasil e no momento atual, investigando como estão organizadas hoje as políticas para a criança e o adolescente no que se refere mais especificamente a escola e ao sistema socioeducativo. Verifica-se que há uma disputa entre a proteção e a criminalização quando abordamos os processos de escolarização desigual, inserção no mercado da droga e no sistema socioeducativo. Contraditoriamente aos avanços institucionais de garantia de direitos das crianças e adolescentes, é esse grupo que mais está sendo encarcerado e assassinado. O crescente encarceramento dos adolescentes e o aumento da pressão social e política para que ocorra a redução da maioria penal apresenta um cenário de aumento do punitivismo, no qual a juventude pobre e negra é quem mais sofre as consequências. O enfrentamento do Estado no que se refere ao envolvimento de jovens com o comércio de drogas continua sendo respondido principalmente por meio das políticas de segurança, a partir da seletividade penal expressa no alcance do seu braço armado – a polícia, e executada pelo sistema de justiça, que os insere em unidades de internação socioeducativa. O trabalho infantil, a ausência da escola e uma série de outras violências fazem parte da trajetória de adolescentes da classe trabalhadora. O sistema socioeducativo não é historicamente e ainda não está sendo uma resposta do Estado para o trabalho infantil no comércio de drogas, situação que envolve diversos riscos: em relação ao mercado de trabalho, ao envolvimento em situações de violência, e também diante da justiça criminal. A parcela da juventude criminalizada é selecionada pelo sistema de justiça e encaminhada para o sistema socioeducativo, historicamente delimitado e descrito anteriormente para controlar as crianças e adolescentes da classe trabalhadora. O afastamento da escola faz parte de um processo de contínua negação da educação como um direito, que permite que algumas trajetórias sejam ainda marcadas pelo trabalho infantil, o que faz parte da série de violações de direitos que vivem as crianças e adolescentes pobres.

**Palavras-chave:** Educação; Trabalho Infantil; Sistema Socioeducativo; Narcotráfico.

## O “CERCO” DO TRÁFICO DE DROGAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE

Bruno Peron Saturnino  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
psi.brunoperon@gmail.com

Leonel Castro Cabral  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
leonelcabral@gmail.com

Larissa Mazzotti Santamaria  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
larissa.mazzotti@gmail.com

O mercado do tráfico se constitui como uma das piores formas de trabalho infantil, segundo lista da Organização Internacional (OIT), isso porque, além de ser compreendido como um ato infracional é também uma exploração de trabalho. Na pesquisa *Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil*, aponta-se que há ambiguidade jurídico-normativa em relação ao adolescente que atua no tráfico ilícito de drogas, dada a dificuldade em compreender se o adolescente é criminoso ou explorado. Tal ambiguidade pode ser identificada nas abordagens profissionais, nas políticas públicas e até mesmo na maneira como as famílias e a sociedade compreendem este fenômeno. É no contexto de desconhecimento sobre o funcionamento do tráfico de drogas e como os adolescentes estão nele inseridos que surge o desejo pela redução da maioria penal. Entretanto, o fato dos direitos preconizados pelo ECA e SINASE não terem sido efetivados remetem ao descomprometimento da lei com o adolescente e não necessariamente do adolescente com a legislação vigente. Os adolescentes expostos a este contexto consideram o tráfico como uma forma de subsistência e organizam sua rotina de vida diária a partir desta atividade. Entendemos que o olhar profissional pode auxiliar o desenvolvimento de dispositivos socioeducativos que interajam com esta complexidade. A escuta e compreensão do sujeito no território das periferias permite uma qualidade na construção de dispositivos clínicos nas situações sociais críticas. Na medida em que a equipe de trabalho tem acesso aos conceitos psicanalíticos de transferência, repetição e do que é escuta, ela pode deixar de ocupar o lugar do juiz, do policial, do promotor, do membro do crime organizado e passa a falar sobre como o adolescente estabelece o laço social com estes representantes da sociedade, da experiência exclusão e conflito. Através de uma oficina de formação, apresentaremos uma forma de estímulo à comunicação entre o mundo dos adolescentes e dos profissionais. Trata-se de oficina realizada em quatro etapas: (1) Recepção e apresentação, (2) Aquecimento do tema, (3) Dialogando com as diferentes visões e (4) O que fazer com isso? No aquecimento do tema: trabalhamos em grupo com a tarefa de construir uma cadeia produtiva da maconha e identificamos onde estão inseridos os adolescentes. Após esta tarefa, apresentamos a visão dos adolescentes inseridos nesta cadeia. O próximo passo é a reflexão sobre as diferentes visões e a abertura do debate por meio de perguntas norteadoras: tráfico ilícito de drogas é inclusivo? A criança e/ou adolescente consideram o assédio do tráfico como cerco ou oportunidade de trabalho? O que temos (rede de serviços, apoio e suporte) que o tráfico não tem? O que fazer com tudo isso? Por fim, apresentamos uma síntese dos fatores de risco e proteção a partir do que foi levantado pelo grupo, da nossa experiência de trabalho e de material teórico sobre o tema.

**Palavras-chave:** Redução da Maioridade Penal; Tráfico de Drogas; Trabalho infantil; Exploração.

## **CONSTRUINDO O TRAVESSIAS: DIÁLOGOS E PRÁTICAS COM AS JUVENTUDES**

Lígia Rocha Cavalcante Feitosa  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
ligia.feitosa@ufsc.br

O contexto escolar, nas suas mais diferentes modalidades de ensino, tem sido um potente espaço para promover processos de desenvolvimento humano. Estes processos podem ser trabalhados por meio do protagonismo juvenil e das construções de redes de suporte entre os atores educativos e os percursos formativos dos jovens. Para tanto, torna-se necessário ressignificar as concepções de juventudes. A categoria juventude ainda é marcada pela diversidade, sendo em parte constituída por diferentes indicadores de camadas sociais, econômicas, raciais e culturais no Brasil. Sendo assim, os espaços escolares são convocados a desenvolver ações de formação, intervenção e avaliação do conjunto de atividades que promovam e fortaleçam espaços autônomos e criativos de reflexão entre os jovens e os atores educacionais. Para contribuir com estas possibilidades, por meio de oficinas quanti-qualitativas com jovens entre 14 e 22 anos da região Centro-Oeste e Sudeste, o jogo educativo Travessias foi concebido para fomentar trajetórias escolares e trajetórias profissionais saudáveis entre as juventudes. A construção do Travessias teve por objetivos: (a) oferecer aperfeiçoamento continuado aos educadores e/ou profissionais da psicologia acerca do protagonismo juvenil e trajetórias escolares, por meio da concepção e uso do Jogo Travessias e (b) construir espaços lúdicos e criativos, por meio do jogo Travessias, para estimular trocas e vivências de como os jovens podem ocupar os espaços e materializar suas escolhas de vida ao longo de sua formação. O aporte teórico-metodológico deste projeto tem por base a psicologia escolar crítica e as contribuições da perspectiva histórico-cultural acerca do papel da atividade nos processos de desenvolvimento humano e, por conseguinte, da circulação de significados coletivos/sociais e sentidos/pessoais acerca das trajetórias juvenis. Ao longo da sua aplicação em diferentes contextos educativos, o jogo Travessias permitiu agrupar espaços escolares interessados em ampliar as discussões sobre juventudes e trajetórias de desenvolvimento. Adicionalmente, serviu de recurso mediacional para a condução de ações de formação com os educadores e/ou profissionais responsáveis pelo uso do Travessias. Para agendas futuras, espera-se que as oficinas de aplicação do Travessias, por meio de visitas in loco e/ou preenchimento de protocolo de avaliação de impacto do uso do Travessias com os jovens, possam promover espaços de suporte aos atores educativos e fortalecimento das ações voltadas para as juventudes.

**Palavras-chave:** Juventudes; Trajetórias escolares; Trajetórias profissionais.

## **ADOLESCENTES E JUVENTUDES EM RISCO: EXPERIÊNCIAS DE ARTICULAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO ESTADO DO CEARÁ**

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro  
Universidade Federal do Ceará - UFC  
a3pinheiro@gmail.com

A apresentação parte da experiência da autora em três sujeitos coletivos, que, a partir de processos de violação e ameaça de violação de direitos, que chegam acentuadamente no extermínio de adolescentes e jovens no Ceará, vimos construindo experiências de articulação e ação política, para a prevenção e enfrentamento da violência nesse Estado. Detemos elevados e inaceitáveis índices de violência letal contra adolescentes, de ambos os sexos; a maioria de crianças e adolescentes de poucos ou quase nenhum direito; ameaças e violações de direitos de crianças e adolescentes são cotidianas; há um aprofundamento das manifestações das violências, bem como de traços de perversidade e crueldade. Tomamos a articulação e ação política como mecanismos potencializadores da construção de sujeitos coletivos voltados para o reconhecimento e garantia de direitos de crianças e adolescentes. Além disso, vêm sendo dimensões constitutivas e concretizações desses trabalhos coletivos: análises de macros e micros conjunturas; reflexões, mobilizações, formulação de denúncias e de propostas; disponibilidade para diálogos e negociações; vivências democráticas e relações horizontais; presença e incidência na cena e agenda públicas; monitoramento e controle social de políticas e orçamentos públicos; ausculta e escuta de realidades (sujeitos e coletivos silenciados); iniciativas voltadas para sensibilização e formação, que vêm se dando através de Seminários e Debates, Oficinas e Rodas de Conversa, no mundo universitário (Capital e Interior), escolas públicas e privadas, associações e organizações não governamentais e governamentais, outros movimentos sociais e fóruns da sociedade civil; socialização e comunicação de conteúdos, que possam subsidiar reflexões e ações de prevenção e enfrentamento da violência, através da elaboração de textos, materiais e articulação com meios de comunicação (tradicionais e redes sociais). Ainda se incluem entre as concretizações dos coletivos que se focam em adolescências e juventudes em risco, no Ceará: estudos e pesquisas; ações diretas com crianças, adolescentes e jovens, que tomam como metodologia práticas de arte (artes visuais, cinema e teatro), adotando como objeto central vivências e debates voltados para a conscientização de direitos; atos, campanhas e oficinas em espaços públicos. Sujeitos coletivos se fortalecem, pela nossa escolha de tomada de decisões, planejamento e avaliação conjuntas, bem como por nossas articulações internas e com outros movimentos sociais. Ademais, é perceptível, entre integrantes desses sujeitos coletivos: manutenção e aprofundamentos de vínculos pessoais e profissionais; e sentimento de pertença e de identidade. Finalmente, todas essas vivências democráticas cotidianas vêm contribuindo para conhecimento mais robusto sobre as realidades; incidências nos contextos sociopolíticos mais respeitosos e consequentes, e para a construção de relações horizontais entre seus integrantes.

**Palavras-chave:** Violação de direitos; Garantia de direitos; Sujeitos coletivos.

## **MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO E PUNIÇÃO COMO POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL NAS PIORES FORMAS<sup>1</sup>**

Maria de Fatima Pereira Alberto  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB  
jfalberto89@gmail.com

Há na sociedade brasileira o mito de que o trabalho infantil é um “antídoto a criminalidade”. Diante do que se reproduz o imaginário de que “É melhor trabalhar...”. Então um país com 2,7 milhões de crianças e adolescentes trabalhando não deveria ter adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Entretanto em 2019 o Brasil tinha 24.075 medidas de privação de liberdade. Mas será que os que estão cumprindo medidas foram trabalhadores precoces? Por que no Brasil pune-se com medidas socioeducativas crianças e adolescentes trabalhadores nas piores formas de trabalho infantil? O Brasil é signatário da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, na qual se compromete a prevenir e eliminar as piores formas, adotar políticas de enfrentamento e proteção. O Brasil também criou o Decreto 6.481, das Piores Formas no qual lista-se 193 atividades definidas como tal, das quais destaca-se aqui trabalho infantil doméstico, exploração sexual comercial e tráfico de drogas. Entretanto a resposta do Estado, em vez de ser políticas sociais protetivas são medidas punitivas, de institucionalização e de criminalização. Na Paraíba estão sendo realizadas pesquisas com adolescentes e jovens, entre 12 e 21 anos, durante três anos consecutivos, nas Unidades de Medidas Socioeducativas de Internação, analisando a relação entre o trabalho infantil, ato infracional e medidas socioeducativas. Em 2017-2018 com amostra de 67 adolescentes e jovens identificou-se que 82,1% já haviam trabalhado na infância, 16,4% já tinham ajudado na infância, 1,5% respondeu que nunca tinha trabalhado ou ajudado. Procedendo-se a soma de quem trabalhou com quem ajudou, encontrou-se que 98,5% haviam sido trabalhadores infantis. Em 2018-2019, com 70 adolescentes e jovens, os dados revelaram que 82,8% já haviam trabalhado na infância, 15,7% já tinham ajudado na infância, 1,5% respondeu que nunca tinha trabalhado ou ajudado. De modo semelhante aos anos anteriores, a soma de trabalho e ajuda revelou que 98,5% haviam sido trabalhadores infantis. Dentre os que trabalharam, 41,74% trabalharam na venda e tráfico de drogas, sendo que alguns trabalharam em várias atividades de trabalho. Para os participantes da pesquisa as causas da inserção precoce são as necessidades de ajudar as famílias e a manutenção pessoal. Consideram seu dispêndio de energia, as atividades de trabalho como “bico”, ou “ajuda”. O sentido do trabalho é apresentado pela perspectiva moral: “trabalho honesto/limpo” e “trabalho sujo”. Compreende-se que o trabalho infantil é expressão da questão social, da desigualdade social que resulta do processo de produção capitalista. As consequências são várias, destacando-se aqui a medida socioeducativa, a punição e o encarceramento. O conjunto desses dados possibilita a análise de que a atribuição da autoria de prática de atos infracionais tende a ser extensão da exploração do trabalho infantil. Os direitos humanos desses trabalhadores infantis não se efetivaram. Consequentemente, a medida socioeducativa de internação é a política disponibilizada pelo Estado brasileiro. A resposta do Estado acontece quando o trabalho infantil se dá na venda e no tráfico de drogas, através de uma medida socioeducativa de internação. O Estado criminaliza, judicializa, encarcera e institucionaliza.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil; Medidas socioeducativas; Punição.

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPQ.

## **A SEGURANÇA NO CONTEXTO INSTITUCIONAL DA SOCIOEDUCAÇÃO**

Ricardo Peres da Costa  
Coordenador Estadual do Programa Justiça Presente/CNJ no Estado do Amazonas  
peresrpc@gmail.com

A palestra visa refletir sobre a função e o limite da segurança na socioeducação. O autor parte da premissa que a segurança e a disciplina são instrumentos indispensáveis à viabilização do percurso socioeducativo, personalização do atendimento do adolescente e constitui condição imprescindível para se atingir os objetivos finalísticos da medida socioeducativa.

**Palavras-chave:** Segurança; Disciplina; Medida socioeducativa.

## **SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO HIPERAUTORITÁRIO: DESAFIOS À PRÁTICA PROFISSIONAL**

Ilana Lemos de Paiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

ilanapaiva@hotmail.com

Gabriel Miranda

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

g.m.b94\_@hotmail.com

A presente comunicação pretende analisar como as unidades socioeducativas de privação e restrição de liberdade podem se constituir como espaços cuja funcionalidade reside na mortificação subjetiva dos(as) adolescentes e, além disso, problematizar como tal cenário se acentua em meio à conjuntura brasileira de exacerbação do pensamento reacionário. Tendo nítidos os objetivos deste estudo, deve-se destacar que as experiências vivenciadas no âmbito do atendimento socioeducativo no estado do Rio Grande do Norte, para fins desta pesquisa, ocorreram entre os anos de 2016 e 2017, sendo assim, as considerações aqui estabelecidas se apresentam como expressões do contexto institucional, político, social, histórico e econômico do período em que foi construído. De acordo com a investigação desenvolvida, é possível inferir que as práticas desenvolvidas nas unidades do sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte são calcadas em posturas etnocêntricas que provocam, nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos, um epistemicídio. Ou seja, a produção da morte de uma gama de conhecimentos oriundos das experiências de vida dos(as) adolescentes que ocupam a condição de socioeducandos naquelas unidades. Tal processo de epistemicídio se relaciona dialeticamente com outro processo observado nas unidades socioeducativas: o de altericídio, ou seja, a produção do adolescente em cumprimento socioeducativo como alguém dotado de atributos que o colocam em uma condição de não-humano ou de humano de segunda categoria. Para permitir que os(as) adolescentes possam ser reconhecidos como sujeitos, é fundamental que a unidades estabeleçam uma gestão participativa, através do efetivo funcionamento dos conselhos e assembleias, previstos no SINASE, com a participação das famílias e dos(as) próprios(as) adolescentes. Além disso, urge o sistema socioeducativo pensar práticas, como as restaurativas, que possam iniciar a mudança de uma cultura de encarceramento presente nas unidades. Afinal, o objetivo da prática sociopedagógica não é a docilização dos indivíduos, mas a promoção de sujeitos ativos, donos das suas histórias, mesmo que não as façam sob as condições que desejariam. Por fim, é tempo de construir outro léxico sobre a juventude pobre e negra desse país, disputar o sentido comum que a criminaliza e a estigmatiza como potencialmente perigosa, e que desvia a atenção das questões estruturantes de um estado neoliberal hiperautoritário.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Socioeducação; Neoliberalismo; Epistemicídio.

**A OFERTA DA ESCOLARIZAÇÃO E A GESTÃO PEDAGÓGICA PARA O ACOMPANHAMENTO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO DISTRITO FEDERAL**

Daniela Gomes Nascimento  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
gndaniela02@gmail.com

Este trabalho propõe apresentar como se dá o processo de oferta, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização de jovens que cumprem Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço Comunidade (PSC) - Semiliberdade (SL), Internação Cautelar/Provisória, e Internação Estrita no Distrito Federal. Discutiremos o sistema de gestão pedagógica da política de escolarização, a organização do trabalho pedagógico, as ações intersetoriais e a formulação de diretrizes pedagógicas e documentos norteadores do sistema de gestão. Por fim, pretende-se evidenciar o desafio de consolidar uma política pública de escolarização para jovens em cumprimento de medida socioeducativa que considera o tempo de permanência do estudante, não apenas a dimensão quantitativa, dias e horas, mas também a dimensão qualitativa potencializando experiências, relações e interações vividas, no sentido de reaproximar os estudantes da escola, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social, considerando-os sujeito de sua própria experiência, capazes de conhecer, saber, compreender e acima de tudo aprender sem desconsiderar sua história e seus saberes.

**Palavras-chave:** Escolarização; Trabalho Pedagógico; Aprendizagem.

**PRÁTICAS E SENTIDOS, AFETOS E ARTICULAÇÕES: COTIDIANOS PROFISSIONAIS SE FORTALECEM E SE (RE)INVENTAM – (CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO)**

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro  
Universidade Federal do Ceará - UFC  
a3pinheiro@gmail.com

Vivemos tempos extremamente espinhosos e adversos no Brasil de agora, com profundas incertezas sobre os direitos constitucionais, e para a conquista de outros; retorno inadmissível ao Mapa da Fome e da Miséria; aprofundamento das desigualdades sociais estruturais e conjunturais; acentuação de sentimentos como ódio e animosidade nas relações institucionais, comunitárias e rotineiras. Contexto a nos exigir contraposições imediatas, e o melhor de cada um(a) e de cada sujeito coletivo, e a nos clamar para reinvenções nas tarefas profissionais cotidianas. O texto traz, assim, propostas para reflexões e práticas, a partir dos seguintes eixos: desconstrução da ideia de Outro(a) Restrito(a) e fortalecimento da categoria Outro Expandido(a) – com quem nos importamos?; adoção de valores fundantes da Pedagogia de Paulo Freire (conscientização, contextualização e problematização permanentes); constante construção e partilha do conhecimento sensível; desconstrução de visões cristalizadas sobre adolescentes e jovens pobres, negros e periféricos; resistência como caminho cotidiano imprescindível, como reação frente a algo que não desejamos ou com o qual não concordamos: resistência ao não lugar, ao silenciamento; à invisibilidade; à opressão; aos preconceitos e discriminações por classe social, gênero e orientação sexual, raça e etnia, local de nascimento e de moradia, credo religioso. São também eixos para concretização das propostas: articulação com coletivos juvenis pulsantes e que movimentam potentes energias criativas; presença na elaboração da agenda e cenas públicas. O conteúdo aponta, ademais, para a importância de aguçarmos emoções políticas, resistências afetivas e compromissos éticos pela Vida e Dignidade de todos os adolescentes e jovens, de modo também a contribuir com sociabilidades e múltiplas cooperâncias, fincadas na esperança dos que agem, dos que se prontificam a intervir em realidades esgarçadas e desiguais. Defende, outrossim, o trabalho em rede como caminho promissor para efetivar os princípios, propósitos e práticas ora sugeridas. Como sujeitos coletivos, as redes possibilitam processos de trocas, fortalecimentos de vínculos, vivências e aprendizagens, a partir de suas ações colaborativas e comprometidas com a promoção de direitos e com o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens. Coragem e delicadeza para que possamos distinguir o que é difícil do que é impossível, de forma a reconhecer as potências do presente e as possibilidades para o futuro; reflexões e práticas para contribuir com a atribuição de sentido de vida de adolescentes e jovens, de profissionais e militantes que defendem sua dignidade e efetivam políticas públicas.

**Palavras-chave:** Resistências afetivas; Compromissos éticos; Sujeitos coletivos.

# PAINÉIS

## **A ARTE COMO DISPOSITIVO SOCIOEDUCATIVO COM ADOLESCENTES EM REGIME DE INTERNAÇÃO**

Renan De Vita Alves de Brito

Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminina  
renanbrito4@gmail.com

Tathiana Reche Santa Rosa

Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminino, Secretaria de  
Estado de Administração Prisional e Socioeducativo – SAP  
santarosapsic@yahoo.com.br

Laura Cristina Caipa Cadena

Graduanda da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e estagiária do Centro de Atendimento  
Socioeducativo da Capital - CASE e o Centro de Internação Feminina – CIF  
lauracaipa861@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo apresentar o conjunto de intervenções desenvolvidas em uma Unidade de Privação de Liberdade de Adolescentes em Conflito com a Lei, localizada na cidade de Florianópolis-SC, em encontros cuja proposta socioeducativa foi balizada por oficinas que tinham a arte como dispositivo. As linguagens artísticas trabalhadas com os/as adolescentes foram o grafite, no primeiro semestre, e pintura em camisetas, no segundo; os encontros ocorreram ao longo do ano de 2018. Nas oficinas de grafite foram utilizados, inicialmente, recursos audiovisuais e fotográficos, que permitiram com que fossem abordadas questões como, ocupação do espaço urbano, responsabilização pelas escolhas, atitudes éticas e processos de criação; e, posteriormente, foram realizadas oficinas de manuseio do spray e pintura de paredes para revitalização do muro do solário, culminando, ao final, com a realização de um painel de grafite nos muros revitalizados. Nas oficinas de pintura em camisetas, que contou com o apoio, assim como nas oficinas de grafite, de artistas convidados, foram ensinadas as técnicas básicas de pintura e, ao longo do semestre, cada adolescente produziu uma camiseta com os elementos que foram escolhidos por eles ao longo dos encontros. As oficinas ocorreram semanalmente e foram realizadas tanto com Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital - CASE como no Centro de Internação Feminina - CIF, sendo realizado um encontro por semana com cada Centro. Ainda que as técnicas artísticas desenvolvidas nas oficinas possam ter sido apropriadas pelos adolescentes como um recurso de trabalho ou de lazer para momentos futuros, as oficinas artísticas se mostraram principalmente potentes como dispositivo, para que pudessem ser problematizadas questões no tocante à singularidade dos adolescentes e aos processos pessoais vivenciados por eles no regime de internação, tanto no que diz respeito aos posicionamentos que eles assumem na instituição, como, e principalmente, nos posicionamentos que eles assumem diante da vida de modo geral. Pretendeu-se, durante os encontros, priorizar discussões que não fossem pautadas em discursos moralizantes; e sim, que possibilitassem relações éticas com o outro, pautados em novos acordos e na responsabilização diante das escolhas, fossem estas consoantes ou tensionadoras das regras estabelecidas no grupo. O trabalho, que vem sendo desenvolvido junto à instituição desde março de 2018, faz parte de uma pesquisa de doutorado e, dentre as diversas demandas levantadas e os desdobramentos produzidos, permitiu com que fosse realizado um trabalho de formação direcionado aos agentes de segurança da Unidade.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Arte; Ética; Privação de liberdade; Grafite.

## **A CONSOLIDAÇÃO DA COLETÂNEA DOS CADERNOS DE SOCIOEDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto  
Departamento de Atendimento Socioeducativo,  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
flaviapalmieri@sejuf.pr.gov.br

Juliana Biazze Feitosa  
Departamento de Atendimento Socioeducativo,  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
julianafeitosa@sejuf.pr.gov.br

Alex Sandro da Silva  
Departamento de Atendimento Socioeducativo,  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
alex\_sandro@sejuf.pr.gov.br

Solimar de Gouveia  
Departamento de Atendimento Socioeducativo,  
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná  
solimarg@sejuf.pr.gov.br

A Socioeducação vai muito além da simples privação ou restrição de liberdade. É o exercício de oferecer aos adolescentes ferramentas e diretrizes a fim de que tenham condições de fazer melhores escolhas, encontrando uma nova oportunidade de convívio em sociedade, bem como valoriza a preocupação com o bem comum e a adoção de práticas profissionais que possam colaborar para a superação das desigualdades sociais. Neste sentido, a proposta pedagógica cunhada no Paraná para a execução das medidas socioeducativas se alicerça na educação social e se encontra apresentada na publicação intitulada “Cadernos de Socioeducação”. Após mais uma década da elaboração dos primeiros cadernos, foi instituído, em 2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), pela Lei nº 12.594. Com isso, muita coisa mudou, motivo pelo qual o Departamento de Atendimento Socioeducativo, em conjunto com as equipes multiprofissionais das unidades socioeducativas, entendeu que se fazia necessário revisar o conteúdo dos Cadernos, dando-se maior destaque a compreensão do adolescente e da violência a partir da história, reconhecendo as suas multiderminações, a influência das condições econômico-sociais e que o trabalho socioeducativo se sustenta a partir do princípio da intersetorialidade – por meio de intervenções que visem superar as condições que produzem o envolvimento com a prática de atos infracionais e nas articulações com a rede de atendimento durante o cumprimento da medida socioeducativa. Para a redação dos capítulos contamos com o apoio de professores das Universidades Estaduais do Paraná, pesquisadores do Estado do Paraná, Representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, profissionais que atuam no DEASE e nas unidades socioeducativas do Paraná. Todos os autores são paranaenses, com o propósito de valorizar a produção do nosso Estado. Foram construídos nove Cadernos, a saber: Bases teórico-metodológicas da Socioeducação, Fundamentos da Socioeducação, Gestão Pública do Sistema Socioeducativo, Rotinas de Segurança, Primeira Intervenção em Crises, Práticas Restaurativas, Semiliberdade, Socioeducação e Diversidade e Prevenção ao Suicídio. Os cadernos construídos de forma interligada, fazem uma apresentação dos fundamentos teóricos metodológicos da

socioeducação. Esses fundamentos devem dialogar com as atividades práticas realizadas no dia-a-dia da equipe. Os cadernos foram compostos por duas categorias textuais: Estudo teórico – discussão teórica de temas e problemáticas fundamentais, que envolvam a reflexão crítica e indicação de avanços no estado da arte a ele associado e relato de experiência – trata-se de um relato relacionado à intervenção profissional, de interesse e relevância científica e social. Demonstrem contribuições para a melhoria de práticas profissionais.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei; Práticas socioeducativas; Fundamentos da socioeducação.

## **A RESPONSABILIZAÇÃO DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA COMO RESISTÊNCIA AO SEU LUGAR PRECARIZADO NO LAÇO SOCIAL**

Carolina Esmanhoto Bertol  
Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP  
carolinabertol@gmail.com

A compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos se formaliza no Brasil em 1990, com a lei n.8069, conhecida com ECA, a qual apresenta um conjunto de normas e marcos jurídicos, que legislam sobre as intervenções do Estado, família e sociedade civil junto a crianças e adolescentes. Enquanto sujeitos de direitos, também são imputadas aos adolescentes responsabilidades por seus atos infracionais, através de medidas socioeducativas. Ao analisarmos os dados sobre as principais vítimas de violência no país e dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, chegamos ao mesmo perfil: eles são pretos e moradores das regiões periféricas das cidades. Dado o processo de criminalização que os reconhece como culpados pelo mal-estar social, suas mortes já não contam como perdas, e muitas vezes eles são inclusive, culpabilizados por elas. Como nos diz Butler (2006), os discursos sociais retiram sua condição de sujeito ainda em vida, e, portanto, suas mortes não são marcadas como perdas à comunidade humana. Partindo do pressuposto de que o pacto social democrático implica em uma relação de troca, na qual o sujeito é responsabilizado por um ato infracional na medida em que tem seus direitos assegurados por seu pertencimento à uma comunidade, entendemos que pensar na responsabilização do adolescente implica em intervir junto à ele e às instituições que reproduzem um laço social segregador, de forma a produzir uma desalienação dos discursos nos quais os adolescentes são criminalizados e apontados como culpados pelo mal-estar social. Nesse sentido, apresentaremos neste trabalho, a análise das práticas de uma equipe de um serviço de medida socioeducativa de liberdade assistida da cidade de São Paulo. Ressaltaremos como o trabalho de responsabilização do adolescente se pauta por princípios pedagógicos que se apoiam na horizontalidade dos processos decisórios, e considera os adolescentes como agentes políticos, capazes de transformação social a partir de laços de solidariedade. Assim, a responsabilização do adolescente se dá através de um vínculo com a equipe, que constrói seu pertencimento enquanto sujeito, na medida em que convocam o adolescente a uma participação ativa nas decisões sobre o funcionamento do serviço e sobre sua vida. Nesse sentido, apontaremos como o trabalho de responsabilização do adolescente é não somente um trabalho técnico, mas uma ação política, na medida em que para garantir seus direitos é necessário questionar os discursos criminalizantes que tomam o adolescente como objeto, possibilitando um questionamento do lugar deste adolescente no laço social, para que ele “se conte” e “seja contado” como um sujeito de direitos.

**Palavras-chave:** Responsabilização; Sujeito de direitos; Laço social; Práticas socioeducativas.

## **ALFABETIZAR: UMA AÇÃO COLETIVA**

Anna Cristina Ferreira Santos

Escola da Unidade de Internação de São Sebastião do DF, Secretaria de Estado de Educação do DF  
annacris.tina@bol.com.br

Apresentar o mundo da leitura e da escrita para os jovens que estão em processo de ressocialização é um trabalho bem desafiador, uma vez que a maioria desses jovens não despertaram, ainda, para a importância da escola em suas vidas. Neste sentido, tento buscar no processo de alfabetização dos alunos este despertar de forma subjetiva e com a ajuda de coautores. A proposta pedagógica da Unidade foi sugerida pelo corpo docente no início do ano para trabalhar com temas gerais em cada bimestre. O primeiro bimestre ficou com Água e Meio Ambiente. Dentro dessa temática e com a proposta freiriana de alfabetizar, um dos subtemas geradores na minha sala foi o LIXO. A ideia era discuti-lo de forma positiva, ou seja, o que podemos fazer com o lixo para que ele não se torne nocivo para a sociedade. Alguns alunos são moradores da Estrutural e já haviam trabalhado como catadores no antigo Lixão. Esses alunos foram convidados para realizarem uma roda de conversa relatando toda sua experiência e de pessoas conhecidas que trabalhavam na época em que o Lixão da Estrutural estava ativado. Descobrimos que o pai de um deles trabalhou anos depois que Brasília foi inaugurada como catador de papelão sendo pioneiro no processo de reciclagem na cidade. Fizemos o convite para trazê-lo à escola. A experiência foi única. O aluno ficou radiante com a participação paterna sendo a primeira vez que um pai de nossos jovens participava de uma ação pedagógica. Após a visita, fizemos algumas atividades como produção de texto individual para os alunos que já estão no nível alfabético e escrita de palavras e frases com os que estão no nível silábico e silábico alfabético. No terceiro bimestre, o tema geral foi Deficiência. Após apresentar o tema para turma, fizemos uma sensibilização na qual os alunos andaram de cadeira de roda, de muletas, olhos vendados para relatarem como seria a experiência de está limitado fisicamente. A discussão foi bem produtiva. Ex-alunas com deficiência visual foram convidadas e realizamos duas oficinas: uma de culinária e outra de braille. Dentre as atividades, fizemos cálculos matemático com a receita do biscoito que foi feito com a turma e a convidada cega, produção de texto coletiva. Em outro momento, um aluno foi convidado para dar aula de libras pois aprendeu a linguagem com seus pais que são surdos. Os pais foram chamados a participarem de pergunta e respostas feita pela turma e seu filho foi o intérprete. E assim, o ato de alfabetizar vai sendo realizado de forma coletiva.

**Palavras-chave:** Alfabetizar; Participação familiar; Socioeducação.

## **"UM PASSO A FRENTE": DIÁLOGO COM A SOCIOEDUCAÇÃO, INCLUSÃO E (RE)INSERÇÃO SOCIAL**

Welton Ferreira Alvim Furtado  
Centro Socioeducativo de Unaí - MG  
welton1976@gmail.com

Pollyana Morais Coelho  
Centro Socioeducativo de Unaí - MG  
pollyana.coelho@defesasocial.mg.gov.br

Geane Carolina Jesus Mendes  
Centro Socioeducativo de Unaí-MG

O presente trabalho objetiva refletir sobre o conceito de socioeducação, ponderando as necessidades sociais do adolescente em conflito com a lei, no contexto de execução de medida, dentro de uma perspectiva de princípios/critérios de humanização aplicáveis através de projetos que estimulem a busca de caminhos para a participação e reconhecimento social desses jovens para que não reincidam na prática infracional. O projeto “Um passo à frente”, experiência vivenciada em uma unidade Socioeducativa do Estado de Minas Gerais, idealizada e materializada por agentes socioeducativos, propõe um desafio no campo da política de reinserção de autores de atos infracionais no seio da sociedade, sendo este uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo, uma vez que promove a inclusão e reinserção social dos adolescentes e a prática de atividades esportivas e de lazer. De mais a mais, promove a integração entre adolescentes em cumprimento de medida de internação e integrantes da comunidade que possuem alguma limitação física, através do acesso às cachoeiras, serras e visitação a pontos turísticos que até então eram inacessíveis a este público. Tal projeto visa a adoção de um conjunto de medidas capazes de eliminar essas barreiras sociais, de modo a assegurar tanto às pessoas com deficiência, quanto aos adolescentes acautelados, a igualdade de oportunidades às condições necessárias para a plena e independente fruição de suas potencialidades e do convívio social. Logo, propôs-se a participação ativa desses adolescentes, desde a construção dos equipamentos utilizados no passeio à manutenção destes,, para que assim, sejam protagonistas dessa construção inovadora que estimula práticas educativas transformadoras, evidenciando os valores de cada um, em suas potencialidades e capacidades de mudança. O equipamento utilizado pelos voluntários é uma cadeira de rodas adaptada para ser carregada em terrenos irregulares, com puxadores nas extremidades semelhantes aos de uma maca, duas rodas, freios a disco, cinto de segurança, apoio para os pés e descanso cervical, de forma a garantir a segurança e conforto ao usuário e aos condutores. A participação e colaboração dos adolescentes contribuem diretamente para o desenvolvimento e melhoria do rendimento escolar, espírito de equipe, solidariedade e liderança, associadas ao estímulo que influenciam de forma extremamente positiva na formação dos jovens privados de liberdade. A atividade proposta estimulou interações positivas entre voluntários e adolescentes, facilitando a expressão de respeito mútuo, além de proporcionar um espaço para o exercício do diálogo e do incentivo ao protagonismo juvenil. Nessa perspectiva, propõe-se trabalhar a emancipação desses internos promovendo a reflexão sobre sua própria história, dentro de um contexto sociopedagógico estruturante que ofereça a oportunidade de reconstruir sua trajetória de vida, preparando-o para a liberdade, através da ressignificação de valores. O projeto tem avançado significativamente ao longo desses 02 anos de implementação, uma vez que essa ação resultou em avanços significativos no cumprimento de medida de internação, pois

deixou de ser apenas uma “saída externa”, e passou a ser mais um incentivo ao processo de formação humana e pensamento crítico dos sujeitos de direito, através do acesso a histórias de superação de pessoas com deficiência e mobilidades reduzidas.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Socioeducação; Inclusão social; Internação.

## **SENDO O TEMPO O PRINCIPAL ELEMENTO DA PUNIÇÃO, PODE FICAR A MERCÊ DA IMPRECISÃO?**

Débora Cecília Ribeiro Costa  
Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais;  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
debsceclia@yahoo.com.br

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a execução da internação pautada no tempo da adolescência, tendo o princípio da brevidade como um dos pilares de sustentação. Dessa forma, nos casos de internação o ECA aponta somente o tempo máximo de duração - a saber: três anos -, e não apresenta indicações temporais para os diferentes atos infracionais. Neste modelo, o tempo deixa de ser previamente fixado, sendo a duração do confinamento uma construção realizada ao longo do cumprimento da medida, em uma tentativa de individualização dos casos. Duas categorias analíticas são centrais para a discussão teórica da legislação atual: punição e tempo, o qual desmembrar-se-á ainda em quatro perspectivas: a) atualidade; b) social; c) na adolescência e d) intramuros. Assim, este trabalho destina-se a compreender a relação da incerteza temporal quanto à duração da internação com as estratégias dos adolescentes ao longo da privação de liberdade. Para isso, primeiramente será exibido um panorama geral de Minas Gerais, a partir da análise quantitativa dos tempos de internação referentes à 2018, fundamentados nos dados da Suase/MG. Tem-se que em MG 62% dos adolescentes permaneceram acautelados por até um ano, e somente 4% acima de dois, cabendo interrogar a ocorrência de um cálculo temporal balizado institucionalmente. A análise estatística evidenciou associação entre tempo de internação e ato infracional cometido, resultando em períodos mais longos de confinamento para autores de homicídio. Constatou-se também a relação entre tempo e idade, de maneira que os adolescentes mais novos vivenciam tempos maiores de acautelamento. Demonstradas estas descobertas, será apresentada a diferenciação temporal do público feminino, que obteve média inferior ao masculino, sugerindo um tratamento distinto por razão de gênero. A apresentação prosseguirá com a divulgação do emprego do recurso das progressões, após finalização da internação, sugerindo inicialmente uma falta de padronização do entendimento deste instituto, dada a grande variabilidade de sua aplicação. Na sequência, a análise das entrevistas semiestruturadas realizadas aos adolescentes em regime de internação em Belo Horizonte serão compartilhadas. O discurso dos adolescentes revelou o cumprimento da medida a partir de um processo de racionalização, em uma tentativa de controle do tempo intramuros. O comportamento foi identificado como eixo norteador da internação, sendo a contagem do tempo ancorada no alcance dos estágios da medida socioeducativa delineados pelo tripé: "saída, curso e descida". Notou-se grande parte das ações dos adolescentes motivadas por fins utilitários, mediante o aprendizado dos valores institucionais, transformando-os em parâmetros objetivos de cumprimento, garantidores de certa previsibilidade do percurso intramuros. Finalizando, as entrevistas feitas aos diretores de atendimento e de segurança serão reveladas. O dilema em torno da equivalência temporal aos anseios institucionais será explanado. Uma segunda abordagem situará a percepção de tempos menores para adolescentes com maior capacidade de manipulação de estratégias, denotando uma instituição habituada a premiações de cunho disciplinar. Para concluir, algumas reflexões serão discutidas: (a) a imprecisão temporal da internação abre margem para deliberações de ordens práticas; (b) a moral dos profissionais surge como determinante do tempo intramuros; (c) adolescentes com bom comportamento permanecem menor tempo acautelado.

**Palavras-chave:** Internação; Medida socioeducativa; Tempo; Punição; Racionalização.

## **PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO AO EGRESSO - UMA EXPERIÊNCIA A SER COMPARTILHADA**

Tathiana Reche Santa Rosa  
Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativo de Santa Catarina  
santarosapsic@yahoo.com.br / santarosapsic@dease.sc.gov.br

Laura Cristina Caipa Cadena  
Graduanda da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e estagiária da Secretaria de Estado de  
Administração Prisional e Socioeducativo de Santa Catarina  
lauracaipa861@gmail.com

O término da medida socioeducativa em meio fechado, caracteriza-se por ser um momento permeado por diversas expectativas e novos desafios, principalmente por se tratar de um período de incerteza, instabilidade e vulnerabilidade para os egressos. Nesse sentido, nota-se a importância de manter a comunicação, o trabalho em rede e o acompanhamento à situação do(a) jovem e adolescente a médio prazo. Assim, iniciou-se o trabalho de acompanhamento dos(as) jovens e adolescentes que saem da instituição para cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Este programa tem como objetivo levantar informações sobre o atendimento em rede e a efetividade da medida em relação à mudança de práticas e/ou ampliação de oportunidades aos adolescentes egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital - CASE e Centro de Internação Feminina - CIF de Florianópolis, para a compreensão de consistências e inconsistências na rede e, por consequência, conhecer os fatores individuais, se for o caso, que também contribuem para não redução da reincidência. Por meio de contatos telefônicos, buscam-se informações sobre o retorno do adolescente ao meio, os vínculos familiares e sobre os projetos que o adolescente está concretizando (estudos, trabalho, profissionalização). Em conjunto com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de residência do adolescente, no qual cumpre medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC), são levantadas informações acerca da adesão do adolescente ao serviço, os tipos de serviços que lhe são ofertados e a forma como tem progredido frente a esta medida. O programa de acompanhamento começou a ser realizado no segundo semestre de 2016, no entanto, passou a ser sistematizado a partir de 2017. Atualmente, são realizadas ligações durante o período de seis meses seguintes à saída dos adolescentes. No primeiro mês, as ligações acontecem em frequência semanal, do segundo ao quarto mês quinzenal e no quinto e sexto mês mensal. As ligações são feitas pelas estagiárias de psicologia do CASE e do CIF. Os contatos em conjunto com a rede (CREAS, CAPS e/ou Posto de Saúde, Escola, etc.) e a família permitem verificar a compatibilidade das informações a fim de apoiar no fortalecimento dos vínculos de confiança, valendo-se do vínculo já estabelecido na medida de internação. Quando necessário, também são realizadas ligações para o juizado a fim de saber o andamento do processo caso ele ainda não tenha chegado ao CREAS, além de fornecer um suporte ao jovem visando minimizar os efeitos da ruptura institucional. Este projeto configura-se como um projeto piloto e há uma flexibilidade conforme a demanda percebida em cada caso. Esta proposta trata-se de um passo inicial no acompanhamento ao egresso. Futuramente, pretende-se ampliar o programa, possivelmente oferecendo um serviço de atendimento anterior à progressão, envolvendo a família e os serviços os quais o adolescente será encaminhado.

**Palavras-chave:** Acompanhamento; Egresso; Socioeducação.

**PROMOÇÃO DA LEITURA NA SOCIOEDUCAÇÃO: REVITALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE LEITURA NO DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS - DEGASE**

Lilian Cristina da Silva Ramos Casimiro  
Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase/RJ  
lilian.casimiro@gmail.com

Danielle Torres  
danielletorres.uff@gmail.com

Jocimara Theodoro S. Cardoso  
theodoro.jocimara@gmail.com

Mara Helena Matos Forny  
maraforny@gmail.com

Simone Barros  
simonebarros547@gmail.com

Viviane Pinto  
bib.vivianepinto@novodegase.rj.gov.br

Relata a atuação de grupo de trabalho interdisciplinar composto por profissionais da SEEDUC e do DEGASE, bem como diretores de unidade, equipe técnica, pedagogos, bibliotecárias, agentes de segurança socioeducativos, e demais profissionais voltados a transformar a leitura e o livro como elementos de mudança na vida de adolescentes cumprindo medida socioeducativa, a partir da revitalização e implantação de das salas de leitura do Degase. A missão do órgão é Promover Socioeducação no estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária. Sua visão é ser Instituição integrante do Sistema de Garantia de Direitos reconhecida nacionalmente como órgão de excelência, responsável pela execução da política de atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei, em prol de uma sociedade livre, justa e solidária. O projeto traz a proposta pedagógica das “Salas de Leitura” para despertar a curiosidade e o conhecimento dos adolescentes, através da leitura, preenchendo o tempo ocioso com oficinas de incentivo à leitura e atividades interativas, para o desenvolvimento integral dos internos. O presente projeto será implantado em todas as unidades do DEGASE como espaço de aprendizagem e lazer num ambiente agradável, em sala com recursos audiovisuais como televisão, projetor, quadro de giz, local com mesas e cadeiras, acervo bastante diversificado para público alvo, além de ambiente multimídia e de jogos. Atualmente já foram inauguradas 9 salas de leitura. A metodologia utilizada para a execução das atividades tem sido a orientação aos adolescentes na seleção de livros, construção de textos, resumos, oficinas de incentivo à leitura e atividades interativas. As ações educativas serão construídas fora do espaço escolar e o conhecimento adquirido promoverá oportunidades aos adolescentes para que sejam sujeitos de suas próprias mudanças, sentimentos, pensamentos e ações, tornando-os protagonistas de uma nova história. As atividades são elaboradas e pensadas para que os socioeducandos sejam inseridos no contexto social, definindo que os conteúdos trabalhados atendam aos critérios que provoquem a reflexão, a responsabilização, a

apropriação do conhecimento e a ampliação do horizonte social. Os livros das salas de leitura poderão ser emprestados aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação, para que sejam levados aos alojamentos, a partir de uma proposta pautada em pré-requisitos que funcionem como estratégias que motivem os adolescentes, de fato, à leitura e contribuam para o seu processo de letramento, sendo eles: o adolescente deverá comprometer-se em manter a integridade física do material emprestado mediante pactuação com a equipe da sala de leitura, a quem caberá avaliar o cumprimento de tal compromisso, tal pactuação deverá conter, inclusive, o período do empréstimo; O adolescente deve apresentar interesse e ser participativo nas atividades da sala de leitura; assim como seu envolvimento e desempenho nas propostas deverão ser avaliados pelo profissional da sala de leitura; Considerando o processo de formação integral, a frequência escolar do adolescente deverá ser avaliada. Para fins de remição pela leitura, ao fim do período, será solicitada a apresentação de uma produção que demonstre a reflexão sobre o material lido.

**Palavras-chave:** Salas de leitura; Leitura; Socioeducação.

## **DEFICIÊNCIA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

José Higino Oliveira Souza  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
josehigino@gmail.com

O relatório fez parte de um Grupo de Trabalho (G.T) com o objetivo de estudar projetos, sistematizar processos, acompanhar as necessidades da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo e apresentar propostas, baseadas nas leis que regem o Sistema Socioeducativo, instituído pela portaria nº 165 do DODF nº 117 de 21 de julho de 2018. Apesar de fazer parte de um G.T., apenas um servidor ficou responsável pelo projeto e seu objetivo foi avaliar a acessibilidade nos órgãos e unidades, levantar o quantitativo de servidores com deficiência, de servidores com dependente com deficiência da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SUBSIS/SECRIANÇA), saber se era possível quantificar os adolescentes e famílias atendidos pelo sistema que tenham alguma deficiência e fazer uma análise qualitativa de todos os dados levantados, buscando soluções e propostas. As pessoas com deficiência se caracterizam como segmento da população que necessita de uma abordagem específica das políticas sociais, para que a garantia de existência digna e o exercício da cidadania sejam assegurados. A sociedade não se apresenta sensível e efetivamente preparada para uma integração real de sua diversidade constituinte. São, portanto, diferenças que se traduzem em desigualdades. As barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência vão além das arquitetônicas e físicas, e fundam-se com grande ênfase nas relações sociais. A partir da implementação do projeto buscou-se por dados sobre deficiência junto aos órgãos da Secretaria da Criança. Solicitou-se informações primeiramente a Diretoria de Pessoas e depois a todas as unidades de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF. Os demais órgãos do Sistema Socioeducativo não participaram dessa pesquisa. Do total de 15 unidades do Meio aberto, 11 responderam o questionário, do total de 6 unidades de semiliberdade, 3 responderam o questionário e do total de 8 unidades de internação, 3 responderam todos os dados solicitados e outras 3 unidades responderam de forma incompleta e não utilizamos esses dados em sua totalidade. Foram realizadas também visitas em 14 das 15 Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Sistema Socioeducativo do DF, 1 unidade de internação (Unidade de Internação de Santa Maria) e 1 unidade de semiliberdade (Guará) para a verificação da acessibilidade. Ao longo do tempo de execução do projeto foi possível encontrar vários problemas que envolvem o tema Deficiência, como falta de intérpretes de LIBRAS, problemas graves de acessibilidade e não existir dados confiáveis sobre deficiência no Sistema Socioeducativo. Diante da experiência desse projeto, constatou-se importante que a Secretaria da Criança tivesse um núcleo permanente em seu organograma para atenção ao tema, Deficiência, inclusão e Acessibilidade.

**Palavras-chave:** Deficiência; Sistema Socioeducativo; Acessibilidade.

## **ROMPENDO FRONTEIRAS INSTITUCIONAIS: NAETCA UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Cibele Araujo Cabral  
Tribunal de Justiça de São Paulo  
cibelle\_araujo@hotmail.com

Cilene Silvia Terra  
Tribunal de Justiça de São Paulo  
cilene.sterra@gmail.com

João Bosco dos Santos Baring  
Defensoria Pública de São Paulo  
joaobaring@gmail.com

Fernanda Caldas Azevedo  
Tribunal de Justiça de São Paulo  
azevedo.fernanda@ymail.com

Natacha de Oliveira Souza  
Ministério Público de São Paulo  
natachasouza@mpsp.mp.br

Silvia Moreira da Silva  
Ministério Público de São Paulo  
silvimasilva@mpsp.mp.br

Josiane Biondo  
Tribunal de Justiça de São Paulo  
josibiondo@gmail.com

Giovanna Kliemann Scarpari  
Defensoria Pública de São Paulo  
gscarpari@defensoria.sp.def.br

Daniela Cristina Augusto Campos  
Defensoria Pública de São Paulo  
dccampos@defensoria.sp.def.br

Pretende-se apresentar a experiência de trabalho coletivo e interprofissional desenvolvido pelas Equipes do Sistema de Justiça Juvenil paulista compostas por assistentes sociais e psicólogos do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Judiciário, nomeado como NAETCA, sigla formada pela junção das iniciais de NAT (Núcleo de Assessoria Técnica Ministério Público) ETJ (Equipe Técnica Judiciária) e CAM (Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública). As reuniões entre as três equipes possibilitaram a identificação de demandas comuns, o tratamento dado ao adolescente que responde por prática infracional, superando a funcionalidade de cada instituição quanto ao papel

a ser desempenhado por seus membros nessa seara. Considerando as funções de cada órgão, temos que o Judiciário é responsável pela aplicação da Lei, devendo ser o elemento neutro, competente para conhecer as representações, apurar o ato infracional e sentenciar, além de acompanhar a execução das medidas socioeducativas. O Ministério Público é uma instituição que tem uma dupla função no âmbito da justiça penal-juvenil, pois é órgão de acusação que promove a ação socioeducativa, ou seja, representa o interesse do Estado de responsabilizar o autor do ato infracional e ao mesmo tempo tem a função de defesa dos direitos e garantias legais asseguradas à criança e ao adolescente. E por fim a Defensoria Pública, competente por realizar a defesa técnica do adolescente, destaca-se por um protagonismo na preservação dos direitos individuais do adolescente em conflito com a lei, além de visar à garantia dos direitos humanos, em todos os graus, judicial e extrajudicial, bem como os direitos individuais e coletivos. Neste trabalho entende-se que apesar das instituições exercerem funções diferentes no âmbito do adolescente em conflito com a lei, todas têm por competência zelar pela garantia dos direitos dos adolescentes e pela concretização do processo socioeducativo. Essa identificação é imprescindível para situar o horizonte de atuação do trabalho interdisciplinar das equipes interprofissionais. Para demarcar a importância do trabalho técnico interdisciplinar no âmbito das principais instituições do sistema de Justiça, organizou-se três eventos denominados “Diálogos Interdisciplinares”, que viabilizaram o debate aberto e franco entre os operadores do direito, a rede de atendimento, pesquisadores e intelectuais da área. Além disso, produziu-se um artigo científico e foram promovidas ações de aproximação com a articulação dos serviços de medida socioeducativas em meio aberto e com a Fundação Casa por meio de reuniões ampliadas que também incluíram demais atores do Sistema de Justiça e representações de outros grupos. Atualmente as pautas de discussões têm girado em torno de temáticas como saúde mental e a Unidade Experimental de Saúde, depoimento especial, precarização do trabalho, entre outros. A organização deste coletivo possibilita a superação do isolamento institucional, um movimento de enfrentamento do lugar instituído e a valorização do trabalho profissional das equipes técnicas dessas três instâncias. Para tanto há, através do diálogo e encontros permanentes, um alinhamento ético-político e teórico-metodológico voltados para a aproximação do cotidiano (sobre)vivido e enfrentado pelos (as) adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, visando o alcance da rede de serviços que contempla as políticas públicas.

**Palavras-chave:** Sistema de Justiça; Adolescentes; Intersetorialidade; Ato infracional.

## **ENTREVISTA TERAPÊUTICA: CONTRIBUIÇÃO E DIFERENCIAL NO TRABALHO COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Tathiana Reche Santa Rosa

Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminino, Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativo de Santa Catarina  
santarosapsic@yahoo.com.br / santarosapsic@dease.sc.gov.br

Adolescentes em conflitos com a lei apresentam características que se fundamentam em aspectos históricos, sociais e culturais e a entrevista terapêutica mostra-se como importante na contribuição da avaliação psicológica desses adolescentes, uma vez que se dispõe como uma técnica de análise aberta, capaz de se ajustar a diferentes situações e contextos, com possibilidades de descobrir as subjetividades, conhecer comportamentos, indicar encaminhamentos ou fazer intervenções. É certo que a mudança comportamental dos adolescentes em conflito com a lei requer apoio familiar e um trabalho multidisciplinar, que não comporta apenas o papel do Psicólogo, mas, o envolvimento do Estado e da sociedade como um todo em ações conjuntas, para efetivamente produzir transformações. As mudanças na atuação com adolescentes em conflitos com a lei não ocorreram simplesmente no âmbito legal, quando as práticas de atenção sócio educacionais, mesmo evoluindo lentamente, permitiu a criação de unidades socioeducativas, que atuam com uma rede de profissionais voltados para cuidados com os adolescentes internados, estando o psicólogo inserido no trabalho terapêutico. A intervenção psicológica pressupõe reconhecimento do contexto em que os adolescentes em conflitos com a lei vivem, classes menos abastadas, condição cultural precarizada, geralmente com bases familiares desestruturadas. Sobre essa realidade não comporta juízo de valor, tampouco inferir moralização, visto que a ação terapêutica tem o papel de compreender os sintomas emocionais, sofrimentos e angústias humanas visando melhor lidar com estes. Mudar realidades e mentalidades é, portanto, dificultoso, quando é processual, principalmente quando o ponto de partida é o indivíduo em formação psíquica em contextos cotidianos adversos e históricos de vida perversos. No caso de adolescentes em conflitos com a lei, a entrevista terapêutica se dispõe na escuta, nas interlocuções e verbalizações, em suas coerências e contradições, sendo necessário o processo de colaboração do entrevistado. Por isso, a entrevista terapêutica é valorosa e diferenciada porque suas características têm a capacidade de ajustar-se às diferentes situações e contextos, elucidando particularidades que fogem às técnicas padronizadas de avaliação. No trabalho com adolescentes em conflito com a lei, a Psicologia busca entender o sujeito com um ser integral, que mesmo diante das situações adversas em que se encontram, são vistos como seres de possibilidades e potencialidades, com capacidade de mudarem suas vidas. Ademais, esse breve estudo não abarca todas as necessidades de elucidação do tema, carecendo que novas abordagens sobre adolescentes em situação de privação de liberdade sejam realizadas, principalmente no que se refere ao entendimento do psíquico humano, que é um universo complexo, mas um infinito de descobertas.

**Palavras-chave:** Psicologia; Entrevista terapêutica; Socioeducação.

## **ENCONTROS E VOZES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA QUE PROVOCA REFLEXÕES SOBRE OS SUJEITOS QUE COMPÕEM O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Laura Cristina Caipa Cadena

Graduanda da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e estagiária do Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital - CASE e o Centro de Internação Feminina – CIF  
lauracaipa861@gmail.com

Tathiana Reche Santa Rosa

Psicóloga do Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE da Capital e Centro de Internação Feminino – CIF - Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativo – SAP  
santarosapsic@yahoo.com.br

Júlia Neves Peiter

Ex-Estagiária de psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital - CASE e o Centro de Internação Feminina - CIF  
julianpeiter@gmail.com

Compreendendo que a sociedade é formada por várias instituições que se articulam entre normas e valores que regulam a organização da vida humana, torna-se importante reconhecer o papel das instituições como produtoras de subjetividade. Este resumo visa descrever brevemente o trabalho realizado no primeiro semestre de 2019 pelas estagiárias de psicologia da UFSC com os internos (as) do Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e do Centro de Internação Feminina. Trata-se da elaboração de uma revista produzida pelos próprios jovens. Teve-se como objetivo principal, provocar reflexões sobre os sujeitos que compõem o sistema socioeducativo. Ofereceu-se um espaço grupal, onde o sujeito pode ser visto, ouvir e ser ouvido, fundamentando-se na noção que o sujeito se constrói no contato com os acontecimentos e com isto, pensar em outras formas de estar na sociedade. Esse trabalho foi fundamentado teoricamente na Psicologia Social, baseando-se também na Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente que determina que estas não sejam tratadas como objetos passivos, para serem reconhecidos como titulares de Direitos Fundamentais; Da cartilha oferecida pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), a qual norteia a atuação de psicólogos dentro das medidas socioeducativas em unidades de internação com o foco na garantia de direitos humanos e contrapondo-se à lógica punitiva; Assim como também se deu a partir da demanda vinda dos próprios jovens, de serem reconhecidos como sujeitos para além do ato infracional. Foram realizados cinco encontros com duração de aproximadamente uma hora em cada Centro, com participação de 10 internos em média. Inicialmente foram feitos levantamentos dos principais temas e demandas trazidos pelos adolescentes e, a partir disso, elencou-se como algumas formas de subjetividade em circulação, como, por exemplo: vínculos afetivos, cultura, liberdade, responsabilização, interesses pessoais, entre outros. O material poderia ser construído de diversas formas além do tradicional escrito, utilizando desenhos, rima, música, figuras, colagens e o que eles trouxessem para passar sua mensagem. Ao final do projeto, se discutiu sobre o sentido da atividade, os jovens relataram que o trabalho possibilitou falar sobre coisas além do crime, descobrir novas habilidades e interesses, assim como reconhecer os colegas de outras formas. Na execução, encontrou-se certa cristalização da forma como estes jovens são vistos frequentemente, por parte dos profissionais que atuam nas Unidades, só sendo possível evidenciar as questões sociais que os levou até ali, como se não existissem mais oportunidades e como se estivessem fadados a repetir

determinados comportamentos sem perspectivas de mudar sua conduta. É por isto que este trabalho, mesmo que não procurando negar as situações sociais que os adolescentes encontram-se submetidos, buscou enfatizar que cada sujeito é um sujeito distinto, constituído histórico e socialmente, assim como também procurou possibilitar a compreensão de que são cidadãos de direitos e devem respeitar e ser respeitados como todas as demais pessoas. Salientamos ainda que é responsabilidade da instituição oferecer para os jovens novas possibilidades e formas de (cri)ação no mundo, tendo o cuidado necessário para não priorizar apenas a manutenção da existência da própria instituição.

**Palavras-chave:** Relato de Experiência; Estágio em psicologia; Produção de subjetividade; Reflexões.

## **CONTEXTO DE TRABALHO VIVENCIADO POR GESTORES NA ORGANIZAÇÃO SOCIOEDUCATIVA DO DISTRITO FEDERAL, À LUZ DE UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DESCRITIVA EM SAÚDE MENTAL**

Tatiana de Paula Soares  
Universidade de Brasília - UnB  
tatiana.soares@gmail.com

Jorge Ponciano Ribeiro  
Universidade de Brasília - UnB  
jorgeponcianoribeiro@yahoo.com.br

O ambiente organizacional do sistema socioeducativo brasileiro é repleto de complexidades que podem gerar tensões entre os trabalhadores, em especial àqueles que gerenciam a execução dessa política pública. O panorama acerca do contexto de trabalho possui a perspectiva de dar vazão ao sentido do trabalho e identificar o processo de saúde e/ou adoecimento. Nesse sentido, este estudo se propôs a retratar o contexto de trabalho da gestão da socioeducação do Distrito Federal. Com a utilização do instrumental Job Content Questionnaire e a participação de 48 dos 103 gestores que acessaram o link LimeSurvey para participar desta pesquisa, o método de análise foi estatístico descritivo. O objetivo foi de identificar, descrever e avaliar a correlação, por meio de análises fatoriais e de regressão múltipla, dos componentes 'demanda', 'controle' e 'apoio' nas relações socioprofissionais e suas implicações na realização profissional dos gestores. Nos resultados, o fator de maior destaque sobre as condições de trabalho foi de que, 77,1% (37 de 48) dos gestores 'deve fazer frequentemente a mesma atividade', e esse fato pode ser prejudicial para a piora no quadro de saúde mental, pois o 'controle da instituição sob a autonomia do trabalhador' influencia significativamente em sua qualidade de vida, sob o aspecto de saúde mental. Com relação a escala demanda, cerca de 66,7% (32 de 48) precisam 'frequentemente realizar seu trabalho de maneira rápida', e somente um participante afirmou que 'o trabalho nunca exige muito esforço'. As recorrências apresentadas nesta pesquisa sustentam que, os fatores correlacionados à baixos níveis de saúde mental, falta de realização pessoal, e, más condições de trabalho precisam ser "visibilizados" para ampliar as possibilidades de um contexto saudável no ambiente de trabalho. Com isso, concluiu-se uma relação diretamente proporcional sobre a afirmativa de que 'quanto mais saudável o trabalhador, maior sua satisfação profissional'. Ainda, o propósito deste estudo é de possibilitar à gestão socioeducativa, a percepção dos fatores institucionais sobre as suas relações entre as equipes de trabalho. Sob o ponto de vista holístico e da psicologia organísmica, considera-se que, a saúde é contato, e que, quanto mais pleno, ocorre a saúde em determinado campo. Nessa direção, torna-se emergente o processo individual de revisão identitária e coletivo sobre a transformação gradual da cultura organizacional. A médio e longo prazo esse processo pode resultar na transmutação do cenário atual de insatisfação relacionada à precarização das condições de trabalho à profissionais mais satisfeitos e comprometidos, com autonomia, capazes de tomar decisões e assumir responsabilidades na medida certa da necessidade. Desse modo, a finalidade macro desta pesquisa, é de que a partir da identificação e possível (re)significação de experiências do contexto de trabalho e relações socioprofissionais, novos rearranjos organizacionais possam ser criados e constituídos, de acordo com o contexto atual de saúde dos gestores da socioeducação do Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Contexto de trabalho; Gestão; Socioeducação; Saúde.

## **GRUPO DE CULINÁRIA COMO MÉTODO DE INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Alessandra de Moura  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC  
alessandra.moura.to@gmail.com

Juliana Berger Valente  
Departamento de Antropologia Cultural da City University of New York - CUNY  
jubvalente@gmail.com

Como metodologia para o atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) realiza um grupo semanal de culinária que visa ampliar a possibilidade de comunicação e fala dos integrantes do grupo, possibilitando a formação de laços entre os seus membros e pertencimento ao espaço institucional. O grupo, conduzido por uma pedagoga e uma terapeuta ocupacional, atende adolescentes que, em sua maioria, são do gênero masculino, entre 16 e 18 anos, com histórico de defasagem e fracasso escolar. Residem em território precário de serviços assistenciais, fazem uso de substâncias psicoativas e apresentam demandas psicossociais. A escolha da atividade de culinária se dá com base em teorias da psicologia que entendem a oferta da comida como uma prática de cuidado, e do ato de se fazer em conjunto que possibilita lidar com frustrações, fornecendo ao indivíduo segurança para desempenhar outros papéis, além de servir de modelo para distinguir o eu do outro. Autores da área da antropologia, referem que o ato de comer se caracteriza como uma atividade humana central, devido sua importância e frequência, que, nesta esfera, propicia um ambiente em que se pode fazer escolhas e afirmar individualidade. Ademais, através do manejo técnico que constitui um ambiente suficientemente bom, onde seus membros podem ser cuidados, o grupo oferece aos adolescentes a restauração de um ambiente confiável. Todas as receitas são escolhidas pelos membros do grupo, pois a possibilidade de escolha da receita e do planejamento das atividades são importantes para apropriação dos adolescentes para com o espaço grupal. A utilização desta atividade possibilita o aprendizado e o reconhecimento das necessidades do sujeito, assim como o desenvolvimento de novas capacidades, as quais os auxiliam na busca de soluções próprias e criativas para suas questões. Finalmente, segundo estudos da terapia ocupacional, a possibilidade de diálogo surge espontaneamente enquanto cada um realiza suas tarefas de forma individual que, ao final do grupo, se transforma no prato a ser apreciado por todos. Além do mais, esta atividade coletiva proporciona ao adolescente outro espaço social, no qual ele pode desempenhar um novo papel, aumentando seu repertório. Por exemplo, é comum que os adolescentes inseridos no grupo de culinária apresentem limitações para o convívio social e dificuldades em comunicar-se, tendo um repertório reduzido ao universo infracional. A partir da atividade no COMEC, observamos que os adolescentes conseguem fazer mudanças no modo de se relacionar, inclusive no ambiente familiar, uma vez que levam receitas para fazer em casa com as mães, proporcionando novos modos de comunicação em casa. Após um período no grupo, observamos que os adolescentes conseguem retornar para o atendimento individual mais disponíveis para comunicarem suas dificuldades e demandas. Assim, conseguimos através de uma atividade grupal alcançar os adolescentes e possibilitar outras formas de diálogo.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Grupo socioeducativo; Culinária; Adolescência.

## **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM GRUPO: UM RELATO SOBRE A EXECUÇÃO DO PROJETO IRIS NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SAÍDA SISTEMÁTICA DO DISTRITO FEDERAL**

Thayna Regina Nunes de Oliveira  
Universidade de Brasília – UnB  
thaynanunes30@gmail.com

Durante os atendimentos individuais e também em grupo realizados no estágio obrigatório em Serviço Social na Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS do Distrito Federal, foi observada a necessidade de discutir e problematizar determinados temas considerados pertinentes. Tais temáticas tinham uma grande associação em torno do abandono afetivo paterno. A realidade da sociedade brasileira tem na sua história o abandono afetivo paterno enraizado, atualmente 5,5 milhões de crianças não tem o nome do genitor nas certidões de nascimento. No intuito de trabalhar a metodologia de intervenção grupal juntamente com os socioeducandos, foi proposto um cine-debate a ser realizado durante quatro encontros no primeiro semestre do ano de 2019. O público-alvo foram jovens entre 18 a 21 anos que estavam no início do processo de saídas sistemáticas. Foram escolhidos filmes que abordassem os seguintes temas: raça, relação pai e filho, educação sexual e masculinidades. A cada encontro foram convidados participantes externos para compor os debates, todos estudantes de ensino superior. O objetivo era ofertar um momento de reflexão crítica aos jovens da UNISS além de aprimorar o trabalho feito com grupos. Esperava-se proporcionar o contato dos jovens com os temas estipulados de maneira criativa através dos filmes, para possibilitar seu envolvimento com o projeto, de modo a se identificarem e trazerem ao grupo vivências de sua realidade. O cine debate foi realizado ao longo de dois meses, com duração de três horas em cada encontro, no espaço multiuso da UNISS. Durante os encontros, além da presença dos jovens e dos convidados, tivemos a presença de alguns servidores da Unidade que contribuíram com a realização do projeto. No início de cada encontro, foi apresentado para os participantes o que era o projeto e como seria utilizada a metodologia proposta. A dinâmica do projeto contou com as seguintes etapas: apresentações; entrega dos lanches; exposição do filme; realização do debate; aplicação dos questionários de avaliação do encontro; fechamento. Os resultados obtidos indicaram o envolvimento dos participantes durante os debates, a identificação das suas respectivas realidades com os filmes expostos, aumento da percepção sobre pertencimento grupal, a reflexão e abertura acerca dos diversos assuntos abordados em cada encontro, novas possibilidades institucionais de aprimoramento de trabalho em grupo e a aproximação da graduação com outros espaços fora da universidade. Para a atuação da/o Assistente Social, o trabalho em grupo situa-se enquanto uma perspectiva pedagógica no seu fazer profissional o qual tem algumas finalidades, cabe aqui destacar a sociabilização de informações de uma forma horizontalizada e democrática para seus usuários. Refletir sobre a prática e pensar em novas propostas de trabalho é de suma importância, abre possibilidades de um novo fazer profissional, o qual visa o aperfeiçoamento das técnicas e instrumentos de trabalho gerando meios para uma intervenção mais qualificada com os usuários.

**Palavras-chaves:** Cine-debate; Socioeducação; Abandono afetivo paterno; Masculinidades; Trabalho em grupo.

**O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO FECHADO COMO UM FATOR POTENCIALIZADOR NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS VIVÊNCIAS NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO JOSÉ BEZERRA DE MENEZES**

Maria Dálete Alves Lima  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.lima@seas.ce.gov.br

Andressa Nunes Pereira de França  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
andressa.nunes@seas.ce.gov.br

Maria Geiza Rodrigues Feijó de Melo  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.melo@seas.ce.gov.br

O estudo objetiva fomentar o debate acerca do trabalho social realizado pelos assistentes sociais e equipe técnica do Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes em Juazeiro do Norte - CE, junto às famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A pesquisa problematiza a urgência de intervenções qualificadas no campo da infância e juventude. Partimos do pressuposto de que no campo da socioeducação não se pode pensar o adolescente como um indivíduo isolado, mas em sua totalidade, em meio às relações sociais, quer sejam afetivas ou familiares. Desse modo, a família é tida como um fator potencializador no cuidado e no processo de ressocialização, capaz de fortalecer as relações sociais, a participação ativa e estimular práticas positivas a partir da formação cidadã do sujeito, da transformação da cultura excludente e do afeto. Entretanto, é também no contexto familiar que situações de violação de direitos ocorrem, sendo perpetuadas ao longo do tempo, tais como: negligência, abandono, exclusão social, drogadição, entre outros. Ressaltamos, ainda, que na condição de adolescentes em conflito com a lei ou em cumprimento de medida socioeducativa, não só o sujeito se fragiliza, mas todo o núcleo familiar e comunitário. Por esse motivo, as intervenções qualificadas devem integrar o cotidiano das Unidades de socioeducação, tanto para o usuário quanto para a família. No cotidiano das intervenções realizadas no referido Centro Socioeducativo, entendemos o trabalho social como uma estratégia de empoderamento, fortalecimento de vínculos e cuidado em saúde mental. O trabalho social desenvolvido se configura como um potencial na corresponsabilização da família para com o socioeducando. Esse trabalho se efetiva: pela preocupação com a oferta qualificada dos serviços, envolvimento de familiares e das pessoas de referência do adolescente e articulação com a rede socioassistencial do município de origem dos sujeitos (para que a família seja acompanhada longitudinalmente e inserida nos programas e políticas públicas que se enquadrem). Também são realizados acompanhamentos familiares, visitas domiciliares e institucionais, no intuito de realizar ações continuadas e preparar a família para o retorno do adolescente. Além disso, são facilitados momentos de encontros supervisionados semanalmente a Unidade e contatos telefônicos. Outro trabalho social muito significativo é realizado no Centro: o projeto *Abraços em Família*, que ocorre mensalmente com diferentes temáticas e se configura como um espaço de socialização de conhecimento, atividades pedagógicas, fortalecimento de vínculos, estímulo a corresponsabilização dos familiares pelo cuidado contínuo e acompanhamento do adolescente, empoderamento dos envolvidos quanto a direitos e deveres, políticas públicas,

convivência familiar e comunitária. Concluímos, a partir do estudo, que existe a necessidade de práticas profissionais voltadas para a família do adolescente atendido. As intervenções necessitam integrar, cada vez mais, a família no processo de ressocialização e ressignificação da prática do ato infracional, de modo a propiciar maior envolvimento, fortalecimento de vínculos, protagonismo social, empoderamento, autorreflexão e mudança de postura.

**Palavras-chave:** Família; Socioeducação; Medida socioeducativa em meio fechado; Equipe Multiprofissional.

## **GRUPO COMO UM DISPOSITIVO DE FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO FAMILIAR**

Lucimara Rosa da Silva Amaral  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC  
lucimara.rosa.amaral@gmail.com

Ana Flávia Silva Luz  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
anaf\_luz@hotmail.com

Natasha Contro de Souza  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
natasha.contro@gmail.com

Raquel de Araújo Neves Rocha  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
quel74@hotmail.com

Conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a Liberdade Assistida (LA) é uma das Medidas Socioeducativas (MSE) em meio aberto, aplicada para adolescentes que praticaram ato infracional. Faz parte de sua execução o atendimento familiar, tendo em vista o fortalecimento das redes de apoio do adolescente, oportunizando o efetivo cumprimento da medida através da orientação e promoção social. Ao considerar a família como núcleo base das interações sociais, configurando-se a partir de aspectos econômicos, culturais, religiosos, ideológicos, entre outros, O COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - SP, executora de MSE de LA, utiliza como uma de suas estratégias para atendimento a realização de grupos com responsáveis, considerando a atenção grupal tão efetiva quanto a individual. Acredita-se que a formação de um grupo reúne integrantes com objetivos comuns e, neste caso, a finalidade maior faz referência ao acompanhamento da MSE do adolescente pela família. Desse modo, os grupos de responsáveis são caracterizados como coletivos reflexivos, compostos pelas principais referências dos adolescentes assistidos pela executora, sendo estes familiares ou responsáveis legais, com enfoque no fortalecimento dos vínculos e ampliação de repertório como dispositivos pessoal e social. Os encontros são capazes de proporcionar uma dinâmica de acolhimento das ansiedades, frustrações, medos, conquistas e demais demandas emergentes atreladas aos participantes. Visa-se, portanto, a favorecer o processo reflexivo pelos integrantes no que diz respeito aos conflitos familiares, territoriais, relações de trabalho/desemprego, escolaridade/profissionalização, saúde, cultura/lazer, socialização, preconceitos, criminalização da pobreza. Essas, dentre outras, são pautas recorrentes no processo grupal e de grande relevância para as famílias, pois o diálogo entre os pares, favorece uma rede de apoio no que tange a prática parental no processo de desenvolvimento do adolescente e cumprimento de sua MSE. Isso remete à noção de que é possível aproximar-se dos dispositivos sociais a partir de necessidades reais, sendo estas advindas de urgências apresentadas pelos participantes promovendo, assim, a composição de um coletivo grupal orgânico. Os grupos de responsáveis no COMEC LA são conduzidos por uma dupla psicossocial e apresentam duração média de uma hora e trinta minutos. As profissionais possuem proximidade com os integrantes do grupo, devido aos procedimentos iniciais de condução da MSE e pelos atendimentos individuais. Por meio desse contato prévio, realizam avaliação do perfil dos responsáveis pelos adolescentes em cumprimento de medida a fim evitar possíveis conflitos. Esses são

grupos abertos, o que significa que não apresentam data fixada para término, tampouco restringe a entrada de novos integrantes. A composição do grupo é dada predominantemente pelo sexo feminino, genitoras, em sua maioria afrodescendentes, constituindo núcleo familiar monoparental. Trazem em si estigmas marcados por tais características, no qual o espaço grupal corrobora a ressignificação e reestabelecimento do potencial suprimido pela violação dos direitos. Considera-se, portanto, o atendimento em grupo como um subsídio de empoderamento dos responsáveis, dos vínculos familiares e afetivos ao resgatar o fortalecimento da noção de coletividade, como também um recurso significativo no favorecimento da articulação familiar para o cumprimento do adolescente para o seu plano individual de atendimento.

**Palavras-chave:** Medida Socioeducativa; Adolescente; Responsável; Família; Grupo.

## **DESPACHO: O INFORMATIVO DE SERVIÇOS AOS JOVENS E ADOLESCENTES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Fernanda Novaes Nóbrega

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Universidade de Brasília - UnB  
fernandannovaes06@gmail.com

Este trabalho apresenta os resultados da implementação do projeto de intervenção “Despacho: O informativo de serviços aos jovens e adolescentes do sistema socioeducativo”, desenvolvido no processo de estágio curricular supervisionado em Serviço Social, realizado na Subsecretaria do Sistema Socioeducativo - SUBSIS. O Despacho é um instrumental que une informações referentes à serviços sociais públicos, que podem ser acessados pelos jovens e adolescentes do sistema socioeducativo. O SINASE prevê a todo adolescente e jovem, que está em cumprimento de medida socioeducativa, a preservação de direitos sociais como a educação, cultura, saúde, lazer, empregabilidade, entre outros. Cabe a todo o sistema de garantia de direitos trabalhar em prol da proteção integral. Sabe-se que essa rede de proteção é muito grande, e que dispõe diversos serviços, eventos, programas, atividades nas regiões que poderiam ser direcionadas aos jovens e adolescentes do sistema socioeducativo. Entretanto, essas informações nem sempre são acessadas pelos adolescentes e jovens por diversas questões, como a desarticulação da rede socioassistencial e falta de comunicação entre os atores, contexto de vulnerabilidade experimentado pelos adolescentes e suas famílias contribuindo para o desconhecimento dos serviços oferecidos, dentre outros. Deste modo, dificultando o acesso destes jovens e adolescentes a certos serviços, que provavelmente o auxiliaria em seu desenvolvimento dentro do sistema socioeducativo, já que a maioria destes, encontra-se em vulnerabilidade social, com seus direitos negligenciados. Portanto, a partir da observação da ausência de um instrumental que unisse essas informações e que facilitasse aos socioeducadores o acesso a esses serviços para jovens e adolescentes, nasce o Despacho. Organizado em formato de boletim online quinzenal, o Despacho foi socializado por meio dos e-mails dos servidores, bem como em grupos de WhatsApp do sistema socioeducativo. Sua divulgação apresentou bastante progresso e utilidade para o sistema, em todas as suas medidas: Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semiliberdade e Internação. Ao final de cinco edições lançadas, foi criado um formulário online para a avaliação do mesmo, onde se encontrou retornos bastante positivos e úteis para o aprimoramento do projeto. Com resultados positivos e significativos, o projeto foi incluído, a gestão do sistema socioeducativo, mais especificamente a Coordenação de Políticas e Saúde - COORPSAU, como atribuição fixa do setor, apesar do fim do estágio obrigatório realizado pela estudante. Busca-se, por meio da exibição do Painel, socializar com outros estados e/ou coordenações a experiência positiva deste instrumental e sua importância na garantia de direitos e o estreitamento da comunicação entre os servidores da ponta e os da gestão, facilitando assim o acesso a informações de tamanha relevância aos jovens e adolescentes.

**Palavras-chave:** Garantia de direitos; Intersetorialidade; Comunicação; Gestão.

**A GESTÃO DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO JOSÉ BEZERRA DE MENEZES: TECENDO REFLEXÕES A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Andressa Nunes Pereira de França  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
andressa.nunes@seas.ce.gov.br

Maria Dálete Alves Lima  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.lima@seas.ce.gov.br

Maria Geiza Rodrigues Feijó de Melo  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.melo@seas.ce.gov.br

A presente pesquisa versa sobre um relato de experiência no âmbito da gestão do trabalho socioeducativo no Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes, localizado no município de Juazeiro do Norte-CE. Vale ressaltar que se trata de uma unidade mista que atende adolescentes em cumprimento de medida cautelar de internação provisória e medida socioeducativa de internação de 47 (quarenta e sete) comarcas localizadas no interior cearense. Sabe-se que o campo do Sistema Socioeducativo é considerado bastante complexo, necessitando estar bem estruturado para a eficiência e efetividade dos serviços prestados, respeitando a legislação vigente, em especial o preconizado no âmbito dos Direitos Humanos, Constituição Federal do Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Dessa forma, uma boa gestão se faz crucial no sentido de estruturar e organizar o funcionamento do serviço, buscando seu fortalecimento e execução qualificada da socioeducação. Acredita-se que a gestão deve ser participativa e democrática, com valorização das instâncias representativas da sociedade civil e se tenha diálogo com a comunidade socioeducativa e demais políticas públicas. Para tal, é primordial o planejamento estratégico situacional, no sentido de compreender as demandas e entender as problemáticas, fragilidades e fortalezas, já que o conhecimento deve preceder qualquer intervenção. Assim, é *sine qua non* ressaltar a necessidade da qualificação profissional no âmbito da gestão, em todos os seus níveis, no sentido de ampliar a horizontalidade da comunicação, das ações, bem como das intervenções. A educação permanente, nesse sentido, tem sido valorizada, pois possibilita o conhecimento, alinhamento de ações, empoderamento e ampliação dos saberes. No Centro Socioeducativo em questão, se faz crucial o diálogo e participação dos profissionais nos processos decisórios, para tal, há o contato direto e diário com a comunidade socioeducativa, inclusive, na mediação de conflitos, planejamento, entre outros. A gestão do Sistema Socioeducativo e os profissionais que integram o serviço necessitam estar em imediata parceria com todos os executores de medidas socioeducativas, seja do meio fechado quanto do meio aberto, bem como prezar pela articulação com a rede socioassistencial das diversas políticas públicas, em especial com a Educação, Saúde, Assistência Social, entre outros. Assim, faz-se fundamental pensar momentos coletivos de interação e proporcionar espaço de saúde do trabalhador, diálogo permanente, alinhamento do trabalho, entre outros. Como também aproximar a academia e realizar parcerias, no intuito de ampliar as relações interpessoais e rede de comunicação e divulgação dos serviços. Vale mencionar, que se faz fundamental saber reconhecer subjetividades no ambiente de trabalho dos envolvidos, conhecendo o grupo de trabalho, estimulando as potencialidades, identificando “nós críticos” e fragilidades do grupo,

respeitando as individualidades e subjetividades de cada um. Sempre com empatia e ética. Para tal, é muito importante esse olhar atento com a rede socioassistencial objetivando realizar parcerias, sensibilizar, entre outros, promovendo momentos de encontros e partilha.

**Palavras-chave:** Gestão; Socioeducação; Adolescentes; Famílias; Equipes Multiprofissionais.

## EDUCAÇÃO DIGITAL NA SOCIOEDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIA EM FORMA DE PAINEL

Andréia Mello Lacé  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB  
amlace@unb.br

Denysberg Carvalho Alves de Resende  
Universidade de Brasília - UnB  
awberg\_denys@hotmail.com

Laryssa Rosa da Silva Slavov  
Universidade de Brasília - UnB  
laryssaslavov@gmail.com

Thiago dos Santos Brandão  
Universidade de Brasília - UnB  
thiagob.unb@gmail.com

Este Painel tem como objetivo compartilhar as experiências vivenciadas no âmbito do projeto de extensão Educação Digital para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Distrito Federal. O projeto proposto pela Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília (UnB), envolveu estudantes extensionistas do curso de Pedagogia, Licenciatura em Ciência da Computação e Artes Visuais e contou com a parceria da Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio da gerência da Socioeducação. A socioeducação é um conjunto de princípios, ações articuladas e solidárias, de forma federativa, intersetorial, envolvendo a educação, a saúde, a assistência social, a justiça e a cultura, com vistas a garantir um feixe de direitos aos adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais – condutas descritas como crime ou contravenção (BRASIL, 1990). A socioeducação objetiva promover a ressignificação do projeto de vida desses adolescentes e jovens zelando pela proteção integral e prioritária, conforme asseguram a Constituição Federal (CF) de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), de 2012. O projeto foi direcionado aos jovens da Unidade de Saída de Sistemática (UNISS) do Recanto das Emas (DF), no âmbito do Edital nº 01/2018, Programa de Extensão em Educação, Trabalho e Integração Social, na linha de Direitos Humanos e Trabalho. A escolha pela Uniss se deu a partir da análise diagnóstica, que ocorreu por meio de um questionário online direcionada e enviado aos gestores de todas as unidades. Mesmo não contando com uma sala de informática própria, a unidade conta com cinco computadores com acesso à internet na sala de leitura. Ressalta-se que ocorreram duas *visitas in loco*, uma com o objetivo de ouvir os estudantes acerca de suas trajetórias escolares na medida socioeducativa, percepções sobre o uso das tecnologias, dos projetos de vida e de futuro, e a outra para apresentar a proposta final do projeto para a equipe do Núcleo de Ensino (NUEN). Foram realizadas quatro oficinas temáticas tratando de juventude engajada, informática básica, edição de imagens e mídias sociais, sempre considerando o protagonismo dos jovens na parte prática que as oficinas possuíam. Em todos esses encontros houve a aplicação de uma ficha de reação, com o intuito dos estudantes avaliarem as oficinas e dar sugestões de melhorias. Evidenciaram-se os vínculos de respeito e solidariedade, à medida que os jovens ganhavam confiança nos integrantes do projeto e se sentiam mais à vontade para conversar, perguntar, sanar dúvidas e curiosidades. Demonstravam, assim, proximidade com os extensionistas e com as

coordenadoras, sendo observada a importância desse vínculo afetivo para o engajamento dos jovens com as oficinas.

**Palavras-chave:** Educação digital; Socioeducação; Extensão.

## **O JUDICIÁRIO E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO EM SÃO LUÍS - MA**

Maria Betânia Silva Magalhães  
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão  
mbsmagalhaes@tjma.jus.br

José dos Santos Costa  
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão  
jscosta@tjma.jus.br

De acordo com as Resoluções n.º 77/2009 e n.º 157/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que dispõem sobre as inspeções judiciais nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente, a 2ª Vara da Infância e da Juventude (VIJ) vem realizando desde 2014, inspeções judiciais nos órgãos executores de medidas socioeducativa (MSE) em meio aberto. Em São Luís, o órgão executor dessas medidas é a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), por meio de cinco Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) que são responsáveis por operacionalizar as medidas de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço a comunidade (PSC). O presente trabalho é um estudo documental, descritivo, que tem por objetivo apresentar os resultados obtidos no relatório de inspeção judicial, realizada em setembro de 2019. Os dados do relatório demonstram que na medida socioeducativa em meio aberto estão inseridos 212 socioeducandos, sendo 31 em PSC, 137 em LA e 44 com medidas cumuladas de PSC e LA. Sobre o andamento da MSE, 58,5% estão cumprindo e 41,5% estão em descumprimento. Os principais motivos elencados para o descumprimento são: uso e abuso de substâncias psicoativas (SPA), adolescentes em situações de ameaça e/ou envolvimento com facções criminosas, evasão escolar, contexto de vulnerabilidade social e familiar e ausência da participação família no acompanhamento da MSE. Do universo total, 24% dos socioeducandos encontram-se em situação de ameaça e 26,8% se declaram pertencentes a facções criminosas. No período de abril a setembro foram identificados 04 óbitos de adolescentes. Em relação ao perfil, os socioeducandos são majoritariamente do sexo masculino (91,5%), predominando a faixa etária de 16 a 18 anos (75,5%), usuários de SPA (42,5%), com prática de ato infracional análogo ao roubo (79,2%) e sem reincidência de atos infracionais (56,6%). Recentemente, os CREAS dispõem de equipes de referência exclusivas para MSE, composta por assistente social, psicólogo e orientador social. O advogado não é exclusivo da MSE e atua em todos os serviços do CREAS. As equipes apontam diversas limitações para execução das MSE, seja no âmbito administrativo como ausência de lance e materiais pedagógicos para realização de atividades mais atrativas para os adolescentes, como também na articulação com as demais políticas públicas, a saber: matricular os adolescentes nas escolas; inseri-los em cursos profissionalizantes; garantir tratamento aos usuários de SPA a longo prazo, prevalecendo o tratamento psicoterápico. Na realidade ludovicense, a fragilidade nas políticas públicas compromete a materialização dos planos individuais de atendimento e conseqüentemente a ressocialização do socioeducando, refletindo nas altas taxas de descumprimento. Neste sentido, o judiciário como agente fiscalizador da MSE tem garantindo durante as inspeções espaços de escuta e diálogo com as equipes técnicas e adotado ações para melhoria das medidas em meio aberto, seja no âmbito administrativo de oficializar aos gestores as irregularidades encontradas, como também na instauração de procedimentos judiciais.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa; Juventude; Socioeducação; Inspeção judicial.

## **DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO NO CONTEXTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE**

Miler Couto Pinheiro

Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE/RJ  
milercouto@yahoo.com.br

Camila Serafim Daminelli

Laboratório de Relações de Gênero e Família – Labgef, UDESC  
camis.hst@gmail.com

A proposta de trabalho apresenta análise dos desafios do processo de (re)inserção e permanência de socioeducandos no ambiente escolar durante o período de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade no norte do estado do Rio de Janeiro. A metodologia da pesquisa pautou-se por uma revisão bibliográfica da literatura, de trabalhos acadêmicos e das legislações pertinentes em vigor, além da análise, qualitativa e quantitativa, dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas com profissionais das escolas regulares e também com socioeducandos. O estudo apresenta os resultados de investigação realizada no contexto da medida socioeducativa de semiliberdade, iniciando pela reflexão a respeito do processo de construção do direito à educação ao longo de diversos cenários da história do país, até se consolidar o paradigma atual, que garante o direito ao acesso e permanência na educação pública e de qualidade, partindo para a análise do alto índice de reincidência de socioeducandos em defasagem idade-ano escolar, a resistência e inflexibilidade dos profissionais da Educação ao receberem adolescentes e jovens em conflito com a lei no ambiente educacional. Pretendeu-se identificar o perfil dos socioeducandos, constatando a defasagem idade-ano de escolaridade, a relação que os jovens estabelecem com o ambiente escolar e os desafios enfrentados na relação com os profissionais da área educacional. A pesquisa também elucidou a necessidade de sensibilização dos profissionais envolvidos no processo de (re)inserção escolar, visando a garantia da democratização do ensino e para a permanência dos socioeducandos em unidades escolares. O alto índice de reincidência de adolescentes e jovens em conflito com a lei em defasagem idade-ano de escolaridade, bem como a resistência e inflexibilidade dos profissionais da educação ao receberem adolescentes e jovens no ambiente escolar faz com que seja necessário repensar a função social da escola e a garantia do direito ao acesso e permanência à educação, para que o processo de escolarização possa, de fato, contribuir efetivamente para sua ascensão pessoal/profissional, construção de novas perspectivas, empoderamento, protagonismo e desenvolvimento da autonomia e a responsabilidade dos socioeducandos. Destacou-se também a necessidade de (re)estabelecer os laços rompidos e de despertar nos socioeducandos o sentimento de pertencimento ao ambiente educacional, contribuindo para a compreensão da importância dos estudos, do autoconhecimento, da autoestima, da correção da distorção idade-ano de escolaridade e a projeção de perspectiva de futuro distante das práticas ilícitas.

**Palavras-chave:** Escolarização; Medida Socioeducativa de Semiliberdade; Entrevistas.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NA FORMAÇÃO INICIAL E ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS/OS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Clara Campelo de Albuquerque Soares  
Universidade de Brasília - UnB  
claracampelo847@gmail.com

Layane Sousa Lima  
Universidade de Brasília - UnB  
layanesusapsi@gmail.com

Soraya Souza de Andrade  
Universidade de Brasília - UnB  
sorayasouza.psi@gmail.com

O sistema socioeducativo é a estratégia brasileira de atenção a adolescentes autores de infração à lei e conta com psicólogas/os em suas equipes multidisciplinares. Sua formação inicial é componente estruturante de sua identidade profissional, motivo pelo qual é tema de interesse do projeto de cooperação acadêmica sobre a atuação de psicólogas/os em políticas públicas em que o presente trabalho se insere. Resultante de uma experiência de iniciação científica, apresentamos algumas considerações sobre desdobramentos de uma perspectiva crítica do desenvolvimento humano na formação inicial de psicólogas/os em sua atuação na socioeducação. Para isso, analisamos em profundidade três de nove entrevistas semiestruturadas realizadas com psicólogos atuantes em equipes multidisciplinares e cargos de gestão na socioeducação do Distrito Federal, em que foram mencionados estudos em desenvolvimento humano como conteúdos abordados durante a graduação que perpassam, de alguma forma, a atuação na socioeducação. Em uma entrevista, relatou-se que na graduação a adolescência foi apresentada como algo ideal e homogêneo, centrada em aspectos individuais, concluindo que esse conteúdo perpassa a prática no contexto da socioeducação de forma tangente. Já nas outras duas há em comum uma formação inicial pautada em uma perspectiva crítica, com oferta de oportunidades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à área social, perpassando estudos sobre políticas públicas e grupos em situação de vulnerabilidade. Tal fato emerge como crucial para ampliação das compreensões sobre adolescência, contribuindo direta e decisivamente para a escolha da socioeducação como campo de trabalho e para a atuação em si. O que contrasta severamente com as demais entrevistas, cujos relatos são de que os conhecimentos provenientes da graduação pouco ou nada contribuem para a atuação na socioeducação. Vemos nesses dados, indícios significativos de que a formação inicial em psicologia, pautada em uma perspectiva crítica, pode favorecer o melhor enfrentamento das severas dificuldades relatadas pela maioria das/os psicólogas/os entrevistadas/os, dado corroborado pela literatura da área. Isto porque tal perspectiva propõe o entendimento das peculiaridades que caracterizam o público atendido pelo sistema socioeducativo como resultantes de uma relação dialética entre aspectos biológicos, sociais, históricos e culturais. Tendo em vista ser isso o que embasa a proposta de que jovens sejam responsabilizados por atos infracionais diferentemente de adultos, ousamos afirmar que o domínio dessa perspectiva é aspecto central para uma atuação de qualidade nesse campo, para psicólogas/os e demais profissionais. Não sendo isso o que prevalece na atualidade, o que se tem é a constituição de uma identidade profissional permeada de contradições, que requer cuidadosa reflexão sobre os limites, possibilidades e desafios postos a psicólogas/os frente ao fenômeno do cometimento de atos

infracionais por adolescentes. Sendo o desenvolvimento humano tema próprio do campo da psicologia, entendemos que o presente trabalho ressalta sua particular relevância como constituinte da identidade profissional de psicólogas/os na socioeducação e, ainda, que uma perspectiva crítica desse tema tem muito a contribuir como diretriz da formação inicial, da formação continuada e como da avaliação das práticas atualmente empreendidas.

**Palavras-chave:** Psicologia; Formação inicial; Desenvolvimento humano; Socioeducação.

**MUDANÇAS PSICOSSOCIAIS EM ADOLESCENTES E JOVENS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS  
INSERIDOS NO PROGRAMA JOVENS APRENDIZ**

Geraldo Adair da Silva  
Universidade Católica de Brasília – UCB  
gerald@salesiano.br

Pretende-se abordar as relações entre adolescência, violência e trabalho a partir do seguinte recorte epistemológico: mudanças psicossociais e na perspectiva de vida em relação ao futuro de adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas e estão inseridos no Programa Jovem Aprendiz. Será utilizado como referencial teórico o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner baseado nos elementos do Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT) que possibilita a pesquisa de desenvolvimento em ambientes naturais. O Modelo Bioecológico propõe analisar o desenvolvimento e aprendizagem humanos numa perspectiva contextual, sistêmica e ecológica. Os pressupostos teórico-metodológicos atinentes à tal paradigma, operam mais no sentido de fundamentar a articulação entre a pessoa em desenvolvimento, as aprendizagens possíveis e os fluxos bidirecionais dos diversos níveis de contextos. Trata-se de apresentar uma pesquisa ainda em andamento de estudo exploratório, descritivo longitudinal, com método misto parcialmente baseado no método da Inserção Ecológica e no método de Estudo de Casos Múltiplos. A pesquisa está sendo realizada em uma instituição sem fins lucrativos que opera com o Programa Jovem Aprendiz em Brasília, DF. Os participantes são doze adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social e em cumprimento de medida socioeducativa. As medidas socioeducativas visam a favorecer ao autor do ato infracional condições de superar a situação em que este se encontra e possibilitar sua participação na vida social. Como a profissionalização constitui um dos eixos do sistema socioeducativo, busca-se, neste trabalho, refletir sobre as interfaces entre as medidas socioeducativas e a inserção laboral ou socioproductiva de adolescentes e jovens e o potencial dessa experiência de influenciar na forma, força, conteúdo e direção do processo de desenvolvimento humano. Pretende-se, numa perspectiva ecológica, dialogar sobre as trajetórias de vida de adolescentes e jovens inseridos nos contextos da socioeducação e da aprendizagem profissional; sobre os significados que a experiência de trabalho possui na vida desses sujeitos e sobre as expectativas que eles nutrem em relação ao futuro.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Adolescente Autor de Ato Infracional; Desenvolvimento Humano; Aprendizagem Profissional; Modelo Bioecológico.

## **NO CAMPO DA LIBERDADE**

Manoel Expedito de Sousa Ferreira.  
Secretaria de Estado de Educação do Pará  
manoel.eferreira@escola.seduc.pa.gov.br

Com capacidade para atender cerca de 60 adolescentes, o Centro de Internação de Adolescentes Masculinos – CIAM - funciona no Conjunto Sideral mediante um convênio entre a SEDUC do Estado do Pará e a FASEPA (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará). A atuação docente nesta unidade de socioeducação de internação provisória se dá por meio de miniprojetos e atividades educacionais interdisciplinares e diferenciadas. O Centro é a unidade de internação provisória da região metropolitana de Belém para onde são encaminhados adolescentes masculinos envolvidos em atos infracionais que aguardam sentença do juizado por até 45 dias. Ao ingressar no sistema socioeducativo, o adolescente passa por uma mudança brusca em seu estilo de vida, que vai desde o cerceamento do seu direito de ir e vir, para alguns, a separação da família, passando pelos objetos deixados na cautela até o ato não ver sua imagem refletida em espelho algum, experienciando um novo conjunto de regras de vivência e convivência. Tal mudança, mesmo sendo consequência de um processo de garantia de vida a este adolescente, coloca-o em um encadeamento de atos de despersonalização, onde se fragmenta e se desencontra mais ainda de si mesmo. Ao adotar uma prática docente centrada na realidade dos adolescentes, com socialização de ideias, questionamentos, trabalhos em equipe, discussões, mediações de conflitos e reconhecimento de problemáticas internas e externas, ao ponderar e conjecturar acerca destas interações cotidianas e observando algumas problemáticas e necessidades da Unidade, nasceu a proposta do Projeto No Campo da Liberdade, buscando resgatar, por meio de aspectos relacionados à inteligência emocional e às metodologias ativas, a autoestima dos adolescentes internados, quebrando paradigmas relacionadas a sua autoimagem, bem como incentivando e ampliando a participação ativa dos alunos nas aulas. As atividades do Projeto ocorrem tanto em sala de aula quanto na quadra da Unidade em duas semanas. Neste período são atendidos dois grupos de adolescentes. As propostas perpassam por ações fundamentalmente democráticas e dialógicas, fazendo do espaço da aula um espaço coletivo, onde os adolescentes têm sua fala e expressões corporais asseguradas em diversos momentos. No espaço da sala de aula são trabalhados aspectos como concentração, respeito à opinião do outro, escuta ativa, estímulo ao protagonismo na construção do seu conhecimento, autoavaliação e avaliação de procedimentos, com a criação de ambiente propício à intervenção e transformação necessárias ao seu processo educativo. No espaço da quadra potencializa-se a relação horizontal de aprendizagem mútua por meio do esporte em equipe. Apesar da universalização da educação básica, com garantia de matrículas aos adolescentes, muitos não conseguem aprender e possivelmente têm seu processo de escolarização prejudicados. O Projeto No Campo da Liberdade trata da valorização do adolescente, para além do conflito com a lei, ouve suas opiniões e junta as mãos para construções coletivas. Trabalha com felicidade, a felicidade do aqui e do agora, em uma perspectiva de educação humanística. Congrega ritmos, falas, gestos e pensamentos, estimulando a espontânea expressão dos socioeducandos para o efetivo exercício de sua cidadania.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Educação Física; Inteligência Emocional; Metodologia Ativa.

## **ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Rozangela Francisca Melo de Paula  
União de Estudos e Pós-graduação d Brasília – UNEPOS  
rozangelam50@gmail.com

Nossa pesquisa apresenta a revisão da produção científica dos últimos dez anos na área de adolescentes em conflito com a lei e a inclusão escolar. Por isso, ao delimitar os últimos dez anos, levou-se em consideração a relevância de pesquisar a melhor literatura publicada sobre esse tema tão abrangente. A análise quanti-qualitativa do material encontrado demonstrou que a questão dos adolescentes em conflito com a lei e da inclusão escolar é desafiante no âmbito do contexto escolar, pois há um olhar diferenciado por parte dos professores e de toda a instituição educacional em relação aos adolescentes. O medo perpassa os discentes nas relações em sala de aula. Quanto aos docentes, há uma rejeição por parte da escola que ora os avalia como indisciplinados, agressivos, rebeldes e insubmissos e como aqueles que apresentam problemas de aprendizagem tais como: dificuldades de concentração, baixos rendimentos, sucessivas reprovações e são usuários de drogas, o que agrava mais a relação professor-aluno. Diante disso, as escolas têm grandes dificuldades no trato dessa destrutividade e, por isso, precisam adotar medidas disciplinares e coercitivas que contribuem para a evasão escolar. Ressalta-se que as pesquisas sobre os adolescentes em conflito com a lei e a inclusão escolar são amplas, o que é indicativo da relevância do tema e é inquietante para investigação, uma vez que atinge de uma forma ampla alguns aspectos da sociedade. Desta forma, os dados das pesquisas apontaram a fragilidade social e familiar dos adolescentes menores infratores, fragilidades essas que são o gatilho para as suas dificuldades escolares, tais como: famílias muito numerosas e muitas vezes em situação de pobreza, negligência parental, distanciamento entre os pais e os filhos, pouca coesão familiar, alguns lares são mantidos só pela mãe, muita violência familiar (psíquica, física e às vezes verbal), práticas coercitivas e aversivas por parte dos pais, baixa exigência e a responsabilidade parental com os filhos têm contribuído para a evasão escolar e à associação com grupos, outro aspecto muito relevante para comportamentos delituosos. Esses fatores internos, associados ao contexto social externo, são basilares para desorganizar a afetividade e levar ao abandono dos estudos, dificultando a aprendizagem dos adolescentes.

**Palavras-chave:** Adolescência; Conflito com a lei; Inclusão escolar.

## **JOGO DA MACONHA: ESTRATÉGIA METODOLÓGICA LÚDICA PARA DIALOGAR SOBRE O USO DA MACONHA E SEU CONTEXTO SOCIAL**

Larissa Lemos Stocco  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
lari.stocco@gmail.com

Andréia Custódia Canto de Andrade  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
deiacantoandrde@gmail.com

Patrícia Maíra Paranhos  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
patriciaparanhospsicologa@gmail.com

Adilaine Juliana Scarano Vedovello  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
cpssc@comec.org.br

O uso de substâncias psicoativas não é algo contemporâneo, tampouco singular. As drogas se fazem presentes de forma estrutural ao longo do desenvolvimento da humanidade e suas transformações seguem paralelas ao desenvolvimento da sociedade, tendo suas características alteradas, conforme o contexto social em que está presente. A temática do uso de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas, está presente no discurso dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, seja através de sua própria experiência ou a partir das vivências de seus pares sociais. De acordo com pesquisa sobre o uso de drogas no Brasil, realizada em 2017 pela Fundação Oswaldo Cruz, a maconha (*Cannabis Sativa*) se apresenta como a substância psicoativa ilícita de maior utilização no país e parece ter se tornado um símbolo entre a juventude, mesmo para aqueles que não a utilizam. Frente a essa dinâmica e buscando explorar os diálogos acerca dos símbolos e significados atribuídos à maconha pelos adolescentes, a partir de um viés lúdico expressivo, buscaram-se formas interativas e dinâmicas de acessar a temática que pudessem abarcar os aspectos sociais, subjetivos, científicos e vitais associados à maconha. O “Jogo da Maconha” foi desenvolvido junto a um grupo de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Trata-se de jogo interativo de tabuleiro em que a proposta é trazer diversas narrativas ao público jovem, a partir de cartas com perguntas informativas e reflexivas e com curiosidades acerca da maconha. As informações abrangem: as características científicas da maconha; uso farmacológico; status de legalidade x ilegalidade na sociedade; representação cultural; efeitos na saúde; e os estereótipos sociais baseados na classe social em que o usuário da substância está inserido. O jogo se tornou uma estratégia metodológica importante para a equipe executora do Centro de Orientação do Adolescente de Campinas – COMEC, por sua simples aplicabilidade e por ser um material que dialoga com os símbolos culturais presentes na vida dos adolescentes. A partir de um lugar horizontal hierárquico, onde todos jogadores iniciam com seus piões em condição de igualdade, técnicos e adolescentes compartilham o objetivo de alcançar o final do jogo. Empecilhos e resistências tradicionalmente encontrados no atendimento convencional, cuja base expressiva é a narrativa verbal estruturada, podem ser superados por meio do jogo.

**Palavras-chave:** Adolescente; Maconha; Substância Psicoativa; Lúdico.

## **CONVIVENDO NA MESMA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: SOCIOEDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA NOVA DIREITA**

Paula Kalliny Moura Cronemberger  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Universidade de Brasília - UnB  
paullakalliny@hotmail.com

Valéria Batista Gama Santana  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
valeria.gamast@gmail.com

Considera-se um avanço teórico e político o reconhecimento, no SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, de que as condições de vida da população infanto-juvenil são repercussões dos indicadores sociais brasileiros, que apontam para grandes disparidades sociais. No entanto, os dados oficiais apontam inúmeros gargalos ao cumprimento dos objetivos da política pública de socioeducação. Cita-se como exemplo o déficit de vagas que gera superlotação nas unidades de execução de medidas socioeducativas, a falta de estrutura física e carência de profissionais para desempenhar os serviços. Mesmo considerando a necessidade de adaptações de infraestrutura (física, humana, etc), esta não pode vir descontextualizada das considerações sobre a conjuntura do sistema que rege as instituições, ou seja, o modo de organização capitalista. Somente com essa leitura é possível se aproximar das relações de poder, hierarquia, e das causas que reproduzem historicamente essas condições. Ou seja, deve-se considerar o racismo institucional, a heteronormatividade, a apelação à condenação, o classismo, sob pena de simplesmente retirar do convívio social sem oferecer acesso aos direitos fundamentais e à emancipação. O não reconhecimento de sujeitos políticos não se inicia nem termina dentro de uma unidade de socioeducação. No entanto, a oferta da política socioeducativa pelo Estado está permeada pelas configurações deste que agrega, entre outros, o projeto defendido pela chamada “Nova Direita”, que se caracteriza pela associação do neoconservadorismo e do neoliberalismo, que, de forma contraditória, caminham para o aprofundamento da individualidade. O período de redemocratização brasileira, após o fim da ditadura militar, possui como uma de suas características crescentes, níveis de ações estatais para a implementação de políticas públicas, entre as quais, era contemplado o enfrentamento das desigualdades sociais. Apesar de essas políticas tentarem combater a desigualdade e a exclusão, não emergiram sem resistência das classes conservadoras. Assim, a constituição de políticas neoliberais e ultraconservadoras afetaram negativamente e continuam trazendo implicações ao acesso à cidadania de uma grande parcela da população, em detrimento a crescente acúmulo de capital. Dessa forma, percebe-se que a oferta de políticas socioeducativas é permeada por determinações econômicas, históricas e políticas, em um contexto que privilegia a reprodução do atual modelo socioeconômico, com particularidades para o contexto brasileiro. Consequentemente, a cidadania é limitada e a política pública possui obstáculos para a garantia de direitos dos socioeducandos.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Nova Direita; Neoconservadorismo; Neoliberalismo.

## PRÁTICAS METODOLÓGICAS SOCIOEDUCATIVAS NA UNIDADE MISTA DE SOCIOEDUCAÇÃO JOSÉ BEZERRA DE MENEZES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Dálete Alves Lima  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.lima@seas.ce.gov.br

Andressa Nunes Pereira de França  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
andressa.nunes@seas.ce.gov.br

Maria Geiza Rodrigues Feijó de Melo  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.melo@seas.ce.gov.br

O presente trabalho versa sobre as práticas metodológicas socioeducativas realizadas no Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes, localizado na cidade Juazeiro do Norte - CE. Essa instituição recebe adolescentes de quarenta e sete comarcas do interior cearense. Atualmente, se configura como uma unidade que atende adolescentes em cumprimento de medida cautelar de internação provisória e medida socioeducativa de internação. É uma unidade pacífica, sem histórico nos últimos anos de eventos críticos, sendo referência no Estado do Ceará. Nesse sentido, a socioeducação se concretiza a partir de uma proposta pedagógica, estruturada e complexa, que atende de forma satisfatória os adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo e suas famílias. Entende-se, assim, por socioeducação o processo de formação humana integral, que consiste na articulação entre os eixos de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. A socioeducação é um espaço protegido, capaz de oportunizar novas possibilidades ao adolescente e sua família, promovendo o exercício da cidadania e assegurando a proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, o Centro Socioeducativo oferta atividades baseadas nos quatro pilares da educação: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser*. Por essa razão, desenvolve atividades pedagógicas através dos eixos correspondentes a educação, saúde, esporte, lazer e cultura. Entre esses eixos, destacam-se: a educação formal, desenvolvida pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA); cursos profissionalizantes em diversas áreas (gastronomia, barbearia, manutenção de computadores, curso básico em reparos domésticos, etc.) ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); atividades esportivas diversificadas (tênis de mesa, futebol, treino funcional, etc.); atividades artístico-culturais (oficinas de música, artes-visuais, marcenaria e bonecos de areia); acesso a religiosidade; e saúde (vacinação, prevenção, educação em saúde), conforme previsto para a efetivação da socioeducação. As práticas educativas são essenciais não apenas para os adolescentes, mas também para a integração entre os colaboradores, profissionais, familiares e os próprios socioeducandos, propiciando o direito à autonomia, crescimento pessoal e profissional. Em outras palavras, a socioeducação dignifica e oportuniza novas experiências, melhorias de vida e acesso, sem estigmatização aos direitos inerentes a pessoa humana. A equipe multiprofissional é fundamental para reconhecer as fragilidades, planejar e executar as intervenções de modo qualificado, realizando diagnósticos sociais e encaminhamentos aos serviços assistenciais necessários. Apoiando e promovendo ações de mobilização social em prol do combate a toda e quaisquer formas de violações de direitos. Por isso, busca sensibilizar a sociedade a respeito dos efeitos da violência/negligência, estimulando a necessidade da participação popular. Por fim, o adolescente inserido nesse referido

Centro, estando privado de liberdade, está sendo assistido integralmente, salvaguardando seus direitos. Há, também, um trabalho social com as suas famílias e articulação com a rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos, assegurando maior efetividade no que tange ao processo de ressocialização e socioeducação.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Práticas pedagógicas; Adolescentes; Medida socioeducativa em meio fechado.

## **CONTRIBUIÇÕES DA AULA PRÁTICA NO ENSINO DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

Sílvia Ferreira dos Reis  
Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília - UnB  
silvia.ferreira87@gmail.com

Karen Evelyn Soares da Silva  
Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília - UnB  
karenevelyn86@gmail.com

Aulas práticas podem ser uma ótima estratégia de promoção do processo de ensino e aprendizagem, pois contribuem para o desenvolvimento de habilidades importantes como um maior conhecimento dos fenômenos naturais, facilitam o contato com a natureza, desenvolvem a prática de observar e manipular corretamente objetos de estudo, permitem também, comprovar leis e ideias experimentalmente. No contexto da medida socioeducativa de internação, as aulas práticas ganham ainda mais relevância por oportunizarem situações que incentivam e valorizam a participação ativa dos estudantes. Pensando nisso, esse trabalho propõe analisar quais são as contribuições de aulas práticas de ciências, segundo as percepções de adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação. Foi realizado um minicurso de dois dias com aulas práticas sobre o tema artrópodes em uma unidade de internação do Distrito Federal. Nos dois dias foram realizadas aulas, nas quais os adolescentes podiam observar, manipular e tirar dúvidas, com isso foram construídos conceitos importantes sobre as classes dos animais que foram estudados, suas semelhanças e diferenças. Em um terceiro encontro com os mesmos adolescentes foi realizada uma entrevista/roda de conversa onde eles foram questionados a respeito do minicurso, se haviam gostado, se preferiam aulas práticas ou mais tradicionais, se gostariam de ter mais aulas como essas e se eles se recordavam de terem tido, em sua vivência escolar, aulas práticas. Participaram 6 adolescentes com idade entre 14 e 17 anos, de uma turma de 6º ano no Ensino Fundamental. A metodologia utilizada para a construção e análise de dados foi qualitativa e os resultados foram organizados em três subcategorias: experiência com aulas práticas, que indica que eles não se recordaram de ter tido aulas práticas em sua vivência escolar; contribuições de aulas práticas, com avaliações positivas das aulas e maior preferência por essa metodologia; interesse por aulas práticas, que registra falas do interesse dos adolescentes em futuras aulas e o que eles gostariam de aprender. Pôde-se concluir que aulas práticas podem promover participações e aprendizagens valorosas dentro de unidades de internação, além de despertar fortes curiosidades sobre assuntos sociais, contribuindo, também, para o processo de reintegração desses adolescentes.

**Palavras-chave:** Ensino de Ciências; Socioeducação; Aulas práticas.

## **EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA UNIDADE DE ATENDIMENTO DE SEMILIBERDADE DO RECANTO DAS EMAS**

Elessandra da Silva Cruz  
Universidade de Brasília - UnB  
ele.c.silva@gmail.com

A medida socioeducativa de Semiliberdade integra uma das sanções do Estado aplicadas ao adolescente que cometeu ato infracional. A Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza que todas as medidas socioeducativas devem ter por objetivo a reeducação do adolescente em conflito com a ele, visando o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o mundo profissional. Para alcançar o que preconiza o ECA, as instituições brasileiras executoras de medidas socioeducativas precisam trabalhar dentro da perspectiva da formação do sujeito de forma integral, respeitando o indivíduo como um ser multidimensional, implementando projetos que passem por processos de educação formais e não formais. O presente estudo objetiva analisar as propostas de educação formal e não formal, a partir da perspectiva dos profissionais que atuam na Unidade de Semiliberdade do Recanto das Emas- Distrito Federal. Para tratar do conceito de educação formal e não formal recorre-se a caracterização de Gohn (2010) que define a educação formal como aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcado, e a educação não formal como um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações /instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. Quanto aos princípios metodológicos a pesquisa é de cunho qualitativo e recorreu aplicação de entrevista semiestruturada. Foram sujeitos dessa investigação um grupo de oito profissionais que compõem a equipe multidisciplinar da unidade. Ademais, concluiu-se, dos discursos dos entrevistados, que apesar da falta de recursos, há um esforço por parte dos profissionais em compreender o adolescente para além do ato infracional que o levou a cumprir a medida de Semiliberdade, considerando-o enquanto indivíduo, e em uma preocupação em ofertar atividades que possam contribuir para uma formação humanizada e integral, que proporcione por meio da formação a possibilidade da ruptura da prática do ato infracional.

**Palavras-chave:** Educação formal; Educação não-formal; Semiliberdade; Socioeducação.

**UMA BREVE ANÁLISE DO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO DA POPULAÇÃO EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE INTERNAÇÃO NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DA CAPITAL E NO CENTRO DE INTERNAÇÃO FEMININA**

Laura Cristina Caipa Cadena  
Graduanda da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e estagiária do Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminina  
lauracaipa861@gmail.com

Tathiana Reche Santa Rosa  
Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminina, Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativo de Santa Catarina  
santarosapsic@yahoo.com.br - santarosapsic@dease.sc.gov.br

Renan De Vita Alves de Brito  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital e Centro de Internação Feminina  
renanbrito4@gmail.com

Reconhece-se a necessidade de um compromisso ético-político dos profissionais da socioeducação frente à realidade psicossocial dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa e ressalta-se a importância que o profissional tenha uma compreensão das realidades político-sociais, a fim de desenvolver um trabalho potencializador que auxilie na emancipação do sujeito para o efetivo abandono de práticas infracionais. Por estas razões que se iniciou um projeto que visa analisar o processo socioeducativo dos e das jovens em medida de internação no CASE da Capital e no Centro de Internação Feminina, a partir da elaboração de um mapeamento psicossocial e uma fundamentação que auxilie no planejamento de projetos de intervenções que possibilitem a abertura de novas formas para esses jovens se colocarem e existirem no mundo. A proposta nasce a partir dos resultados obtidos até o presente ano, do programa de acompanhamento ao egresso, que se iniciou no segundo semestre de 2016 e consolidou-se no ano 2017, o qual consiste em acompanhar o processo de reinserção dos jovens que saíram da unidade de internação, pelo período de seis meses. O programa de egresso revela uma grande chance de reincidência nas práticas infracionais, e demonstra a instabilidade em dar continuidade em projetos concretos como nos estudos ou na efetividade de trabalhos formais. Assim assentam-se as seguintes questões norteadoras: os internos conhecem o objetivo e entendem o sentido das medidas socioeducativas? Qual objetivo das propostas de intervenção? Quais os modos de subjetivação em questão? Quais possibilidades de reinserção a instituição oferece? Para isto se propõe mapear a história de vida de cada jovem inserido na instituição e identificar os interesses e projetos de vida de cada um. Como instrumento é utilizado uma entrevista psicossocial semiestruturada em dois momentos - início e termo da internação na Unidade. Durante a permanência na instituição serão desenvolvidos encontros em grupos com o objetivo de possibilitar reflexões aos jovens sobre suas histórias de vida, atos infracionais e possibilidades futuras. Para a análise e interpretação dos dados e informações, será utilizada a técnica da análise de conteúdo. O Projeto iniciou-se no segundo semestre do ano 2019, motivo pelo qual ainda se encontra em andamento.

**Palavras-chave:** Análise; Mapeamento psicossocial; Medidas socioeducativas.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA SOCIOEDUCAÇÃO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Kênia Souza dos Santos  
Universidade de Brasília - UnB  
keniasoul@gmail.com

Jonatas Maia da Costa  
Universidade de Brasília - UnB  
jonatascosta01@gmail.com

A história do adolescente em conflito com a lei no Brasil é marcada pela ausência de políticas públicas exitosas. A escola tem um papel fundamental para a garantia dos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentro de uma Unidade de Internação a escola é um lugar que possibilita a reflexão e uma possível ressocialização. Apresenta-se um resumo de dissertação, realizada por meio de um estudo exploratório, que objetivou analisar a ação pedagógicas da Educação Física na escola das Unidades de Medidas Socioeducativas de Internação no Distrito Federal. A pesquisa em questão foi estruturada no referencial metodológico com ênfase na abordagem qualitativa, tendo em vista sua construção teórico metodológica sustentada pela ideia reguladora de monografia de base, conceito este apresentado por Saviani em 1991. Este trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar o campo de discussões, debates e pesquisas dos estudos sobre EF escolar como componente curricular no sistema socioeducativo e em contribuir na formação do quadro de professores e nas respostas ao campo social que incidem à prática docente. O produto dessa pesquisa possibilitará uma maior compreensão do objeto e servirá como base para as próximas investigações tendo como finalidade a proposta de ações pedagógicas que atendam às necessidades do adolescente em conflito com a lei.

**Palavras-chave:** Educação Física Escolar; Socioeducação; Adolescente; Internação.

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO FECHADO NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM EQUIPE PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS SOCIOEDUCANDOS E DE SEUS FAMILIARES**

Maria Geiza Rodrigues Feijó de Melo  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.melo@seas.ce.gov.br

Andressa Nunes Pereira de França  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
andressa.nunes@seas.ce.gov.br

Maria Dálete Alves Lima  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.lima@seas.ce.gov.br

Trabalhar com a socioeducação na contemporaneidade exige da equipe multidisciplinar que atua nos Centros Socioeducativos uma visão macro da realidade, diante de todas as questões sociais que permeiam a vida dos adolescentes que cometem atos infracionais e conseqüentemente de seus respectivos familiares. A equipe técnica, composta por assistentes sociais, enfermeiros, pedagogas e psicólogos, do Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes, localizado na cidade de Juazeiro do Norte-CE entendem que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa não se dissocia da sua família e ambos precisam ser responsabilizados e cumprir a medida juntos, de forma particularizada, sendo acolhidos e acompanhados pela equipe da unidade, onde os problemas sociais, sejam eles individual ou familiar, estarão suscetíveis a intervenções, através da intersectorialidade com as políticas públicas e, em especial, com rede socioassistencial, haja vista as vulnerabilidades e o risco social presentes na vida de cada adolescente e de seu núcleo familiar. Assim, o Centro Socioeducativo em questão atende adolescentes em cumprimento de medida cautelar de internação provisória e adolescente já sentenciado a internação, assistindo a 47 (quarenta e sete) comarcas do interior cearense. Desse modo, a partir da acolhida do adolescente mediante as questões sociais apresentadas pelo mesmo (individualidades, relações sociais e familiares), se inicia o estudo de caso, até chegar a sua família, através dos atendimentos familiares e visitas domiciliares. Como resultados das intervenções, pode-se afirmar que em média 80% dos socioeducandos que chegam ao Centro Socioeducativo, possuem como documento oficial apenas a certidão de nascimento, sendo necessária a articulação do Serviço Social com os órgãos responsáveis para a emissão do Registro Geral-RG, CPF, Carteira de Trabalho, Certificado de Reservista, Cartão do SUS e Título de Eleitor. Através da intersectorialidade com as políticas públicas dos municípios de origem dos adolescentes, destacando-se a gestão municipal de Juazeiro do Norte, como grande parceira do meio fechado, no acesso e efetivação dos direitos sociais dos socioeducandos. O trabalho em rede busca assistir o adolescente e sua família, diante de suas necessidades sociais, como saúde no atendimento médico especializado, acompanhamentos na rede de atenção psicossocial-RAPS e consultas odontológicas, na assistência social, encaminhamentos para Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, Cadastro Único, Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida-MCMV dentre outros, na educação os adolescentes são inseridos no Centro de Educação de Jovens e Adultos-CEJA, Escola Prof. Cícera Germano Correia, onde os professores ministram as aulas diárias dentro da unidade. Trabalha-se com a profissionalização por meio da parceria entre Superintendência

do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo-SEAS e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, onde são executados cursos na área da gastronomia, informática e barbearia. São realizadas atividades de cultura de lazer com o apoio do município em atividades internas e externas, quando autorizadas judicialmente. Contudo, acredita-se que é crucial o fortalecimento diário do trabalho em equipe na socioeducação, onde cada profissional em sua área de atuação viabilizará direitos - anteriormente negligenciados pelo Estado ou por sua própria família - aos adolescentes no perpassar do cumprimento da medida socioeducativa.

**Palavras-chave:** Intersetorialidade; Socioeducação; Adolescente; Família; Equipe.

## **AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS EM UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE**

Maria Dálete Alves Lima  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.lima@seas.ce.gov.br

Andressa Nunes Pereira de França  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
andressa.nunes@seas.ce.gov.br

Maria Geiza Rodrigues Feijó de Melo  
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes - CE  
maria.melo@seas.ce.gov.br

O estudo é resultado de inquietações, durante a atuação profissional no Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes, adquiridas a partir da complexidade das demandas sociais, principalmente de violação de direitos, decorrentes direta ou indiretamente do uso/abuso de substâncias psicoativas e relacionadas, em especial, a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A problemática do uso abusivo de drogas provoca danos físicos, psíquicos, sociais e culturais, além do processo de marginalização, estigmatização e exclusão social, estando, na maioria das vezes, diretamente ligado ao cometimento de atos infracionais. Assim, geralmente as principais formas de enfrentamento a problemática no âmbito nacional são pautadas na repressão (ao uso e ao tráfico) e/ou na assistência com ações de cunho assistencialistas (caridade e filantropia) e assistenciais (Políticas Públicas). O estudo realiza um relato de experiência objetivando refletir sobre as ações de enfrentamento ao uso/abusivo de drogas realizadas com os socioeducandos atendidos pelo Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes em Juazeiro do Norte-CE, que é uma unidade mista que atende adolescentes em cumprimento de medida cautelar de internação provisória e medida socioeducativa de internação de 47 (quarenta e sete) comarcas localizadas no interior cearense. Para a socioeducação é imprescindível um olhar sensível e atento às demandas do adolescente e sua família, percebendo o sujeito em sua totalidade, sendo levado em consideração às subjetividades, particularidades e singularidades de cada caso. Assim, constatada qualquer problemática relacionada à saúde mental é realizado um trabalho multidisciplinar, inicialmente de acolhimento e sensibilização, por parte de toda equipe técnica, no intuito de se apropriar da problemática e traçar estratégias de intervenção junto ao adolescente e sua família, que serão pactuadas no Plano de Atendimento Individual-PIA. Posteriormente, realiza-se um trabalho baseado no princípio de incompletude institucional, conforme previsto no SINASE, onde se realiza a articulação com a rede intersetorial, principalmente, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social-SUAS com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS; e do Sistema Único de Saúde-SUS, com os Centros de Atenção Psicossociais-CAPS, em especial o CAPS I (Infanto-juvenil) e CAPS AD (álcool e drogas), entre outros. No tocante às intervenções internas, são realizadas escutas qualificadas e orientações ao adolescente e sua família; momentos de educação em saúde como oficinas, palestras, rodas de conversas, entre outros, por meio da utilização de metodologias ativas e recursos didático-pedagógicos, possibilitando debater/refletir sobre saúde mental, empoderamento, autonomia e exercício de cidadania. Como resultados, observa-se um maior envolvimento e apropriação da comunidade socioeducativa sobre a temática (prevenção, tratamento e reinserção social), e maior articulação com a rede socioassistencial. Encontram-se entraves no que

se refere à fragilização da rede a partir da desarticulação entre os serviços e as políticas públicas no âmbito da Saúde Mental, etc. Portanto, nota-se a relevância da temática que se mostra complexa e necessita de intervenções também complexas, na tentativa de articular, reforçar e aprimorar, de forma integrada, estratégias de enfrentamento que promovam inclusão social e não revitimizem os sujeitos envolvidos.

**Palavras-chave:** Saúde Mental; Socioeducação; Medida socioeducativa em meio fechado; Família; Intersetorialidade.

## **DESCONSTRUIR PARA RECONSTRUIR: A FORMAÇÃO DE SOCIOEDUCADORES**

Pedro Nascimento Nunes

Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo - Iases

pedrojr\_91@hotmail.com

O presente trabalho visa apresentar a importância da desconstrução e reconstrução do futuro socioeducador no que tange ao atendimento do adolescente privado de liberdade. É de suma importância a formação destes profissionais que são determinantes no resultado da prática socioeducativa. Salienta-se que há um vazio na fundamentação para metodologia da socioeducação que prejudica a formação dos profissionais socioeducadores, refletindo na qualidade do ensino dos adolescentes. O grande desafio é a desconstrução de toda bagagem cultural histórica herdada, mas somente através das reflexões internas e externas, estudos, pesquisas, aprofundamento do ECA proporcionará a não reprodução da violência nos adolescentes durante a internação. Assim, todo o conteúdo pesquisado, estudado e desenvolvido será aplicado na prática no cumprimento do trabalho do socioeducador. Além disso, a formação continuada dos profissionais da socioeducação deve envolver toda a equipe, o interesse coletivo e individual dos profissionais, sendo assim realizar o estudo junto à equipe de profissionais é de suma importância para o desenvolvimento das mesmas pela própria equipe a fim de que não se perca os conteúdos estudados. Deste modo, o processo de reconstrução do socioeducador iniciará tratando o modo de pensar, internalizando os conteúdos estudados, aperfeiçoando no dia a dia. A prática da teoria resultará no progresso da formação do profissional, cabendo exclusivamente a ele o interesse em permanecer na busca do saber, haja vista que o socioeducador precisa entender que este papel demanda investimento em leitura e pesquisa. A formação precisa levar em consideração os estudos teóricos, já mencionados, discutidos previamente, mas só é possível quando os profissionais se unem e se conscientizam sobre a prática socioeducativa. Este trabalho visa discutir também sobre o profissional. Será que este possui o interesse de ver uma sociedade mudada? Será que entende que os direitos desses adolescentes foram violados antes de violarem o do próximo? Será que realmente sabe o seu papel enquanto socioeducador? São questionamentos que precisam ser discutidos, pois a prática da reflexão e autorreflexão provocam a desconstrução e reconstrução do indivíduo transportador do saber. Conclui-se que a formação continuada do socioeducador proporcionará que este seja o mediador que auxiliará o adolescente a internalizar os valores ou saberes necessários do cotidiano durante o cumprimento de medida socioeducativa.

**Palavras-chave:** Desconstrução; Reconstrução; Formação do socioeducador; Autorreflexão; Socioeducando.

## **ESPAÇO MENINAS – ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE ADOLESCENTES EM LIBERDADE ASSISTIDA**

Débora Porto Maciel da Silva  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC  
deboramaciel@gmail.com

Alessandra de Moura  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
alessandra.moura.to@gmail.com

Uiara Cristina Viana Danelutti  
Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC  
uiaracvd@yahoo.com.br

A Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) realizada pelo COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, trabalha há 39 anos com adolescentes em conflito com a lei, no município de Campinas – São Paulo. Desde sua fundação, o número de adolescentes atendidos do sexo feminino sempre foi inferior ao do sexo masculino. Neste íterim há registros de 655 adolescentes do sexo feminino no Programa de LA, sendo registradas 125 reincidências (19%). Quanto aos motivos de entrada, entre janeiro de 2018 a outubro de 2019, das 27 adolescentes que iniciaram o cumprimento da LA, destaca-se a sua maioria por tráfico ilícito de drogas (48%), lesão corporal (11%) e roubo (11%). Percebe-se que as adolescentes envolvidas no universo infracional apresentam demandas diferenciadas do público masculino, como a gestação e o uso de substâncias psicoativas nesta fase, ser mãe adolescente, situação de exploração sexual, vítimas de violência de gênero, sexual e doméstica, entre outros. Nesta problemática, o COMEC iniciou em 2001 uma abordagem específica com esse público, sendo de relevância considerar sua permanência até os dias atuais. Ressaltamos que em 2011 este trabalho foi reconhecido como uma Tecnologia Social pelo Banco do Brasil. O Espaço Meninas se caracteriza por atendimentos individuais e grupais socioeducativos, com enfoque no desenvolvimento pessoal e social, abordando demandas pertinentes ao gênero, propiciando espaço de reflexão, empoderamento, reconhecimento de habilidades através de vivências artísticas, culturais e experimentações que ofereçam para as adolescentes compreensão crítica de situações vivenciadas, ampliação de repertório, potencializando a construção de novos projetos de vida distanciados do universo infracional. A metodologia do trabalho permite uma adequação das temáticas abordadas de acordo com as demandas que as adolescentes apresentam, sendo destaque, atualmente, a influência das mídias sociais e a exposição das adolescentes neste contexto. Todavia, existem questões atemporais, que demandam do público feminino, entre elas as infecções sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, uso de drogas, entre outros. Como resultados nos atendimentos ao longo desses anos percebe-se: Quanto ao retorno escolar, 60% delas matriculam-se e ressignificam os estudos, pois quando iniciam o cumprimento da medida socioeducativa, muitas não acreditam na educação como algo que pode trazer benefícios a sua vida. Em 100% das adolescentes há o acionamento dos serviços de rede socioassistencial e de saúde do município; 80% das adolescentes regularizam sua documentação pessoal; 81% das adolescentes chegam até o fim da medida, cumprindo-a sem reincidir no ato infracional. Destacamos também que muitos resultados são atingidos de modo subjetivo e individual na vida das adolescentes. Alguns depoimentos demonstram essa mudança, como a de T.E.O.N de 16 anos: "usei cocaína e maconha na gravidez até os três meses,

depois decidi parar por ter visto alguns vídeos no COMEC que falavam sobre problemas que meu filho poderia ter com isso." Percebe-se que as escolhas de algumas adolescentes são ressignificadas através de informações, orientações, empoderamento, escuta qualificada e acompanhamento.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Adolescência; Gênero feminino; Empoderamento feminino.

## **SAÚDE NO TRABALHO - CUIDANDO DO CUIDADOR**

Tamara Aparecida Maciel

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul

tamara-maciel@fase.rs.gov.br

Dispor de espaços para cuidar dos trabalhadores que atuam nas medidas socioeducativas de internação é sempre importante. Esses profissionais têm a responsabilidade de cuidar, garantir a segurança dos socioeducandos, efetivar a proposta de atendimento pedagógico da unidade e avaliar essas ações, funções impregnadas de uma grande carga emocional. Em recente levantamento realizado pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), constatou-se que os maiores índices de afastamento dos servidores, dentre os CID informados, estão relacionados a transtornos mental. Assim, este painel vem apresentar ações positivas desenvolvidas em uma unidade de semiliberdade da FASE, visando o cuidado com os servidores, pois esses momentos constituem-se também como espaço de formação. Em janeiro de 2018 foi organizada a campanha Janeiro Branco, momento em que a psicóloga da unidade desenvolveu e aplicou um questionário, onde cada servidor pode refletir sobre sua percepção a respeito de possuir ou não sintomas relacionados aos Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) e, a partir disso, pensar sobre a necessidade de fazer alguma ação visando seu bem-estar. Em seguida, era sugerido que se pensasse em algo que poderia ser feito para melhorar sua saúde mental no ambiente de trabalho, algo que estivesse ao alcance de cada um. Referente às ações visando o bem-estar, sobressaiu-se àquelas voltadas ao autocuidado. Quanto a ações a serem desenvolvidas no ambiente de trabalho, o destaque foi para o desejo de integração com os colegas, e uma das propostas foi o desenvolvimento da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT). Assim, juntamente com os integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da unidade, foi organizada a primeira SIPAT da unidade, a qual ocorreu no mês de novembro de 2018. Dando sequência ao trabalho, em outubro de 2019 foi realizada a segunda SIPAT da semiliberdade de Caxias do Sul. Para a organização dos cronogramas de atividades, foram considerados os seguintes aspectos: levantamento de demandas junto aos servidores; consideração de assuntos relevantes apontados pelo SESMT; aspectos levantados por meio do questionário elaborado durante a campanha Janeiro Branco; peculiaridades da equipe da semiliberdade, especialmente o fato de 72% dos servidores possuírem mais de 50 anos de idade e 76% possuírem mais de 15 anos de trabalho na Fundação. Nos dois anos foram abordados temas relacionados ao autocuidado, envelhecimento saudável, prevenção de acidentes no cotidiano de trabalho, integração da equipe e saúde no trabalho. Como resultados positivos, observa-se que alguns servidores têm desenvolvido ações de autocuidado dentro e fora da unidade. Um aspecto objetivo é a diminuição dos afastamentos relacionados a transtornos mentais, pois dados levantados pelo SESMT apontam que, na comparação entre os meses de janeiro a setembro de 2018 e 2019, houve redução de 12% nesse tipo de afastamento no ano de 2019. Sem dúvida, outras variáveis podem estar envolvidas nesses resultados. No entanto, sabe-se do quão relevante é para a preservação da saúde dos profissionais da socioeducação, dispor de espaços em que recebem cuidado e assim, desenvolver o trabalho de forma mais qualificada.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Saúde; Trabalho; Cuidado.

## **O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

Wagner Elias Pinheiro dos Santos  
Universidade de Brasília – UnB  
wagner.epsdf@gmail.com

Historicamente, as normativas voltadas para as crianças e adolescentes buscavam individualizar, culpabilizar e punir adolescentes, jovens e até crianças que cometessem crimes, com um forte predomínio da criminalização da pobreza. Com o fim da ditadura militar e com a redemocratização do país, as normatizações avançaram no entendimento de que outros fatores eram determinantes do ato infracional infanto-juvenil, como por exemplo, a desigual distribuição de renda e a ausência de políticas e serviços de proteção a esse público. O Estatuto da Criança e do Adolescente, nesse contexto, foi um grande avanço, ao reconhecer tais segmentos populacionais como sujeitos de direitos, devendo serem respeitados pela sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Tal norma ainda compreende o fundamental papel da escola para possibilitar a “ressocialização” dos adolescentes e jovens que cometeram algum ato infracional. O trabalho busca investigar se o processo de escolarização tem servido como elemento impulsionador ao processo de ressocialização. Trata-se de pesquisa qualitativa, que adotou como procedimento metodológico a análise documental, tendo como objetivo geral analisar o papel das escolas do Distrito Federal no processo de “ressocialização” dos adolescentes, a partir do estabelecido pelas normatizações sobre educação e medidas socioeducativas em meio aberto: a) ECA; b) SINASE; c) LDB; d) PDE; e) PPP Meio Aberto e f) PDASE. Reconhece-se que tais documentos são construídos através de disputas políticas, onde projetos distintos se confrontam, por essa razão, buscou-se compreender o contexto histórico de cada uma delas, a fim de entender aspectos políticos e econômicos que influenciaram na composição dessas legislações. A escola e o socioeducativo, então, precisam se atentar sobre a importância do princípio da discriminação positiva, percebendo que existem adolescentes e jovens com realidades, formas de aprendizagem, histórias de vida, estrutura familiar, raça entre outros aspectos diferentes uns dos outros, por isso deve haver um tratamento desigual para gerar igualdade. Na prática essa discriminação ocorre de forma contrária, culpabiliza-se o adolescente/jovem por ele não se adequar a regra hegemônica da escola, o problema é ele e não o sistema educacional, é isso que precisa ser alterado possibilitando mudanças no aluno e na escola. Essa mudança tem que ser na rede de atendimento aos adolescentes e jovens, na assistência social, escolas, cultura, lazer, entre outros, ou seja, é preciso fazer justiça social. O sistema socioeducativo e o educacional podem contribuir na melhora da questão pedagógica das escolas e instituições do socioeducativo para transformar a realidade das políticas públicas e a partir daí conseguir garantir maiores graus de cidadania e ressocialização dos adolescentes. Os profissionais da educação e do sistema socioeducativo precisam discutir questões conceituais para ampliarem a noção de socioeducação e de como ter eficiência na “ressocialização”, o que tem sido implementado das atuais políticas e o que precisa ser alterado nelas para uma atuação mais socioeducativa e emancipadora. De nada adianta termos documentos críticos sem buscar viabilizar isso na prática. Isso diz respeito também ao orçamento e políticas voltadas para adolescentes e jovens, ter consciência das disputas de interesses que estão colocadas na implementação e na elaboração das legislações.

**Palavras-chave:** Medida Socioeducativa; Educação; Ressocialização; Escolarização.

## **PLANO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE PLANEJAMENTO DE VIDA**

Gabrielle Aparecida Kepka  
Programa Especializado em Medidas Socioeducativas (PEMSE) do Município de Colombo - PR  
pemsecolombo@gmail.com

Sineide Ribeiro Iurckevicz  
Programa Especializado em Medidas Socioeducativas (PEMSE) do Município de Colombo - PR  
pemsecolombo@gmail.com

Kathyuze Carvalho Maciel  
Programa Especializado em Medidas Socioeducativas (PEMSE) do Município de Colombo - PR  
pemsecolombo@gmail.com

O Programa Especializado em Medidas Socioeducativas – PEMSE, situado no Município de Colombo/PR, tem por finalidade acompanhar e fiscalizar a execução das medidas em meio aberto, ou seja, a medida de prestação de serviços à comunidade – PSC, e a liberdade assistida – LA, desde o ano de 2008. Mediante a realidade vivenciada nestes anos de execução da Medida de Liberdade Assistida, o PEMSE identificou a necessidade de elaborar um trabalho com diferencial junto aos (as) adolescentes, com o objetivo de um acompanhamento mais efetivo durante a execução da medida de Liberdade Assistida, para tanto, foi desenvolvido o Projeto de Planejamento de Vida no ano de 2015, o qual tem por objetivo auxiliar o(a) adolescente a tornar-se agente de mudanças, para que possa ressignificar o ato infracional, assim como seus valores pessoais e sociais; fortalecer seus vínculos sociais, familiares e comunitários. Tais objetivos serão trabalhados em seis pilares principais, sendo eles: cidadania; educação/escolarização; profissionalização/cursos; saúde/autocuidado, relacionamento familiar e comunitário, além dos objetivos e desejos do sujeito, tendo como base essencial o sonho de cada adolescente atendido(a) e suas questões subjetivas, sejam elas individuais, familiares ou comunitárias. Cada um dos pilares mencionados, vêm corroborar o trabalho realizado com o Plano Individual de Atendimento de cada adolescente, sendo uma proposta pedagógica, onde o(a) adolescente consegue visualizar de maneira didática/pedagógica as suas conquistas, objetivos a atingir e onde pretende chegar, com o objetivo de desenvolver sentimento de pertença nos espaços e grupos em que está e será inserido, uma vez que o projeto acontecerá no formato de um jogo dentro de uma cidade. Todo o trabalho é desenvolvido por meio de um grande tabuleiro, uma chapa de aço grafitada, uma ferramenta pedagógica que foi idealizada em forma de cidade/bairro para que o(a) adolescente que esteja inserido(a) no Projeto tenha um sentimento de pertença dos espaços que frequenta – ou deveria frequentar – cotidianamente e assim possa planejar seu futuro ou seus objetivos com uma ideia mais concreta de sua realidade. Com os(as) adolescentes inseridos no Projeto, foi possível constatar que houve uma boa compreensão, aceitação e adesão ao projeto, além da ressignificação do ato infracional, o que contribuiu para que houvesse um número significativo de cumprimento de medida, assim como baixo índice de reincidência. Puderam ser (re)inseridos nos espaços sociais/comunitários, ou seja, ter acesso ao sistema de garantia de direitos – escola, esporte, cultura, lazer, saúde, dentre outros, tendo assim, seus vínculos com a comunidade fortalecidos. Como em um dos pilares trabalhou-se os relacionamentos interpessoais, pode-se contatar o fortalecimento dos vínculos familiares, assim como a conquista de maturidade, independência e responsabilidade por parte do(a) adolescente. Dados os resultados positivos obtidos, tal projeto foi estendido para

adolescentes com a medida de prestação de serviços a comunidade, assim como os integrantes do AFAI – Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa.

**Palavras-chave:** Adolescente; Medida socioeducativa; Liberdade assistida; Planejamento de vida.

## **COMO EU FAÇO?**

**“A CASA TÁ ABERTA!”: NOSSAS REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO DO JAÇANÃ/SP**

Gabriel Henrique R. Caras  
Professor de Barbearia  
gabriel22672743@gmail.com

Gabriel dos Santos Gomes  
Fotógrafo

Jackson S. Casimiro  
Ajudante Geral

Kaio Henrique P. das Neves  
Monitor de Futebol de Rua

Nicolas Maycon D. de Pádua  
Estudante

O que é o “Espaço de Convivência”? Ele é um espaço aberto para todos, onde pode chegar e frequentar o serviço de medida socioeducativa em meio aberto, conversar com as pessoas, participar ou não das atividades, mas sempre com alguma coisa para fazer que os educadores propõem. É um espaço de reflexão, tanto sobre o que se passou ou está acontecendo na vida, podemos também refletir outros tipos de discussões, como política, feminismo, machismo, questão LGBT e até mesmo sobre o convívio dos adolescentes. É um espaço do dia a dia, onde podemos frequentar a qualquer momento, e criar atividades juntos, fortalecendo a nossa união, o nosso grupo. Uma das atividades que decidimos e fizemos juntos foi a alimentação: fazíamos os lanches e almoços, onde todo mundo preparava uma parte da refeição e depois todos limpavam. No começo ninguém queria limpar porque achava que era coisa de menina, mas depois aprendemos que isso não tem a ver e que limpeza é coisa de homens e mulheres fazer. No Espaço de Convivência jogávamos bola, jogos e decidíamos os passeios como: ir ao cinema, assistir palestras nas faculdades, andar de kart, descer as cachoeiras de bote, fazer stand-up e até mesmo viajar para o Rio de Janeiro, fomos para a cidade de Arraial do Cabo. O serviço ficava aberto para receber adolescente que cumpriam medida e que não cumpria também, a qualquer hora, onde acontecia também os cursos de barbearia, capoeira, boxe, panificação... Esse espaço de convívio também traz uma certa importância que é o respeito. mas não o respeito só entre nós e sim o respeito a todos os cidadãos, porque a gente se sente parte de um coletivo maior. Aprendemos a trabalhar em equipe, a construir pensamentos coletivos que contribuem com a mudança de opiniões. E com esses aprendizados, conseguimos enxergar as habilidades de cada um no dia a dia. Como convivíamos muito um com o outro, percebíamos no que cada um se destacava. Na Barbearia, na fotografia, na limpeza, no futebol, na música, na cozinha e etc. Quando a gente cozinhava tinha sempre quem não queria limpar, mas tinha um que limpava muito bem, organizado. Então foi sendo investido na ideia de estimular ele a trabalhar na área, e assim teve seu primeiro registro em carteira. Outro cursou a barbearia, e foi convidado a ser ajudante do professor. Logo foi feita a proposta pra ele ser um educador e barbeiro, e passou a dar aulas pra outros jovens. Na fotografia, bastou dar a câmera na mão para registrar as assembleias e já perceberam que seria algo interessante, então foi colocado em um curso de fotografia e atualmente trabalha com isso, já realizando exposições. No esporte, foi notado que pelo

perfil dois jovens poderiam ser monitores do Polo de Futebol de Rua, e eles organizam os jogos no bairro. Então esse espaço de convivência é muito importante para os adolescentes da comunidade, porque é onde se convive de uma forma que valoriza a cada um e o coletivo.

**Palavras-chave:** Trabalho Coletivo; Espaço de Convivência; Medida Socioeducativa em Meio Aberto.

## “PORQUE CONTIGO NÃO TERMINO EM MIM MESMO”. A COLETIVIDADE COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E DE GESTÃO À SOCIOEDUCAÇÃO EM MEIO ABERTO

Camila Gibin Melo  
Universidade Católica de São Paulo  
cagibin@gmail.com

Os escritos poéticos de Pablo Neruda em *“Ao meu partido”*, expresso no título, nos convoca a colocarmos no centro a importância do *coletivo*, que supera o indivíduo e afirma a sua condição enquanto ser social. Sendo os seres humanos sujeitos coletivos, como aponta Marx, é rompendo a condição de indivíduo isolado que se dão saltos aos processos de humanização, objetivo de qualquer espaço educativo que se propõe à emancipação. Por isso, a dimensão teórico-metodológica dos espaços socioeducativos deve considerar a importância dos encontros entre os adolescentes e das mediações dos conflitos cotidianos em instâncias que convocam o grupo a se implicar na formação dos *novos valores*, como as Assembleias. No entanto, a cultura da coletividade na socioeducação consegue se realizar quando a própria gestão do serviço parte do referido pressuposto. Ou seja, só há êxitos socioeducativos quando há ações coletivas entre educandos-educadores e alinhamento entre os últimos. O desejo em desfrutar identidade em um novo grupo é potencializado ao adolescente quando é desejo e experiência também entre a equipe. Instâncias de planejamentos, execuções e avaliações, que perpassem a todos os sujeitos educadores, são o que constroem a coesão educativa, transferida aos educandos, compondo assim um todo da socioeducação. Na Coordenação Coletiva, dividem-se as responsabilidades sem a retirada das particularidades e atribuições específicas de cada membro da equipe. Compartilha-se, entre todos, os desdobramentos da cotidianidade do serviço e os papéis nela, possibilitando um *fazer consciente*. As reuniões de equipe semanais configuram a instância central para a Coordenação Coletiva, sendo espaço utilizado para socializar e produzir conhecimento científico que ancore as ações. A formação continuidade, por meio de leituras e de elaborações escritas sobre o vivido, compõe parte do *fazer em grupo*. Por isso, os registros do dia a dia através de crônicas, poesias, escritos sobre sonhos, desenhos e relatos livres narram a história de um grupo. Outra ação possível trata-se de rodiziar funções entre a equipe, com clareza no projeto político defendido, para que todos reconheçam as peculiaridades de cada papel e a importância deles. A premissa da Coordenação Coletiva foca-se na pedagogia socialista, inspirada em Anton Makarenko, em que a organização do coletivo de adolescentes da Colônia Gorki foi possível porque se desdobrou não apenas a formação do *novo homem* aos educandos, mas também entre os educadores: *o novo educador*. Nas palavras de Makarenko, quanto a importância do alinhamento entre a equipe: “Considerarei que na coletividade era melhor ter apenas 4 educadores talentosos do que 40 sem talento e sem educação. Com meus próprios olhos vi pessoas sem talento e sem educação trabalharem na coletividade. Que resultado poderia dar um trabalho deste? Só a desintegração da coletividade”. (MAKARENKO, 1986,101). Quando, na experiência do serviço de medida em meio aberto, na cidade de São Paulo, alcançamos alinhamento e coesão entre a equipe, o coletivo também entre os adolescentes se fortaleceu, fortalecendo práticas de reconhecimento de si e do outro como parte de um só. A extensão de si foi vista no grupo, havendo possibilidade de avanços nos processos de formação do coletivo.

**Palavras-chave:** Medida Socioeducativa em Meio Aberto; Gestão/Coordenação Coletiva; Pedagogia Socialista.

## **CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: RELATOS DA PRÁTICA**

Yliah Cavalcanti Sardinha  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP  
yliahsardinha@gmail.com

Gabriel Monteiro da Fonseca Leal Maia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP  
bilomaia@gmail.com

Izabela dos Santos de Oliveira  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP  
izzabelaso@gmail.com

A partir de aspectos da experiência como técnicos socioeducativos em meio aberto de serviços de medidas socioeducativas (SMSE-MA) localizados na zona sul e norte de São Paulo - SP, trazidos na forma de apresentação de construções de casos e manejo de grupos, o presente trabalho pretende discutir possíveis contribuições de operadores da psicanálise (tais como escuta, transferência e desejo) na prática de atendimento aos adolescentes que circulam nos espaços socioeducativos. Apesar de seu reconhecimento majoritário enquanto método clínico, atrelado apenas aos outros saberes psi, o campo conceitual da psicanálise se mostra extremamente profícuo no que diz respeito às potências das práticas de atendimento. Sem excluir a noção de sujeito de direitos e as demandas de ordem social e econômica, tentaremos demonstrar ser possível incluir a dimensão do sujeito do inconsciente neste trabalho, diferenciando tais demandas daquela que pode ser direcionada, em atendimento, ao objeto da transferência, seja ele o(a) técnico(a) de referência ou não. Através de relatos de práticas realizadas no SMSE-MA, abordaremos a percepção técnica sobre essa possível situação transferencial (que se diferencia da noção de “vínculo” utilizada nos âmbitos da Assistência Social), a identificação desta modalidade de demanda direcionada ao Outro, assim como as possibilidades de manejo da transferência no contexto socioeducativo. Entendendo essa demanda como um empuxo à alienação do sujeito ao Outro inconsciente, a direção das intervenções mira a passagem do desejo de reconhecimento para o reconhecimento do próprio desejo pelo sujeito, de forma não a atender as demandas apresentadas, mas respondê-las apontando para o desejo. Também buscaremos apontar experiências interessantes de sustentação de um não-saber nas propostas de intervenção. Desse modo, entendemos que se abre a possibilidade do trabalho socioeducativo caminhar para além da resolução de questões socioassistenciais (como aquelas presentes no ECA) e de exigências de âmbito estritamente jurídico-normativo do contexto temporário e excepcional das medidas socioeducativas, incluindo no processo algo da singularidade dos sujeitos que ali se colocam. Noções metodológicas como “associação livre”, “atenção flutuante” e “cadeia significativa” serão tensionadas com conceitos como “escuta qualificada”, o modelo de atendimento concentrado na situação “pergunta-resposta” e os meios de participação e protagonismo do adolescente.

**Palavras-chave:** Psicanálise; Socioeducação; Adolescência; Escuta; Transferência.

## **MOIÔ, MINHA MINA TÁ GRÁVIDA! EXPERIÊNCIA DE GRUPO DE PAIS EM UM SMSE/MA**

Marcella dos Santos Ferreira  
Técnica Especializada – Cientista Social  
ferreira.marcellasantos@gmail.com

“Moiô, minha mina tá grávida.” Essa é uma expressão comum de se escutar ao trabalhar com MSE/MA. Ao tentar conversar melhor sobre essa situação, é possível perceber uma dificuldade dos meninos em falar sobre o assunto. As falas acontecem de forma muito vaga, e a principal preocupação apresentada por eles é em relação à necessidade de “arranjar um trampo”, como se a tarefa de sustentar financeiramente a criança fosse a única necessidade que surge a partir da notícia da paternidade. É possível perceber também que pouco conversam uns com os outros sobre essa experiência em comum, o que dificulta a construção coletiva dessa nova identidade: a de ser pai. A paternidade na adolescência é uma realidade que se apresenta como central na vida de diversos meninos, mas se percebe um silêncio social sobre o assunto. Pouco discutida, acaba sendo vista na maioria das vezes sobre perspectivas preventivas ou mesmo punitivas, e pouco espaço é criado para a construção de uma reflexão feita pelos próprios adolescentes a respeito de sua experiência com a paternidade. Alguns fatores são estruturantes desse silêncio: a vida adulta como referência para a experiência da paternidade e a construção da masculinidade em nossa sociedade. O primeiro fator se dá por uma construção da identidade adolescente que é referenciada na experiência adulta, fazendo com que a paternidade na adolescência seja entendida como um desvio, um erro, uma experiência que acontece fora de seu momento ideal. O segundo fator, está relacionado com a dificuldade dos meninos em falarem sobre si e sobre suas experiências, por conta de uma construção social da masculinidade que os coíbe a expressão de seus sentimentos e fragilidades. Criar espaços para que se possa discutir a questão da paternidade com os adolescentes pais é parte importante de um processo de responsabilização dos meninos, isso porque a experiência de ser pai os coloca em um lugar de assumir determinadas responsabilidades para as quais é preciso criar recursos tanto objetivos, quanto subjetivos. Responsabilização esta que não se resume ao contexto do ato infracional, mas que se expande para uma tomada de responsabilidade por todos os aspectos de suas vidas. A partir da identificação do grande número de meninos-pais no SMSE/MA – Jaçaná - DEJUPE, percebemos a necessidade de criar espaços onde a questão da paternidade adolescente tivesse centralidade. E foi assim que surgiu a ideia de construir um grupo de adolescentes pais, como um espaço onde os meninos pudessem compartilhar a experiência da paternidade na adolescência, criando referências entre seus pares e refletindo sobre esse momento de suas vidas. Apostamos na proposta do grupo como uma ferramenta para quebrar esse silêncio social sobre a paternidade adolescente e auxiliá-los na construção coletiva dessa nova identidade a ser assumida por eles. O grupo aconteceu de fevereiro a agosto de 2019, e foi possível experimentar diversas metodologias utilizadas na construção dos encontros do grupo. Além disso, foram elaborados materiais didático-pedagógicos como, por exemplo, jogo de contação de histórias, que foram utilizados como recursos disparadores das discussões no grupo.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa; Paternidade; Adolescência; Masculinidades.

**PROJETO CONEXÃO ADOLESCENTE – COACHING EM GRUPO EXECUÇÃO DIRETA PSC GEAMA DE PLANALTINA – DF**

Jani Santos da Silva  
Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Planaltina,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
janissilva1@gmail.com

Elaine Cristina Ricardo Domingues  
Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Planaltina,  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
elaineCRdomingues@gmail.com

O Projeto Conexão Adolescente, executado por duas agentes socioeducativas e dois pedagogos da equipe da Gerência de Atendimento em Meio Aberto - GEAMA de Planaltina/DF tem por objetivo geral o desenvolvimento emocional através do foco na gestão das emoções, no desenvolvimento da empatia, nos relacionamentos interpessoais, e no treinamento do caráter e resiliência frente às frustrações. A execução direta da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC nesta gerência consiste na realização de tarefas pelos adolescentes devidamente orientados por equipe técnica. Todas as atividades têm embasamento na metodologia de coaching com uso de ferramentas específicas, dinâmicas, filmes e leitura, com objetivo de contribuir com o desenvolvimento e crescimento dos jovens. O projeto tem por objetivos específicos: desenvolver o pensamento crítico e habilidades de resolução de conflitos; tomar decisões positivas; cultivar o autoconhecimento e desenvolvimento; incentivar o desenvolvimento intelectual através do clube de leitura; definir objetivos e elaborar planejamento para alcançar os objetivos traçados. Para tanto, são realizados 10 (dez) encontros com utilização de roda de conversas, ferramentas de coaching, filmes, leitura de um livro (A boa sorte), dinâmicas e debates dos temas trabalhados. As ferramentas e a sequência de utilização, bem como o roteiro dos encontros, livros para leitura, vídeos e dinâmicas podem sofrer alterações a critério da equipe responsável e andamento do projeto. São oferecidas até duas reposições para os jovens que tiverem até duas ausências justificadas. O desligamento do projeto é efetuado com consequente descumprimento para o jovem que se ausentar por 03 (três) vezes ou para aquele que com até 02 (duas) ausências justificadas não fizer as reposições ofertadas. Em todos os encontros é disponibilizada lista de frequência para assinatura dos participantes. Os socioeducandos participantes registram suas visões sobre a medida na ficha de avaliação que é encaminhada anexa ao relatório avaliativo enviado à Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE, usualmente destacando que participar do projeto permite que reflitam sobre a vida que gostariam de desfrutar e objetivos desejam alcançar. O comprometimento da equipe desta Gerência é imprescindível para o sucesso do projeto, uma vez que além de planejar as atividades é a responsável por executá-las, a despeito de todas as outras ações que já sobrecarregam os servidores. Ao longo do processo fica evidente a evolução dos jovens, os quais aos poucos vão se familiarizando com as ferramentas utilizadas e se empenhando para alcançar compreensão e sucesso na execução das atividades. Espera-se que este projeto tenha instrumentalizado os socioeducandos para além do mero cumprimento da medida, servindo de norte para que eles alcancem seus objetivos a despeito das dificuldades socioeconômicas.

**Palavras-chave:** Coaching; Desenvolvimento pessoal; Conexão; Medida Socioeducativa em Meio Aberto.

## **ENCONTRO DE FAMÍLIAS DA SOCIOEDUCAÇÃO DE LONDRINA**

Vera Lucia Neves  
Centro de Socioeducação Londrina I  
veraneves@seju.dease.pr.gov.br

Amarildo de Paula Pereira  
Centro de Socioeducação Londrina I  
amarildopereira@seju.dease.pr.gov.br

Gisele Dobis Toreto  
Centro de Socioeducação Londrina I  
giselet@seju.dease.pr.gov.br

A adolescência se inscreve como questão social no mundo contemporâneo pela perspectiva dos problemas, como o comportamento de risco e a drogadição, podendo cometer atos infracionais. Um ciclo etário caracterizado pela incerteza, a mobilidade e a transitoriedade, que exige intervenção estatal através de políticas sociais que garantam a proteção integral, e proteção e apoio familiar. As intervenções com adolescentes em conflito com a lei exigem o trabalho com famílias, que é sempre um grande desafio, principalmente durante a internação provisória. As famílias, normalmente representadas pelas mães, tem aumentada as demandas cotidianas, pois são requisitadas a comparecer em diferentes espaços para acompanhar o processo dos filhos. A participação familiar neste processo é de suma importância para os adolescentes e para o serviço que o atende. Com o objetivo de dar espaço de fala para essas famílias foi realizado o encontro de famílias da socioeducação de Londrina, que uniu todos os serviços que operam a socioeducação no município: Cense - Centro de Socioeducação Londrina I e II, Casa de Semiliberdade e Centro de Referência Especializado em Assistência Social. A organização contou com recursos de todos os serviços, cada um mobilizou as famílias que estavam referenciadas naquele momento, o convite foi entregue em todos os espaços socioeducativos. O evento propiciou o contato das famílias com os serviços, que o adolescente em conflito com a lei pode acessar, a internação provisória, a internação, a semiliberdade e as medidas socioeducativas em meio aberto. Com a participação de 64 familiares, entre pais e adolescentes, o evento proporcionou um encontro ímpar, quando toda a comunidade socioeducativa esteve presente, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os serviços de atendimento socioeducativo e a rede de apoio. Foi um importante espaço de escuta, onde as famílias foram protagonistas e algumas puderam expor seus sentimentos em relação a apreensão do filho, verbalizaram a importância da acolhida da equipe de referência neste momento e a importância do acompanhamento da equipe, mesmo após a liberação do adolescente. O trabalho com famílias exige pensá-las em suas formas e na relação da sociedade em que está inserida, vê-la não pelo que lhe falta, mas por sua riqueza, estimular à participação e o protagonismo e que a acolhida e escuta sejam qualificadas, ter claro que são um “ grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantém estreita relação com o contexto sócio-cultural” (CARVALHO, 2000) e devem ser percebidas não apenas como objeto de intervenção mas como sujeito social e político. Desde 2015 a socioeducação de Londrina tem sido provocada a repensar sua prática, através de encontros denominados de Falando Sobre Socioeducação, toda rede de atendimento socioeducativo é convidada a participar e foi neste espaço coletivo que a proposta do evento, elaborada pelo Cense I, foi apresentada e todos os serviços se habilitaram a participar. A proposta é realizar um encontro a cada seis meses, ampliando cada vez

mais a participação familiar e contribuindo para “recuperar a família como lugar de busca de condições materiais de vida, de pertencimento, de construção de identidade” (MIOTO, 2012).

**Palavras-chave:** Adolescentes; Famílias; Participação; Rede de atendimento.

**MEU PAPEL: GERANDO RENDA, RENDENDO VÍNCULOS**

Luara Presotti  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
luapresotti@gmail.com

Patrícia Braz Finageiv  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
patifin@gmail.com

Thérèse Hofmann Gatti  
Departamento de Artes Visuais, Instituto de Artes, Universidade de Brasília - UnB  
therese.hofmann@gmail.com

Sabe-se que boa parte dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do Distrito Federal respondem pelo envolvimento em atos infracionais cometidos contra o patrimônio, o que levanta a discussão sobre os impactos das desigualdades sociais e da violação de direitos na criminalidade. Este trabalho apresenta os percursos e reflexões preliminares de uma experiência de trabalho em rede para a construção de alternativas de geração de renda para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto por meio da reciclagem e produção de cadernos artesanais. O projeto, apelidado de “Meu Papel”, é fruto de uma parceria entre a Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá e o Instituto de Artes da Universidade de Brasília, que tem como objetivo mediar a aprendizagem, produção e comercialização de cadernos artesanais, com vistas à inclusão produtiva, educativa e social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. A primeira etapa do projeto consiste na mediação do processo de aprendizagem e produção de papel e cadernos artesanais, feitos de material reciclado, e é coordenado pela equipe da Universidade de Brasília. A segunda, consiste na confecção e comercialização de exemplares de cadernos artesanais a partir da produção realizada no período de aprendizado. Esta etapa é coordenada pela Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá. Como resultados pode-se destacar a aproximação entre o sistema socioeducativo e a universidade, entre os adolescentes e a Universidade, o fortalecimento do vínculo entre os adolescentes e entre adolescentes e educadores, bem como a geração de renda do material produzido, baseada em princípios solidários e no protagonismo dos adolescentes. Os principais desafios encontrados pelas equipes são a falta de recursos financeiros e logísticos para a melhor execução do projeto, bem como as dificuldades encontradas pela equipe da GEAMA em empreender uma atividade nova e ainda desconhecida em nossa práxis, o que exige a busca de novos conhecimentos e habilidades e maior articulação em rede.

**Palavras-chave:** Geração de renda; Artesanato; Reciclagem; Vínculos.

## **EDUCAÇÃO MUSICAL COMO METODOLOGIA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

Walter de Sousa Silva  
Unidade de Internação do Recanto das Emas - UNIRE/DF  
waltssilva@yahoo.com.br

Ângela Alvarenga Frutuoso  
Unidade de Internação do Recanto das Emas - UNIRE/DF  
musica.unire@gmail.com

Pollyana Moreira de Assis  
Unidade de Internação do Recanto das Emas - UNIRE/DF  
unire.crianca@gmail.com

Henrique Tavares de Paiva  
Unidade de Internação do Recanto das Emas - UNIRE/DF  
musica.unire@gmail.com

Rafael Vitor de Andrade Coutinho  
Unidade de Internação do Recanto das Emas - UNIRE/DF  
musica.unire@gmail.com

Genildo Araújo Ribeiro  
Unidade de Internação do Saída Sistemática – UNISS/DF  
musica.unire@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo evidenciar práticas de educação musical do Núcleo de Música da Unidade de Internação do Recanto das Emas - UNIRE. Dentre as atividades oferecidas especificamente nesta Unidade, existem as oficinas de Música. São atendidos, atualmente, cerca de 20 socioeducandos nas aulas de piano, cordas friccionadas, violão, teoria, produção musical e gravação. O objetivo primordial dos atendimentos em música consiste no desenvolvimento da linguagem musical dos estudantes de modo a que ela se torne mais um meio de expressão individual ou coletiva. Nesse caminho, em quase dois anos de aulas, ensaios, apresentações intra e extramuros, aprovações na Escola de Música de Brasília, composições, produções musicais e gravações, foram estudantes mais de cinquenta socioeducandos. Quanto mais a abordagem de educação musical se aproximou do contexto sócio-econômico-cultural dos jovens, levando em conta repertório de seu interesse e seu conhecimento musical prévio às oficinas por exemplo, percebemos incremento da motivação deles em participar ativamente das atividades musicais. O estímulo à autonomia dos estudantes, consistente na sua atuação no processo de aprendizagem, na elaboração do repertório de estudo, nas tomadas de decisões individuais e coletivas (decisões musicais ou não), revelou-se outro fator de engajamento dos atendidos. Um fato, entre outros, que ilustra o potencial do atendimento socioeducativo por meio da música reside na habilidade em expressar ideias, sentimentos e reflexões que os estudantes têm demonstrado desenvolver com a música. Ilustra bem a situação o caso do jovem que participou da oficina de produção musical e gravação com letra de sua autoria, no gênero Rap, na qual ele narra sua trajetória de vida periférica, da ingenuidade de criança a seus primeiros contatos com o contexto de cometimento infracional; o caminho escolhido e suas consequências, sob a ótica crua de quem sentiu

tudo na pele. Entendemos que assim a estratégia musical de atendimento socioeducativo atingiu sua meta: entregou a ele ferramenta viável para que pudesse expressar sua verdade, com abertura e sinceridade. Acreditamos que o potencial das atividades musicais socioeducativas de modo específico, como das artes cênicas e das artes visuais, se bem explorado, pode contribuir para a melhora na qualidade dos atendimentos em geral bem como para o alcance dos objetivos da medida socioeducativa.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Educação musical; Metodologia de atendimento socioeducativo.

## A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE COMO PRÁTICA COLETIVA: EXPERIÊNCIAS E DISPUTAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS

Grupo de Trabalho Formação da Articulação dos trabalhadores e Medidas Socioeducativas da Cidade de São Paulo  
Serviços Executores das Medidas em Meio Aberto  
articulacao.gtformacao@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma modalidade diferente de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) a partir da prática de alguns serviços executores de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de São Paulo. O projeto de PSC coletiva surgiu em razão da complexidade socioeconômica e da rede de políticas públicas da cidade de São Paulo, uma vez que execução das medidas não privativas de liberdade se dá de forma terceirizada por mais de 50 serviços distribuídos pela cidade. A partir desse contexto, é histórico na cidade a constante busca por práticas desenvolvidas a partir da especificidade de cada território e o alinhamento de compreensões e ações que atinjam efetivamente a função socioeducativa das medidas em meio aberto. Embora no ECA conste a orientação para que a medida socioeducativa de PSC tenha a sua aplicação a partir da consideração da relação com o ato infracional e a utilização de habilidades do adolescente que recebe a aplicação da medida para o ganho comunitário, não é neste sentido que se dá a interpretação e aplicação da medida pelo judiciário paulistano. A partir do trabalho diário, encontramos, em diversas decisões judiciais dadas tanto no momento da aplicação quanto no acompanhamento das execuções de medidas, uma expressão da racionalidade punitivista que interpreta a PSC apenas como a ocupação do tempo do adolescente – com uma aproximação ao trabalho forçado. Na tentativa de produzir o real sentido socioeducativo da medida, os trabalhadores das medidas em meio aberto encontraram a possibilidade de realização de trabalho conjunto entre adolescentes. É no desenvolvimento de diversas tarefas, desde produções artísticas para ampliação de repertório local até ações comunitárias para suprimento de atendimentos deficitário das políticas públicas, que temos executado, de forma pedagógica, a PSC. Porém, a cidade de São Paulo vive, atualmente, uma realidade de deslegitimação das práticas pedagógicas propostas pelos serviços, considerando que o judiciário se apoia, notadamente, no caráter sancionatório das medidas socioeducativas em detrimento de seu caráter educacional. Nas diversas experiências compartilhadas acerca do cumprimento da PSC coletiva são percebidos os processos de ganhos comunitários como a melhora dos espaços, garantia de acesso a serviços, a ampliação de repertório sociocultural para diferentes públicos, ressignificação de laços intergeracionais, coletivização de decisões, mudança de visão da juventude, entre outros. O acúmulo dos saberes produzidos e ressignificados a partir dos serviços que executam a PSC coletiva tem sido sistematizado e compartilhado pelo *Grupo de Trabalho Formação da Articulação de Trabalhadores e Serviços das Medidas Socioeducativa em Meio Aberto* visando qualificar e ampliar esta modalidade de PSC para toda a rede de atendimento e estabelecer com o sistema judiciário a legitimidade de prática socioeducativa com real possibilidade de função comunitária e processos de ressignificação de pertencimento e autoconhecimento por parte do adolescente em cumprimento da Medida Socioeducativa.

**Palavras-chave:** Medida Socioeducativa em Meio Aberto; Prestação de Serviços à Comunidade; Socioeducação; Punitivismo.

**TRABALHANDO PROJETO DE VIDA COM JOVENS E ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE  
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: GRUPO “QUEM EU SOU”**

Ludmila Jeanne da Costa Moreira  
Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior de Brasília  
ludmilajeanne@gmail.com

Wesley Barros Arouche de Oliveira e Silva  
Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior de Brasília  
WesleyCabrinil@gmail.com

Maristela Muniz Gusmão  
Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior de Brasília  
marisgusmao@gmail.com

Ezequiel Nogueira Braga  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
ezenbraga@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir metodologia voltada para a reflexão acerca do projeto de vida de jovens e adolescentes socioeducandos. Acredita-se que essa prática pode resultar em diversas transformações sobre a visão que se tem de si e do mundo, gerando mudanças em suas realidades. Busca-se apresentar os desafios encontrados na implementação de projetos no contexto de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, que engloba Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. O trabalho se iniciou com a realização de uma pesquisa diagnóstica em uma instituição de Atendimento em Meio Aberto do Distrito Federal, na qual o projeto está sendo implementado, a fim de analisar a estrutura, a rotina e as demandas institucionais. Utilizou-se as estratégias de observação, de estudos de casos, relatos de funcionários e estudos bibliográficos. Em seguida, criou-se o grupo “Quem eu sou”, cujo nome foi inspirado na frase de Bob Marley, que diz: “Eu sou do tamanho daquilo que sinto, que vejo e que faço, não do tamanho que os outros me enxergam”. O grupo consistirá em 4 encontros quinzenais, nos meses de outubro, novembro e dezembro, com duração de 2h cada, e se propõe a discussão de temáticas relacionadas ao autoconhecimento, família, drogas, violência, consequências, cidadania, identidade racial, orientação profissional e criação de trabalhos autorais. Os encontros se darão de forma dinâmica, com rodas de conversas e atividades que proporcionem a produção coletiva - música, vídeos, desenhos e produção de textos -, a fim de estimular reflexões acerca de si e do mundo, o reconhecimento de suas potencialidades, a valorização de suas culturas, o autoconhecimento, capacidade de cumprimento de regras, e sentimentos relacionados ao pertencimento de grupo. Esse projeto iniciou-se em agosto de 2019 e faz parte da prática da disciplina Estágio Supervisionado II do 10º semestre do curso de Psicologia. A análises das atividades realizadas até o momento indicam que um dos maiores desafios se refere a baixa adesão dos adolescentes. Trata-se de um problema recorrente, sinalizado pelas equipes profissionais de atendimento, e que afeta o desempenho das medidas socioeducativas. Contudo, o trabalho ainda está em andamento e novas estratégias de acesso aos adolescentes estão sendo pensadas pela equipe de trabalho.

**Palavras-chave:** Projeto de vida; Estágio supervisionado; Psicologia; Socioeducação; Liberdade assistida.

**O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO NÚCLEO DE ENSINO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO:  
UMA METODOLOGIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FECHADA EM UM ESPAÇO  
DE LIBERDADE**

Daniela Lemos Pantoja Coelho de Oliveira Costa  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; Universidade de Brasília - UnB  
danim23@uol.com.br

Denize de Fátima Moreira  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
denizeletras2007@gmail.com

A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal e à educação. Uma educação em e para os direitos humanos caminha para o reconhecimento do direito à educação escolar, ao acesso a políticas públicas educativas e emancipatórias e à participação em atividades pedagógicas voltadas para o desenvolvimento pessoal e autônomo. Neste trabalho, propomos apresentar a metodologia de ensino-aprendizagem desenvolvida no Núcleo de Ensino da Unidade de Internação Provisória de São Sebastião - NuEn/UIPSS, localizado no Distrito Federal, que atende exclusivamente adolescentes do sexo masculino. Essa metodologia se configura como um ciclo de ações voltadas para a realização de atividades pedagógicas, adequadas às vivências dos adolescentes e dos/as educadores/as nos contextos social e de internação provisória. Fundamentada numa educação orientada para o respeito à diversidade, à liberdade de expressão e à igualdade de direitos e deveres, tem como objetivos promover o protagonismo juvenil e possibilitar os processos de desenvolvimento da autonomia e de emancipação dos adolescentes. Para isso, busca-se desenvolver projetos pedagógicos voltados para a construção e o compartilhamento de saberes que sejam pautados nos princípios da educação em e para os direitos humanos. Outra característica da metodologia é ser democrática, pois conta com a participação dos alunos e dos/as educadores/as que atuam no atendimento socioeducativo e escolar da UIPSS. Desse modo, a tarefa de elaborar, orientar e mediar esses projetos fica sob a responsabilidade de todos/as os/as envolvidos/as. Vale ressaltar que as especificidades inerentes ao processo de escolarização no contexto do NuEn/UIPSS, como a alta rotatividade de alunos, a variação no tempo de internação - que pode ser de um a 45 dias - e a distorção idade/série limitam as possibilidades de intervenções pedagógicas criativas e estimulantes. Nesse sentido, são muitos os desafios para o desenvolvimento de uma metodologia que contemple as necessidades dos adolescentes durante o período de internação provisória. Desse modo, em virtude das transformações que ocorrem no espaço/tempo do processo socioeducativo e das experiências ali engendradas, é necessária uma constante (re)elaboração das atividades que compõem esses projetos pedagógicos. Nesse sentido, é essencial a construção de espaços de diálogo e de escuta e, principalmente, de acolhimento dos diferentes modos de pensar. Para que possamos melhor ilustrar essa metodologia de ensino-aprendizagem, apresentamos, também, alguns projetos pedagógicos realizados no NuEn/UIPSS.

**Palavras-chave:** Educação em e para os direitos humanos; Socioeducação; Metodologia de ensino-aprendizagem; Protagonismo Juvenil; Emancipação.

**PROJETO TRAMPOLIM: UMA TECNOLOGIA SOCIAL DE INSERÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO  
PRODUTIVA DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM BELO  
HORIZONTE**

Ronalte Vicente da Silva  
Instituto Minas Pela Paz  
ronalte@minaspelapaz.org.br

O Projeto Trampolim é uma iniciativa do Instituto Minas Pela Paz de Minas Gerais em articulação com as políticas públicas de atendimento socioeducativo, municipal e estadual, junto ao Sistema S (SENAI) e empresas com o fim de promover a inclusão de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em programas de aprendizagem industrial. Desde 2014, mais de seiscentos e trinta e cinco (635) adolescentes foram inseridos em programas de aprendizagem na cidade de Belo Horizonte e Região Metropolitana (Contagem).

**Palavras-chave:** Adolescentes; Medidas Socioeducativas; Inserção Profissional; Projeto Trampolim.

**CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES ESTADUAIS PARA O ATENDIMENTO ESCOLAR DE ADOLESCENTES  
E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

Eliane Acosta dos Santos  
Secretaria de Estado de Segurança Pública; Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso  
elianesantos@sesp.mt.gov.br

Jair José Schuh  
Secretaria de Estado de Segurança Pública; Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso  
jairschuh@sesp.mt.gov.br

Silbene Santana de Oliveira  
Secretaria de Estado de Segurança Pública; Conselho Regional de Serviço Social de Mato Grosso  
silbeneoliveira@sesp.mt.gov.br

Tânia Regina Maciel  
Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso  
taniamaciel@educacao.mt.gov.br

Em 2017, a Secretaria de Estado de Educação publicou a Portaria nº 447/2017/GS/SEUDC/MT instituindo a Comissão interinstitucional responsável pela formulação da Política de Educação para o Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso. A comissão criou um Grupo de Trabalho (GT) composto por profissionais da Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Conselhos Regionais de Psicologia e do Serviço Social, Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Assistência Social e da Universidade do Estado de Mato Grosso. O trabalho do GT iniciou com pesquisas a fim de identificar as características do público atendido nas medidas de liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade (informações da Vigilância Socioassistencial) e de internação (informações do SIPIA/SINASE) referentes ao ano de 2017. Concomitantemente, realizaram-se buscas sobre o histórico do sistema socioeducativo e do atendimento educacional nesse contexto no Estado de Mato Grosso; também foram realizados levantamentos via formulários (enviados por e-mail) aos Centros de Atendimento Socioeducativo abrangendo seis polos regionais, incluindo a capital, a fim de conhecer a estrutura física e o funcionamento escolar nas salas anexas. Foram realizadas reuniões mensais ao longo do ano de 2018, estudos e pesquisas documentais disponíveis na internet além do trabalho relativo à sistematização de dados, edição, formatação e revisão do texto, sendo que houve trabalho inclusive em feriados e finais de semana; em novembro do mesmo ano o documento produzido foi apresentado para apreciação e aprovado pela Comissão instituída. Em dezembro 2019, o texto validado pela Comissão foi encaminhado para apreciação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente sendo aprovado em fevereiro 2019 por meio da Resolução nº 0217/2019; após aprovação do CEDCA/MT, o texto foi apresentado no Conselho Estadual de Educação, onde se encontra, até o momento, para análise e aprovação. O GT, além de apresentar a Política de Educação para o Sistema Socioeducativo, identificou a necessidade de publicação de uma Portaria Conjunta entre SEDUC e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, esta última sendo gestora da medida privativa de liberdade, incluindo as competências de cada órgão para garantir as condições básicas para a efetivação da política; assim, o GT apresentará a minuta da portaria para os gestores envolvidos tão logo seja aprovada a Política pelo Conselho Estadual de Educação. A construção dessa política revela o entendimento do princípio da incompletude

institucional e da intersetorialidade por parte dos atores envolvidos bem como só foi possível devido ao trabalho em equipe dos mesmos. Criar um calendário de reuniões, realizar estudos e pesquisas, dedicar-se até mesmo em feriados e finais de semana para entregar o produto destinado aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa sem dúvida fortalece a noção de que a atuação em rede requer trabalho em equipe e que quando isso é internalizado, o resultado é visível e o público atendido tem seus direitos assegurados também no âmbito da formulação de políticas públicas, como preconiza a doutrina da proteção integral.

**Palavras-chave:** Política de Educação; Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa; trabalho em equipe.

## **RESSIGNIFICANDO VALORES ALÉM DA SALA DE AULA: UMA PRÁTICA DE CIDADANIA E DE TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR**

Maria Lení Camelo da Costa

Unidade de Internação Recanto das Emas, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
ajsleni@gmail.com

Matildes de Jesus Souza Almeida

matildes\_7@yahoo.com.br

Eduardo Alves Sampaio

heduardosampaio@gmail.com

O presente trabalho almeja apresentar as práticas de transformação do ambiente escolar e de despertar para a cidadania por alunos da escola da Unidade de Internação Recanto das Emas (UNIRE), através da participação do II Prêmio Controladoria nas escolas do DF, onde o principal tema discutido foi a corrupção e como objetivo central a transformação do ambiente escolar e a conservação do patrimônio público, além de estimular a participação de professores e alunos em ações cidadãs e de controle social dentro do ambiente escolar. Desde a auditoria cívica os alunos escolheram um problema relevante para a escola e partiram para buscar a solução. Escolheram mudar o aspecto da escola toda, por estar muito pichada. Reconhecemos que o adolescente institucionalizado carrega consigo desde a “rua” a necessidade de deixar a sua marca ou a marca da sua “quebrada” (a cidade e quadra onde vivem) em forma de pichação nas paredes. Como a escola serve como escoadouro de suas expectativas, sentimentos, memórias e vontades, principalmente na sala de aula, os alunos internos deixavam essas “marcas” nas paredes, e em virtude desta prática o ambiente escolar era visualmente poluído e com aspecto de sujo. Com esforço de toda comunidade socioeducativa, o projeto modificou a realidade do ambiente escolar. Algumas etapas foram estabelecidas pelo concurso como por exemplo: fazer vistoria das dependências da escola e da unidade; produzir cartazes e divulgar sobre o concurso com o tema em questão sobre corrupção; realizar palestras com os servidores da Controladoria para os alunos e servidores da Unidade; realizar análises gráficas sobre as vistorias feitas pelos alunos e escolha da transformação do ambiente; produzir cartazes com frases sobre honestidade e integridade no ambiente escolar; promover reflexões e atividades em sala de aula com notas fiscais para que os alunos pudessem entender para onde vão os impostos e o dinheiro público, principalmente o quanto pagamos de impostos a cada compra que fazemos. Depois do entendimento e da importância de preservar o espaço público os alunos se voluntariaram para fazer as mudanças, eles escolheram pintar toda a escola e arrumar o jardim. O curso oferecido pelo SENAI entrou como parceiro e nele aprenderam a fazer os murais da escola com cerâmica e fazer a pintura das paredes. Mesmo com a rotatividade de adolescentes na escola, os principais objetivos são repassados, como tornar o ambiente escolar mais agradável sem pichações e preservar o patrimônio público. Essas ações nos trouxeram um prêmio, dentre as 54 escolas participantes ficamos em 12º lugar, no qual ganhamos R\$ 5.000,00. Com esse dinheiro compramos ventiladores para as salas de aula, um datashow e uma TV para utilização dos professores em sala de aula. Estamos no final do ano letivo, no último bimestre, e o projeto continua, a cada oportunidade os alunos arrumam o jardim, pintam um ambiente na escola, e a todo tempo relembremos da preservação do ambiente e do patrimônio que pertence a todos nós.

**Palavras-chave:** Prática; Cidadania; Transformação; Escola.

## **O USO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES E DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO COMO FERRAMENTA DE MINIMIZAÇÃO DA REINCIDÊNCIA DOS JOVENS NO COMETIMENTO DE ATOS INFRAACIONAIS**

Mauro Alves Martins Junior  
Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
mauro\_a\_martins@yahoo.com.br

Em 2016, quando era agente socioeducativo na Unidade de Semiliberdade do Recanto das Emas iniciei um programa que priorizava a inserção dos jovens atendidos pela unidade no mercado de trabalho. O objetivo principal da ação era ressignificar a medida socioeducativa e demonstrar a importância do trabalho e estudo como ferramenta de ressocialização na busca pela redução de reincidências. As ações do projeto foram feitas através de cursos de capacitação técnica e captação de vagas de emprego. Eram feitos o acompanhamento e a supervisão dos jovens por todo o processo, desde a matrícula até a formatura; por fim, era realizada a busca por emprego. Durante esse período, o jovem recebia orientação e direcionamento sobre como agir frente aos desafios encontrados no mercado de trabalho. Esse projeto foi desenvolvido com o suporte da pedagoga da unidade e, juntos, programávamos todas as ações do projeto. Com o passar do tempo, mais pessoas foram aderindo e se comprometendo com a proposta do projeto. Atualmente, outras unidades socioeducativas replicam esse modelo de intervenção, o que demonstra e reforça os aspectos positivos deste projeto. Hoje, atuo como vice-diretor da Unidade de Internação de Saída Sistemática, espaço em que esse modelo de intervenção é a ferramenta mais forte e presente. Constatam-se algumas adversidades e obstáculos, tais como o preconceito do empregador em relação à contratação dos jovens; a documentação pessoal incompleta destes; e a distribuição geográfica do Distrito Federal que, muitas vezes, dificulta o deslocamento urbano. Ainda assim, é um projeto viável de implementar. Temos como principais resultados os adolescentes completando os cursos profissionalizantes em que foram matriculados e concluindo com sucesso os contratos de trabalho; assim, se abrem a novas possibilidades, para além da realidade e do contexto nos quais eles se encontravam quando chegaram à unidade. É possível, também, falar em impactos secundários como mudanças positivas na forma do jovem se relacionar com a sua família e, até mesmo, no comportamento do interno junto à equipe da unidade. São, portanto, objetivos desta apresentação discutir sobre a implementação, o desenvolvimento e os resultados obtidos nesse projeto e fomentar a reflexão sobre as medidas socioeducativas, sob uma outra perspectiva.

**Palavras-chave:** Saída sistemática; Jovem aprendiz; Primeiro emprego; Ressocialização.

## **PROJETO DE VIDA**

Valéria Regina Valério de Carvalho Frederico  
Fundação CASA/SP  
valeria250485@gmail.com

Sou pedagoga e atuo na Fundação CASA/SP há quase dez anos. Gostaria de compartilhar um pouco da experiência que tenho vivido com os adolescentes que atendo. O papel do pedagogo, de acordo com Normativas da Fundação CASA/SP está mais ligado ao serviço burocrático do que à realização de atividades diretas com os adolescentes. Reconheço a relevância do serviço burocrático, mas sempre senti a necessidade de atuar diretamente com os adolescentes por meio de oficinas, e quando era possível, dentro de minha rotina, desenvolvia oficinas de alfabetização e letramento, técnicas de redação, preparatórios para vestibulinhos e vestibulares. Porém, sentia que faltava algo mais intenso. Passávamos por um momento bastante delicado na unidade, tumultos, rebeliões frequentes, falta de vínculo das equipes com os jovens, e foi neste contexto, que propus a realização da oficina “Projeto de Vida”. Para implementar e concretizar o projeto, contei com a colaboração de duas colegas, uma agente educacional e uma profissional de educação física. Tínhamos as mesmas angústias, desenvolver um trabalho que visasse a construção e o fortalecimento de vínculos com os adolescentes, e que fosse pautado em humanização. Apresentei o projeto à chefia imediata, que concordou com sua realização, desde que fosse autorizado pela Superintendência Pedagógica da Fundação CASA. Submeti o projeto à referida Superintendência, e fui autorizada a realizá-lo, por estar de acordo com as orientações da instituição. Falamos sobre o projeto com alguns dos adolescentes, e os convidamos para o primeiro encontro. Na ocasião, apresentamos a proposta, e nosso objetivo era tornar a participação não obrigatória, se eles se identificassem com a proposta teriam a possibilidade de escolher participar ou não. Lembro-me das exatas palavras que eu disse ao grupo “que a porta estava aberta para participarem ou não, e que a escolha seria deles”. Meu receio era que não ficasse ninguém, pois eles não tinham obrigatoriedade de participar, como é o caso da escola, das oficinas culturais e dos cursos de qualificação profissional. E, todos escolheram participar e assumiram um compromisso com o grupo. Esse foi um grande marco e início da retomada dos vínculos que estavam extremamente fragilizados. As atividades desenvolvidas ao longo dos encontros permitiram aos jovens que tivessem maior conhecimento de si, de suas potencialidades e de suas fragilidades, de forma que pudessem refletir sobre o ato infracional cometido, sobre sua atual condição de privação de liberdade e sobre possíveis perspectivas de futuro fora do meio delitivo. Durante a realização dos encontros criamos um espaço de escuta, de atenção, e principalmente de abertura e disponibilidade de nossa parte, e não foi à toa, que na avaliação do projeto os jovens disseram “Vocês são corajosas”, “Muitos funcionários não têm a mente como as senhoras têm!”. Embora na legislação, a medida tenha caráter socioeducativo, na prática, ainda existe um distanciamento, o que se percebe é uma prática sancionatória e disciplinar. E, é a construção de espaços como o do Projeto de Vida que possibilitam mudanças e uma transformação, ainda que tímida desta realidade.

**Palavras-chave:** Projeto de vida; Práticas; Pedagogo; Adolescentes; Fundação CASA.

## **MEU CANTO NOSSO CANTO! METODOLOGIA DE TRABALHO COLETIVO EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE**

Vagner Fernandes Brito Moura  
Técnico especializado – Pedagogo  
vagnerfbmoura@gmail.com

A prestação de serviços à comunidade (PSC) é uma medida socioeducativa em meio aberto descrita no artigo 117 do ECA. Uma herança do artigo 46 do código penal, absorvida pela justiça juvenil, mantendo a definição e diferenciando apenas a carga horária definida ao sentenciado. Essa herança traz uma força punitiva que ofusca as possibilidades de compreensão do adolescente em seu processo de desenvolvimento e constituição dos papéis nas diversas esferas sociais. Por isso, os trabalhadores do DEJUPE – Defesa e justiça penal, apostaram na modalidade coletiva de PSC ao longo dos últimos quatro anos. Uma aposta para acolher e/ou descobrir as aptidões dos adolescentes e potencializá-las, considerando o caráter social na construção dos sujeitos em formação. Tentativas para realizar a PSC de modo individual perdiam quase sempre sua dimensão socioeducativa, pois algumas unidades acolhedoras não superaram o pensamento punitivista e acabavam reproduzindo os estigmas atribuídos aos adolescentes em medida. Com isso, a proposta de PSC coletiva foi pensada como prática humanizadora, possibilitando aos trabalhadores do DEJUPE, um trabalho intencionalmente educativo, revestido de sentido social e comprometimento com a defesa da alegria, da instrução e da dignidade dos adolescentes criminalizados. Entre os trabalhos realizados junto aos adolescentes, tendo a arte e a cultura como eixos, o destaque foi a produção autoral da música “Meu canto nosso canto”. Essa é a expressão da coletividade. Uma brincadeira com a ambiguidade que indica o compartilhamento do canto (lugar) e do canto (fala) de todos para todos. Durante cinco meses o grupo da PSC coletiva se reuniu para ouvir e debater as músicas mais ouvidas, ao mesmo tempo, esses escreveram suas próprias palavras, abarcando o universo de experiência vivido por cada um. O processo evidenciou as potências e fraquezas, desafiando todos a buscarem respostas aos problemas emergentes. O primeiro desafio foi superar a vergonha e admitir as dificuldades na escrita. Outro desafio foi alinhar os escritos possíveis e transformá-los em arranjos musicais, para, no fim, exercitar o canto. Escrever e cantar bonito, com clareza na mensagem a ser transmitida, são habilidades desejáveis. Desejada por todos, o caminho se tornou mais leve, não menos trabalhoso. Foi uma música escrita e reescrita muitas vezes. Finalmente, foi apresentada oficialmente em sarau organizado pelos envolvidos. Depois disso, houve apresentações da música autoral em diversos eventos, até em ato público em defesa do ECA. Em pouco tempo, surgiu outra música, inspirada na primeira produção. O trabalho dos adolescentes foi coroado com sua gravação em estúdio. Depois foi produzido um videoclipe, que valorizou todo o processo e recolocou seus protagonistas em lugar de alto prestígio diante de toda a comunidade.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa; Prestação de serviços à comunidade; PSC coletiva.

## **MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE EM SÃO LUÍS – UM OLHAR PARA O ORIENTADOR SETORIAL**

Samira Ferreira Albuquerque  
Ministério Público do Maranhão  
samiraalbuquerque@mpma.mp.br

Ana Margarida Barbosa Santos  
Ministério Público Maranhão  
anamargarida@mpma.mp.br

O presente artigo é o resultado de pesquisa realizada junto aos orientadores setoriais que acompanham adolescentes na execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, realizada nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS em São Luís/MA. A pesquisa surgiu a partir da execução do Projeto Superando Barreiras, desenvolvido pela 43ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís, cujo objetivo é compreender as ações desenvolvidas pelo Serviço de Proteção Social a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, visando contribuir para qualificá-lo e torná-lo cada vez mais exitoso. A pesquisa foi realizada junto a 18 órgãos que ofertam a MSE, no período de julho a agosto de 2017, envolvendo um total de 30 orientadores. Conforme aponta o artigo 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a PSC consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não superior a seis meses, em entidades assistenciais, hospitais, escolas e congêneres, em programas comunitários ou governamentais. O trabalho desenvolvido pelo adolescente não deve ser degradante, vexatório e humilhante, devendo promover-lhe a cidadania. Os locais de cumprimento precisam ser acolhedores, onde prevaleça a boa convivência com o adolescente, constituindo-se ambiente pedagógico para novas experiências. Os parceiros devem estar preparados para receber o socioeducando, evitando a discriminação, rejeição, tratamento inadequado e receio em recebê-lo. Por isso há a necessidade de um processo de capacitação com os profissionais que acompanharam os adolescentes. Os primeiros dados da pesquisa apontam que a maioria dos órgãos parceiros são da esfera municipal (89,2%) e da área da assistência social (57%). Quanto aos profissionais, todos têm conhecimento sobre da MSE, e informaram que embora haja estreita relação com os CREAS, a inserção do adolescente não obedece a uma única rotina, variando entre encaminhamento do adolescente com documentos ou somente por telefone, e contato com o RH. Para 80% dos orientadores não houve capacitação, cartilha ou qualquer material informativo sobre o trabalho, inclusive relativo ao tipo de atividades que os socioeducandos podem ou não desenvolver. Entre as principais dificuldades enfrentadas está a falta de acompanhamento familiar, o envolvimento com facções criminosas, falta de condições como transporte, escolarização e o preconceito da comunidade. Para 53% dos participantes, a MSE contribui favoravelmente na vida do adolescente. Verificou-se que há o interesse em tomar conhecimento sobre o ato cometido, embora todos saibam sobre a necessidade do sigilo. Observou-se ainda nesses profissionais, que assumem responsabilidades voluntariamente, que seu envolvimento se constitui um investimento pessoal, um acreditar que mudanças emocionais, sociais e familiares são possíveis. Mas também são necessárias algumas contribuições institucionais, para qualificar a atuação, como a capacitação.

**Palavras Chave:** Pesquisa; Medidas socioeducativas; Prestação de serviços à comunidade.

## **EDUCOMUNICAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO SUJEITO EM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE**

Márcia Hora Acioli

Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

marcia@inesc.org.br

Euler Brennequer dos Santos Alves

Vozes da Cidadania | Onda – Adolescentes em Movimento Pelos Direitos | INESC

eulerbre\_nnequer@hotmail.com

Thaywane do Nascimento Gomes

Vozes da Cidadania | Onda – Adolescentes em Movimento Pelos Direitos | INESC

thaywanegomes@gmail.com

Webert da Cruz Elias

Vozes da Cidadania | Onda – Adolescentes em Movimento Pelos Direitos | INESC

webertdacruz@gmail.com

A educomunicação apresenta uma perspectiva de educação voltada para o direito humano à comunicação, participação e autonomia possibilitando assim, a liberdade expressão, narrativas de vivências e elaboração coletiva de visão de mundo. Nossos processos pedagógicos partem da socioeducação e das periferias do Distrito Federal. Traçamos uma intervenção com adolescentes que apresentam problematizações acerca da complexidade dos problemas sociais que afetam indivíduos e coletividades. A partir de um espaço formativo e cultural possibilitou-se sensibilizar e mergulhar em histórias, explorar os sentidos do que é a medida socioeducativa e analisar as desigualdades a partir das perspectivas das juventudes periféricas. Para os adolescentes, conhecer o mundo e falar sobre as suas realidades, humaniza os olhares sobre uma população extremamente estigmatizada pela mídia tradicional. Aqui apresentamos a campanha de educomunicação *Nóis Também é Humano* feita pelos adolescentes em restrição de liberdade. A proposta visa a importância de ecoar vozes - até então silenciadas - a partir de programas rádio, vídeos, poesias, adesivos, fotografias e boletins desenvolvidos no projeto Vozes da Cidadania | ONDA – Adolescentes em Movimento pelos Direitos do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). A campanha afirma a importância do reconhecimento do outro e de sua humanidade. O projeto foi desenvolvido em três unidades de internação do Distrito Federal: Recanto das Emas, Planaltina e São Sebastião. O engajamento dos jovens em atividades de comunicação, leitura de mídias e produção de suas próprias como contraponto à investida permanente de desumanização dos sujeitos. A partir desta estratégia metodológica e pedagógica, podemos perceber a socioeducação e a periferia que temos a partir do ponto de vista de quem está inserido no contexto. Deste modo, os adolescentes divulgam esses conteúdos para que a sociedade tenha uma maior sensibilidade ao tema, deixando de lado, a imagem apresentada na mídia convencional que consolida o adolescente na identidade marginal. Suas produções são um convite para um novo olhar sobre adolescência e juventude marginalizadas.

**Palavras-chave:** Educomunicação; Socioeducação; Campanha.

**PRÁTICAS DE ESCUTA E CONSTRUÇÃO NOS PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS: PENSANDO  
DISPOSITIVOS POTENCIALIZADORES DA PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA DE ADOLESCENTES**

Izabela dos Santos de Oliveira  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP  
izzabelaso@gmail.com

Yliah Cavalcanti Sardinha  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP  
yliahsardinha@gmail.com

Gabriel Monteiro da Fonseca Leal Maia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP  
bilomaia@gmail.com

Considerando a Doutrina de Proteção Integral que trouxe a afirmação legal de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em contraposição à Doutrina da Situação Irregular anterior, que os considerava como objetos de tutela, e mais especificamente o contexto sociojurídico do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, percebemos que a visão que se tem com relação ao adolescente a quem foi imputado o cumprimento de medida socioeducativa ainda carrega contradições e tensões, seja no interior dos dispositivos legais, seja na sua execução. Ao mesmo tempo em que o direito de acesso às políticas públicas é convertido em dever, buscando incutir normas de conduta nos jovens, posição evidentemente tutelar e de controle, toma-se a participação, o protagonismo e a autonomia do adolescente como diretrizes para a elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Individual de Atendimento (PIA), documento que pretende nortear as intervenções socioeducativas, conforme disposto no SINASE. Tais questões suscitaram a inquietude das pesquisadoras enquanto trabalhavam no sistema socioeducativo em meio aberto na cidade de São Paulo e algumas questões foram levantadas: entre o exigido pelo Poder Judiciário e as realidades vividas, como é possível criar nos espaços das medidas socioeducativas em meio aberto, dispositivos de fala e escuta para que os adolescentes tenham a possibilidade de elaborar as situações vividas em suas trajetórias e conduzir um processo socioeducativo que faça sentido para eles, tanto individualmente quanto coletivamente. As pesquisadoras apostam que no encontro entre as equipes que aplicam as diretrizes institucionais e os adolescentes alvo da política existem novas formas de instituir as políticas públicas, sempre permeadas e mediadas pelos caminhos de escuta e de diálogo entre esses dois polos. Neste trabalho, apresentam a *práxis*, a partir de suas experiências no território da zona norte e sul da cidade de São Paulo, marcadas pelo acolhimento e escuta das narrativas que são invisibilizadas, pela quebra de um silêncio perigoso às subjetividades adolescentes, de modo a incitar a reflexão acerca dos acontecimentos do real que são muitas vezes sufocantes na vida destes sujeitos. Não se trata de "dar voz" a esses sujeitos, em posição colonizadora, mas de sustentar espaços de escuta onde sejam possíveis construções que levem verdadeiramente em conta os desejos desses sujeitos, sejam nos âmbitos individuais ou coletivo, alavancando elaborações que podem reverberar em ações políticas e subjetivas de ampla magnitude. Trazem como inspiração e parâmetro as metodologias utilizadas no Grupo de Diálogo Universidade, Cárcere e Comunidade (GDUCC), proposto e sustentado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e nos grupos de Gestão Autônoma da Medicação (GAM), realizados em alguns Centros de Atenção Psicossocial. Os referenciais teóricos utilizados são as dimensões de biopoder apresentados por Michel Foucault, o movimento autonomista

de Janusz Korczak, as práticas de Fernand Deligny, as posições de pesquisa com infância e juventude de Lúcia Rabello de Castro e os escritos de Maturana e Varela sobre autonomia.

**Palavras-chave:** Adolescência; Medida Socioeducativa; Escuta; Diálogo; Autonomia.

## PROJETOS DE FUTURO NOS CAMINHOS DA SOCIOEDUCAÇÃO DE MEIO ABERTO

Bruna Rossi Koerich  
Centro de Promoção da Criança e do Adolescente  
koerich.bruna@gmail.com

Esse trabalho é baseado em Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, e compõem a Coletânea Nacional sobre Socioeducação, lançada pela Editora Nova Práxis. Seu principal objetivo foi identificar de que forma o debate sobre projetos de futuro emerge na execução das medidas socioeducativas de meio aberto. Para tanto, partiu-se da experiência de uma unidade de execução de medidas de prestação de serviços à comunidade, a “Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia”. O espaço foi um dos projetos da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania do Município de Canoas e atuava no oferecimento de atividades de arte e cultura, atividades profissionalizantes e atendimento psicossocial para jovens de 12 a 24 anos. O projeto funcionou no território de 2012 até o início de 2017 e a pesquisa que origina esse trabalho acompanhou o cotidiano do espaço enquanto campo de pesquisa no período de outubro de 2014 a fevereiro de 2017. Durante esse período, 67 jovens cumpriram suas medidas de prestação de serviços à comunidade nesse espaço. Foram sistematizados elementos coletados por meio de conversas (formais e informais) e de relatos dos acompanhamentos individuais dos jovens. Os acompanhamentos diários garantiram a compreensão dos desejos, expectativas, frustrações e medos em relação ao futuro, bem como a relação com a temporalidade por si só. Foi possível identificar quatro *passos* na execução das medidas socioeducativas de meio aberto, sendo que, em cada um desses, diferentes marcadores de projetos de futuro foram encontrados. No primeiro *passo*, relativo à chegada do jovem na unidade de execução, é comum que os jovens e os familiares mobilizem projetos de futuro relacionado a “mudanças de vida”, como a reinserção na educação formal e o afastamento de práticas infracionais. Uma análise mais cuidadosa, contudo, demonstra que, por vezes, esses discursos são mobilizados como forma de garantir uma aceitação ou uma aprovação por parte dos técnicos. O segundo momento, identificado como a rotina da unidade de execução, principalmente a partir da interação dos jovens entre si, foram encontrados discursos de projetos de futuro relacionados à demanda de reconhecimento social, muitas vezes associadas ao consumo de itens de marca ou o fato de conseguir “banciar” lanches e bebidas para os amigos e para as namoradas. O terceiro *passo*, o do acompanhamento individual com o técnico de referência, os imperativos de “virilidade” e de coragem construídos pela socialização entre os jovens cedem espaço para que os jovens possam mostrar um lado mais “frágil”, marcado pela insegurança e pelo medo. Dessa forma, os projetos de futuro mobilizados nesse espaço muitas vezes são os de vontade de uma vida “mais serena”, ou então, a verbalização da certeza de que não haverá um futuro muito em breve. Por fim, no último *passo*, caracterizado pelas despedidas dos jovens de suas medidas, os projetos de futuro são reelaborados para dar conta desse novo momento de vida. Alguns jovens elaboram projetos de permanência na trajetória infracional agora que estão “com a ficha limpa”, enquanto outros parecem desenvolver a expectativa de traçar seus caminhos distanciados da prática infracional.

**Palavras-chave:** Projetos de futuro; Medidas socioeducativas de meio aberto; Socioeducação.

**DENTRO E FORA, FORA E DENTRO: MOVIMENTOS DE INTEGRAÇÃO, FAMÍLIAS E COMUNIDADES  
COM JOVENS INTERNOS E INTERNAS**

Márcia Hora Acioli  
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC  
marcia@inesc.org.br

Euler Brennequer dos Santos Alves  
Vozes da Cidadania - Onda - Adolescentes em Movimento Pelos Direitos - INESC  
eulerbre\_nnequer@hotmail.com

Thaywane do Nascimento Gomes  
Vozes da Cidadania - Onda - Adolescentes em Movimento Pelos Direitos - INESC  
thaywanegomes@gmail.com

Webert da Cruz Elias  
Vozes da Cidadania - Onda - Adolescentes em Movimento Pelos Direitos - INESC  
webertdacruz@gmail.com

Danyel Viana  
Vozes da Cidadania - Onda - Adolescentes em Movimento Pelos Direitos - INESC

A medida de restrição de liberdade isola sujeitos de suas vivências comunitárias e pretende ser educativa. O dilema é educar para o quê? Como? Educação sendo uma ação necessariamente coletiva exige a construção de diálogos e de interações. Sabe-se que na internação o controle de movimento dos corpos e de falas é o procedimento que prevalece, o que por si limita o ato educativo. Pensando assim, propomos romper práticas consolidadas pela cultura do castigo e oferecer a interação entre pessoas de dentro com as pessoas de fora ampliando espaços para o desenvolvimento da empatia e debates. Tais atividades propostas e executadas pelo Inesc integrou adolescentes em restrição de liberdade com crianças e adolescentes de escolas públicas. As práticas foram pautadas pelos direitos humanos sendo que todos os grupos recebem a mesma formação. Nesta mesma perspectiva trabalhamos com as famílias. Compreendemos a importância do apoio dos familiares e dos amigos que se encontram nas comunidades. A partir do entendimento de que ninguém fica bem se todas/os também não estão, o projeto Vozes da Cidadania /Inesc, desenvolveu o dia do Cuidar de quem Cuida; o Bora Brincar e A escola é nossa por direito, cujo os objetivos foram: acolher famílias de adolescentes em privação de liberdade, reunir adolescentes de todas as unidades de internação com adolescentes e crianças de escolas públicas e debater concepções de educação de qualidade. A intervenção se deu a partir da construção de redes de apoio para efetivar tanto a mobilização quanto o planejamento das atividades. Em relação ao dia de cuidar de quem cuida verificou-se a importância de proporcionar momentos de nutrição coletiva para os familiares dos adolescentes em privação de liberdade. Foram ofertadas atividades com a abordagem da pedagogia Griô, terapias, massagens, beleza negra (com trançadeira), cirandas, brincadeiras e muita dança. No que se refere ao Bora Brincar, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa participaram da atividade externa com crianças e adolescentes de escolas públicas e jovens egressos foram monitores brincantes destacando-se pela responsabilidade e pelo compromisso. Além da interação pautada pela alegria e cuidado, notou-se, mesmo que por um momento, a percepção de cada socioeducando como criança/adolescente. Já A

escola é nossa por direito permitiu construir coletivamente a escola ideal a partir da participação daquelas/es que existem e resistem em uma estrutura escolar que nem sempre inclui, acolhe e garante o direito à participação. Assim, situar os familiares, as crianças, os/as adolescentes e jovens num espaço acolhedor e de construção pensado na especificidade de cada grupo, fomentou a formação de novos sentidos.

**Palavras-chave:** Vozes da Cidadania; Cuidar; Escola.

## **SABERES DOCENTES MOBILIZADOS EM ESPAÇOS SOCIOEDUCATIVOS: PIPAS PARA ALÉM DAS GRADES**

Mirian Abreu Alencar Nunes  
Universidade Estadual do Piauí- UESPI  
mirialencar@hotmail.com

A pesquisa de doutorado que ora se apresenta, insere-se no debate sobre prática docente, temática que tem se ampliado como objeto de estudo na Academia notadamente relacionada aos saberes mobilizados por professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), focalizando, dentre outros aspectos relevantes, inquietações referentes ao processo ensino e aprendizagem desenvolvido com adolescentes em conflito com a lei, nosso objeto de estudo. Mediante esse contexto, foi norteada pela questão/problema: Qual a relação existente entre os saberes docentes mobilizados em espaço socioeducativo e a formação cidadã de adolescentes privados de liberdade? De forma geral, o estudo teve como objetivo, a luz do referencial pertinente, analisar os saberes docentes mobilizados em espaço socioeducativo e a contribuição para a formação cidadã de adolescentes em conflito com a lei e, especificamente, identificar os saberes docentes que subsidiam práticas pedagógicas em espaço socioeducativo, compreender as implicações dos saberes docentes para a formação cidadã de estudantes que cumprem medida socioeducativa e descrever as ressignificações de práticas pedagógicas vivenciada em formação continuada. No plano teórico-metodológico, ancora-se nos pressupostos da pesquisa colaborativa e a análise orientada pelo método fundamentado na Nova Retórica, uma modalidade da Teoria da Argumentação. Os resultados revelam que os colaboradores mobilizam saberes considerando os socioeducandos como sujeitos humanos, em formação, com igualdade de direito à educação digna, e ainda que a ressignificação de práticas pedagógicas seja resultante do processo formativo crítico reflexivo. A conclusão da investigação aponta uma proposta de educação socioeducativa que intenta formar para a cidadania defendendo um ensino pautado no conhecimento prévio dos estudantes, suas reais necessidades de aprendizagem e suas especificidades para aprender, embora enfrente obstáculos inerentes à instituição de natureza estrutural e organizacional. A investigação confirma a tese de que a mobilização dos saberes docentes em espaço socioeducativo está relacionada a uma educação transformadora que educa para a cidadania.

**Palavras-chave:** Saberes docentes; Educação de Jovens e Adultos; Medida socioeducativa; Teoria da Argumentação.

## ESCOLARIZAÇÃO E ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: FORMAS DE ADAPTAÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS REGRAS INSTITUCIONAIS

João Gomes Tavares Neto  
Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA  
adergoes@bol.com.br

Aderli Goes Tavares  
Universidade do Estado do Pará – UEPA  
aderlitavares40@gmail.com

Este trabalho analisa interações vivenciadas por adolescentes, no decorrer do cumprimento de medida socioeducativa de internação. Discute-se, como esses adolescentes vivenciam as regras e normas estabelecidas por instituições sociais, responsáveis pelo cumprimento de medidas socioeducativas de internação. A investigação foi realizada entre os anos de 2016-2018, em cinco unidades de internação, - uma feminina, e quatro masculinas -, em três municípios da Região Metropolitana de Belém/Pará. Observou-se diretamente o cotidiano enfocando a dinâmica de funcionamento dessas unidades, e particularmente, as dinâmicas na escolarização. Interpretou-se os dados coletados, tomando-se como referência, a sociologia das interações cotidianas, em especial os conceitos de ajustamento primário e secundário, desenvolvidos por Goffman (1992). Na pesquisa, identificou-se a existência de um espaço particular de escolarização, engendrado pelas interações entre trabalhadores da unidade de internação, trabalhadores da unidade escolar e adolescentes internados. Nesse espaço, duas instituições sociais distintas, operam com suas regras e normas, com a finalidade de escolarizar adolescentes custodiados pelo Estado. Aí reverberam, sobre os sujeitos da escolarização, as contradições resultantes da convivência entre o caráter educacional-sancionatório, da unidade de internação; e a escola, cuja finalidade é predominantemente educacional-socializadora. No cotidiano, essas instituições exibem, para todos os sujeitos envolvidos, suas rotinas pedagógicas e seus conjuntos de regras e normas. Transgredir nesse espaço significa estar sujeito a “sanções disciplinares”, aplicáveis de acordo com a gravidade da situação. As rotinas, as regras disciplinadoras, bem como, sua capacidade impositiva e poder sancionatório, são de conhecimento dos sujeitos envolvidos. Há estruturas hierárquicas, arcabouço de regras, normas e poderes sancionatórios, formais, não formais e extraoficiais, que atuam vigorosamente e de modo concomitante, nesse ambiente, e isso por vezes, provoca situações conflituosas. No caso estudado, há restrições, interditos ou proibições, constitutivas de uma vida formalmente administrada, e, pode desencadear o processo de *mortificação do eu*, ao qual, Goffman (1992), se refere, processo ao qual, todo sujeito privado de liberdade é submetido. Ajustar-se a essa nova condição, gerada pelo ato infracional, permitirá que o adolescente atravesse o cumprimento da medida socioeducativa de internação, desenvolvendo um processo de adaptação/resistência, que inclui, em geral, o desenvolvimento de formas de ajustamentos, de caráter primário e secundário, que possibilitam, pela aceitação e rejeição de regras e normas, a resistência à mortificação do eu. Com isso, em situações cotidianas irrompem eventos conflitantes, envolvendo as regras prescritas pelas instituições, e as normas estabelecidas pelos próprios adolescentes na convivência na internação. E, em geral, o que prevalece para a maioria dos adolescentes são as normas que eles mesmos estabelecem.

**Palavras-chave:** Escola; Socioeducação; Ajustamentos; Adolescentes internados.

## **CRIANDO E RECRIANDO O FAZER SOCIOEDUCATIVO: UMA REFLEXÃO METODOLÓGICA**

Juliana Duarte Arraes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Universidade de São Paulo  
juliana.arraes@gmail.com

Ana Clara Manhães Mendes  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
anaclaramendes@gmail.com

Carolina Yoshii Galli  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
carol.yoshii@gmail.com

Esta comunicação oral tem por objetivo apresentar o movimento de (re)construção metodológica e refletir sobre o fazer socioeducativo com adolescentes e jovens em cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida na Região Administrativa do Paranoá e Itapoã-DF, entre 2016 de 2019. Para tanto, traremos para o debate relatos sobre esse movimento e uma reflexão a partir da pesquisa etnográfica de uma das autoras desta comunicação, que teve a práxis como principal categoria de análise dos dados. Segundo a concepção materialista dialética, o trabalho (ação humana) é determinado pelo contexto material, histórico e cultural em que é realizado, ao mesmo tempo em que também o modifica, numa relação dialética entre indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade. No caso do Sistema Socioeducativo do DF, esse contexto expressa um conjunto de contradições inerentes às “questões” social, racial e criminal, relacionadas entre si e próprias das relações de produção do estado capitalista. Tais questões, na verdade, estão na gênese da política pública da Socioeducação no Brasil, atravessaram o último século e fazem parte das instituições que a operam. Essas instituições impõem ao cotidiano das(os) trabalhadoras(es) condições determinantes, cujas contradições são justificadas pela racionalização dos processos de trabalho e, logo, naturalizadas pela burocracia. É então pela práxis que enfrentamentos a esse contexto contraditório são possíveis. Isso exige, no caso das(os) trabalhadoras(es) da política socioeducativa, uma compreensão reflexiva, teórica e crítica sobre a realidade, a fim de orientar novas práticas. E também gera, por consequência, novos processos de subjetivação nessas pessoas. Portanto, partimos das reflexões da equipe da UAMA-Paranoá sobre suas práticas cotidianas de trabalho, e as colocamos em diálogo com elementos estruturantes do contexto histórico, material e cultural em que está inserida. A partir disso, compreendemos que (re)construção metodológica de que trata esta comunicação está implicada num movimento contra hegemônico e propositivo, chamado de práxis do fazer socioeducativo. Ele nasce da vontade de mudança nas práticas de atendimento voltadas para os(as) adolescentes, jovens e famílias, mas vai além, e aponta para possibilidades de enfrentamento à uma cultura historicamente punitivista e desumanizante, herança do sistema penal, e que nas medidas de meio aberto ainda é impregnada, entre outros aspectos, pela excessiva burocratização dos processos de trabalho e, conseqüentemente, das relações humanas envolvidas na experiência socioeducativa.

**Palavras-chave:** Práxis; Trabalho burocrático; Metodologia de atendimento socioeducativo; Fazer socioeducativo.

## **ESCOLA E ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO DE LIBERDADE ASSISTIDA: EM BUSCA DA GARANTIA DO DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO**

Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco

mallonfrancisco@hotmail.com

As medidas socioeducativas possuem caráter pedagógico e são fundamentais para que os/as adolescentes em conflito com a lei possam ser responsabilizados pelos atos cometidos voltem a conviver em harmonia com a sociedade. Nos urge entender como é que se dá a relação adolescente-escola nesse processo. Aos/as adolescentes que estão em cumprimento da medida socioeducativa deve ser assegurado todos os direitos, inclusive o direito humano à educação. A humanização do professor e da comunidade na acolhida para os adolescentes que cometem atos infracionais, muitas vezes no território da escola, é fundamental para o cumprimento da medida. Norteia nossa pesquisa a seguinte questão: como vem sendo construída a relação entre a escola pública e a rede de proteção na garantia do direito humano à educação dos/as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida? E é a partir dela que partimos para analisarmos a relação entre a escola e a medida socioeducativa de liberdade assistida, na garantia do direito humano à educação dos/as adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa, o fluxo do acompanhamento pela rede de proteção social e a garantia da permanência na escola. Nas escolas há diversos casos de discriminação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Muitas vezes os/as adolescentes já chegam rotulados por estarem na medida, considerando também que geralmente o ato infracional é realizado no território a comunidade escolar já é ciente/vítima do ato. Contudo, é necessário compreender que escola faz parte da medida que visa responsabilizar o adolescente pelo ato cometido e acaba por vezes violando o direito humano à educação. Devemos considerar, que muitas vezes na subjetividade do educador aflora o desejo de alçar o socioeducando, muitos deles analfabetos ou analfabetos funcionais, aos patamares mais elevados do conhecimento e da cultura, mas para o adolescente em conflito com a lei, aprender a ler e escrever, que para nós (educadores) seria o mínimo, muitas vezes para ele é o máximo. Advogamos que a inserção desses sujeitos no mundo da leitura e da escrita, e possíveis inserção no mundo do letramento, contribuem para que para exerçam uma ação libertária diante si, do outro e do mundo. O processo de escolarização pode auxiliar na construção de um caminho para a que o adolescente em conflito com a lei consiga de volta fortalecer seus vínculos familiares e comunitários rompidos. Urge-nos questionar não apenas o processo de encaminhamento do/a adolescente, que cumpre medidas em meio aberto de liberdade assistida, para a escola, mas garantir a permanência. É o/a adolescente estar na escola e a escola estar preparada para acolher e compreender as especificidades dos/as adolescentes do sistema socioeducativo. É necessário buscar humanizar o ser docente, para que em sua ação busque fazê-lo com os discentes para que se crie condições de desenvolvimento que não sejam pautados no controle de mentes e corpos, mas na ação emancipatória da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Liberdade Assistida; Escola; Adolescentes.

## **OFICINAS e MINICURSOS**

## **MINICURSO: O PAPEL DO VÍNCULO NO TRABALHO DO AGENTE SOCIOEDUCATIVO**

Gleicimar Gonçalves Cunha  
Universidade de Brasília – UnB  
gleicipsi@gmail.com

Beatriz El Khouri  
Universidade de Brasília – UnB  
beatrizpbk@gmail.com

A ação socioeducativa requer o estabelecimento de vínculos pautados no respeito, empatia e afetividade com os adolescentes. Sem estes, o trabalho socioeducativo não ascende ao seu compromisso pedagógico. Neste minicurso, propõe-se um debate sobre o vínculo como dispositivo imprescindível para o trabalho do agente socioeducativo.

## ***MINICURSO: PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E MORTIFICAÇÃO SUBJETIVA: APONTAMENTOS PARA O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO***

Ilana Lemos de Paiva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
ilanapaiva@hotmail.com

Candida Souza  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
candida@ufrn.edu.br

Tomando como referência experiências vivenciadas no sistema socioeducativo será debatido como as unidades socioeducativas de privação de liberdade podem perpetrar a mortificação subjetiva de adolescentes internados.

## ***MINICURSO: JUVENTUDE, RACISMO E VIOLÊNCIA: SUBSÍDIOS PARA A PRÁTICA SOCIOEDUCATIVA***

Marjorie Nogueira Chaves  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal;  
Universidade de Brasília – UnB  
marjorie.nc@gmail.com

O minicurso tem por objetivo apresentar conteúdo e metodologia a serem aplicados em unidades de semiliberdade e internação do Sistema Socioeducativo, com a intenção de problematizar os estereótipos raciais, as diversas formas como o racismo se manifesta na sociedade e como este incide sobre a violência contra a juventude negra. A principal audiência são as/os profissionais, entre especialistas e agentes socioeducativos, que buscam a formação profissional antirracista e a humanização do atendimento às/aos adolescentes e jovens em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas.

**OFICINA: METODOLOGIAS DE TRABALHO COM ADOLESCENTES INTERNOS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EMANCIPADORA**

Marcia Hora Acioli  
Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC  
marcia@inesc.org.br

Euler Brennequer dos S. Alves  
Vozes da Cidadania - Onda - Adolescentes em Movimento Pelos Direitos – INESC  
eulerbre\_nnequer@hotmail.com

Thallita de Oliveira Silva  
Vozes da Cidadania - Onda - Adolescentes em Movimento Pelos Direitos – INESC  
thallitacumi93@gmail.com

O objetivo da oficina é desenvolver com profissionais uma oficina que ilustre como motivar adolescentes que vivem a medida de internação a uma fala reflexiva, crítica e sensível, explorando diversos recursos expressivos. Discutiremos princípios e condições para uma ação pedagógica para a autonomia ressaltando as dimensões criativas, intelectuais e sensíveis.

**OFICINA: MEU PAPEL**

Thérèse Hofmann Gatti  
Universidade de Brasília – UnB  
therese.hofmann@gmail.com

O objetivo da Oficina "Meu Papel" é compartilhar com os participantes a experiência de um projeto de educação artística e profissional desenvolvido pela parceria entre o Departamento de Artes Visuais da Universidade de Brasília e o Sistema Socioeducativo do DF. A Oficina será ministrada pela Profa Thérèse Hofmann (UnB) e por jovens socioeducandos e egressos do sistema socioeducativo participantes do projeto. Mais do que compartilhar a experiência exitosa, essa oficina irá proporcionar a vivência prática do aprendizado de técnicas de reciclagem de papel e encadernação artesanal, metodologia utilizada no projeto.

**OFICINA: ESCRITA CRIATIVA PARA ADOLESCENTES**

Kashuu  
Instituto de Estudos Socioeconomicos – INESC, Batalha de Byxxas e Batalha da Escada

Dudu Mano  
ONG Associação Respeito e Atitude e batalha do Cantador

A Oficina de escrita criativa para adolescentes tem como objetivo oportunizar um espaço de reflexão, expressão da capacidade criativa e construção coletiva a partir da vivência dos participantes. Facilitadores de projetos sociais estimularão os jovens a produzirem rimas, versos e poemas tendo como base o estilo musical RAP.

